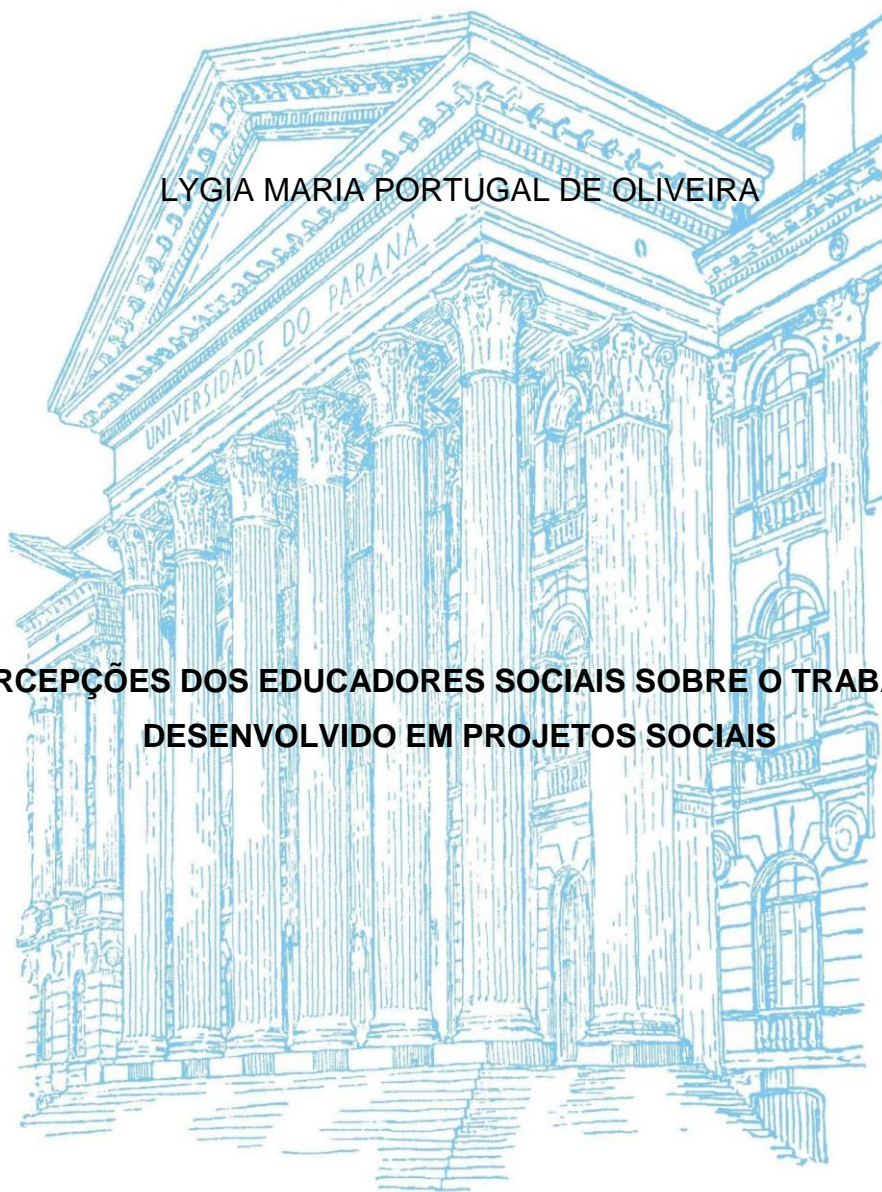


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LYGIA MARIA PORTUGAL DE OLIVEIRA

**PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES SOCIAIS SOBRE O TRABALHO
DESENVOLVIDO EM PROJETOS SOCIAIS**



CURITIBA

2017

LYGIA MARIA PORTUGAL DE OLIVEIRA

**PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES SOCIAIS SOBRE O TRABALHO
DESENVOLVIDO EM PROJETOS SOCIAIS.**

Tese apresentada ao curso de Pós Graduação em Educação, linha Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof. Dr^a. Maria de Fátima Quintal de Freitas.

CURITIBA

2017

Catálogo na Publicação
Cristiane Rodrigues da Silva – CRB 9/1746
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação – UFPR

Oliveira, Lygia Maria Portugal de Oliveira

Percepções dos Educadores Sociais sobre o Trabalho Desenvolvido em
Projetos Sociais./ Lygia Maria Portugal de Oliveira. – Curitiba, 2017.
230f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Quintal de Freitas.

Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da Universidade
Federal do Paraná.

1. Psicologia Social Comunitária. 2. Educadores Sociais. I.Título.

CDD 152



PARECER

Defesa de Tese de Lygia Maria Portugal de Oliveira para obtenção do Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, Prof.ª Dr.ª Maria de Fatima Quintal de Freitas, Prof. Dr. Jorge Mário Flores Osório, Prof. Dr. Salvador Antônio Mireles Sandoval (Skype), Prof.ª Dr.ª Jusamara Vieira Souza, Prof. Dr. Amailson Sandro Barros, Prof.ª Dr.ª Raquel Souza Lobo Guzzo (Skype), arguiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Tese: "PERCEPÇÃO DOS EDUCADORES SOCIAIS SOBRE O TRABALHO DESENVOLVIDO NOS PROJETOS SOCIAIS".

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está Apta ao Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
Prof.ª Dr.ª Maria de Fatima Quintal de Freitas		Aprovada
Prof. Dr. Jorge Mário Flores Osório		Aprovada
Prof. Dr. Salvador Antônio Mireles Sandoval (Skype)		Aprovada
Prof.ª Dr.ª Jusamara Vieira Souza		Aprovada
Prof. Dr. Amailson Sandro Barros		Aprovada
Prof.ª Dr.ª Raquel Souza Lobo Guzzo (Skype)		Aprovada

Curitiba, 24 de fevereiro de 2017.

Prof. Dr. Geraldo Balduino Horn
Coordenador do PPGE
Prof. Dr. Geraldo Balduino Horn
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em Educação
MPAP 137022 / MSIAPE 2169216

Dedico este trabalho a todos os educadores sociais que têm contribuído para novas possibilidades de se pensar e fazer educação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Senhor de toda a vida, minha força, consolo e esperança.

À minha orientadora prof^a Dr^a Maria de Fátima Quintal de Freitas. Não há palavras para agradecer tanta dedicação, compromisso e incentivo. Agradeço por ter acreditado em mim, e por ter me dado a oportunidade de aprender contigo, apesar de mim. Você me incentivou profissionalmente, me ensinou, corrigiu, desafiou, orientou... com paciência e mansidão. Sua luta (e seus textos) me inspiram e incomodam e nos ajudam a sair de uma zona de conforto para pensar no papel da psicologia e do psicólogo frente às demandas do trabalho da psicologia

À professora Dr^a Jusamara que tive oportunidade de conhecer há mais de cinco anos e que desde então admiro e respeito pela ética, cuidado e firmeza com que tem trabalhado, e também pela delicadeza do seu olhar e das suas palavras nas avaliações e contribuições teóricas que fizeste, tanto em relação a este trabalho no momento da qualificação, também em bancas de defesa de outros colegas, e outros momentos. À professora Dr^a Raquel Lobo Guzzo, que têm sido uma referência no campo da psicologia social e da educação, agradeço pelo seu compromisso ético e político na formação de profissionais da psicologia. Ao professor Dr^o Salvador Sandoval e professor Dr^o Jorge Mario Flores que aceitaram o convite de avaliar este trabalho.

À minha querida família: meu amigo Hélio que cuidou da nossa casa com tanta dedicação e compreensão e por ser o meu parceiro da vida, que eu amo e admiro. Aos meus pequenos Pedro Antonio e Francisco que com seus barulhinhos são presentes em todos os momentos, e me ajudam a continuar me fazendo tão feliz. A minha mãe Elisabeth e meu pai Haroldo, que sempre acreditaram e estavam sempre dispostos a ajudar para que o trabalho terminasse logo. Aos meus sogros Nídia e Flávio, também presentes e colaborando para que este tempo de estudos passasse o mais leve possível. Ao meu querido irmão Marcelo e meus cunhados Dani, Esther e Paulo que tanto ajudaram com sua presença e apoio. A minha avó Maria, que me

fortaleceu com seu café, apoio e suas conversas. Aos meus tios e tias que também torceram para que este tempo findasse.

Aos meus amigos da vida, em especial Talita, Kiko, Sigrid, Arylton, Fernanda, Saulo, Day, por tantas conversas, apoios, risadas e compartilhamento de momentos tão importantes, obrigada por me deixarem participar das suas vidas.

Aos amigos e colegas de Nupces: Renate, Berenice, Amaílson, Helena, Elaine, Marcos, Valdir, Denis, Talita, Lílian, vocês embarcaram juntos nessa viagem da pós-graduação e foram companheiros em tantos momentos divertidos e de aprendizagem. Desejo mesmo que tenham sucesso e que possam continuar lutando por aquilo que aprendemos a acreditar com nossa orientadora: uma psicologia comprometida com o ser humano.

À Capes, pelo auxílio financeiro.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as percepções que educadores sociais têm sobre o seu trabalho, numa instituição social que atua com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) - com crianças e adolescentes de 6-16 anos - situada na cidade de Curitiba/ Paraná. Ao analisar as percepções dos educadores sociais sobre o seu trabalho pretendeu-se fazer uma reflexão dos resultados da pesquisa com a perspectiva da Psicologia Social Comunitária e da educação. Para tanto, foram entrevistados nove educadores sociais de uma instituição social, que responderam questões em torno de um roteiro de entrevista organizado em três eixos: eixo um, sobre a instituição e como se organiza; eixo dois, sobre o projeto e o trabalho desenvolvido e eixo três, características do educador social. Os resultados mostraram que o educador social percebe o seu trabalho na instituição como organizado e estruturado pela gestão; percebe o seu vínculo com a gestão, com os colegas de trabalho e com os educandos de forma positiva e afetuosa; e referem-se aos pais e familiares dos educandos como distantes e pouco comprometidos com os filhos e projeto social. Indicam as dificuldades que enfrentam tanto em relação a questões comportamentais dos alunos como indisciplina e agressividade, quanto em relação ao planejamento diário, que é extenso e exige criatividade na elaboração das atividades. Também indicam que as condições precárias de moradia dos educandos afetam o trabalho na instituição. Os educadores sociais compreendem o seu trabalho como importante para a formação de cidadãos críticos e referem-se ao projeto social como uma possibilidade de saída, das crianças e adolescentes, de uma situação de vulnerabilidade social e também como alternativa para um futuro melhor. Percebem as atividades de um trabalho social como um trabalho diferenciado e gratificante e, ainda, sinalizam características como criatividade, afetividade, autonomia e busca por novos conhecimentos como importantes para um educador social. Uma das contribuições é indicar o trabalho do educador social como um trabalho com características de compromisso político e participação, em que estes processos fomentam um serviço socioassistencial caracterizado como um espaço de educação não formal e comprometidos com a possibilidade de mudanças .

Palavras-chave: Psicologia Social Comunitária, educação não formal, projetos sociais e educadores sociais.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the perceptions that social educators have about their work in a social institution that operates with the Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV - Service of Coexistence and Bond Strengthening) - with children and teenagers from 6 up to 16 years - located in Curitiba/ Paraná. While analyzing the perceptions of social educators about their work our intent is to consider the results of the research from the point of view of Social Community Psychology and from education. To this end, we interviewed nine social educators of a social institution. They answered questions of a structured interview, which was organized in three axes: axis one, related to the institution and how it organizes; axis two, about the project and the work; axis three, about characteristics of the social educator. The results showed that the social educator perceives his work at the institution as organized and structured by management; he realizes that his bonds with the management, his work colleagues and his students are positive and affectionate; and he considers the parents and relatives of those being educated as distant and uncommitted to their children and the social project. The results also show the difficulties they face related to the behavioral issues of students, such as lack of discipline and aggressiveness, and related to the daily planning, which is extensive and requires creativity in the preparation of activities. They also indicate that the precarious living conditions of students affect the work of the institution. The social educators understand their job as being important to the formation of critical citizens. They consider the social project an opportunity to children and teenagers to exit a situation of social vulnerability and also as an alternative to get a better future. They perceive the job of a social work as a different and rewarding one, and also indicate important characteristics for a social educator, such as creativity, affection, autonomy and search for new knowledge. One of the contributions is to indicate that the work of a social educator is a job with characteristics of political commitment and participation, in which these processes promote a social assistance service, characterized as an area of non-formal education and committed to the possibility of changes.

Keywords: Social Community Psychology, non formal education, social projects, social educators.

LISTA DE QUADROS

ESTUDO 1

QUADRO 1	NÚMERO DE TRABALHOS DEFENDIDOS , DATA E REGIÃO.....	28
QUADRO 2	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DOS TRABALHOS CIENTÍFICOS.....	29
QUADRO 3	DISTRIBUIÇÃO DAS TESES E DISSERTAÇÕES POR TEMÁTICAS.....	30
QUADRO 4	SENTIDOS, SIGNIFICADOS E CONCEITOS DE TEMAS ABORDADOS NAS TESES E DISSERTAÇÕES.....	32
QUADRO 5	AVALIAÇÕES, IMPLEMENTAÇÃO E INFLUENCIA DE PROJETOS E PROGRAMAS SOCIAIS.....	38
QUADRO 6	O TRABALHADOR E SUA ATIVIDADE.....	43
QUADRO 7	GESTÃO, ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS DAS INSTITUIÇÕES.....	46
QUADRO 8	ANÁLISES SOBRE HISTÓRIA E/ OU DISCUSSÕES DE PROGRAMAS SOCIAIS E DISCURSOS.....	50
QUADRO 9	SENTIDOS E SIGNIFICADOS DAS RELAÇÕES ESTABELECIDAS, DA MEDIAÇÃO SOCIAL E DOS VÍNCULOS.....	53
QUADRO 10	FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO.....	55
QUADRO 11	PARTICIPAÇÃO / ENGAJAMENTO/ PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	57
QUADRO 12	REDES DIGITAIS / INFORMÁTICA E MUNDO VIRTUAL....	58
QUADRO 13	OUTROS TEMAS NAS TESES E DISSERTAÇÕES.....	60
QUADRO 14	DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS POR TEMÁTICAS.....	62

QUADRO15	A ATUAÇÃO DE AGENTES EXTERNOS E RELATOS DE EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS.....	64
QUADRO 16	EMPODERAMENTO, LIDERANÇA, RESILIÊNCIA; EMANCIPAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, INDIVIDUAÇÃO, PROTAGONISMO E CONVIVÊNCIA.....	69
QUADRO 17	ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE.....	71
QUADRO 18	EDUCAÇÃO CORPORAL, FÍSICA OU RELACIONADAS AO ESPORTE.....	74
QUADRO19	CLASSIFICAÇÕES, AVALIAÇÕES E ESTRUTURAÇÕES DE PROJETOS SOCIAIS.....	77
QUADRO 20	PROJETOS SOCIAIS E RELAÇÕES COM ESCOLAS PÚBLICAS.....	79
QUADRO 21	OUTROS.....	83
QUADRO 22	TEMÁTICAS COMUNS NAS PESQUISAS CIENTÍFICOS...	85
QUADRO 23	CONCEITOS INVESTIGADOS NOS TRABALHOS CIENTÍFICOS.....	87
QUADRO 24	ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DE ONGS E PROJETOS SOCIAIS.....	88
QUADRO 25	ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS REFRENTES AO EDUCADOR SOCIAL. E VOLUNTÁRIOS.....	90

ESTUDO 2

QUADRO 1	DATA DE FUNDAÇÃO E NÚMERO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCs).....	103
QUADRO 2	RELAÇÃO DOS TIPOS DE SERVIÇOS OFERTADOS PELAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCs) E NÚCLEOS REGIONAIS.....	104

QUADRO 3	RELAÇÃO ENTRE A ORIGEM DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) E O FOCO DOS SERVIÇOS OFERTADOS.....	106
QUADRO 4	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCs) QUE TRABALHAM COM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E PESSOAS ACOLHIDAS.....	109
QUADRO 5	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCs) E PROBLEMAS DE SAÚDE E DEFICIÊNCIAS DIVERSAS QUE ATENDEM.....	111
QUADRO 6	ATIVIDADES OFERTADAS PELAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCs) REFERENTES AOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.....	114

ESTUDO 3

QUADRO 1	CARACTERÍSTICAS DO/A EDUCADOR/A SOCIAL: IDADE, FORMAÇÃO, OFICINA RESPONSÁVEL E TEMPO EM QUE ESTÃO NA INSTITUIÇÃO.....	127
QUADRO 2	ORGANIZAÇÃO INTERNA DA INSTITUIÇÃO.....	130
QUADRO 3	ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS NA OPINIÃO DOS EDUCADORES SOBRE OS RELACIONAMENTOS COM RELAÇÃO À: GESTÃO, EDUCADORES, EDUCANDOS E PAIS E/OU FAMÍLIAS.....	133
QUADRO 4	PERCEPÇÃO DOS EDUCADORES SOBRE O RELACIONAMENTO ENTRE ELES E OS DIFERENTES EDUCANDOS.....	134
QUADRO 5	SOBRE O SEU RELACIONAMENTO COM PAIS E /OU FAMÍLIA DOS EDUCANDOS.....	135
QUADRO 6	PROBLEMAS ENFRENTADOS E RESPECTIVAS SOLUÇÕES NA OPINIÃO DOS EDUCADORES.....	136

QUADRO 7	PROBLEMAS DO BAIRRO, COMO AFETAM O TRABALHO E POSSÍVEIS SOLUÇÕES GERAIS NA OPINIÃO DOS EDUCADORES.....	138
QUADRO 8	RESPOSTAS SOBRE O SIGNIFICADO DO TRABALHO DO EDUCADOR SOCIAL, NA OPINIÃO DOS MESMOS.....	141
QUADRO 9	RESPOSTAS DOS EDUCADORES SOBRE AS ATIVIDADES QUE REALIZAM NA INSTITUIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO.....	142
QUADRO 10	RESPOSTAS SOBRE O OBJETIVO DO TRABALHO, NA OPINIÃO DOS EDUCADORES.....	147
QUADRO 11	DIFICULDADES E RESPECTIVAS SOLUÇÕES APONTADAS PELOS EDUCADORES SOBRE SEU TRABALHO.....	150
QUADRO 12	CARACTERÍSTICAS PROFISSIONAIS QUE OS EDUCADORES APONTAM E RESPECTIVAS RAZÕES PARA EXERCÊ-LAS.....	154
QUADRO 13	CONHECIMENTOS QUE O EDUCADOR DEVE TER E RESPECTIVAS RAZÕES PARA BUSCAR ESTES CONHECIMENTOS.....	155

LISTA DE SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

CCP – Círculos de Cultura Popular

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes

CPCs – Centros Populares de Cultura

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FAS – Fundação de Ação Social

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

LA – Liberdade Assistida

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MCP – Movimentos de Cultura Popular

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEB – Movimento de Educação de Base

NR BN – Núcleo Regional Bairro Novo

NR BQ – Núcleo Regional Boqueirão

NR CJ – Núcleo Regional Cajuru

NR CIC – Núcleo Regional Cidade Industrial de Curitiba

NR MZ – Núcleo Regional Matriz

NR PN – Núcleo Regional Pinheirinho

NR PR – Núcleo Regional Portão

NR SF – Núcleo Regional Santa Felicidade

NUPCES – Núcleo de Psicologia Comunitária, Educação e Saúde

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ong's – Organizações Não Governamentais

OSCs – Organizações da Sociedade Civil

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade

PSE / PDIF – Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiências, Idosas e suas Famílias.

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

UFPR – Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I ESTUDO 1 - TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE O TRABALHO EM PROJETOS SOCIAIS	25
1.1 LEVANTAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES	26
1.1.1 Sentidos, significados e conceitos de temas abordados nas teses e dissertações	31
1.1.2 Avaliações de programas ou projetos sociais, implementação e influência das políticas públicas	37
1.1.3 O trabalhador: técnico, educador ou voluntário e sua atividade	41
1.1.4 Gestão, estratégias e práticas das instituições.....	45
1.1.5 Análises sobre a história e discussões de programas sociais e discursos	49
1.1.6 Sentidos e significados das relações estabelecidas, da mediação social e dos vínculos	52
1.1.7 Formação e educação	55
1.1.8 Participação, engajamento, participação política.....	56
1.1.9 Redes digitais, informática e mundo virtual.....	58
1.1.10 Outros temas nas teses e dissertações.....	59
1.1.11 Algumas considerações.....	61
1.2 ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE O TRABALHO EM PROJETOS SOCIAIS.....	61
1.2.1 A atuação de agentes externos.....	63
1.2.2 Empoderamento, liderança, resiliência, emancipação, individuação, protagonismo e convivência.....	67
1.2.3 Adolescência e juventude.....	70
1.2.4 Educação corporal, física ou relacionadas aos esportes	72
1.2.5 Classificações, avaliações e estruturações de projetos sociais.....	75
1.2.6 Projetos sociais e relações com escolas públicas.....	78
1.2.7 Outros temas encontrados nos artigos científicos.....	81
1.2.8 Algumas considerações sobre os artigos científicos.....	84
1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85

CAPÍTULO II ESTUDO 2 - AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA ASSISTÊNCIA SOCIAL, EM CURITIBA.....	92
2.1 OS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.....	95
2.1.1 Os Serviços de Proteção Social Básica.....	95
2.1.2 Serviços de Proteção Social Especial e de Média Complexidade.....	97
2.1.3 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.....	99
2.1.4 Atividades de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos.....	101
2.2 AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL EM CURITIBA.....	101
2.3 ORIGEM DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E SERVIÇOS OFERTADOS EM CURITIBA.....	104
2.4 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E ALBERGUES EM CURITIBA.....	108
2.5 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE CURITIBA QUE TÊM ATIVIDADES RELACIONADAS A PROBLEMAS DE SAÚDE E DEFICIÊNCIAS DIVERSAS.....	110
2.6 OS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO E ASSESSORAMENTO, DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS.....	113
2.7 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	115
CAPÍTULO III ESTUDO 3 – UM ESTUDO EMPÍRICO: PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES SOBRE O TRABALHO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA.....	118
3.1 CONTEXTO DA PESQUISA EMPÍRICA.....	119
3.1.1 Método.....	120
3.1.2 O instrumento da entrevista.....	122
3.2 RESULTADOS DA PESQUISA.....	124
3.3 O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) E PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	125
3.4 EIXO 1: A INSTITUIÇÃO E SUA ORGANIZAÇÃO.....	128
3.4.1 Organização Interna.....	128
3.4.2 Relacionamentos dentro da Instituição.....	132
3.4.3 Problemas que a instituição enfrenta na opinião dos educadores sociais.....	136

3.4.4	Problemas do bairro e como afetam a instituição.....	137
3.5	EIXO 2: O PROJETO E O TRABALHO DESENVOLVIDO PELOS EDUCADORES NA INSTITUIÇÃO.....	140
3.5.1	O significado do projeto social para o educador.....	140
3.5.2	Como o trabalho é feito.....	142
3.5.3	Objetivos do trabalho do educador social.....	146
3.5.4	Resultados do trabalho percebidos pelos educadores.....	149
3.5.5	Dificuldades que os educadores enfrentam no trabalho e respectivas soluções.....	150
3.5.6	Sobre a importância do seu trabalho.....	152
3.5.7	Educadores respondem sobre o que desejam para o futuro do projeto e da Instituição.....	153
3.6	EIXO 3: O EDUCADOR E SUAS CARACTERÍSTICAS.....	153
3.6.1	Conhecimentos que o profissional deve ter para trabalhar em projetos sociais.....	154
3.6.2	As capacitações e como são realizadas.....	156
3.6.3	O educador deve ter alguma formação específica? Por que?.....	156
3.6.4	Gostaria de acrescentar algo.....	157
3.7	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS.....	158
3.8	PROJETO SOCIAL E FORMAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	161
3.8.1	Eixo 1: a instituição e sua organização.....	165
3.8.2	Eixo 2: sobre o projeto e o trabalho desenvolvido.....	170
3.8.3	Eixo 3: o educador e suas características.....	174
	CAPÍTULO IV CONCLUSÃO.....	177
	REFERÊNCIAS.....	189
	APÊNDICE A – LISTA DAS REFERÊNCIAS DOS SÍTIOS ELETRÔNICOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE CURITIBA/ PARANÁ.....	195

APÊNDICE B – LISTA DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DE TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS CIENTÍFICOS.....	202
APENDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	227
ANEXO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	228

INTRODUÇÃO

Trabalhos sociais realizados em comunidade têm sido há muito tempo discutidos no Brasil. Conforme indica Freitas “o nome ‘trabalhos em comunidade’ é uma expressão relativamente antiga, tendo surgido no Brasil nas décadas de 40 e 50” (2002, p.56). As transformações políticas, econômicas e sociais pelas quais o Brasil passaria nas décadas seguintes (1960, 1970 e 1980) - entre elas, a migração do campo para as cidades, o período conhecido como desenvolvimentista com a criação de Brasília, a proposta de modernização do país pelo então presidente Juscelino Kubitschek, o surgimento de uma educação libertadora praticada por Paulo Freire e o golpe militar em 1964 - foram fatos marcantes para o desenvolvimento de práticas comunitárias, fossem práticas assistenciais, filantrópicas, religiosas, oriundas de políticas públicas, ou que prometessem a transformação da sociedade, seja no campo educacional, seja no campo social, político-econômico do país (FREITAS, 2005, 2002; LANE, 2000).

É em Paulo Freire, com o seu trabalho na área da educação, que se encontram propostas para se pensar e praticar uma educação libertadora. De acordo com Lane (2000):

A convicção da possibilidade de atuar no sentido da transformação de um povo ignorante em uma comunidade capaz de tomar a direção de uma nova realidade sócio-política levou educadores, como Paulo Freire, a desenvolverem procedimentos instrumentais em seu sentido mais amplo: ler e escrever como ferramentas para o desenvolvimento da consciência social (LANE, 2000, p. 59).

Além da proposta de educação libertadora, outros trabalhos voltados para a população mais pobre surgiram no cenário brasileiro:

Durante estas décadas de 60 e 70, de reivindicações da maioria da população por melhores condições de vida e contra a carestia, assiste-se à institucionalização dos novos movimentos e tendências no campo da cultura e educação, que explicitavam um forte vínculo, simpatia e proximidade para com os setores populares.(FREITAS, 2007, p. 51)

Num contexto de injustiças sociais, dominação ideológica, cultural, alienadora, autoritária é que surgiram os movimentos de educação e cultura popular, que procuravam defender “(...) a necessidade de conscientização das classes populares, de ampliação da participação social e política e a deflagração de uma ação cultural capaz de levar à superação das disparidades sociais” (MARCASSA, 2009,p.115). Os movimentos de educação popular, citados como mais significativos no período entre 1950 e 1970 são: O Movimento de Educação de Base (MEB); os Movimentos de Cultura Popular (MCP) e Centros Populares de Cultura (CPCs) e os Círculos de Cultura Popular (CCP), de Paulo Freire (FREITAS, 2007; BEZERRA, 1980;). Ainda, de acordo com Bezerra (1980), o que estes grupos tinham em comum é que

- a) Suas práticas estavam predominantemente voltadas para o *exercício da cidadania*, para a afirmação e desempenho, pelas camadas populares (o povo), do papel que deveriam assumir no cenário sócio-político (...);(BEZERRA, 1980, p.26)
- b) A nova proposta educativa continha a convocação de alinhamento dos grupos populares em um movimento de resistência ao imperialismo e ao esforço de pressão para a mudança das condições sociais existentes;(...) (BEZERRA, 1980, p.26)
- c) (...) As novas práticas se propunham a despertar as energias populares pelo desvendamento dos conflitos sociais e pelo reconhecimento das tensões existente em nome da construção de uma força de pressão suficiente para mudar as condições postas; (BEZERRA, 1980, p.26)
- d) A iniciativa do movimento educativo de 1959/64 foi claramente atribuição das camadas médias, o que, na prática, revelou um conteúdo ideológico totalmente diverso dos movimentos anteriores, onde a iniciativa coube direta ou indiretamente às instituições estatais ou paraestatais, ou a frações sociais nitidamente elitistas (BEZERRA, 1980, p.26, 27).

Passados mais de 40 anos após estes movimentos de educação popular, o que se seguiu foi que “as desigualdades sociais e as precárias condições de vida continuaram” (FREITAS, 2005, p. 51). Se antes havia uma forte preocupação com a democratização do ensino público e com a alfabetização de jovens e adultos, esta comprometida com processos de conscientização numa perspectiva crítica (FREITAS, 2005, 2007), hoje há uma preocupação com temas como o analfabetismo funcional, inclusão social,

violência e outros (GUZZO, 2005). E também, principalmente a partir da década de 1990, em que houve a

criação de inúmeras entidades (Landim,1998; Gohn, 2000) – em sua maioria públicas não estatais – dirigidas à resolução de vários problemas sociais e econômicos, visando potencializar processos de participação política, mesmo que com matizes diversos. (FREITAS, 2005, p.48)

Neste sentido, alguns questionamentos surgem e fazem refletir acerca do trabalho dessas entidades: até que ponto estas práticas, efetivamente, se constituem em objetos de transformação social? Para quê e para quem os projetos sociais têm servido? Será que os projetos sociais e organizações não governamentais (ong's), na área da educação, têm, na verdade, se constituído como produtos mercadológicos? Embora essas questões possam existir de modo continuado elas têm sido feitas e permanecido em aberto mesmo em trabalhos científicos que expõem temas como práticas, projetos, funções e vínculos que as inúmeras entidades sociais fazem (STIGGER e THOMASSIM 2013; ZUCHETTI e MOURA, 2010; STRECK, 2010; LARANJEIRA e TEIXEIRA, 2009; COSTA e MOMO, 2009; SILVA, 2007; ROSEMBERG, 2001; SILVA, 2001, apenas para citar alguns trabalhos). Então, um desafio apontado tem a ver com as condições históricas que trazem as instituições sociais, projetos sociais, ong's, associações e demais instituições filantrópicas para um atual cenário, em que o “debate do ‘terceiro setor’ desenvolve um papel ideológico claramente funcional aos interesses do capital (...) promovendo a reversão dos direitos de cidadania por serviços e políticas sociais e assistenciais universais,(...) desenvolvidas pelo Estado”. (MONTANO, 2010, p.52).

Ao discutir o público, o privado e o comunitário na educação brasileira Silva (2001) fornece algumas propostas de discussão acerca dos paradoxos que envolvem as ongs:

Neder (1997) levanta duas questões de extrema importância na análise das organizações não governamentais que compõem o terceiro setor: Quais seus vínculos com as esferas de financiamento de seus projetos? Qual seu papel no tocante a desempenhar funções positivas na expansão da cidadania entre os grupos sociais

excluídos? Em relação à primeira questão, afirma que as entidades privadas que compõem esse setor, vivem comumente na dependência de fundos públicos e privados, nacionais e internacionais e concentram sua atuação em projetos comunitários, humanitários, filantrópicos, de defesa dos direitos humanos e sociais, articulados ou não a políticas públicas sociais(...). Em relação à segunda questão, Neder (1997) resume a bibliografia pesquisada no sentido de que seus autores partem do pressuposto de que a esfera governamental/estatal deveria fornecer o arcabouço político-institucional e de políticas públicas, no interior do qual seriam propiciadas as condições de inclusão social dos excluídos. (SILVA, 2001, p. 96)

Neste trecho citado acima Silva (2001) evidencia o contrassenso das ongs ao serem geridas e mantidas financeiramente pelo Estado, ou seja, a dicotomia público/ privado. Na mesma direção

Embora haja controversias sobre a função que as organizações não governamentais desempenham na atual conjuntura política, parece haver um certo consenso de que passaram de um papel de contestatório a um papel de colaboração, impulsionando a participação em escala local, mas sem intervir nas políticas macroeconômicas. (STRECK, 2010, p.307)_____)

Parece que com o surgimento, a partir da década de 1990, de inúmeras e diversas ongs no Brasil, apareceu também a descrença com a possibilidade de transformação social, ou seja de melhoria das condições de vida das pessoas. Fato este que já fora assinalado por Freitas (2005) ao discutir sobre os efeitos da globalização e suas repercussões psicossociais na vida cotidiana. O que incomoda aqui é a relação público-privado que se formou e que parece não trazer melhoria na vida das pessoas.

Na área das políticas sociais, a oferta institucional dos serviços socioassistenciais começa a aparecer no cenário brasileiro a partir da década de 1990, com o surgimento da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social). Mas foi somente em 2009 que os serviços ligados à assistência social foram tipificados. O termo tipificação designa uma descrição e qualificação de serviços que seriam destinados à área da Assistência Social. Desta forma, os serviços socioassistenciais foram divididos em 3 grandes eixos: Serviços de Proteção Social Básica; Serviços de Proteção Social de Média Complexidade e

Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade. Este trabalho está ligado aos Serviços de Proteção Social Básica, identificado como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O SCFV serviço tem como uma de suas finalidades “complementar o trabalho social com as famílias e prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade social” (BRASIL, 2013, p.3), e a oferta destes Serviços acontece quase que exclusivamente por organizações do Terceiro Setor, representado pelas ong’s, instituições sociais, filantrópicas, projetos sociais, associações sem fins lucrativos, de uma forma geral.

Uma das preocupações é que a oferta do Serviço invista em diferentes formas de expressão, na criação de espaço participativo e que propicie aquisições compatíveis com a política pública de assistência social, desvencilhando-se aos poucos, de suas características de reforço escolar ou de seu foco exclusivo em atividades esportivas. (BRASIL, 2010, p. 13)

Após a constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1989, o que se seguiu foi que parece ter existido um grande número de projetos sociais que tinham como mote os trabalhos relacionados aos esportes, e reforço-escolar, na década de 1990. Nos anos 2000, os trabalhos sociais que antes eram conhecidos como contra-turno escolar, passaram a ser designados como “‘Jornada Ampliada’ (nomenclatura utilizada na Portaria MDS – Ministério do Desenvolvimento Social - nº 458/2001, ‘Ações socio-educativas e de Convivência do PETI’ (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) (Portaria MDS nº 666/2005 ou ainda ‘Serviços socioeducativo’” (BRASIL, 2010,p. 14). Atualmente, passou a ser conhecido como Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, em que foram enfatizados como trabalho a ser desenvolvido nas organizações sociais as “trocas culturais e de vivência entre pessoas, fortalecendo os vínculos familiares e sociais, incentivando a participação social, o convívio familiar e comunitário e trabalhando o desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade” (BRASIL, 2010, p. 41), e não somente o reforço escolar, como acontecia antes.

Gohn informa que “há ‘multidões’ de pessoas participando dos processos de trabalho social que são simplesmente invisíveis nos textos e análises mais usuais da atualidade na área da educação e outras afins.”

(GOHN, 2010, p.8). São educadores sociais que já foram chamados de animadores, instrutores, articuladores, educadores e que, atualmente, para a política de assistência social, são chamados de “orientadores sociais” (BRASIL, 2010). Para ser educador ou orientador social não há necessidade de uma formação profissional e técnica específicas, embora muitos profissionais a tenham e isto apareça como um dilema no trabalho a ser realizado (JANTKE, 2012, BORBA, 2012, FERREIRA, 2011). Como é que os educadores sociais percebem as práticas que são desenvolvidas no projeto social? Ele percebe o seu trabalho como um trabalho de promoção social – como requerem as políticas sociais ou de educação?

A partir destas indagações e da compreensão de que os trabalhos sociais podem não mudar a realidade, o objetivo deste trabalho é investigar para quem servem as práticas desenvolvidas nos projetos sociais, ong's e instituições sociais de forma geral. Além disto, tem-se como objetivos específicos, os seguintes:

- Levantar em teses, dissertações e artigos científicos, o que se têm produzido no Brasil sobre projetos sociais, organizações sociais, associações e outras organizações sem fins lucrativos;
- Identificar as atividades a que se destinam os serviços socioassistenciais lotados no município de Curitiba;
- Analisar a percepção dos educadores sociais sobre o seu trabalho em serviços socioassistenciais.

A relevância deste trabalho está em buscar, a partir do referencial teórico da Psicologia Social Comunitária, e das contribuições da educação, análises que permitam subsidiar a elaboração de propostas do campo educativo e comunitário em direção ao campo das políticas sociais, e que apoiem os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. Estes objetivos foram pensados a partir de quatro dimensões propostas por Freitas (2007), relativas aos desafios enfrentados na prática dos trabalhos comunitários: “percepção sobre a realidade; o que fazer no dia-a-dia do

trabalho comunitário; relações estabelecidas e impactos produzidos” (FREITAS, 2007, p. 337). Como explica Freitas, o primeiro desafio

refere-se àquilo que o profissional consegue detectar em sua prática, que critério utiliza e que elemento possui para saber-se no caminho mais adequado das propostas de ação. Os desafios relativos a “o que fazer” indicam a necessidade de serem explicitadas as dimensões psicossociais de submissão e conformismo, no dia-a-dia das relações comunitárias. O terceiro desafio refere-se ao tipo de relação que se dá entre profissional e comunidade e como isto pode afetar a continuidade das práticas comunitárias. E, finalmente, os impactos do trabalho e o compromisso assumido quando de sua realização constituem-se em desafios constantemente renovados e que, inclusive, colaboram para o fortalecimento ou enfraquecimento do trabalho comunitário. (FREITAS, 2007, p.37)

O que se busca é compreender qual é o papel das instituições e dos projetos sociais, quais os avanços possíveis no campo da educação e o que seriam os projetos sociais no campo da assistência e sua relação com a educação. A perspectiva de investigação parte da concepção de um homem sócio-histórico, produto e produtor da sua história, e que está

ligada à defesa de que os trabalhos de intervenção psicossocial devem levar em conta a rede de tensões presente na construção de interações mais comunitárias e solidárias que se iniciam no cotidiano das relações e são atravessadas por ações formativas e educativas (FREITAS, 2007, p.49).

Este trabalho é composto por três estudos: 1) Revisão de teses, dissertações e artigos científicos 2) As Organizações da Sociedade Civil em Curitiba, na Assistência Social; e 3) Um estudo empírico: Percepções dos educadores sociais sobre o trabalho no serviço de convivência. O trabalho organizado em três estudos pretende sistematizar as informações, publicações e opiniões dos educadores de tal modo que puderam ser analisadas de maneira independente e, posteriormente, feitas relações com a Educação e Psicologia Social Comunitária.

O primeiro estudo, apresentado no capítulo I, busca mostrar um panorama sobre as pesquisas realizadas a respeito das instituições sociais, projetos sociais, organizações-não-governamentais e educação não formal.

Estas pesquisas transformaram-se em teses e dissertações que foram publicadas no período entre 2000 a 2016 e em artigos em periódicos especializados, publicados no período de 1998 a 2015.

Os artigos científicos, teses e dissertações foram distribuídos em quadros temáticos, sendo que os temas foram eleitos a partir da compreensão do foco sobre o qual a pesquisa da tese, dissertação ou artigo científico se destinou. As teses e dissertações foram distribuídas em 10 temas cujos resultados mostram relatos e problemas ligados à atuação em projetos e instituições sociais comprometidas com as populações mais vulneráveis socioeconomicamente. Na seção de apêndice há uma listagem das referências de todas as teses, dissertações e artigos científicos que foram encontrados para esta revisão (Apêndice B).

No segundo estudo, no capítulo II, faz-se uma exposição das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que são vinculadas, inscritas e regulamentadas pela Fundação de Ação Social (FAS) de Curitiba. Apresenta as características dos serviços socioassistenciais, estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009). Com base em informações retiradas dos sítios eletrônicos da Fundação de Ação Social (FAS) e das Organizações da Sociedade Civil, apresentam-se as características destas organizações, como suas origens, período de fundação e os serviços que ofertam. Na seção de apêndice (Apêndice A) há uma listagem dos endereços eletrônicos destas OSCs para uma consulta atualizada.

O terceiro estudo, apresentado no capítulo III, refere-se ao estudo de caso de uma Organização da Sociedade Civil em Curitiba. Esta organização foi fundada em 1983, e está, atualmente, com suas atividades vinculadas ao Serviço de Proteção Social Básica, dos serviços socioassistenciais, tipificado como Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, atendendo crianças e adolescentes de 06 a 16 anos, num bairro da periferia de Curitiba. Foram entrevistados nove educadores sociais que trabalham nesta instituição, sendo sete mulheres e dois homens, sobre questões relacionadas a três eixos: à organização e o funcionamento interno da instituição; às interações entre educadores e gestão, educadores e educadores, educadores e educandos e

educadores e pais/famílias dos educandos; problemas da instituição, do bairro e como estes afetam o trabalho realizado. Os resultados, foram analisados à luz do referencial teórico da Psicologia Social Comunitária e da Educação. Os impactos do trabalho na percepção dos educadores (Estudo 3), os aspectos levantado na literatura científica especializada (Estudo 1) e os temas do compromisso social e político observados no estudo 2, trazem uma reflexão sobre uma formação comprometida com aspectos humanos e sociais, como importantes para a realização dos trabalhos. É na voz dos educadores sociais, que enfrentam o cotidiano do trabalho, que estão mais próximos das crianças e adolescentes e que permite compreender a dinâmica do trabalho social, os limites e possibilidades.

CAPÍTULO 1 ESTUDO 1 - TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE O TRABALHO EM PROJETOS SOCIAIS

Apresenta-se, aqui, uma revisão panorâmica de teses, dissertações e artigos científicos realizada entre outubro de 2014 e novembro de 2016. Alguns dos artigos são frutos das teses e dissertações que aparecem aqui. Apresenta-se um panorama sobre o que se têm escrito no Brasil acerca de Ong's, projetos sociais, instituições e programas sociais e refletir sobre que contribuições foram produzidas para esta temática. De acordo com Freitas

Há a divulgação de uma falsa idéia de que as demandas e necessidades da população estão sendo atendidas, devido ao grande número de ONGs, projetos e programas que são criados diariamente. Em verdade, o que temos presenciado é uma razoável manutenção da realidade de sucateamento e despolitização, uma vez que as precárias condições de vida permanecem assentadas nas suas bases estruturais, enquanto se fragmenta a vida cotidiana. (FREITAS, 2005, p. 53).

Este excerto de Freitas (2005) corresponde a um dos desafios proposto pela autora ao escrever um artigo que analisa o quanto as práticas comunitárias e seus projetos políticos são coerentes ou incoerentes entre si. Nesta revisão, um dos apontamentos é de que estes trabalhos confirmam aquilo que já havia sido indicado por Freitas (2005) na citação anterior: as diversas contradições e fragilidades em relação ao trabalho que se faz na instituição e dos objetivos a que estas se propõem a cumprir.

As produções científicas, de forma geral, apontam que as instituições, projetos sociais e Ong's têm sido vistas como mantenedora das desigualdades sociais e das condições de pobreza; há indicações sobre a precariedade das condições e da forma como as atividades são desenvolvidas; escrevem sobre como os profissionais lidam com as incertezas e falta de espaço para refletir a respeito do trabalho realizado e público alvo atendido; retratam uma certa falta de "humanização" no atendimento aos jovens e adolescentes participantes dos projetos sociais. Também apontam uma fragmentação das ações institucionais ou de uma rede de apoio interinstitucionais e a falta da presença do Estado. Os estudos científicos mostraram, ainda, que as atividades de algumas

instituições, projetos sociais e Ong's também favorecem o “fortalecimento de redes de solidariedade”, sendo por vezes fonte de “ampliação do horizonte social” e de “emancipação social” do público atendido, servindo como um caminho para ‘sair’ de uma condição de vulnerabilidade social. Também são considerados espaços ora de “resistência às mazelas impostas” (pobreza, violência, tráfico de drogas) pela sociedade ora de influências positivas na conquista da cidadania (TOMMASI, 2014; JORGE, 2013, MAZZOTA, 2010; LARANJEIRA e TEIXEIRA, 2008)¹. Os artigos, teses e dissertações apontam que as más condições de vida, pobreza, falta de saneamento básico, enchentes, violência, tráfico de drogas e exclusão social servem como o pano de fundo que justificariam a atuação das instituições.

Passaram-se mais de 20 anos desde a ECO-92 – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) – evento este que marcou a consolidação e o reconhecimento do trabalho das Organizações não governamentais e projetos sociais no Brasil (LANDIM, 2002). Desde então, que trabalhos estão sendo feitos, que resultados estão sendo produzidos, que mudanças estão sendo propostas e que desafios ainda estão presentes referentes as atividades.

1.1 LEVANTAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES

A primeira parte deste estudo trata das teses e dissertações e a segunda parte trata dos artigos científicos. A terceira e última parte pretende explorar as informações contidas nesta revisão acerca do assunto tratado. Todas as referências desta revisão estão no apêndice deste trabalho. É importante relatar que não se trata de um estado da arte, pois sabe-se que há muitas outras produções científicas que foram escritas, e que, porém, não foram encontradas nas bases de dados pesquisadas, ou que não foram percebidos por esta pesquisadora pelos critérios de seleção escolhidos.

¹ Todas as palavras entre aspas neste parágrafo foram retiradas de diversos artigos, teses e dissertações, para citar alguns: (JORGE, 2013, TOMMASI, 2014; RAMOS, 2015, BIASE, 2015, FEIJÓ e MACEDO, 2012; YASSUDA e SILVA, 2010).

Apresenta-se um levantamento bibliográfico de teses e dissertações, realizado no período de 10 de outubro de 2014 até 01 de dezembro de 2014 e atualizado em novembro de 2016, em que foram utilizados os mesmos critérios de seleção. A busca foi realizada na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)², que faz parte do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT)³. Nesta busca foram encontrados, ao todo, 169 trabalhos, sendo 128 dissertações e 41 teses.

Este levantamento foi realizado na busca avançada da plataforma BDTD, utilizando o ícone *assunto* em que os descritores foram os seguintes: Projeto(s) Comunitário(s) (1 tese e 2 dissertações); Ong(s) (6 teses e 33 dissertações); Voluntariado/ voluntário (6 teses e 31 dissertações); Programa(s) Social(ais) (16 teses e 32 dissertações); Protagonismo Social (3 teses); Educador Social (3 teses e 11 dissertações); Educador Popular (1 tese e 1 dissertação); Agente(s) Social(ais) (2 teses e 5 dissertações); Agente de transformação (nenhum resultado); Trabalhador Social (1 dissertação) e SUAS, CNAS, CRAS e CREAS (4 teses e 6 dissertações). Um dado é que todas as teses e dissertações datam de 2000 a 2016, embora não houvesse qualquer restrição a respeito da data. Por conta disto foram buscadas teses e dissertações, com os mesmo descritores acima, e com restrição de data no período de 1960 à 2000 e nenhum novo resultado foi encontrado. Após a seleção das teses e dissertações, estas foram reunidas, conforme os descritores utilizados, e, em seguida foram organizadas as seguintes informações: grau, título, data, autor, orientador, local e programa, problema, objetivos, metodologia, referencial teórico, participantes e considerações finais.

As datas de defesas dos trabalhos variam de 2000 a 2016. No período de 2000 a 2005 são encontrados um total de 21 trabalhos; no ano de 2006 há um aumento de trabalhos, em que em apenas um ano foram encontrados 17 trabalhos, e 16 em 2007. E em 2008 têm-se então o maior número de teses e dissertações, com 23 trabalhos defendidos neste ano. Foram encontrados 12

² “A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) tem por objetivo integrar, em um único portal, os sistemas de informação de teses e dissertações existentes no país e disponibilizar para os usuários um catálogo nacional de teses e dissertações em texto integral, possibilitando uma forma única de busca e acesso a esses documentos”. Informações colhidas do sítio: <http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20biblioteca-digital-Brasileira-de-teses-e-dissertacoes-bdtd>.

trabalhos em 2009, em 2010 e 2011 são 15 trabalhos para cada ano, 17 e 16 trabalhos nos anos de 2012 e 2013 respectivamente, 13 trabalhos em 2014, 03 em 2015 e apenas 01 trabalho encontrado em 2016 (QUADRO 1).

QUADRO 1 - NÚMERO DE TRABALHOS DEFENDIDOS , DATA E REGIÃO

REGIÃO	Sudeste		Sul		Nordeste		Centro oeste		Norte		TOTAL
	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	
2000	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	01
2001	-	01	-	01	-	-	-	-	-	-	02
2002	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	02
2003	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	02
2004	02	01	01	-	-	02	-	-	-	-	06
2005	-	03	-	03	-	01	-	01	-	-	08
2006	-	07	-	04	02	02	-	02	-	-	17
2007	01	05	03	03	-	02	02	-	-	-	16
2008	04	13	02	01	01	-	-	02	-	-	23
2009	01	05	01	03	-	01	01	-	-	-	12
2010	-	06	01	-	02	03	01	-	-	02	15
2011	01	06	02	02	01	02	-	-	-	01	15
2012	01	08	01	04	01	01	-	-	-	01	17
2013	01	07	01	04	-	03	-	-	-	-	16
2014	02	02	01	02	03	02	01	-	-	-	13
2015	-	01	-	01	-	01	-	-	-	-	03
2016	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	01
TOTAL	13	66	13	32	10	21	05	05	-	04	169
	79		45		31		10		04		

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

Legenda: D: Doutorado.

M: Mestrado.

As teses e dissertações foram defendidas em um total de 35 Instituições de Ensino Superior, sendo 15 programas de pós-graduação de universidades federais, 15 outros programas de pós-graduação de universidades e faculdades particulares e 5 programas de pós-graduação de universidades estaduais. A região sudeste é a que mais possui trabalhos defendidos (79), seguida da região sul (45), nordeste (31), centro oeste (10) e norte (4). A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é a que mais apresenta trabalhos com 30 trabalhos defendidos, seguida da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP), com 27 trabalhos defendidos neste período.

Foram citadas 35 áreas temáticas de concentração das pesquisas, sendo estas agrupadas em doze conjuntos, conforme QUADRO 2. O campo em que há mais concentração de trabalho é o da Sociologia, Ciências Sociais, Ciências Políticas, Políticas Públicas e Estudos Sociais, com 29 trabalhos. Em

seguida, foram encontrados 25 trabalhos da grande área das Psicologia. Especificamente, foram encontrados 07 trabalhos em programas de Psicologia Social e ou Psicologia Social e Institucional; 05 trabalhos em programas de Psicologia e ou da Educação, 02 trabalhos na área da Psicologia do Desenvolvimento Humano e outros 11 em programas de pós-graduação de Psicologia, sem especificações. Também foram encontrados 25 trabalhos na área da Administração. Em seguida vem Serviço Social e Política Social com 23 trabalhos.

QUADRO 2 - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DOS TRABALHOS CIENTÍFICOS

Áreas de concentração	Número de trabalhos
Sociologia / Ciências Sociais/ Ciências Políticas/ Políticas Públicas/ Estudos Sociais	29
Psicologia Social / Psicologia e ou da educação/ Outras Psicologia	25
Administração	25
Serviço Social/ Política Social	23
Educação	23
Antropologia/ Arquitetura/ Geografia/ Ed. Física/ Economia Doméstica	10
Ciência da Informação/ Computação/ Informática/ Comunicações	10
Saúde Pública / Saúde Coletiva	07
Letras, Contábeis, História Política, Eng. Ambiental, Nutrição.	05
Enfermagem/ Hospitalidade	05
Ciências da Religião/ Teologia	04
Direito	03
TOTAL	169

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

O conjunto de áreas Antropologia, Arquitetura, Geografia, Ed. Física e Economia Doméstica foi agrupado por possuírem 02 trabalhos cada item, totalizando 10 trabalhos. Também foram encontrados 10 trabalhos em programas de Ciência da Informação, Computação, Informática e Comunicações. São 07 trabalhos em programas de pós graduação em Saúde Pública e Saúde Coletiva e 05 trabalhos na área da Enfermagem e Hospitalidade.

O grupo Letras, Contábeis, História Política, Engenharia Ambiental e Nutrição, foi reunido por possuírem um trabalho cada, totalizando 05 trabalhos. Ciência da Religião e Teologia possuem 04 trabalhos e 03 trabalhos defendidos em programas de pós-graduação da área do Direito.

Após esta breve caracterização geral das teses e dissertações, seguem então os assuntos abordados por elas. Para fazer esta distribuição por temas, foram observados a problematização e os objetivos da pesquisa realizada nas teses e dissertações. São ao todo 10 temas. O QUADRO 3 apresenta os temas pelos quais as teses e dissertações foram distribuídas:

QUADRO 3 - DISTRIBUIÇÃO DAS TESES E DISSERTAÇÕES POR TEMÁTICAS.

N.	TEMA	Teses	Dissertações	Total
1.	Sentidos, significados e conceitos.	06	26	32
2.	Avaliação de programas sociais e/ ou de projetos, implementação e influência das políticas públicas.	10	18	28
3.	Gestão, estratégias e práticas das instituições.	02	24	26
4.	Trabalhador: técnico, educador ou voluntário e seu trabalho, atividade.	06	16	22
5.	Análise sobre a história e discussões de programas sociais e discursos sociais.	07	10	17
6.	Sentidos e significados das relações estabelecidas, vínculos e mediações sociais.	02	09	11
7.	Formação e educação.	01	07	08
8.	Participação, engajamento, participação política.	02	06	08
9.	Redes digitais, informática e mundo virtual	05	02	07
10.	Outros	01	09	10
Total		41	128	169

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

São 32 trabalhos que têm como foco de suas pesquisas compreender os Sentidos, significados e conceitos sobre diferentes assuntos, como pobreza, vulnerabilidade social, infância e valores. O segundo eixo apresenta 28 estudos que têm como foco a avaliação, implementação, e também influência de programas ou projetos sociais para uma determinada população, usuários ou comunidade. São 26 trabalhos entre teses e dissertações que se propõe a investigar o gerenciamento, estratégias e ainda os trabalhos realizados nas organizações (estatais ou não), como um todo. O ponto de vista dos trabalhadores – técnicos, educadores, voluntários ou não, sobre o trabalho que realizam é o tema de outras 22 pesquisas. Análises sobre a história de programas sociais, de discursos de governantes são temas encontrados em 17 trabalhos. São 11 os trabalhos que vão analisar e identificar os sentidos e significados das relações estabelecidas, dos vínculos sociais e mediações sociais. Temas relacionados à educação e formação são encontrados em 08 pesquisas, e também em 08 pesquisas são encontrados assuntos que se concentram em temas relacionados a formas de participação e engajamento. Sete pesquisas têm como temática principal o mundo virtual e 10 outros

estudos não se encaixaram em nenhuma destas temáticas específicas e foram reunidos, então, no eixo: Outros.

1.1.1 Sentidos, significados e conceitos de temas abordados nas teses e dissertações

Neste primeiro tópico foram reunidas 06 teses e 26 dissertações que se propõem a investigar sentidos, significados e conceitos de diversas expressões e assuntos que circunscrevem o universo das Organizações da Sociedade Civil e de programas sociais estatais. Os trabalhos buscam compreender dos usuários, participantes, famílias atendidas, trabalhadores voluntários, técnicos, integrantes de projetos e de programas sociais em geral qual é o sentido, o significado ou o conceito dos seguintes temas: vulnerabilidade, pobreza, subjetividade, valores, otimismo, ética, infância, condicionalidades, família, parceria, cidadania e justiça social, câncer infantil, educação não formal, Organização-não-governamental, processos de empoderamento, representações sociais, identidade, trabalho voluntário e lazer (QUADRO 4).

O tema da vulnerabilidade, como assunto norteador, aparece em 04 trabalhos (JORGE, 2013; COSTA, 2011; ESPESCHIT, 2008; ROCHA, 2007). Jorge (2013) questiona como o significado do termo é usado pelos trabalhadores e agentes sociais, sendo utilizado como um termo substituto para explicar fenômenos difusos ou diversas situações do trabalho, ou seja, sem especificações e usado para descrever situações que não se explicam. Para Espechit (2008) o tema da vulnerabilidade aparece de forma norteadora de seu trabalho, na medida em que a autora se apropria do termo para questionar a contribuição dos programas estatais na diminuição do grau de vulnerabilidade das famílias. Assim a vulnerabilidade, para Espechit (2008), tornou-se um eixo de análise com dimensões que podem ser alcançadas, como o nível de renda, grau de escolaridade e condições de acesso a serviços e bens comuns e também nas estratégias de enfrentamento que as famílias utilizam para a busca da melhoria de vida.

Rocha (2007) propõe a adolescentes que avaliem o projeto social do qual fazem parte e problematizem o alcance social do programa. O trabalho é fundamentado em duas categorias: a juventude como construção social e a vulnerabilidade social. Em seu trabalho, a autora propõe que uma avaliação compartilhada – entre usuários jovens e equipe técnica do programa por ela analisado – é uma possibilidade efetiva para a transformação da vida dos usuários, fortalecimento e enfrentamento da vulnerabilidade social. Costa (2011) analisa a construção social da vulnerabilidade para o HIV/ Aids de homens que fazem sexo com outros homens (HSH), abordando a política brasileira de prevenção. Neste caso, não se trata de uma discussão acerca de uma vulnerabilidade social ligada à pobreza, e sim de aspectos relacionados a estar vulnerável a uma situação de doença, em que o autor preocupa-se com discursos identitários a respeito da questão, que podem ou não tornar o público HSH vulneráveis.

O tema das Representações Sociais é foco de, ao menos, 04 trabalhos. Cirino (2012) discute as representações sociais do espaço urbano, entrevistando agentes sociais que participaram de programas de políticas públicas de habitação, ocorridas em conjuntos habitacionais de Muriaé. Pereira (2013) traz uma discussão no âmbito da psicologia, ao refletir sobre as representações sociais sobre os usuários do CRAS. Santos (2007) faz uma análise sobre as representações sociais de educadores sociais sobre a criança e o adolescente em situação de rua. Corrêa (2010) analisa as representações de aluno, professor e de língua inglesa presente nas falas de voluntários de uma Ong que oferece curso de inglês. Uma de suas conclusões é que na representação do discurso, Ongs e escolas regulares não ensinam bem inglês, reforçando que os institutos de idiomas particulares são os que têm sucesso no ensino da língua inglesa.

QUADRO 4 - SENTIDOS , SIGNIFICADOS E CONCEITOS DE TEMAS ABORDADOS NAS TESES E DISSERTAÇÕES

G	Título	Data	Autor	Local/ Programa
M	Concepções de pobreza e voluntariado entre voluntários e voluntárias de Florianópolis.	2014	Camila Gastelumendi Gonçalves	Universidade Federal de Santa Catarina - Psicologia
D	A supervisão como parte do processo de formação continuada do educador social: uma mediação necessária para a construção e	2013	Gerson Heidrich da Silva.	USP / Psicologia e Educação.

	desenvolvimento do trabalho socioeducativo.			
M	A escola e o bairro entre o público e o privado: um estudo da concepção do programa de gestão comunitária da Associação Cidade Escola Aprendiz.	2013	Mayara de Freitas	U. F. de São Carlos / Educação.
M	A dádiva de si: Estudo etnográfico sobre movimento escoteiro.	2013	Caio Fernando Flores Coelho	U.F. do Rio Grande do Sul / Antropologia Social
M	Adolescentes vulneráveis ou vulnerabilizados? Sentidos e usos do termo vulnerabilidade na perspectiva dos agentes sociais do município de Jacareí (SP).	2013	Denise Batista Pereira Jorge	Instituto de Psicologia – USP / Psicologia Social.
M	A psicologia no mundo da vida: Representações sociais sobre os usuários do CRAS .	2013	Vinícius Tonollier Pereira	U.F. do Rio Grande do Sul / Psicologia Social e Institucional.
M	Agentes sociais e políticas públicas habitacionais em Muriaé.	2012	Douglas Soares Cirino	PUC – Rio de Janeiro / Geografia.
M	Desenvolvimento Humano: a identidade do psicólogo que atua junto a famílias em contexto de vulnerabilidade social.	2012	Alissandra Calderaro Soares da Silva.	U. de Taubaté – Desenvolvimento humano: formação, políticas e práticas sociais.
D	Redistribuição e reconhecimento no programa Bolsa Família: a voz das beneficiárias.	2011	Maria Mercedes Rabelo	U.F. do Rio Grande do Sul / Sociologia.
M	Desafios da avaliação em um projeto sócio-educativo: assistência social, Ong e escola pública.	2011	Juliana Daros Carneiro.	PUC – Campinas / Educação.
M	Tecendo vivências e sentidos do câncer infantil: família, doença, e redes de apoio social em Natal – RN.	2011	Jociara Alves Nóbrega.	U.F. do Rio Grande do Norte / Antropologia.
M	A família vai à escola : as concepções de justiça social, cidadania e parcerias comunitárias como estratégias conservadoras de poder em cinco programas da secretaria de Estado da Educação de São Paulo.	2011	Guilherme Andolfatto Libanori.	U. F. de São Carlos / Educação.
M	HSH: políticas públicas de prevenção a DST's ainda para uma população anônima.	2011	Adriano Henrique Caetano Costa	U.F. do Ceará / Sociologia.
M	Inglês escola (a) fora: representações do professor, aluno e língua estrangeira em uma ONG para o ensino da língua inglesa.	2010	Juliana de Melo Corrêa.	USP / Letras Modernas.
M	Diaconia e missão em contexto de periferia: o desafio da cidadania na comunidade Bico do Urubu.	2010	Danuzio Astore.	Escola Superior de Teologia / Teologia prática.
D	A questão da pobreza na percepção de assistentes sociais que trabalham na política de assistência social.	2009	Maria Cristina de Souza.	PUC – SP./ Serviço Social
M	A abordagem do tema família nas políticas sociais de educação, saúde e assistência social.	2009	Simoni Michele de	U. Estadual de Londrina / Serviço

			Oliveira Schibelsky	Social e Política Pública.
M	O que é lazer? Uma análise de pleitos de Minas Gerais do programa Esporte e Lazer da cidade em 2007.	2009	Roseana Mendes	U.F. de Juiz de Fora / Educação Física.
M	Otimismo, suporte social e valores do trabalho como antecedentes de bem estar subjetivo de trabalhadores.	2009c	Lucia Helena Walendy de Freitas	U. Metodista de SP. – Psicologia da Saúde.
D	Condicionalidades nos programas de transferência de renda: tensão entre direitos e controle dos pobres.	2008	Mara Rosangela Acosta de Medeiros.	PUC do Rio Grande do Sul / Serviço Social.
M	A construção de identidade do educador social na sua prática cotidiana: a pluralidade de um sujeito singular.	2008	Gerson Heidrich da Silva.	USP / Psicologia e Educação.
M	Estrutura de oportunidades e ativos: a redução da vulnerabilidade social em famílias beneficiárias do programa bolsa família.	2008	Ester Rodrigues Espeschit	Fundação João Pinheiro / MG / Políticas Públicas.
M	Infância associada ao tema aborto voluntário em peças jornalísticas publicadas no jornal online da Folha de São Paulo (1997 – 2005).	2008	Vanessa Monteiro Bizzo.	PUC /SP – Psicologia social
M	Voluntariado: Uma dimensão ética.	2008	Rachele da Silva Ferrari.	PUC /SP – Psicologia clínica
M	A circulação da dívida no 3º setor: estudo de caso da ONG Operação Mobilização.	2008	Aline Cristina Mendes	Universidade Anhembi Morumbi / Hospitalidade.
D	Possibilidades e limites no enfrentamento da vulnerabilidade social juvenil: a experiência do Programa Agente Jovem em Porto Alegre.	2007	Simone Rocha da Rocha.	PUC do Rio Grande do Sul/ Serviço Social
D	Voluntariado em hospitais: uma análise institucional da subjetividade.	2007	Marta Cristina Meirelles Ortiz.	USP / Instituto de Psicologia.
M	Educador Social: análise das representações sociais sobre a criança e o adolescente em situação de rua.	2007	Pedro Pereira dos Santos	PUC-SP / Educação: currículo.
M	Empoderamento e ONG: limites e possibilidades	2006	Daniela Santana Feijó	U.F. do Rio Grande do Sul / Ciência Política.
M	Cidadania: (re) pensando a práxis dos profissionais de um programa de atendimento às famílias em fase de aquisição.	2005	Ana Paula Balbuena Karkotli	Universidade do Vale do Itajaí / Saúde Coletiva.
M	Um estudo sobre a cidadania no programa Bolsa- trabalho.	2005	Marlene Adame Garcia.	Universidade nove de Julho/ Educação.
M	Tecendo fios entre o discurso e a prática: o significado de ONG para seus profissionais	2005	Maria Silvia Gomes Nogueira.	PUC – SP / Psicologia Social.

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

Legenda: G: grau; D: doutorado e M: mestrado

Valores, otimismo e Ética são expressões usadas como norteadoras em pelo menos 04 trabalhos. Coelho (2013) trata dos sentidos que são dados aos valores defendidos pelo Movimento dos Escoteiros, com foco no trabalho voluntário – este entendido como fator essencial no programa pedagógico do Movimento. Freitas (2009 d) defende que questões como otimismo, suporte social e valores do trabalho são elementos antecedentes de bem estar subjetivo de trabalhadores. Ferrari (2008) discute a dimensão ética, de forma mais crítica, do voluntariado, e Mendes (2008) que traz para discussão a dádiva (dar-receber-retribuir) como valor quase inerente do serviço voluntário.

Os significados atribuídos a infância, câncer infantil e família aparecem em diferentes formas. Na dissertação de Bizzo (2008) foi realizada uma análise de conteúdo de peças jornalística (Jornal Folha de São Paulo), acerca do tema infância e sua relação com o aborto voluntário. O tema do câncer infantil é o alvo de Nóbrega (2011) que busca entender os sentidos da doença para as crianças e familiares que sofrem. E investigar o tema família nas políticas sociais de educação, saúde e assistência social é o trabalho de Schibelsky (2009).

Karkotli (2005) têm como objetivo refletir sobre a inserção do conceito de cidadania no cotidiano do trabalho dos profissionais da área da saúde, objetivo este muito próximo da questão de Astori (2010) que se propõe a refletir sobre a prática da cidadania na periferia, no serviço prestado por diáconos e missionários. Garcia (2005) trabalha com cidadania, no sentido de preocupar-se com o desenvolvimento de uma cidadania participativa em jovens que frequentam o programa bolsa-trabalho.

As dissertações de Libanori (2011) e Freitas (2013) analisam concepções a respeito de parceria, cidadania e projetos sociais que fundamentam programas da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, sendo que o segundo é um trabalho que analisa as concepções de bairro-escola, educador comunitário e gestor público em educação comunitária, articulando estes conceitos com as concepções anteriores (os trabalhos tem orientação comum).

Silva (2012) e Silva (2008) buscam compreender a categoria *identidade*. A primeira preocupando-se com a identidade de psicólogos que trabalham com famílias em contexto de vulnerabilidade social e o segundo trata do processo de construção da identidade do educador social no cotidiano do seu trabalho.

Pobreza ou pobre são termos usados em 03 trabalhos, porém com significado não distante do utilizado em vulnerabilidade social. Sousa (2009) analisa a questão da pobreza na percepção de assistentes sociais que trabalham na política de assistência social e Silva (2013) trata das representações de “educando-pobre” e também da identidade do educador social que trabalham em Ong’s. Gonçalves (2014) busca compreender as concepções de pobreza e também de voluntariado entre os trabalhadores voluntários de uma OSC de Florianópolis. Nesta, a pobreza é vista como uma situação triste, condição de marginalidade e de exclusão social e como uma situação injusta, embora com uma concepção, ainda, por parte dos entrevistados, de uma culpabilização da pessoa por estar nesta condição e o trabalho voluntário teria sentido, ainda, de caridade e solidariedade. A subjetividade é utilizada por Ortiz (2007) como foco de uma análise institucional sobre o trabalho de voluntários.

As concepções sobre educação não formal e como esta vêm sendo concebida por uma Ong, uma escola formal e a assistência social que tem entre si uma parceria é o foco de análise de Carneiro (2011). Esta autora mostra que nesta parceria há contradições a respeito da educação não formal, parecendo provocar fragilidades e limitações no trabalho exercido pela Ong. O significado de Ong para profissionais que nela atuam (NOGUEIRA, 2005), traz resultados semelhantes ao anterior, na medida em que o significado de Ong atribuído por seus trabalhadores remete ao distanciamento da proposta do trabalho ao trabalho que de fato é realizado. As compreensões e concepções sobre o lazer é o tema de Mendes (2009). Por fim, identificar as condicionalidades de programas de transferência de renda (MEDEIROS, 2008) observando as repercussões que estas incidem na viabilização de direitos sociais e o tema da compreensão dos processos de empoderamento de uma Ong que trabalha com a temática gênero e raça (FEIJÓ, 2006) também estão presentes neste eixo.

Com esta breve apresentação dos trabalhos deste eixo buscou-se evidenciar quais os assuntos são abordados nas investigações das teses e dissertações com as pessoas que fazem parte de uma Organização da Sociedade Civil ou de um programa social estatal, sejam elas agentes internos (usuários, famílias, comunidade em geral) ou agentes externos (equipe técnica, trabalhadores voluntários ou com outros vínculos). O tema mais pesquisado é o do sentido ou significado de vulnerabilidade social e pobreza (7 trabalhos).

1.1.2 Avaliações de programas ou projetos sociais, implementação e influência das políticas públicas

Os estudos aqui reunidos referem-se desde trabalhos que buscam propor instrumentos de avaliação de projetos ou programas sociais governamentais ou estatais, passando por aqueles que mostram a trajetória de implementação de programas e Ong's com os problemas e dificuldades vindos desta implementação. Ainda, há outros trabalhos que mostram, de forma avaliativa, a influência das políticas públicas no desenvolvimento social, sejam em parcerias com instituições não governamentais ou estatais (QUADRO 5).

Os programas sociais governamentais que são mais citados – e avaliados - são o Programa Bolsa Família (LOPES, 2013; MELO, 2008), programas sobre alimentação (ALVES, 2005; FARIA, 2005; SOUZA, 2010) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (NUNES, 2013; CHIECHELSKI, 2007). Um dos estudos sobre a avaliação de programas alimentares aponta, entre outras coisas, que há uma eficácia do programa Cozinha Brasil, no comportamento alimentar das pessoas participantes do programa (ALVES, 2005). Outro estudo, ao escrever sobre merenda escolar (SOUZA, 2010) traz como uma de suas conclusões que as escolas do município estudado não oferecem condições ideais para ofertar merenda escolar com os nutrientes adequados. Estes são apenas alguns exemplos de como os resultados das avaliações ora são positivos no que concerne a questões referentes ao poder público, ora indicam necessidades de mudanças nas políticas de ação governamentais (SOUZA, 2006).

QUADRO 5- AVALIAÇÕES, IMPLEMENTAÇÃO E INFLUENCIA DE PROJETOS E PROGRAMAS SOCIAIS.

G	Título	Data	Autor	Local/ Programa
D	A influência do pensamento político-pedagógico freireano na práxis de educadores populares cearenses na década de 1960	2014	Maria das Dores Alves Souza	Universidade Federal do Ceará – Educação.
D	Os programas sociais de combate à pobreza na Argentina e no Brasil: uma abordagem da filosofia da Libertação.	2014	Guilherme Dornelas Camara.	PUC do Rio Grande do Sul/ Serviço Social.
D	Avaliação da eficácia e efetividade do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil a partir da perspectiva dos usuários e agentes.	2013	Charlene Nayana Nunes	U.F. da Paraíba – Psicologia.
M	Avaliação do programa de merenda escolar no município de Aracoiaba.	2013	Fernando Lima Lopes	U. Estadual do Ceará. – Saúde materno – Infantil.
D	Avaliação de um projeto social para crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias.	2011	Lirene Finkler	PUC do Rio Grande do Sul/ Serviço Social.
M	Impacto dos programas sociais brasileiros sobre a pobreza, a desigualdade e o desenvolvimento.	2011	Miriam Aparecida Rocha	U.F. de Viçosa – Direito.
D	Influência das políticas públicas e programas sociais de combate à pobreza no desempenho econômico e social dos municípios selecionados, do estado de Mato Grosso do Sul -2000 -10.	2010	Adriana Rochas de Carvalho Fruguli Moreira.	U.F. Rio Grande do Sul/ Serviço Social.
D	Avaliação de programas sociais: um estudo sobre os efeitos de um programa de educação alimentar visando à melhoria de hábitos alimentares.	2010	Milton Mattos de Souza.	UnB – Psicologia.
M	A (dês) proteção social da juventude: uma análise à luz da avaliação do Projovem Urbano segundo seus usuários no município de João Pessoa - PB	2010	Geniely Ribeiro Assunção.	U.F. da Paraíba / Serviço Social.
D	Um modelo de avaliação de programa de inclusão digital e social.	2009	Maria de Fátima Ramos Brandão.	UnB – Psicologia Social.
M	Uma análise estratégica da gestão pública da prefeitura municipal de Salvador: um estudo da área de assistência social no ano de 2006.	2009	Reinaldo Saback Santos	Universidade de Salvador / Administração.
M	Avaliação de projetos sociais: um estudo na ONG “Ação Social Arquidiocesana” de Florianópolis – Santa Catarina.	2009	Denise Maestri Reis.	Universidade do Vale do Itajaí. – Administração.
M	A implementação e implantação dos CRAS em São José dos Campos: um estudo do CRAS – Eugênio de Melo.	2009	Elisete de Fátima Rangel	PUC- SP/ Serviço Social.
D	Análise de focalização e sua aplicação para o caso do Programa Bolsa Família.	2008	Sônia Rebouças da Silva Melo	U.F. de Pernambuco – Economia.
M	A presença/ ausência da cobertura à população rural pelo SUAS: os casos das cidades de Londrina/PR e Vale do Paraíba /SP.	2008	Ivonete da Silva.	PUC- SP/ Serviço Social.
M	Avaliação de desempenho econômico das entidades assistenciais: um estudo do valor agregado às suas ações.	2008	Carlos Alberto Martins.	FECAP / Ciências Contábeis.

M	Avaliação do processo de implementação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado em MG, na percepção dos dirigentes das instituições habilitadas.	2008	Jania Cosme Zancanella.	U.F. de Viçosa / Administração
D	Meta-avaliação das auditorias de natureza operacional do Tribunal de Contas da União: um estudo sobre auditorias de programas sociais.	2007	Helga Cristina Hedler	UnB – Psicologia do trabalho e organizações.
D	Sistemática de avaliação para aplicação em municípios que implantaram o Programa bolsa Família.	2007	Paulo Cesar Santos Chiechelski	PUC - do Rio Grande do Sul / Serviço Social.
M	Modelo de avaliação de resultados para programas sociais : uma aplicação do MCDAR no PETI no município dos Bezerras – PE	2006	Rildo Feitosa de Souza	U.F. de Pernambuco – Administração Pública.
M	Racionalidade nas organizações do terceiro Setor: tensões e implicações para a avaliação de programas sociais.	2006	Marcos Fadanelli Ramos.	UnB / Administração.
M	Egressos da Inclusão Digital: Estudo avaliativo	2006	Marcia Melo de Matos.	U.F. do Ceará / Planejamento e avaliação Educacional.
M	O relacionamento entre Estado e Ongs – a formulação e aprovação da Lei das Oscips (organizações da Sociedade Civil de interesse público).	2006	Catharina Eugênia Gonzaga Pires.	UnB – Ciência Política.
M	Marcos do desenvolvimento Organizacional da ONG/ Aids – Casa de Assistência Filadélfia – CAF.	2006	Ieda Maria Siebra Bochio.	USP/ saúde Pública.
M	A avaliação do programa nacional de alimentação escolar no município de Camaragibe – PE.	2005	Lilian Knerche Alves.	U.F. de Pernambuco – Saúde Coletiva.
M	Políticas Sociais em Goiás (1995-2002): os programas cesta básica de alimentos e renda mínima.	2005	Mary – Nilse Faria.	U.F. de Goiás – Sociologia.
M	Avaliação de programas sociais em organizações não governamentais: um caso de avaliação de impacto.	2004	Amanda Farias Campalo.	U.F. de Pernambuco – Administração
M	Lógicas de engajamento de produtores familiares em propostas de desenvolvimento: a implementação do programa social agropecuário em Pampa de Achala, Cordoba. Ar.	2003	Silvia Lauren Ryan	U.F. do Rio Grande do Sul / Políticas Públicas.

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

Legenda: G: grau; D: doutorado e M: mestrado

A implementação, a elaboração de modelos de avaliação, aperfeiçoamento e o acompanhamento dos programas sociais, bem como a discussão sobre o impacto que os programas sociais governamentais têm ou tiveram sobre questões como a pobreza, a desigualdade e o desenvolvimento

humano também são alvo de pesquisas (CAMARA, 2014; ROCHA, 2011,). Há ainda, um outro trabalho (HEDLER, 2007) que discute as auditorias realizadas no Tribunal de Contas da União (TCU). Há trabalhos sobre a implementação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (RANGEL, 2009) e sobre as atividades do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em populações de cidades rurais (SILVA, 2008), e também sobre a avaliação do programa social projovem urbano com os usuários do programa (ASSUNÇÃO, 2010).

Já em relação aos projetos sociais não governamentais, os temas sobre a avaliação transitam em projetos que tratam sobre inclusão digital, inclusão social de jovens e adolescentes, inclusão social de jovens no mercado de trabalho (FINKLER, 2011, BRANDÃO, 2009; REIS, 2009; MATOS, 2006; COMPALO, 2004). Estes ainda defendem a relevância das relações proximais, das redes de apoio, cooperações e da importância da parceria e articulação com as políticas públicas. Um dos trabalhos (REIS, 2009) faz uma crítica ao sistema de avaliação de uma instituição filantrópica, aponta que esta não teria um sistema de avaliação validado cientificamente, concluindo assim que o resultado da avaliação que a instituição realiza com os seus participantes não é legítima. Outro trabalho (RAMOS, 2006) explora a questão da racionalidade em 3 Ongs e avalia a existência de tensão entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva e seus reflexos na avaliação de programas sociais

Analisar os motivos que levaram o poder executivo a propor uma nova legislação para as ONGs e analisar o processo de negociação que deu origem a essas leis (PIRES, 2006) e descrever a trajetória de uma ONG AIDS com relação a evolução da epidemia da Aids, identificando elementos que indiquem o desenvolvimento organizacional (BOCCHIO, 2006).

O tema da economia aparece em pelo menos 3 trabalhos (MARTINS, 2008, MOREIRA, 2012 E ZANCANELLA, 2008). Há trabalhos de avaliação sobre o desempenho econômico de entidades assistenciais (MARTINS, 2008) e de verificação da influencia das políticas publicas e dos programas sociais de combate à pobreza no desempenho econômico (MOREIRA, 2012) Avaliar o funcionamento e os desdobramentos do programa nacional de microcrédito

produtivo orientando e conhecendo as percepções dos sujeitos educacionais é o objetivo de Zancanella (2008)

Analisar a lógica de engajamento e adesão de produtores rurais em projetos comunitários (RYAN, 2009), compreender o desenvolvimento do conceito de estratégia e de planejamento no âmbito da gestão pública e identificar as ações estratégicas desenvolvidas e inovações para alcance de transformações sociais, (SANTOS, 2009), são outros trabalhos que fazem parte deste eixo. Um outro estudo avalia a influência do pensamento de Paulo Freire nas práticas de educadores populares na década de 1960, no Ceará, e concluiu que esta influência contribuiu para a elevação do nível de alfabetismo e na ampliação dos processos de organização social e cultural dos cearenses (SOUZA, 2014).

Avaliação e influência, implementação, desenvolvimento e engajamento são os objetivos dos trabalhos que foram reunidos aqui neste eixo. São estudos que tratam tanto de programas do Estado quanto de projetos vinculados ao terceiro setor. Avaliam políticas sociais, influência de legislações, práticas institucionais e a aderência de trabalhadores aos programas sociais e organizações não governamentais. São trabalhos que, em sua maioria, preocupam-se com as condições de pobreza e vulnerabilidade social e que buscam a saída desta condição.

1.1.3 O trabalhador: técnico, educador ou voluntário e sua atividade

Neste terceiro tópico, foram reunidas 06 teses e 16 dissertações que tratam da reflexão sobre como são realizadas as tarefas e trabalhos exercidos pelos profissionais e ou voluntários que atuam como educadores na área social. São discussões que mostram desde aspectos relativos a questões técnicas-operacionais das atividades a serem realizadas (CARVALHO, 2008; OLIVEIRA, 2010) até questões que mostram os pontos de vista dos trabalhadores, como pensam e agem em relação ao seu trabalho, ou na implantação de novas tarefas (MARQUES, 2014; BARBOSA, 2013; ALENCAR

2011). Também, encontraram-se trabalhos relativos ao grau de satisfação, ao sucesso do trabalho, e sobre o voluntário e as repercussões que o seu trabalho traz para si (MATSUDA 2002, FORELL, 2009). Os trabalhos de Souza (2007) e Figueiredo (2005) vão focalizar o trabalho voluntário de idosos, sendo este trabalho voluntário visto pelos idosos como algo prazeroso (FIGUEIREDO, 2005), e sugerem, entre outras coisas, que o trabalho voluntário serve como mecanismo de promoção da qualidade de vida dos idosos (SOUZA, 2007).

Jantke (2012), Ferreira (2011), Dietz (2013) e Borba (2012), a partir de entrevistas realizadas com educadores sociais vão discutir a prática, as necessidades e a identidade deste profissional. Jantke (2012) sugere que a prática do educador social precisa de sistematização, aprofundamentos e aproximações com a pedagogia social. Ferreira (2011) investiga a relação entre a representação que o educador social faz do 'educando-pobre' e como a identidade deste profissional vai se construindo a partir desta representação, reafirma a importância dos educadores sociais enquanto profissionais que atuam com a população mais pobre, favorecendo a ampliação das redes sociais – mesmo que ainda operando numa lógica assistencialista, posição esta defendida por Borba (2012), que ainda ressalta as dificuldades que este trabalhador tem como a escassez de material para suas intervenções, uma formação frágil e salários baixos. Dietz (2013) apresenta um trabalho que defende a educação social como uma postura crítica em relação à sociedade e revela a postura de um educador, preocupado em realizar uma prática transformadora, embora frágil e com pouca definição teórica.

Guedes (2004) descreve as possibilidades de atuação do psicólogo clínico, enquanto técnico responsável: como um facilitador de processos grupais, supervisor de grupo de voluntários, consultor de projetos, assessor e promotor de aconselhamentos e atendimentos psicológicos. Guedes (2004) escreve que o psicólogo clínico contribui e facilita para a ocorrência de condições favoráveis para que o voluntário desenvolva potencialmente o seu trabalho.

QUADRO 6 - TEMA 3: O TRABALHADOR E SUA ATIVIDADE

G	Título	Data	Autor	Local/ Programa
D	Os novos paradigmas da educação social. Atuação do educador Social em Vila Velha – ES. Limites e possibilidades na grande terra vermelha.	2014	Marcelino Marques.	PUC – SP – Ciências Sociais / Sociologia.
D	O voluntariado como valor perspectiva histórica e percepção de gestores voluntários e contratados de uma Ong - Aids	2014	Ieda Maria Siebra Bocchio.	USP / Saúde Pública.
M	Fundação Dom José Maria Pires: uma experiência de Educação Popular – Serra Redonda - PB	2014	Carlos Augusto da Silva Junior	Universidade Federal da Paraíba – Educação.
M	Educadores sociais que atuam no contraturno escolar junto a crianças e adolescentes: os sentidos e significados atribuídos a sua atividade.	2013	Karin Gerlach Dietz	PUC – SP / Psicologia da Educação.
M	O trabalhador socioeducativo no SUAS: reflexões sobre o pensar e o agir dos trabalhadores sociais.	2013	Juliana Alves Barbosa	U. de Taubaté – Desenvolvimento humano: formação, políticas e práticas sociais.
M	Educador Social: formação e prática.	2012	Regina Vazquez Del Rio Jantke	PUC – SP/ Educação: currículo.
M	Professores visitam as casas de seus alunos: uma experiência interpretada à luz da pedagogia social.	2012	Roberta Bellinato.	USP / Educação.
M	Doação e trabalho voluntário dos torcedores no futebol cearense: o caso dos movimentos independentes da torcida tricolor.	2012	Ricardo Cesar Gadelha de Oliveira Junior	U.F. do Ceará/ Sociologia.
D	Diz-me quem educas, e eu identificarei que educador tu és! As representações de 'educando-pobre' e a formação da identidade profissional do educador social em Ong's caritativas.	2011	Arthur Vianna Ferreira	PUC / SP – Psicologia da Educação
D	A Saúde da pessoa idosa na atenção básica: processos, limites e possibilidades no caso do município de Teresina – Piauí.	2011	Maria do Socorro Silva Alencar.	U.F. do Maranhão / Saúde Coletiva.
M	Câncer: Repercussões na família e a humanização em uma casa de apoio na perspectiva dos cuidadores.	2011	Cibele A. Costa Magalhães.	Universidade de Viçosa / Economia Doméstica.
D	Estratégia saúde da família: avaliação de crenças dos profissionais que atuam em municípios rurais paraibanos.	2010	Suenny Fonseca de Oliveira	U.F. da Paraíba - Psicologia
M	Ong's e escolas públicas básicas: os pontos de vista de docentes e “educadores (as) sociais”.	2010	Daniel Monteiro da Silva.	USP / Sociologia da Educação.
M	Trabalho voluntário em Projetos Sociais esportivos: uma análise a partir do Programa Escola Aberta de Novo Hamburgo / RGS	2009	Leandro Forell	U.F. do Rio Grande do Sul / Ed. Física.
M	Educadores Sociais e suas práticas junto a jovens : o cotidiano de Ong's na cidade de Campinas / SP	2008	Patricia Leme de Oliveira Borba.	U.F. de São Carlos / Fundamentos da Educação.

M	Educação e estudos de usuários em bibliotecas universitárias brasileira: abordagem centrada nas competências em informação.	2008	Fernanda Cordeiro de Carvalho	UnB / Ciência da Informação e documentação.
M	Psicologia Escolar e o desenvolvimento adulto: um estudo sobre o perfil de educadoras sociais em uma ONG de São Luís / MA.	2008	Poliana Galvão Soares.	UnB/ Psicologia
M	Trabalho voluntário, saúde e qualidade de vida em idosos.	2007	Luccas Melo de Souza.	U.F. do Rio Grande do Sul / Enfermagem.
M	Trabalho voluntário: Fatores de sucesso em uma instituição Filantrópica.	2006	Miriam Rose Tolentino P. portinho.	Universidade Estadual de Santa Catarina. / Administração.
M	Interfaces do trabalho voluntário na Aposentadoria.	2005	Nara Cristina Macedo de Figueiredo.	U.F. do Rio Grande do Sul / Psicologia Social e Institucional.
M	Psicologia clínica e responsabilidade social empresarial: compartilhando ideias e práticas.	2004	Bruna Fenocchi Guedes.	PUC – Campinas / Psicologia.
M	Estudo da satisfação dos voluntários engajados em entidades com área de atuação diversa, na cidade de Porto Alegre.	2002	Cláudia Hayashi Matsuda	U.F. do Rio Grande do Sul / Administração.

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

Legenda: G: grau; D: doutorado e M: mestrado

Bocchio (2014) analisa o trabalho do voluntário e escreve sobre o papel do gestor organizacional para a valorização do trabalho dos voluntários e enfatiza a importância do gestor enquanto promotor de valores organizacionais como reconhecimento, solidariedade e promoção da cidadania. Oliveira Junior (2012) analisa as ações de um grupo de torcedores que tem como principal objetivo a reforma e a ampliação de um patrimônio do Clube que torcem e também dá ênfase a valores como: a dádiva de si – algo como dar sem esperar receber algo em troca; o sacrifício em nome de algo maior – a reforma do clube e supressão de interesses individuais. Bellinato (2012) investigou a atuação de professores que visitavam seus alunos, defendendo a prática da pedagogia social e Magalhães (2011) analisa a importância da humanização e do trabalho voluntário em instituições de saúde.

Há dois aspectos que aparecem neste grupo. O primeiro aspecto diz respeito às questões relacionadas aos resultados dos trabalhos que mostram as dificuldades dos trabalhadores em associar e relacionar a técnica ou proposta do trabalho com a ação efetivada. Neste caso, aparecem trabalhos

que discutem a questão do trabalhador- profissional contratado, atuante no serviço público, seja na área da saúde, seja na área da assistência, em que há uma diferença entre o que se pratica e o que se gostaria de fazer ou pensa que faz. Isto, devido, ora por conta dos entraves e limitações nas políticas de trabalho, ora por conta das crenças que os profissionais têm acerca do seu trabalho e da política pública que o orienta. Outro aspecto deste grupo refere-se aos temas relacionados ao trabalhador voluntário, em que são encontrados aspectos como o impacto positivo das ações desenvolvidas nos projetos sociais, a importância da mobilização, motivação, sucesso, qualidade de vida e superação das dificuldades. Parece haver uma análise muito mais positiva quando se trata do trabalho percebido e realizado pelos voluntários, do que pelos profissionais contratados ou concursados.

1.1.4 Gestão, estratégias e práticas das instituições

Neste eixo foram reunidas 24 dissertações e 2 teses. Elas referem-se a questões que giram em torno da gestão, estratégia, empreendedorismo e das práticas de organizações não-governamentais, instituições públicas, programas do governo e outras organizações da sociedade civil (QUADRO 7).

Os estudos mostram uma preocupação com a gestão e com o trabalho voluntário por parte das instituições (NASCIMENTO, 2008; CUNHA, 2007; HOPPEN, 2007, PINHEIRO, 2002) em que algumas alternativas estariam direcionadas a uma construção de redes de apoio, fortalecimento de laços em torno de ações, que facilitarão a inserção e/ou continuidade e melhoria dos trabalhos a serem realizados. Também, os estudos sobre as políticas sociais, os programas governamentais e as ações estratégicas das escolas públicas, principalmente para incentivar a relação com a comunidade em que está inserida (RIOS JUNIOR, 2013; LAMEIRÃO, 2013; MORAIS, 2010; STORT, 2007; COSTA, 2006) mostraram algumas dificuldades da relação entre o poder público e a efetividade de ações sociais. Por exemplo, o trabalho de Lameirão (2013) aponta para a dificuldade de autonomia - de se fazer ouvir – de gestores de um município, frente à aplicação de um programa governamental de

distribuição de renda e Costa (2006) trata em seu trabalho sobre formas de atuação num serviço carcerário que reproduzem práticas opostas ao que deveria ser da área do serviço social, não voltadas a defesa dos direitos sociais e sim ao assistencialismo paliativo.

QUADRO 7 - GESTÃO, ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS DAS INSTITUIÇÕES

G	Título	Data	Autor	Local/ Programa
M	Voluntariado em organizações hospitalares: diferentes visões de gestão	2015	Sheila Patrícia Ramos	Universidade Regional de Blumenau – Administração.
M	Voluntariado nas Entidades sem Fins Lucrativos, Rede colaborativa para uma saúde pública de qualidade	2015	Maria Clara Mayr De Biase	Fundação Getúlio Vargas – Administração Pública.
D	Voluntariado ambiental como síntese dos comportamentos pró-sociais e pró-ambientais: uma abordagem empírica pelo modelo processual	2014	André Luiz Ferreira Moniz	Universidade de Brasília – Instituto de Psicologia
M	Sistematização das atividades do voluntariado num hospital público de ensino: o olhar da enfermagem	2014	Eliane Aparecida Machado Rosa	Universidade Federal do Paraná – Enfermagem.
M	A autonomia municipal na implementação do Programa Bolsa Família.	2013	Adriana Paz Lameirão.	U.F. do Rio Grande do Sul /História Política.
M	A crítica do fenômeno das ONGs no Brasil: uma análise da atuação na política social de proteção à criança e adolescente em Recife.	2013	Ademir Vilaronga Rios Junior.	Universidade Federal da Paraíba – Serviço Social.
M	ONG religiosa: Agente de transformação social?	2013	Ana Maria Queiroz.	Universidade Presbiteriana Mackenzie / Ciências da Religião.
M	Eficácia na qualificação profissional de jovens e o projovem urbano: o caso de Toledo – PR	2012	Juliane Tramontin Bleger.	Universidade Estadual do Paraná- Unioeste – Políticas Públicas.
M	A presença da ONG Cidade para a construção de um planejamento democrático em Porto Alegre	2011	Bibiana Volkmer Martins	U.F. do Rio Grande do Sul/ Administração.
M	O papel sócio-empREENDEDOR da Ong de direitos em defesa dos direitos sexuais e migratórios na Amazônia.	2010	Giselle Alves Silva	U.F. do Pará. Administração / Gestão organizacional.
M	A contribuição das ONGs no âmbito da saúde: o caso das mulheres mastectomizadas na cidade de João Pessoa – PB.	2010	Veronaldo de Lucena Moraes	U.F. Paraíba / Serviço Social.
M	A inclusão sócio-educacional de crianças e jovens com deficiência visual e a participação da ONG Instituto dos cegos da Paraíba.	2010	Marco Antonio Granjeiro	U.F. Paraíba / Serviço Social.

			Lima	
M	Sobre novas tecnologias de gestão que se articulam a repertórios históricos: um estudo sobre o trabalho voluntário na área da saúde.	2010	Camila C. Quina Pereira.	PUC / SP – Psicologia Social
M	Capital Social e trabalho voluntário: um estudo sobre a pastoral da criança de Santos / SP	2008	Cláudia Maria do Nascimento.	PUC – SP / Administração.
M	Ética Solidária: Um estudo da ação religiosa e ética da Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, nos princípios de Emmanuel Levinas.	2007	Maria Angélica Santana	PUC-SP/ Ciências da Religião.
M	O voluntariado e a fé cristã juvenil: observação sobre avanços e retrocessos a partir de casos pesquisados no colégio Frederico Jorge Logemann em Horizontina - RS.	2007	Sara Regina Hoppen	Escola Superior de Teologia – São Leopoldo, RGS.
M	O trabalho voluntário e a responsabilidade social empresarial: a expropriação do tempo livre como uma estratégia de envolvimento cooptado do trabalhador.	2007	Nubia Maria Dias da Cunha.	U.F. do Maranhão/ Ciências Sociais
M	Terceiro setor, educação e juventude: Um estudo sobre as práticas da Instituição de Incentivo à Criança e ao adolescente (ICA) de Mogi- Mirim – SP.	2007	Daniela Ribeiro Stort	Universidade Federal de São Carlos / Educação.
M	Instituto Coração de Estudante: educação e mudanças sociais, políticas e culturais em comunidades rurais em Pentecoste – Ceará.	2007	Francisco Antonio Alves Rodrigues.	U.F. do Ceará / Educação.
M	Inclusão social no mercado de trabalho.	2006	Neide Yoko Tsugumi	Universidade Anhembi Morumbi./ Hospitalidade.
M	As Ongs no sistema penitenciário do estado de São Paulo: Protagonistas constitutivas de novos modelos prisionais ou reprodutoras dos modelos tradicionais?	2006	Gizelda Morato Costa	PUC – SP/ Serviço Social.
M	Contribuições de um programa educativo de uma ONG para a prática da educação ambiental na conservação da biodiversidade.	2005	Maria das Graças Souza	U.F. de São Carlos/ Engenharia Ambiental.
D	Institutos de Direito do trabalho aplicados na sustentabilidade do terceiro setor.	2004	Ana Amélia Mascarenhas Camargo	PUC-SP / Direito do Trabalho.
M	Gestão de voluntários, Ações em rede: Análise de dois casos em Porto Alegre.	2002	Leandro Rogério Pinheiro.	U.F. do Rio Grande do Sul/ Administração.
M	Organização do trabalho no Terceiro Setor em Santana do Livramento.	2001	Luiz Edgar Araújo Lima.	U.F. do Rio Grande do Sul/ Administração.

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

Legenda: G: grau; D: doutorado e M: mestrado

Há estudos sobre atividades de instituições filantrópicas tradicionais (QUEIROZ, 2013; SANTANA, 2007) e outros que tratam de temas como desempenho econômico, eficácia da qualificação profissional, empreendedorismo, sustentabilidade e a realidade do 3º Setor (BLEGER, 2012; SILVA, 2010; CAMARGO, 2004). Martins (2011) investiga as ações de uma ONG e sua relação com o Estado – em Porto Alegre – e verificou o quanto a instituição têm dificuldades para se fazer ouvir pelo Estado, e constatou a cumplicidade do Estado com os interesses do Capital.

As contribuições das atividades exercidas pelas Ongs e instituições sociais são temas tratados em diferentes trabalhos: integração entre professores e alunos, oportunidade de orientação e preparação de professores de escola formal para atividades extra-classe, de acordo com Souza (2005), são contribuições possíveis que uma Ong pode ofertar para a área da educação; o trabalho de Rodrigues (2007) ao analisar as ressonâncias sociais, políticas e culturais de uma Ong educacional, diz que esta, a Ong, pôde permitir aos estudantes espaços de participação, democracia, solidariedade e aprendizado para a cidadania; Tsugumi (2006) pesquisa a eficiência de ações de Ongs, buscando verificar se as instituições possuem condições efetivas de promover a inclusão social de adolescentes no mercado de trabalho. Lima (2001) escreve sobre a realidade das organizações do terceiro setor e de como estas influenciam na comunidade, seja com as pessoas assistidas por esta, voluntários e trabalhadores que atuam nela.

Os efeitos que a gestão, a lei e o interesse governamental exercem no trabalho voluntário na área da saúde são temáticas nos trabalhos de Ramos (2015), Biase (2015), Rosa (2014) e Pereira (2010). Ramos (2015) trata da influência que diferentes visões de gestão exercem sobre o trabalho voluntário em hospitais, aponta que há ainda uma visão bastante assistencialista e que deveria haver uma busca maior pela profissionalização do trabalho voluntário, enquanto que Rosa (2014) propõe, em seu trabalho, a construção de uma proposta para a sistematização das atividades de voluntários em um hospital público, a partir da crítica do modelo de produção capitalista, questionando o incentivo e interesse do Estado neste tipo de voluntariado. Biase (2015) estuda o conceito de liderança voluntária e tomada de decisão enquanto elementos de

sustentação de uma rede colaborativa entre Estado e entidades sem fins lucrativos, para uma saúde pública de qualidade. Pereira (2010) investiga o quanto o trabalho do voluntário é performado no hospital, apontando influências e interesses governamentais neste trabalho.

A análise das ações socio-inclusivas, voltadas para crianças e jovens com deficiências visuais e análise das políticas públicas de atendimento é o tema do trabalho de Lima (2010). Moniz (2010) identificou graus elevados de motivação, satisfação pessoal e organizacional apontando benefícios sociais e laborais num grupo de voluntários, o autor defendeu que o voluntário ideal deve ter disposição, bom desempenho, valores de justiça, altruísmo e sensibilidade ambiental, além de conhecimentos sobre lei e a inclusão, na análise dos serviços voluntários, de uma dimensão política e a importância da gestão e qualificação técnica do terceiro setor.

O que aparece em comum nestes estudos é o desafio das organizações, sejam elas públicas, privadas ou do terceiro setor, em buscar ações coletivas, construção de redes de apoio, de solidariedade, parcerias, organizações colaborativa e diálogos como estratégias de ação para viabilizar uma maior efetividade nas práticas sociais. Também há os trabalhos que analisam a gestão do trabalho voluntário e da influência, incentivos e apropriação que o governo exerce na continuidade destas práticas, ainda que sejam assistencialistas.

1.1.5 Análises sobre as história e discussões de programas sociais e discursos

Os trabalhos organizados nesta esfera compreendem, sobretudo, àquelas pesquisas que trazem discussões de análises documentais e de propostas de políticas. Grande parte dos estudos aqui referenciados trata ou da gênese da política de assistência social do governo Lula (MENDONSA, 2012) ou de assuntos relacionados às políticas de Assistência Social, seja em relação ao CRAS ou SUAS (LIMA, 2012; GONÇALVES, 2012; NOZABIELLI, 2008).

QUADRO 8 - ANÁLISES SOBRE HISTÓRIA E/ OU DISCUSSÕES DE PROGRAMAS SOCIAIS E DISCURSOS.

G	Título	Data	Autor	Local/ Programa
D	Mediação Social em Angola: relações de interface entre ONGs e camponeses na região do planalto central, província de Hambo, município do Caála.	2013	Antonio Joaquim de Assis Zeferino Calundungo.	U.F. do Rio Grande do Sul / Sociologia
M	Estratégias de comunicação do benefício de prestação continuada (BPC). O caso de Belo Horizonte.	2013	Ana Carolina de Oliveira.	PUC/ SP – Serviço Social.
D	Gênese da política de assistência social do governo Lula	2012	Douglas Mendosa	USP/ Sociologia.
M	O Programa Bolsa Família e a Intersetorialidade: a experiência de Umuarama	2012	Gislaine Aparecida da Silva Ramires	Universidade Estadual de Londrina / Centro de Estudos Sociais Aplicados.
M	CRAS: Expressão real da política nacional de assistência social de 2004.	2012	Aline Aparecida Silva Lima	PUC/ SP – Serviço Social.
M	SUAS: o desafio da intersectorialidade na PNAS	2012	Elinalda José Gonçalves	PUC/ SP – Serviço Social.
M	Corrupção, política econômica e programas sociais na construção do discurso de oposição do PSDB ao governo Lula.	2012	Malkio Barreto Guimarães.	PUC – RGS/ Ciências sociais e políticas.
M	Redistribuição e reconhecimento: o caso das políticas sociais nos municípios de Natal e Belo Horizonte.	2010	Thais de Freitas Morais	U.F. do Rio Grande do Norte / Ciências Sociais.
D	Nacionalização da Política de Assistência Social e governos estaduais no Brasil. O caso do estado de São Paulo.	2008	Maria do Rosário C. de Sales Gomes.	PUC – SP / Serviço Social.
D	Ideias, debates, mídia e opinião pública: uma análise das dinâmicas de interação entre atores estatais e não estatais nas disputas acerca das patentes farmacêuticas.	2008	Monica Ester Struwe Razuk.	USP – Ciências Políticas.
D	Entre permanências e mudanças – a gestão municipal da política de assistência social na região de Sorocaba – SP.	2008	Sônia Regina Nozabielli.	PUC/ SP – Serviço Social.
M	As novas configurações do estado sob as influências do 3º setor na contemporaneidade: um estudo sobre o papel do voluntariado no âmbito empresarial e escolar.	2008	Aline Barbosa de Miranda.	U.F. de Uberlândia.
D	Entre a cultura e a política: uma geografia dos “currais” no sertão do Seridó Potiguar.	2007	Francisco Fransualdo de Azevedo.	Universidade Federal de Uberlândia/ Geografia.
M	Assistencia Social : direito ou favor. Um estudo sobre as famílias nos programas sociais da prefeitura de Atibaia.	2006	Paula Belgini.	PUC-SP/ Serviço Social
D	Capital Social e organizações do Terceiro Setor em Porto Alegre.	2004	Beatriz Morem da Costa.	U.F. do Rio Grande do Sul / Sociologia
M	Crise do capitalismo, recomposição da superpopulação relativa e os programas de Assistência social: uma reflexão crítica sobre os determinantes e estratégias de combate à pobreza.	2004	Cesar Henrique Miranda Coelho Maranhão	U. F. de Pernambuco/ Serviço Social.
M	A caracterização da demanda do banco de alimentos municipal de São Paulo. A exclusão social e a procura por alimentos doados institucionalmente.	2004	Marta Battaglia Custodio	USP/

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

Legenda: G: grau; D: doutorado e M: mestrado

Há também, um estudo que faz uma análise de discurso dos pronunciamentos proferidos em plenário pelos líderes do PSDB (GUIMARÃES, 2012) em relação a política do governo Lula, e outro que propõe avançar no desvendamento das determinações econômicas, ideológicas e políticas que possibilitam ou não a atuação da assistência social no Brasil (MARANHÃO, 2004). Num curso semelhante, o estudo de Azevedo (2007) denuncia para a existência de uma forte cultura política, em uma pequena cidade do interior de Minas Gerais, que impede ou limita o desenvolvimento social, a liberdade individual e/ou grupal.

Um estudo sobre as relações existentes entre o estado angolano e as Ong's nas iniciativas voltadas para o desenvolvimento econômico-social de Angola, que revela a existência de tensões entre o Estado e as Ong's e suas repercussões na vida dos camponeses angolanos (CALUNDUNGO, 2013). Um outro trabalho, de Razuk (2008), traz uma análise sobre as interações entre atores estatais e não estatais nos processos de criação, continuidade e mudanças de regimes internacionais, apontando a mídia como um forte fator influenciador nas decisões dos atores sociais.

Costa (2004) investigou as tensões e potencialidades presentes nas parcerias entre o terceiro setor, instituições governamentais e empresas, apontando que haviam desconfortos: de caráter ideológico e modismo com a denominação 'terceiro setor' e de grande disputa por recursos do setor estatal e privado, por Ongs que atuam em linhas temáticas semelhantes, sendo mais beneficiadas àquelas com maior influência de articulação e capital social. Relações entre esferas públicas e privadas e o impacto da expansão do terceiro setor por meio do trabalho voluntário é tema de Miranda (2008).

Estudos comparativos entre políticas sociais (COSTA, 2010), e sobre a forma como se configurou a responsabilidade pela assistência social nos estados brasileiros são temas estudados por Costa (2010) e Gomes (2009). Estudo de temas relacionados ao Programa Bolsa Família pode ser visto em alguns trabalhos como de Ramires (2012) e Belgini (2006). O primeiro faz uma análise da intersectorialidade entre a Política nacional de assistência social (PNAS) e as políticas de saúde e educação, intersectorialidade esta decorrente

das condicionalidades previstas no programa Bolsa Família e Belgini (2006) estuda a situação sócio-econômica das famílias que foram desligadas do programa Bolsa Família. Analisar as estratégias de divulgação do Benefício De Prestação Continuada é o tema da dissertação de Oliveira (2013). Custodio (2014) buscou entender a demanda social por alimentos doados institucionalmente. A comparação entre esta demanda e o mapa da vulnerabilidade social e a relação que a autora fez (CUSTODIO, 2004) é que a exclusão social influencia na demanda por alimentos.

Análises sobre a funcionalidade e discursos de políticas públicas, sejam das áreas da educação, da saúde ou sociais são os temas tratados neste eixo. São trabalho que tratam da influência do Estado nas estratégias de implementação e continuidade dessas políticas e de como são vistas sob a perspectiva dos gestores e participantes destes programas.

1.1.6 Sentidos e significados das relações estabelecidas, da mediação social e dos vínculos

O tema dos sentidos e significados das relações sociais aparece como importante no estabelecimento e continuidade dos projetos sociais. Sejam sobre as análises das relações feitas entre os membros de uma mesma comunidade (MOREIRA, 2012), quanto da importância destas relações entre educadores e educantes (OLINDA, 2011) para o bom desenvolvimento de um trabalho social, quanto em relação a voluntários e a sua relação com o trabalho exercido no projeto em que está inserido (GLEIN, 2007).

Tavares (2011) analisa os vínculos sociais que surgem como suporte de representações psíquicas positivas de participantes de uma Ong, permitindo, segundo a autora, a construção de projetos profissionais de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A descrição de níveis de dimensões de suporte social e balanço emocional de pessoas que participam de uma instituição beneficente (FREITAS, 2009) para a compreensão do quadro psicológico dos indivíduos estudados (QUADRO 9).

QUADRO 9 - SENTIDOS E SIGNIFICADOS DAS RELAÇÕES ESTABELECIDAS, DA MEDIAÇÃO SOCIAL E DOS VÍNCULOS.

G	Título	Data	Autor	Local/ Programa
M	Motivação para expectativa, entrada, permanência e saída: um estudo longitudinal no voluntariado da Fundação Cidade Viva.	2016	Samuel Lázaro Luz Lemos	Universidade Federal da Paraíba – Administração e Sociedade
M	Expectativas, adesão e desligamento no trabalho voluntário: estudos de motivos do voluntariado da fundação Cidade Viva, João Pessoa/PB, 2014.	2015	Marcos Aurélio Gomes de Aquino	Universidade Federal da Paraíba – Administração e Sociedade
M	“Aqui, tudo se cria, nada se copia”. Um estudo etnográfico da ONG Fundação Casa Grande e a formação cultural de jovens moradores de nova Olinda- CE.	2014	Marcia Maria Ximenes.	U.F. do Ceará / Comunicação.
M	A construção da cidadania e defesa dos direitos da população em situação de vulnerabilidade social: a mediação social de uma Ong local numa zona da periferia de PoA.	2013	Lina Paola Rubio Saavedra.	U.F. do Rio Grande do Sul / Administração.
M	O algodão sem veneno do assentamento Queimadas, na Paraíba: agentes sociais, alinhamento em rede, produção e comercialização	2012	Isabel Martins Moreira	PPGAS / Antropologia Social – UFRN.
M	Os vínculos e a construção de projetos profissionais de jovens inseridos em um programa social.	2011	Claudia Sampaio Tavares	USP – Educação.
M	AObrigo ou de como abrigar e obrigar brincam de amarelinha nas relações entre educadores (as)s sociais e meninas em um abrigo em Fortaleza.	2011	Sahmaroni Rodrigues de Olinda	U. F. do Ceará/ Educação brasileira.
M	Das Ong’s Aids ao movimento social travesti: Interação Estado – sociedade, dinâmicas complexas e identidades em construção	2010	Jamile Larias Chequer.	PUC – RJ/ Ciências Sociais.
M	As relações entre suporte social e balanço emocional.	2009	Ion de Freitas.	Universidade Metodista de São Paulo / Psicologia da Saúde.
D	Leitura teórica e prática do projeto Amigos da Escola: perscrutando o agir solidário.	2007	Aparecida Cléia Glein	PUC – UnB/ Educação.
D	Destinos (im) prováveis: Trajetórias de Jovens egressos de uma experiência de arte-educação	2006	Isaurora Cláudia Martins de Freitas	U.F. do Ceará / Sociologia.

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

Legenda: G: grau; D: doutorado e M: mestrado

Tavares (2011) analisa os vínculos sociais que surgem como suporte de representações psíquicas positivas de participantes de uma Ong, permitindo, segundo a autora, a construção de projetos profissionais de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A descrição de níveis de

dimensões de suporte social e balanço emocional de pessoas que participam de uma instituição beneficente (FREITAS, 2009) para a compreensão do quadro psicológico dos indivíduos estudados.

Outro estudo revela os impactos da relação entre Ong e cultura, envolvendo o elemento da comunicação (XIMENES, 2014), em que o resultado é que a Ong atua na formação cultural de jovens que a frequentam. Chequer (2010) analisa as formas de interação entre Estado, Ong e Movimento Social e coloca como foco a política como instituinte do processo no qual as identidades de jovens vão se construindo.

Compreender de que forma as experiências de socialização entendidas como incorporação do *habitus* instalam-se e repercutem na vida dos indivíduos constituindo possibilidades de não reprodução da condição social de origem é o objetivo do trabalho de Freitas (2006) e analisar a mediação social realizada por uma Ong de mulheres – estudar mecanismos para que Ongs atuem como mediadoras positivas e possibilitem a construção de cidadanias ativas, necessidades, contradições e tensões. (SAAVEDRA, 2013).

Estudar a motivação do trabalho voluntário, envolvendo aspectos como expectativas, entrada, adesão, permanência e desligamento do trabalho são temas de Aquino (2015) e Lemos (2016). Aquino (2015) contribui contando que há problemas relacionados a uma alta rotatividade nas Ongs e que isto pode ter haver com o perfil motivacional dos voluntários e revela que há predominância de perfil altruísta, seguido de justiça social, aprendizagem e afiliação. Lemos (2016) também estuda os perfis e fatores motivacionais do voluntariado de uma Ong, por meio de um estudo longitudinal, e observa que há mudanças de perfis e motivação conforme o passar dos tempos e destaca o elemento religioso, o viés cívico, o motivo de aprendizagem e identificação com a causa da Ong como fatores motivacionais.

Compreender o quanto a mediação social, os vínculos realizados, os fatores motivacionais, e de como os trabalhadores – contratados ou voluntários – e participantes das Ongs dão significado aos relacionamentos que fazem na instituição e de como influenciam a manutenção, permanência e realização do trabalho feito pelas Ongs é o objeto de estudo dos trabalhos deste eixo.

1.1.7 Formação e educação

A formação e o tema da educação são foco de pelo menos 8 trabalhos, que vão desde discussões sobre as necessidades de trabalhadores sociais em aprender mais sobre o desenvolvimento infantil, desafios ligados a intervenção do educador em relação ao relacionamento entre os educandos, e gerenciamento de conflitos, ou conhecimentos específicos em relação a um determinado tema (PRÍNCEPE, 2010; SARUBBI, 2008), até a questões debatidas acerca de currículos de projetos e como estes orientam as práticas dos trabalhadores sociais (MANSKE, 2006) (QUADRO 10).

QUADRO 10- FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO.

G	Título	Data	Autor	Local/ Programa
M	Aprendizagem transformadora e social entre indivíduos que exercem atividades voluntárias.	2013	Vanessa Andrea Viana.	Universidade Presbiteriana Mackenzie / Administração de empresas.
D	Juventudes, culturas e cidadanias: diálogos em perspectivas numa ONG na periferia de Fortaleza.	2010	João Tancredo Sá Bandeira.	U.F. do Ceará / Educação
M	Necessidade Formativas de educadores que atuam em projetos de educação não formal.	2010	Lisandra Marisa Príncipe.	PUC-SP/ Psicologia da Educação.
M	Os saberes necessários aos voluntários de ONGs do 3º setor atuantes na área da saúde – HIV/ AIDS.	2008	Fabíola Sarubbi.	U. do Estado de Santa Catarina/ Administração.
M	A leitura nas Ongs e inter-relações com a escola pública: um estudo de caso.	2008	Ana Shitara Inglesi.	USP/ Educação
M	Um currículo para a produção de lideranças juvenis na associação cristã de moços de Porto Alegre.	2006	George Saliba Manske	U.F. do Rio Grande do Sul / Educação.
M	Políticas públicas e o adolescente infrator – os desafios da liberdade assistida: educação, profissionalização e mercado de trabalho.	2006	Cássia Regina Melo de Souza.	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.
M	A educação ambiental no contexto da formação do agente social da terceira idade como educador.	2006	Ricardo Pasin Caparrós.	Universidade Metodista de São Paulo.

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

Legenda: G: grau; D: doutorado e M: mestrado.

O fenômeno da aprendizagem e de como esta se manifesta na vida cotidiana (VIANA, 2013) de trabalhadores voluntários, o debate da educação profissionalizante (SOUZA, 2006; FREITAS, 2006) de adolescentes e também de uma educação voltada para a produção de atitudes e valores positivos em relação a juventude (BANDEIRA, 2010), são trabalhos que estão neste eixo. Outros dois trabalhos revelam a importância de Ong's como complemento ou beneficiando a educação formal (INGLESI, 2008 ; SOUZA, 2005). Discutir a presença, o papel e o potencial do idoso nas sociedades contemporâneas – tendo como base a formação de um educador e a questão ambiental (alunos da terceira idade do curso de educação ambiental) é destacado, para Caparrós (2006) como um trabalho importante na discussão para a construção de uma sociedade sustentável.

Os trabalhos desta lista parecem evidenciar a importância de uma formação ou educação, que auxilie o educador ou voluntário que trabalha em alguma organização do terceiro setor, a exercer o seu trabalho com qualidade. Esta formação estaria ligada tanto a questões relacionadas ao desenvolvimento humano, direcionado a como trabalhar com crianças, adolescentes e idosos, e, também a questões relacionadas a aprendizagem de valores e atitudes mais positivas para lidar com jovens.

1.1.8 Participação, engajamento, participação política

A participação é um elemento que aparece em quase todos os estudos das 169 teses e dissertações pesquisadas. Neste tópico foram reunidas as teses e dissertações que apresentam como problema e objetivos esta categoria. Alguns autores trazem a importância significativa da participação como um processo que deveria ser quase como natural nos processos decisórios de elementos fundamentais nas políticas, e que não é devido a implicações de ordem política (BENNIS, 2008, BASTOS, 2001), como no caso de poder opinar a respeito de projetos de produção de habitação de massa. Runskowski (2012) analisa a questão do engajamento político de jovens (2012). O termo participação também aparece, para Gil (2009) como elemento

importante na constituição do ser, efetivado na relação de cuidar do outro e fazer para o outro (QUADRO 11).

QUADRO 11 - PARTICIPAÇÃO / ENGAJAMENTO/ PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.

1. Participação / Engajamento/ Participação Política;				
G	Título	Data	Autor	Local/ Programa
M	Do incômodo à ação beneficente e da indignação à ação contestatória: estudo sobre condições e mecanismos de engajamento nas Tribos nas Trilhas da Cidadania e no Levante Popular da Juventude.	2012	Bianca de Oliveira Ruskowski.	U.F. do Rio Grande do Sul / Sociologia.
M	HSH e participação em Ong's em BH entre 2007 e 2009.	2011	Aníbal Fabião Murure	U.F. de Minas Gerais – Saúde Pública.
D	Jovens e participação: a experiência da Ong Trilha Cidadã	2009	Carmem Zeli de Vargas Gil	U.F. do Rio Grande do Sul / Educação
D	Educação, trabalho voluntário e responsabilidade social da empresa: “amigos da escola” e outras formas de participação.	2008	Silvana Ap. Souza.	USP / Educação.
M	O arquiteto despachante: a participação do arquiteto na produção habitacional de massa.	2008	Frederico Mourão Bennis.	U.F. de Minas Gerais / Escola de Arquitetura
M	Espaços de participação política: um estudo da APAE	2005	Cristiana Losekann	U.F. do Rio Grande do Sul / Ciência política.
M	A dimensão comunitária da escola. Construção de parcerias entre a escola e a comunidade.	2003	Rosemari Dorigon Reinhardt	PUC – RGS / Sociologia educacional.
M	A participação do usuário no processo de projeto de habitação de interesse social em sistemas autogestionários.	2001	Clarissa Maria Valgas e Bastos.	U.F. de Minas Gerais / Escola de Arquitetura.

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

A participação também aparece na pesquisa de Murure (2011), que questiona a participação de homens que fazem sexo com outros homens em Ongs, no sentido de refletir sobre a prevenção da Aids, neste caso a participação ou não em Ongs, segundo os autores, não afetaria o comportamento preventivo. Losekann (2005) propõe identificar elementos que compõem a atuação das Ongs e sua relação com o Estado. Analisadas a participação das Ongs nos conselhos gestores, foram identificados aspectos nos espaços de atuação política das estatais, que revelam uma estrutura de atuação vinculada a filantropia. Reinhardt (2003) analisa a construção de parcerias, organização, colaboração e diálogos nas práticas das escolas que são abertas a comunidade e Souza (2008) analisa a participação e o trabalho voluntário do programa “Amigos da Escola”.

São diferentes formas de participação, há aquelas relacionadas ao compromisso e organizações do terceiro setor com o Estado, outras relacionadas a participação de trabalhadores e voluntários nas organizações em que atuam, e também a participação dos usuários das organizações sociais e do quanto eles se comprometem com a causa da organização em que estão envolvidos (RUNSKOWSKI,2012; MURURE, 2012)

1.1.9 Redes digitais, informática e mundo virtual

O tema das redes sociais, da informática e do mundo virtual de forma geral compõem as pesquisas que foram organizadas neste grupo (QUADRO 12)

QUADRO 12 - REDES DIGITAIS / INFORMÁTICA E MUNDO VIRTUAL

G	Título	Data	Autor	Local/ Programa
D	Análise da produção, implementação e avaliação de um modelo de mediação da informação no contexto de uma comunidade urbana.	2014	Maria Giovanna Guedes Farias	Universidade Federal da Bahia – Ciência da Informação.
D	Comunicação e Feminismo: as possibilidades da era digital.	2012	Vera de Fátima Vieira.	USP – Ciências da computação.
D	Avaliação e recomendação de colaborações em redes sociais acadêmicas.	2012	Giseli Rabello Lopes.	U.F. do Rio Grande do Sul / Ciências da Computação - PPGC
M	Aplicação da taxonomia dos objetivos educacionais a partir do uso dos registros do AVA moodle. Um estudo de caso de cursos realizados para ONG's pelo prêmio Itaú Unicef	2012	Thiago Cantarim D'Oliveira	PUC-SP / Tecnologia da Inteligência e Design Digital.
D	Colaboração em ambientes inteligentes de aprendizagem mediada por um agente social probabilístico.	2008	Elisa Boff	U.F. do Rio Grande do Sul / Instituto de Informática – PPGC.
D	Por detrás da Inclusão Digital: Uma reflexão sobre o consumo e a produção de informação em centros públicos de acesso à internet no Brasil.	2007	Mariana Reis Balboni.	Escola de Comunicações e Artes da USP/ Ciências da Comunicação e redes interativas.
M	As trocas informacionais e a produção de conhecimento: Um estudo sobre as interações no ambiente das Ong's	2007	Ronaldo Pereira Martins	U.F. de Minas Gerais / Ciência da Informação.

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

Legenda: G: grau; D: doutorado e M: mestrado

A análise de redes sociais, o desafio em definir modelos probabilísticos de conhecimento para avaliação de projetos/ programa/ ações sociais (LOPES, 2012, BOFF, 2008); a importância da internet mediando as relações sociais, a inclusão digital (BALBONI, 2007; MARTINS, 2007); a utilização da tecnologia como ferramenta de combate a violência doméstica (VIEIRA, 2012) e os processos educacionais (MARTINS, 2007; D'OLIVEIRA, 2012), são os temas das pesquisas aqui colocadas (QUADRO 18). Também há um trabalho (FARIAS, 2014) que se propôs a avaliar o impacto de um modelo específico de mediação da informação, constatando que este modelo possibilitou a potencialização de protagonismo social e emancipação cultural, quando os usuários se apropriaram da informação e as utilizaram para desenvolver habilidades e competências para lidarem com estas informações.

Todos os trabalhos deste eixo foram projetos desenvolvidos em programas de comunicação, computação e ciências da informação de forma geral, e referem-s a utilização de sistemas de informação que possam facilitar processos de educação e promover diferentes formas de emancipação social, cultural, empoderamento e outros.

1.1.10 Outros temas nas teses e dissertações

Esta categoria refere-se a trabalhos que não foram ou não se adequaram em nenhuma outra categoria. Garbelini (2011) trata de questões relativas ao trabalho infantil e Ballestrin (2006) discute as relações entre sociedade civil e Ongs internacionais de Direitos Humanos no governo FHC. Gimenez (2007) defende a estruturação de critérios utilizados nas alianças entre Ongs e empresas. Valoração econômica; relação entre serviços voluntários e religiosos (GRANCONATO, 2006; VIEIRA, 2009) estão colocados neste quesito (QUADRO 13).

Oliveira (2006) a partir de um levantamento etnográfico trabalha com o desenvolvimento de projetos locais e comunitários implementados junto a grupos indígenas. A prática do serviço social no hospital Sírio Libanês de São

Paulo é o tema escolhido por Gellerth (2012), e a experiência de um mutirão autogestionário foi o tema escolhido por Vaz (2000)

QUADRO 13 - OUTROS.

G	Título	Data	Autor	Local/ Programa
M	Strategic alliances between companies and non-governmental Organizations pursuing the creation of shared value: an Exploratory study at the base of the pyramid in Brazil	2014	Eva Maria Stolz	Escola de Administração de Empresas de São Paulo – FGV - Administração
M	A oferta de trabalho voluntário no Brasil	2014	Luísa de Azevedo Senra Soares	Universidade de São Paulo – Economia, Administração e Contabilidade
M	O outro lado da Saúde – Abrace seu bairro.	2012	Cassia Maria Gellerth	PUC – SP / Serviço Social.
M	Trabalho infantil como violação de direitos da criança e do adolescente: dados do trabalho precoce em Ponta Grossa.	2011	Priscila Pedroso Garbelini	U. F. de Ponta Grossa/ Ciências Sociais Aplicadas.
M	Valoração econômica das Unidades de conservação da serra de São José, MG: abordagem da disposição ao trabalho voluntário.	2009	Patricia Fernanda da Silva Pereira Vieira.	U. F. de Viçosa / Economia aplicada.
M	Alianças entre organizações não governamentais e doadores empresariais: casos do Paraguai	2007	María Sol Báez-Gimenez.	U.F. do Rio Grande do Sul / Administração.
D	Messianismo Canela: entre o indigenismo de estado e as estratégias do desenvolvimento	2006	Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira.	U.F. do Maranhão / Políticas Públicas.
M	Estado e ONGs no Brasil: acordos e controvérsias a propósito de Direitos Humanos (1994 – 2002).	2006	Luciana Maria de Aragão Ballestrin.	U.F. do Rio Grande do Sul/ Ciência Política.
M	Os serviços voluntários e religiosos como excludentes da relação de emprego.	2006	Marcio Mendes Granconato	PUC- SP / Direito das Relações Sociais.
M	Mutirão habitacional autogestionário: experiência do CAAP – Grande São Paulo. 1980-1990.	2000	Ana Luiza de Lyra Vaz	PUC-SP/ Serviço Social.

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

Legenda: G: grau; D: doutorado e M: mestrado

Soares (2014) investiga os fatores que levam indivíduos a trabalhar voluntariamente e Stolz analisa o estabelecimento de alianças entre Ong's e empresas privadas avaliando os possíveis ganhos que cada uma teria nestas parceiras. Nos casos analisados pela autora, o sucesso da parceira depende muito da compatibilidade da visão, missão, estratégias e valores que tanto Ong

como empresa privada teriam para então beneficiar a comunidade atendida. Enfim, este grupo de 10 trabalhos foram assim reunidos por apresentarem propostas de análises que diferenciam-se das anteriores.

1.1.11 Algumas considerações

Os trabalhos apresentados fazem parte de um levantamento bibliográfico com a intenção de conhecer sobre o que se escreve a respeito de projetos e programas sociais. O que se percebe é que parte destas teses e dissertações parecem estar orientadas em definir ou defender práticas que visem ou possibilitem a transformação social da realidade em que os sujeitos – alvos das políticas sociais e das Ong's, vivem. Para alcançar este objetivo, os trabalhos investem em trazer questões relativas à construção das redes de apoio, da cooperação, fortalecimento de redes sociais e virtuais, participação dos envolvidos na construção dos projetos comuns, avaliação compartilhada e colaborativa, construção de vínculos, produção de atitudes e valores positivos, acesso a informação, solidariedade, aprendizado para a cidadania, entre outras.

Essas características apontam para a necessidade de ações - com objetivo de alcançar a transformação social - que partem do coletivo, do trabalho em e no grupo e que apontem para um desafio que ainda aparece não resolvido nestas questões, que é o desafio de incluir as pessoas destinatárias das políticas públicas, dos programas sociais, das Ong's, instituições, e outros como ativos participantes nos processos de implantação, acompanhamento e avaliação destes programas (FREITAS, 2012).

1.2 ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE O TRABALHO EM PROJETOS SOCIAIS

Aqui há a finalidade de apresentar uma visão geral dos dados de um levantamento de artigos científicos realizado no período de outubro de 2015. A pesquisa dos artigos focalizou em temas que pudessem oferecer um panorama

dos assuntos que têm sido estudados e discutidos na academia, envolvendo projetos sociais, organizações – não - governamentais, associações, educação não formal e similares.

Os artigos foram pesquisados nas bases de dados Google Acadêmico, BVS-Salud, Lilacs, Pepsic e Scielo. Nas bases de dados Pepsic e Scielo foram pesquisados pouco mais de 1.600 números, visitados em 58 periódicos. Nestas, a pesquisa foi realizada revisando cada número dos periódicos, buscando títulos que indicassem o assunto da educação não formal e projetos sociais. Outros artigos foram encontrados em 6 periódicos indicados nas bases Google Acadêmico, BVS-Salud e Lilacs, que não faziam parte do conjunto de periódicos Pepsic e Scielo.

Além da busca pelos títulos de artigos, em todas as bases também foram utilizadas palavras-chave para complementar a busca. As palavras-chave utilizadas foram: programas sociais e programa social; projetos sociais e projeto social; educação não formal; programa de educação e programas de educação; psicologia social comunitária; psicologia social; organizações-não-governamentais e Ong's; organização-não-governamental e Ong.

Inicialmente foram escolhidos 135 artigos, que após nova apreciação e leitura foram selecionados 91 artigos. Os 44 artigos foram descartados por tratarem de assuntos que não atendiam aos requisitos da pesquisa, por tratarem de escolarização formal fossem sobre jovens e adultos, crianças e adolescentes, educação indígena e educação do campo. Após leitura integral dos artigos selecionados, estes foram distribuídos em sete categorias com a finalidade de melhor compreender os assuntos neles tratados (QUADRO 14).

QUADRO 14- DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS POR TEMÁTICAS

N.	TEMAS	Total
1	A atuação de agentes externos e relatos de experiências profissionais.	27
2	Empoderamento, liderança, resiliência; emancipação, participação, individualização, protagonismo, convivência.	14
3	Questões sobre juventude	12
4	Educação corporal/ física ou relacionadas ao esporte.	10
5	Classificações, avaliações e estruturações de projetos sociais.	10
6	Projetos sociais e relações com escolas públicas.	08
7	Outros temas encontrados nos artigos científicos	10
Total		91

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

A busca pelos artigos aconteceu a partir da seguinte pergunta: o que se escreve a respeito de projetos sociais? E com base nesta pergunta foram focalizadas as discussões centrais dos artigos e classificados da seguinte forma: 1) A atuação de agentes externos e relatos de experiências profissionais; 2) Empoderamento, liderança, resiliência; emancipação, participação, individuação, protagonismo, convivência, evangelho e criatividade; 3) Questões sobre juventude; 4) Educação corporal / física ou relacionadas ao esporte; 5) Classificações, avaliações e estruturações de projetos sociais; 6) Projetos sociais e relações com escolas públicas; 7) Outros. Esta classificação foi excludente, ou seja, cada artigo foi alocado em apenas uma categoria, observando a temática central apontada na discussão do artigo.

1.2.1 A atuação de agentes externos

Esta categoria de artigos pode ser subdividida em dois grupos. No primeiro grupo estão os artigos que tratam de relatos de experiências profissionais realizadas em projetos sociais e Ong's, e no segundo grupo, estão artigos que tratam exclusivamente do chamado educador social, que voluntário ou não trabalham nestes locais (QUADRO 15).

Os aqui chamados relatos de experiências profissionais descrevem, em sua maioria, as experiências que professores universitários e seus alunos graduandos, mestrandos e doutorandos puderam vivenciar, aplicando técnicas de trabalho, técnicas terapêuticas, seja em estágios acadêmicos ou profissionalizantes, projetos de extensão, seja como fruto da pesquisa de campo intervencionista ou da inserção etnográfica do pesquisador. Embora todos os artigos da revisão sejam frutos de pesquisas de pós graduação ou resultantes dos trabalhos de professores orientadores de estágios ou de projetos de extensão universitária, o que os diferencia para esta categoria é o foco da discussão do artigo que está no relato da experiência do trabalho do autor, sendo o projeto social ou Ong o local deste trabalho.

Grande parte dos relatos trata da experiência de profissionais da Psicologia – de diferentes linhas teóricas: social-comunitária; junguiana,

Winicott; psicossociologia de Pichón Rivieri e histórico – cultural - que tratam desde experiências relacionadas a projetos de orientação profissional, atendimento clínico coletivo, assessoria e monitoramento dos projetos, avaliação psicológica e até da própria atuação e identidade do psicólogo em projetos sociais (COSTA, 2007; LIMA, 2010; MOITINHO e CASTRO-SILVA, 2013; DADICO e SOUZA, 2010; SILVA e NAKANO, 2013; EIDELWEIN, 2005). A experiência de profissionais das áreas da psicopedagogia, fonoaudiologia, pedagogia social e antropologia social também fazem parte destes relatos de experiências em contextos de projetos sociais / ONG´s (LEONARDI, 2005; BACHA, 2004; COSTA e ALBERTO, 2012; DULLO, 2011).

QUADRO 15 - A ATUAÇÃO DE AGENTES EXTERNOS E RELATOS DE EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS.

Título	Autor	Ano	Revista
Motivação de voluntários: proposição de um modelo teórico.	Carlos Eduardo Cavalcante; Washington José de Souza e Anderson Luiz Rezende Mol.	2015	Revista de Administração da Mackenzie.
Imaginação e processos de criação na perspectiva histórico-cultural: análise de uma experiência.	Kátia Maheirie ET al	2015	Estudos de Psicologia (Campinas).
A artesanaria de um fazer a prática do trabalho de educadores.	Dinora Tereza Zucchetti; Eliana Perez Gonçalves de Moura e Magali Mendes de Menezes.	2014	Revista Brasileira de Educação.
A formação de educadores na educação não formal pública.	Nadia Fuhrmann e Fernanda dos Santos Paulo.	2014	Educação e Sociedade.
Educadores e a Implementação de diretrizes contra desigualdades: o caso do Projovem Urbano.	Maria Inês Caetano Ferreira.	2013	Educação em Pesquisa.
Aspectos psicossociais de uma intervenção comunitária na periferia de São Paulo.	Lilian Santos Lopes Moitinho e Carlos Roberto de Castro-Silva.	2013	Psicologia, Teoria e Prática.
Avaliação do nível da criatividade figural infantil em diferentes contextos de educação.	Talita Fernanda da Silva e Tatiana de Cássia Nakano.	2013	Psicologia e educação.
Memórias e narrativas tecidas em uma experiência extensionista.	Eduardo Antonio de Pontes Costa e Maria de Fátima Pereira Alberto.	2012	Fractal, Revista de Psicologia.
Uma pedagogia da exemplaridade: a dádiva cristã como gratuidade.	Eduardo Dullo	2011	Religião e sociedade.
A intervenção psicopedagógica institucional na formação reflexiva de educadores sociais.	Sarah Cazella e Rinaldo Molina.	2010	Revista de psicopedagogia.

Atuação do psicólogo em organizações não governamentais na área da Educação.	Luciana Dadico e Marilene Proença Rebello de Souza.	2010	Psicologia, ciência e profissão.
Arte e pedagogia: Além dos territórios demarcados.	Ana Angélica Albano.	2010	Caderno CEDES.
Casa da árvore, um lugar para brincar e conversar: uma proposta de atendimento coletivo para crianças de zero a doze anos em comunidades carentes do Rio de Janeiro.	Beatriz de Souza Lima.	2010	Estudos Psicanalíticos.
Práticas socioeducativas e formação de educadores: novos desafios no campo social.	Dinorá Tereza Zucchetti e Eliana Perez Gonçalves de Moura.	2010	Ensaio: Avaliação de políticas públicas e Educação
Educador Social: uma identidade a caminho da profissionalização?	Gerson Heidrich da Silva.	2009	Educação em Pesquisa.
O MOBRAL e a educação de crianças menores de seis anos durante o regime militar: em defesa do trabalho voluntário.	Alessandra Arce.	2008	Caderno CEDES.
Educação Ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática.	Carlos F. B. Loureiro e Cláudia C. Cunha.	2008	Ambiente e Sociedade.
Formação de educadores e contexto de trabalho: contribuições da investigação-ação às práticas educativas-assistenciais.	Leandro Rogério Pinheiro.	2007	Educação e Pesquisa.
Orientação profissional: um outro olhar.	Janaína Moutinho Costa.	2007	Psicologia USP.
Oficina de criatividade na formação de jovens para ação comunitária.	Christina Cupertino	2006	Psicologia da América Latina.
A atuação da psicopedagogia no terceiro setor: Em busca de um espaço amplo de ação em resgate da cidadania.	Gilson Leonardi.	2005	Construção Psicopedagógica.
A psicologia em projetos sociais de educação e trabalho.	Karen Eidelwein	2005	Psicologia e Sociedade.
Arte, educação e projetos de intervenção social no Rio de Janeiro.	Angela Maria Dias Fernandes; Nadiane Martins Cunha e Cíntia Milena Ferreira.	2004	Revista do departamento de Psicologia UFF.
Projeto Bela Aliança: educação e saúde integradas num projeto social da área rural.	Stella Maris Cortez Bacha.	2004	Revista CEFAC (São Paulo).
A transformação de monitores em educadores: uma questão de desenvolvimento.	Marina Rezende Bazon e Zélia Maria Mendes Biasoli-Alves.	2000	Psicologia Reflexão e Crítica.
Propostas de educação popular em Campinas: "As aulas noturnas".	Mauricéia Ananias.	2000	Caderno CEDES.
O "Centro Del Bambini e delle famiglie": uma nova possibilidade para o atendimento de crianças.	Celia Vectore	1998	Psicologia, escola e educação.

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

Efeitos e avaliação de práticas educativas na formação de crianças que participam de projetos sociais (FERNANDES, CUNHA e FERREIRA, 2004; VECTORE, 1998), resultados de oficinas de imaginação e criatividade (MAHEIRIE et al, 2015; CUPERTINO, 2006) e a experiência de estudantes universitários de áreas diferentes estagiando em uma Ong (ALBANO, 2010) são temas de trabalhos aqui relacionados.

O outro grupo de artigos desta categoria trata do trabalhador educador social, que também foi denominado de monitor, voluntário ou instrutor (ZUCCHETTI e MOURA, 2010; ARCE, 2008; CAVALCANTE, SOUZA e MOL, 2015). A preocupação com este vai desde análises sobre a formação e a prática deste trabalhador, a motivação que levam ao trabalho social/ sócio-educativo, bem como dos problemas e dificuldades que estes passam no seu trabalho e sobre questões relacionadas a identidade destes (SILVA, 2009). Cavalcante, Souza e Mol (2015) defendem que são 5 os motivos /atributos que levam ao trabalho voluntário, sendo eles: altruísta, afetivo, amigável, ajustado e ajuizado. As necessidades do trabalhador que atua e compartilha a rotina institucional levaram os pesquisadores Bazon e Biasoli-Alves (2000) a destacar e relacionar a formação que acontece no tempo do serviço, o desenvolvimento profissional e a qualidade da intervenção.

O trabalho do educador social como uma “missão”, “doação pessoal” e “salvação” dos “pobres e desvalidos” também é presente nos artigos demonstrando um envolvimento bastante intenso e pessoal com o trabalho a ser desenvolvido (ZUCCHETTI, MOURA e MENEZES, 2014; ZUCCHETTI e MOURA, 2010; SILVA, 2009). Aspectos relativos à precariedade do trabalho e das difíceis relações de trabalho, baixos salários, convívio conturbado com violência e pobreza e a falta de apoio são aspectos relatados como negativos e desafiadores nos artigos (FERREIRA, 2013; SILVA, 2009; ARCE, 2008; PINHEIRO, 2007). Por fim, não menos importante, alguns autores assinalam uma preocupação com a formação/ capacitação e profissionalização dos educadores sociais, e que o aprendizado da função se daria mais no “agir”, enquanto se atua nos projetos sociais/ ONGs do que em qualquer outro curso

de formação acadêmica ou de capacitações (ZUCCHETTI, MOURA e MENEZES, 2014; FERREIRA, 2013; ZUCCHETTI e MOURA, 2010).

Os artigos que foram relacionados neste tópico retratam as atividades de pesquisadores e docentes em aplicar uma prática que pudesse contribuir com questões sobre desenvolvimento humano e social das pessoas que frequentem uma instituição social e retratam, também, como o educador social percebe e quais sentidos ele dá ao seu trabalho, e alguns desafios como a formação e as condições de trabalho do educador.

1.2.2 Empoderamento, liderança, resiliência, emancipação, individuação, protagonismo e convivência

A má condição de vida, pobreza, falta de saneamento básico, enchentes, violência, tráfico de drogas, exclusão social de famílias, crianças, adolescentes, jovens, adultos, mulheres e idosos são o pano de fundo para os artigos discutirem a vulnerabilidade social e os caminhos para “sair” desta situação (QUADRO 16).

O tema do protagonismo e protagonismo juvenil, entendido pelos autores ora como uma ação, interlocução e atitude em diferentes instâncias do cotidiano, da busca pelo próprio bem-estar e também pela busca da aquisição do conhecimento (SILVA, BATISTA, ALVES, 2014; SILVA, CRUZ e SILVA, 2013; FEIJÓ e MACEDO, 2012) ora como uma finalidade e/ ou meio da atuação de projetos sociais e entidades na busca por melhores condições de vida e saúde das pessoas (TOMMASI, 2014; FEIJÓ e MACEDO, 2012). É um dos temas que mais aparece como centrais neste grupo de artigos, seja de uma forma um tanto mais conservadora (SILVA, CRUZ e SILVA, 2013; YASSUDA e SILVA, 2010, BERSNTEIN, 2003) em que são ressaltados aspectos cognitivos, competências, desempenhos e de desenvolvimento humano e à responsabilização por sua própria vida, passando por perspectivas mais críticas (FEIJÓ e MACEDO, 2014; SILVA, BATISTA e ALVES, 2014), em que a noção de protagonismo aliada a noção de autonomia são consideradas fundamentais para a reversão das desigualdades sociais,

fortalecendo ações coletivas e, ainda, numa perspectiva crítica e de rechaço ao discurso do protagonismo juvenil (TOMMASI, 2014) apontando para a não resolução ou transformação e conseqüente conformação das situações de vulnerabilidade social e da vida concreta das pessoas.

O discurso dos processos de empoderamento, emancipação, participação social e comunitária, individuação e resiliência também são comuns e aparecem como formas de se combater um quadro de pobreza e exclusão social (BARRETO e PAULA, 2014; YASSUDA e SILVA, 2010; FUTTEMA, CASTRO, SILVA-FORSBERG e OSTROM, 2002 ; LEÃO e CARRANO, 2013; JULIANO e YUNES, 2014). O combate à pobreza e exclusão social vem com a promessa de que as pessoas – empoderadas, emancipadas e resilientes - passariam a ter mais controle sobre recursos físicos e simbólicos da vida, fortalecendo processos interacionais e coletivos, conquistando, desta forma, mais autonomia e melhores condições de vida.

A militância de mulheres de classes populares, em busca de significados à sua identidade e autonomia, numa investigação sobre liderança é o tema desenvolvido por Anjos (2008). A participação social aparece como desafio a ser enfrentado pela proposta da Educomunicação no artigo de Toth, Frédéric e Makiuch (2012).

O projeto social, Ong e outras instituições surgem como importantes espaços de influências positivas e também como locais de resistência para a conquista ou alcance da cidadania e de uma possível libertação das condições sociais de vulnerabilidade em que as pessoas alvo destes projetos estão inseridas. Porém também são locais em que há contradições ao se questionarem as iniciativas e formas pelas quais os projetos se desenvolvem e os princípios e objetivos concretizados. Ressalta-se a qualidade do envolvimento, e relacionamento de educadores e educandos e a melhoria das inter-relações para o alcance das melhores condições de vida (TOMMASI, 2014; JULIANO e YUNES, 2014; SANTOS e BASTOS, 2002).

QUADRO 16 -EMPODERAMENTO, LIDERANÇA, RESILIÊNCIA; EMANCIPAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, INDIVIDUAÇÃO, PROTAGONISMO E CONVIVÊNCIA.

Título	Autor	Ano	Revista
Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência.	Maria Cristina Carvalho Juliano e Maria Angela Mattar Yunes.	2014	Ambiente e Sociedade.
Tubarões e peixinhos: história de jovens protagonistas.	Lívia de Tommasi.	2014	Educação e pesquisa.
“Rio da vida coletivo”: empoderamento, emancipação e práxis.	Raquel de Oliveira Barreto e Ana Paula Paes de Paula.	2014	Revista de Administração Pública.
A escola e famílias de territórios metropolitanos de alta vulnerabilidade social: práticas educativas de mães “protagonistas”.	Hamilton Harley de Carvalho-Silva; Antonio Augusto Gomes Batista e Luciana Alves	2014	Revista Brasileira de Educação.
O Jovem Milton: a individuação entre a igreja e a educação social.	Geraldo Leão e Paulo César Rodrigues Carrano.	2013	Educação e realidade.
A aprendizagem significativa uma interface com Protagonismo juvenil: numa perspectiva socioafetiva.	Márcia C. A. L. Silva; Valmira Maria de A. C. Cruz; Frederico F. da Silva.	2013	Revista Psicopedagogia.
Novos espaços de participação social no contexto do desenvolvimento sustentável: as contribuições da Educomunicação.	Mariann Toth; Frédéric Mertens e Maria de Fátima R. Makiuchi.	2012	Ambiente e Sociedade.
Família e projetos sociais voltados para jovens: impacto e participação.	Marianne Ramos Feijo e Rosa Maria Stefanini de Macedo.	2012	Estudos de Psicologia (Campinas).
Participação em programas para a terceira idade: Impacto sobre a cognição, humor e satisfação com a vida.	Monica Sanches Yassuda e Henrique Salmazo da Silva	2010	Estudos de Psicologia (Campinas).
Pesquisa e trabalho profissional como espaços e processos de humanização e de comunhão criadora.	Maria Waldenez de Oliveira.	2009.	Caderno CEDES.
Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições.	Gabriele dos Anjos.	2008	Cadernos Pagu.
A pedagogização do conhecimento: estudos sobre recontextualização.	Basil Bernstein.	2003	Cadernos de Pesquisa.
A emergência e os resultados da ação coletiva: uma abordagem institucional e ecossistêmica.	Célia Futema; Fábio de Castro; Maria Clara Silva Fosberg e Elinor Ostrom.	2002	Ambiente Social
Padrões de interação entre adolescentes e educadores num espaço institucional: resignificando trajetórias de risco.	Mirela Figueiredo Santos e Ana Cecília de Sousa Bastos.	2002	Psicologia Reflexão e Crítica.

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

Oliveira (2009) propõe a pesquisadores uma “convivência metodológica” para trabalhos em ou com comunidades populares que seria “...

mergulhar nos processos vivos de educação, saúde, sobrevivência e luta, os quais o (a) pesquisador (a), ou o (a) profissional, se dispõe a compreender. Conviver é conhecer a vida humana sempre em movimento.” (OLIVEIRA, p. 318, 2009). Esta autora ressalta ainda a importância do compromisso social e ético do pesquisador.

São trabalhos que buscam discutir e analisar como os conceitos de empoderamento, liderança, resiliência, emancipação, individuação, protagonismo e convivência aparecem dentro do espaço de uma instituição social e quais os efeitos que têm sobre a vida das pessoas que frequentam estes espaços.

1.2.3 Adolescência e juventude

Nesta categoria foram agrupados os artigos que têm como foco a adolescência e ou juventude. Todos os autores dedicam parte de seus artigos a definir a adolescência ou juventude, seja numa perspectiva mais contemporânea e crítica tendo por base referências como Helena W. Abramo, Marília P. Sposito, Luís A. Groppo (LACAZ, LIMA e HECKERT, 2015; URNAU e ZANELLA, 2009, LARANJEIRA e TEIXEIRA, 2009; LARANJEIRA, TEIXEIRA e BOURDON, 2007; MAZZOTA, 2010), outras mais clássicas como Vygotsky, Aberastury e Knobel, P. Ariés (ARAUJO e OLIVEIRA, 2010; NEIVA, ABREU e RIBAS, 2004; MAZZOTA, 2010), e perspectivas sobre desenvolvimento humano como as de Bronfenbrenner e de Papalia & Olds (IRIARI e BASTOS, 2014 ; NEIVA, ABREU e RIBAS, 2004) (QUADRO 17).

São quatro os artigos que focam na adolescência (NEIVA, ABREU e RIBAS, 2004; LIRA E DIMENSTEIN, 2004; ARAÚJO e OLIVEIRA, 2010; PINHEIRO E COLAÇO, 2010) e os demais utilizam o termo *juventude*, definindo um tempo, deste último, que varia desde a puberdade até os 29 anos. Os assuntos permeiam pesquisas que abordam temas sobre profissionalização e mundo do trabalho, identidade, dilemas e condições de ser jovem; gravidez na adolescência. Um tema comum a todos os artigos é o lugar do jovem investigado, que, ao participar de uma ONG/ projeto social é colocado numa

posição de vulnerabilidade social, pobre e de risco e ainda, promotor e vítima de violência. Há bastante ênfase sobre o contexto social perigoso e conturbado em que os jovens vivem.

QUADRO 17 - ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE

TEMA 3: Questões sobre adolescência / juventude			
Título	Autor	Ano	Revista
Juventudes periféricas: arte e resistências no contemporâneo.	Alessandra Speranza Lacaz; Silvana Mendes Lima e Ana Lúcia Coelho Heckert	2015	Psicologia e Sociedade.
Identidades Narrativas. Construindo sentidos na travessia da juventude.	Mirela Figueiredo Iriari; Ana Cecília de Souza Bastos	2014	Fractal. Revista de Psicologia.
A produção de <i>meninos de projeto</i> e acontecimentos no percurso.	Gilead Marchezi Tavares <i>et al</i>	2011	Psicologia e Sociedade.
Dramatizações e psicologia comunitária: um estudo de processos de mediação simbólica.	Francisco Pablo Pinheiro e Veriana Rodrigues Colaço.	2010	Arquivo Brasileiro de Psicologia.
Sociodrama, Juventude e inserção social.	Maria do Carmo Eunice Mazzota.	2010	Revista Brasileira de Psicodrama.
Significações sobre desenvolvimento humano e adolescência em um projeto socioeducativo.	Claudio Marcio de Araújo e Maria Claudia Santos Lopes de Oliveira	2010	Educação em revista.
Quatro jovens, um projeto social: espaços de desencontros.	Lílian Caroline Urnau e Andréa Vieira Zanella.	2009	Arquivo Brasileiro de Psicologia (Rio de J. 2003).
Vida de Jovens: educação não formal e inserção sócio-profissional no subúrbio.	Denise H. P. Laranjeira; Ana Maria Freitas Teixeira.	2008	Revista Brasileira de Educação.
Juventude, trabalho, educação: os jovens são o futuro do Brasil ?	Denise H. P. Laranjeira; Ana M. F. Teixeira e Sylvain Bourdon.	2007	Cadernos CRH.
Adolescentes avaliando um projeto social em uma unidade básica de saúde.	Joseneide Barbosa de Lira e Magda Dimenstein.	2004	Psicologia em Estudo
Adolescência: Facilitando a aceitação do novo esquema corporal e das novas formas de pensamento.	Kathia Maria Costa Neiva; Mônica Martins de Abreu e Tatiana Pereira Ribas.	2004	Psicologia (online).

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

A ONG ou projeto social também apresenta considerações comuns nos artigos: como fonte de ampliação do horizonte social dos jovens, em que se percebem como atores, ocupando um lugar no grupo; de valorização, construção e reconhecimento de uma identidade; um locus de emancipação

psicossocial e do exercício da cidadania (LARANJEIRA e TEIXEIRA, 2008; MAZZOTA, 2010; ARAUJO e OLIVEIRA, 2010); têm o objetivo de amenizar o sofrimento das crianças empobrecidas, promovendo dignidade e inclusão social; e como possibilidade de engajamento social e fortalecimento da rede de relações socioafetivas pelo sentimento coletivo (IRIARI e BASTOS, 2014; TAVARES, OLIVEIRA, DEUS, COELHO e VILAS-BOAS, 2011).

Ainda, os autores dos artigos apontam contradições, fragilidades e desafios em relação ao trabalho da instituição e da própria existência desta. Ela (a instituição) é vista como mantenedora das desigualdades sociais e das condições de pobreza (LARANJEIRA e TEIXEIRA, 2008; URNAU e ZANELLA, 2009); denota-se a precariedade das condições e modo como as atividades são desenvolvidas; a precariedade de reflexões dos agentes externos que trabalham nas instituições a respeito de seu público alvo; a falta de humanização no atendimento aos jovens e adolescentes (URNAU e ZANELLA, 2009; ARAUJO e OLIVEIRA, 2010; LIRA E DIMENSTEIN, 2004). Por fim, a fragmentação das ações institucionais/ ou de uma rede de apoio interinstitucionais e a falta da presença do Estado também foram questões consideradas nos artigos (IRIARI e BASTOS, 2014; URNAU e ZANELLA, 2009).

1.2.4 Educação corporal, física ou relacionadas aos esportes

Em relação aos artigos que trazem a temática do esporte e da educação corporal, este apresentam críticas e considerações em comum em praticamente todos os artigos. Há a discussão sobre a responsabilidade da sociedade civil e garantia de direito do Estado sendo que esta parte da reflexão do esporte e lazer como um direito do cidadão, logo dever do Estado, em detrimento ao acesso ao esporte e lazer por via de algumas instituições e projetos sociais, muitas vezes beneficiadas pelo próprio Estado. Esta relação é ainda mais evidente e claramente retratada nos textos de Stigger e Thomassim (2013) e Silveira (2013). Defendem, estes autores, que ter acesso ao esporte (por meio de Ong's e projetos sociais) não significa que este já está

consolidado como um direito, um exemplo é o de que muitas vezes a participação no projeto social está vinculado a frequência na educação formal e bom desempenho escolar, sendo que se o esporte e o lazer fossem já direitos legitimados esta vinculação não seria necessária, assim como não o é para saúde e para a educação⁴.(QUADRO 18)

A socialização e a perspectiva educacional do esporte, objetivando de uma educação moral e cidadã também são temas comuns nos artigos e aparecem como o principal objetivo para que Ong's e projetos sociais tenham o esporte como mote de suas atividades. Neste sentido o que se têm nos artigos é o delineamento de uma certa expectativa dos usos sociais do esporte, seja na perspectiva da melhoria da qualidade de vida dos participantes, seja na percepção de que este “salvaria” adolescentes e crianças das mazelas sociais, pobreza e condição de vulnerabilidade social, sendo que o projeto social é percebido como um espaço mais seguro do que as ruas; assim o estudante estaria protegido da violência e das drogas e estaria incluído socialmente. (CONCEIÇÃO e PALHARES, 2014; STIGGER e THOMASSIM, 2013; SOUZA, CASTRO e VIALICH, 2012; MACHADO et al, 2011; HECKTHEUER e SILVA, 2011; SILVA, 2007).

A perspectiva educacional do esporte em projetos sociais e Ong's está associada a crença na possibilidade de mudança de valores morais e éticos além do reforço para a educação formal. Esta acontece, de acordo com os artigos, na medida em que o esporte contribui para: o desenvolvimento físico e intelectual; no estímulo à autonomia do aluno; formação integral; força, superação de limites; auto-superação, disciplina e obstinação; recupera e reforça a auto-estima; promoção da saúde e de diversas habilidades; promovem mudanças de comportamentos; promovem ao participante uma melhor preparação para a vida adulta; melhoram o desempenho escolar entre

⁴ Explico melhor: não é necessário, para ser atendido num posto de saúde, estar fazendo algum esporte; como também não é condição para estudar na escola formal, estar vinculado à prática de qualquer exercício físico, pois estes já são direitos legitimados. No entanto, para praticar um esporte, como as atividades de uma ONG ou projeto social, comumente estas associam a participação da criança ou do adolescente a sua frequência e bom desempenho escolar. Esta é a discussão que aparece nos artigos, ou seja, a de que o direito universal a prática esportiva e ao lazer deveria ser mais responsabilidade do Estado do que da sociedade civil, que através dos projetos sociais colabora com o Estado, de forma mais restrita em poucas comunidades e para poucas crianças.

outras coisas. (STIGGER e THOMASSIM, 2013; SOUZA, CASTRO e VIALICH, 2012; MACHADO et al, 2011; HECKTHEUER e SILVA, 2011; SILVA, 2007).

QUADRO 18 - EDUCAÇÃO CORPORAL, FÍSICA OU RELACIONADAS AO ESPORTE.

Título	Autor	Ano	Revista
Refletindo sobre projetos esportivos sociais e a capoeira.	Carlos Sérgio Rabelo da Conceição; Leandro Ribeiro Palhares.	2014	Lícere.
Considerações sobre o esporte e o lazer: entre direitos sociais e projetos sociais.	Juliano Silveira	2013	Lícere.
Entre o “serve” e o “significa”: uma análise sobre expectativas atribuídas ao esporte em projetos sociais	Marco Paulo Stigger e Luis Eduardo Tomassim	2013	Lícere.
Facilitadores e barreiras para a participação de crianças e adolescentes em um projeto socioesportivo.	Doralice Lange de Souza; Suélen Barboza Eiras de Castro e Andrea Leal Vialich.	2012	Revista Brasileira de Ciências do Esporte.
Projetos sociais esportivos: vulnerabilização e governo.	Luiz Felipe Alcantara Hecktheuer e Méri Rosane Santos da Silva.	2011	Movimento (Porto Alegre).
A educação corporal no Paraná através do movimento escoteiro em Guarapuava (1927-1936).	Carlos Herold Junior.	2011	Educação em Revista.
Evasão e permanência no projeto esporte cidadão.	André da Silva Mello; Sebastião Josué Votre e Hugo Rodolfo Lovisolo.	2011	Lícere (online).
Pedagogia do esporte e autonomia: um estudo em projeto social de educação não formal.	Gisele Viola Machado; Roberto Rodrigues Paes; Larissa Rafaela Galatti e Sheila Cristina Ribeiro.	2011	Pensar a Prática (Goiânia)
O impacto de um projeto de educação pelo esporte no desenvolvimento humano	Paula Xavier machado; Vicente Cassepp-Borges e Débora Dalbosco Dell'aglio	2007	Psicologia, escola e educação.
Projetos sociais em discussão na psicologia do esporte.	Fábio Silvestre de Silva.	2007	Revista brasileira de psicologia do esporte.

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

Mello, Votre e Lovisolo (2011), apresentam um texto em que discutem de forma mais específica motivos que levam a evasão ou a permanência de adolescentes num projeto social, evidenciando conflitos entre a postura pedagógica do projeto e a ação cotidiana deste, listam como motivos para a evasão dos adolescentes: a necessidade de maior dedicação aos estudos, necessidade de trabalhar, incompatibilidade de atividades, falta de interesse e

propostas de atividades desestimulantes. Neste mesmo sentido de pensar em evasão e permanência, há o estudo de Souza, castro e Vialich (2012) que verificam barreiras e facilitadores para a participação de crianças e adolescentes num projeto social, sendo que as principais barreiras estariam ligadas as condições climáticas da cidade em que fica o projeto (muito frio e chuva); as obrigações domésticas, conflitos e falta de segurança no bairro e falta de envolvimento e incentivo dos pais. Estes autores orientam para que haja mais parceria entre pais e comunidade e formas coletivas de avaliação dos projetos para que estes se tornem mais efetivos.

1.2.5 Classificações, avaliações e estruturações de projetos sociais

O processo associativo a partir do ponto de vista das redes sociais aparece como discussão de temática principal em dois artigos (FONTES e EICHNER 2001; RIBEIRO e BASTOS, 2011). Estes discutem a capacidade que as Ong's, projetos sociais e instituições filantrópicas têm em mobilizar recursos para seu funcionamento e também de articulação no estabelecimento de parcerias para a organização a efetivação dos projetos. Fontes e Eichner (2001) destacam conflito entre o “ser” da Ong (ou o que ela representa em sua missão) e o “agir”, ou o que a instituição efetivamente apresenta enquanto resultado de uma prática social. Ribeiro e Bastos (2011) concluem recomendando que as instituições e ong's em geral, somente serão uma rede social quando forem de fato relevantes e legitimadas entre si, evidenciado um conflito acerca da missão e identidades das Ong's e projetos sociais (QUADRO 19).

Identificar, discutir e avaliar o papel das Ong's e sua relação com o Estado, o mote de desenvolvimento social e transformação social, a privatização de deveres estatais, o público e o privado, são temas discutidos nos artigos (SILVA, 2001; OLIVEIRA e HADDAD, 2001; ROSEMBERG, 2001; STRECK, 2010; BENELLI e COSTA ROSA, 2012). O artigo de Silva (2011) discute o público, o privado e o comunitário na educação brasileira, questiona as Ong's no que diz respeito à democratização do Estado, faz crítica à

filantropia empresarial e também ao desenvolvimento social sustentado. Considera o terceiro setor como área estratégica na economia, movimentando recursos, gerando empregos e fazendo-se presente na economia formal e informal. Rosemberg (2001) propõe-se a questionar o papel das Ong's, que tem suas atividades com crianças, em relação à sua importância e relevância social, e sobre os objetivos que a orientam. Faz uma crítica acerca da avaliação dos programas sociais, recomendando que qualquer avaliação terá efeito se esta responder ao que se considera socialmente ser necessidades das crianças. Streck (2010) escreve um artigo em que o tema principal gira em torno da educação popular e da relação desta com os movimentos sociais. Ele faz uma crítica escrevendo que as Ong's passaram de um papel contestatório a um papel de colaboração com o Estado, sem, contudo, intervir em políticas macroeconômicas. Vale citar:

(...) as análises chamam atenção para o fato de que elas (as ong's) também ajudam a *educar* os movimentos, no sentido de adaptá-los à racionalidade hegemônica, integrando-os de forma subalterna. Nesse processo são amplamente usadas as metodologias de educação popular, passando estas a instrumentos para perpetuar a dominação. É o feitiço que se volta contra o feiticeiro (STRECK, 2010, P.308)

É este o papel das Ong's, de uma certa privatização daquilo que deveria ser dever do Estado e de como as organizações-não-governamentais acabam servindo o próprio Estado, movimentando a economia formal e informal, tão questionada nos artigos já citados.

Benelli e Costa Rosa (2013, 2012) e Assumpção e Campos (2011) tratam e propõem modelos teóricos de caracterização, categorização e avaliação de Ong's, instituições e projetos sociais. Os primeiros propõem uma caracterização das instituições seguindo o que chamam de "configurações paradigmáticas nas práticas cotidianas dos agentes institucionais, de tal modo que há paradigmas que são predominantes entre diferentes atores sociais, embora não sejam exclusivo deles" (BENELLI e COSTA ROSA, 2012, p. 615) Os paradigmas citados são: da Caridade, da Promoção Humana e da Filantropia; o Clientelista Assistencialista; da Assistência Social como Política de Estado, e o paradigma, defendido pelos autores, que é o paradigma do Sujeito-Cidadão.

QUADRO 19 - CLASSIFICAÇÕES, AVALIAÇÕES E ESTRUTURAÇÕES DE PROJETOS SOCIAIS.

Título	Autor	Ano	Revista
Psicologia e os contextos sócio-político-cultural e das políticas sociais no século XXI.	Vinicius Furlan e Mariá Aparecida Pelissari.	2013	Psicologia, Ciência e Profissão.
Dispositivos institucionais filantrópicos e socioeducativos de atenção à infância na assistência social.	Silvio José Benelli e Abílio da Costa Rosa.	2013	Estudos de Psicologia (Campinas).
Paradigmas diversos no campo da assistência social e seus estabelecimentos assistenciais típicos.	Silvio José Benelli e Abílio da Costa Rosa.	2012	Psicologia da USP.
Avaliação de projetos sociais em ONGs da Grande Florianópolis: um estudo sobre modelos relacionados ao foco de atuação.	Jairo José Assumpção e Lucila Maria de Souza Campos.	2011	Revista de Administração pública.
Redes sociais interorganizacionais na efetivação de projetos sociais.	Elisa Maria Barbosa de Amorim Ribeiro e Antonio Virgílio Bittencourt Bastos.	2011	Psicologia e Sociedade.
Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais.	Danilo R. Streck	2010	Revista Brasileira de Educação.
Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil.	Fúlvia Rosemberg.	2001	Revista Brasileira de Educação.
Educação Comunitária: Além do estado e do mercado?	Ronalda Barreto Silva.	2001	Cadernos de Pesquisa.
As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação.	Anna Cynthia Oliveira e Sérgio Haddad.	2001	Cadernos de Pesquisa.
Sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias: Estudo empírico de organizações não governamentais da cidade do Recife.	Breno Fontes e Klaus Eichner	2001	Sociedade e Estado (online).

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

Assumpção e Campos (2011) trazem outro modelo de caracterização das ong's a partir de modelos teóricos de avaliação, sendo estes centrados em: objetivos, na administração, no consumidor, em especialistas, em adversários e nos participantes. A partir destes aspectos os autores avaliam a natureza do foco da atuação, considerando valores objetivos e subjetivos e acabam por definir que os principais grupos de Ong's seriam classificados da seguinte forma: históricas; novos movimentos; prestação de serviços; fundações e institutos; filantrópicas.

Por fim, há um artigo, de Furlan e Pelissari (2013), que trata de uma revisão de artigos da Revista Psicologia e Sociedade, entre os anos de 2000 e 2010, que buscou identificar temas e contextos em que estariam articulados o contexto sócio-político e cultural e das políticas e projetos sociais. Os autores verificaram que há baixa incidência (5% apenas) de artigos que discutem políticas e projetos sociais e orientam que os psicólogos devem contribuir para que aumente o número de trabalhos que envolvam a psicologia em projetos sociais, promovendo políticas públicas mais comprometidas com o social.

Identificar, discutir, avaliar, classificar e estruturar os projetos sociais são os verbos mais utilizados nos artigos que fazem parte deste grupo. As discussões presentes nestes trabalhos tratam e questionam a relação que as organizações do terceiro setor têm com o Estado e também apresentam conflitos sobre o objetivo ou missão que a organização tem e a prática dos trabalhos realizados.

1.2.6 Projetos sociais e relações com escolas públicas

Quando se trata das relações existentes entre as escolas públicas de ensino formal e as instituições não formais, os artigos, de forma geral realçam: A) a qualidade prática desta interação, em relação à afinidade que as instituições estabelecem para o andamento do trabalho e B) a qualidade da prática das instituições escolares e não formais e o envolvimento real com as condições e necessidades em que vivem a população atendida (QUADRO 20)

Em relação à qualidade prática da interação entre as escolas, tem-se artigo que objetiva diferenciar a educação não formal e formal propondo questões norteadoras como : Quem educa? Onde se educa? Como se educa? Qual a finalidade e objetivos de cada um dos campos de educação? Quais os principais atributos e resultados esperados? Ou diferenciando escola integral, de tempo integral, e educação integral (GOHN, 2006, BATISTA e ANDRADE, 2010). Outros que diferenciam a atuação dos projetos sociais conforme as perspectivas da relação destes projetos com a escola, seja atribuindo uma qualificação conforme o resultado da prática: “paliativo”, “inovador”, “de

mudança” ou “pressão política” (GHANEM, 2012), seja defendendo uma posição de necessária discussão e coesão entre o projeto político pedagógico da escola-formal e do projeto político pedagógico da Ong que atua junto com a escola. Ainda, há uma crítica a falta de interação mais sistemática com a escola (RUSSO, 2013; FELÍCIO, 2011; BATISTA e ANDRADE, 2010; FREITAS, 2007).

QUADRO 20 - PROJETOS SOCIAIS E RELAÇÕES COM ESCOLAS PÚBLICAS.

Título	Autor	Ano	Revista
Parceria entre ONGs e escolas públicas: alguns dados para reflexão.	Kelly Russo.	2013	Cadernos de Pesquisa.
As ONG's e a responsabilidade governamental com a escola básica no Brasil.	Elie Ghanem	2012	Pro-posições, Campinas.
A instituição formal e a não formal na construção do currículo de uma escola de tempo integral.	Helena Maria dos Santos Felício.	2011	Educação em Revista.
A leitura nas organizações não governamentais e inter-relações com a escola pública.	Ana Shitara Inglesi e Idméia Semeghini-Siqueira.	2011	Educação e Pesquisa.
Educação integrada e espaços de aprendizagem: diálogos entre escola e projeto social.	Cássia Beatriz Batista e Valéria S. Freire de Andrade	2010	Gerais, Revista Interinstitucional de Psicologia.
Sobre a “conveniência” da escola.	Marisa Vorraber Costa e Mariangela Momo	2009	Revista Brasileira de Educação.
Escola e organização não governamental: educação formal e não formal de jovens da periferia de Fortaleza.	Isaurora Cláudia Martins de Freitas.	2007	Cadernos CRH.
Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas	Maria da Glória Gohn	2006	Ensaio: Avaliação de políticas públicas e Educação.

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

Em relação ao segundo aspecto (B), que trata da qualidade da prática das instituições as críticas parecem ser mais incisivas tanto para a escola pública quanto para os projetos sociais. Para as Ong's os artigos indicam que estas atuam muito mais por aspectos como “intuição”, “boa vontade”, “amadorismo” e com isto há falta de maior embasamento teórico para lidar com as pessoas atendidas e o próprio projeto político pedagógico da Ong e críticas em que a Ong aparece muito mais ligada as necessidades e interesses mercadológicos. Neste sentido, os currículos e projetos das Ongs são

propostos para atender programas governamentais e garantir recursos vindos de diversas agências de fomento, assim adaptando-os à escola formal sem qualquer compromisso com a realidade que esta apresenta. (RUSSO, 2013; INGLESÍ e SEMEGHINI – SIQUEIRA, 2011; COSTA e MOMO, 2009). Vale citar que

A atuação das Ong's tem vagado em diversos sentidos, desarticuladamente, no que se refere às condições para realizar a educação como direito (...) representando uma pequena parcela da sociedade civil, algumas desfazendo o que outras fazem (...) e com pouco aproveitamento de sua participação na transformação da educação praticada no Brasil (GHANEM, 2012, p. 51 e 62)

As críticas direcionadas para a escola pública formal estão ligadas ao contraponto de que as escolas não dariam conta das atividades curriculares. Assim a Ong seria mais importante que a escola formal pois a esta seria atribuída ensinamentos que possibilitam o cultivo de relações mais justas e democráticas; desenvolvimento pessoal que capacita para construir objetivos de vida, trabalham com afetividade, procurando meios de melhorar a qualidade de vida da população atendida, e na promoção de atividades socio-culturais como arte, prática desportiva, rodas de leitura e atividades artísticas em geral. Isto em detrimento de uma escola formal que trabalha com as áreas de conhecimento definidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (FREITAS, 2007, RUSSO, 2013; INGLESÍ e SEMEGHINI – SIQUEIRA, 2011; COSTA e MOMO, 2009; FELÍCIO, 2011)

Neste sentido alguns artigos expõem uma contradição que se refere ao papel do Estado como sendo responsável por uma educação integral de qualidade e, em não o sendo, a escola tendo que atribuir grande importância à atividade da Ong, sendo que esta, muitas vezes, *quase* substituindo o papel do Estado. Algo mais ou menos assim: A Ong não deveria fazer aquilo que a escola formal faz, mas como a escola não faz a Ong faz; em a Ong fazendo “desobriga” o Estado a prover a escola; então seria melhor que a Ong não fizesse, porém se ela (a Ong) não fizer, não haveria um trabalho de maior qualidade, pois a escola não consegue fazê-lo. Instala-se assim um círculo vicioso e continuamente precário para ambos os lados, pois não haveriam avanços na educação de forma geral.

Assim, para ambos os aspectos (A e B) as soluções propostas nos artigos gira em torno da ênfase na construção de um trabalho coletivo e na participação entre ambas as instituições, a população atendida e o Estado como condição para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade.

1.2.7 Outros temas encontrados nos artigos científicos

Esta categoria tem como tema Outros, pois os artigos aqui alocados não se encaixaram em nenhum dos temas anteriores (QUADRO 21). Vale citar que um tema em comum apareceu em metade dos artigos desta categoria, que é o tema do desenvolvimento comunitário em espaços rurais (GRIMM, et al., 2015; PINHEIRO e DARNET, 2014; CARDOSO E SOUZA, 2011, RABINOVICH e BASTOS, 2007; LOUREIRO, 2008). Grimm (et al, 2015) parte de uma defesa da prática interdisciplinar da ecopedagogia como proposta teórico-metodológica e alternativa para superar o atual modelo de desenvolvimento econômico, que dentre outras coisas, trata natureza e mercado como realidades inseparáveis, sendo que a questão do desenvolvimento apareceria de forma reducionista e economicista. A superação disto, para os autores está na prática interdisciplinar da ecopedagogia:

A conexão entre o ser humano e o meio ambiente aconteceria na forma com que as pessoas percebem o que lhes acontece, e não a partir de uma prática pedagógica discursiva e conteudista, que impede o desenvolvimento acerca do sentido da vida e da terra. (GRIMM et al, 2015)

Este artigo apresenta os resultados de um trabalho com base na ecopedagogia e no programa “Educação de Honra” (originado na década de 20 nos Estados Unidos), tendo como objetivo estimular a divulgação e apropriação de conhecimento para a formação dos jovens residentes na comunidade analisada. Os resultados do programa mostraram que as relações intergeracionais e a prática interdisciplinar, envolvendo as associações comunitárias e universidade, causaram impactos positivos no desenvolvimento da comunidade sendo que as

... discussões em torno do agir ético e de auxiliar a comunidade a problematizar seu cotidiano (...) se neste momento não se pode

alcançar transformação social o programa contribui para a tomada de consciência quanto ao poder de ação, quando membros comunitários agem de forma congregada no enfrentamento de problemas cotidianos (GRIMM et al, 2015)

De forma bastante semelhante, o artigo de Pinheiro e Darnet (2014), que também refere-se a uma pesquisa realizada com população rural, enfatiza que o desenvolvimento comunitário está embasado em 3 pilares: a escuta das necessidades da população, a mobilização das capacidades locais como ponto de partida para as respostas e uma visão integrada dos problemas e soluções (PINHEIRO e DARNET, 2014, p. 146). Este artigo teve como objetivo apresentar a dimensão socio-econômica da comunidade analisada, e os impactos por esta ser localizada numa reserva extrativista. Os resultados mostraram que a ausência da cultura de cooperação e associação somada a falta de uma estrutura que facilite os meios de vida (produção, transporte, comercialização, precariedade de serviços de saúde) seriam reflexos da baixa capacidade organizativa, impactando o desenvolvimento da comunidade.

Outros assuntos abordados pelos artigos que envolvem comunidades rurais retratam o trabalho infanto-juvenil não como uma forma de exploração do trabalho, mas como uma “estratégia de socialização e autorreprodução, indispensável para o fortalecimento dos laços familiares, (...) e para a aprendizagem das técnicas de lidar com os ecossistemas dos quais fazem parte” (CARDOSO e SOUZA, 2011, p. 165), evidenciando a importância da educação informal nesses processos. Rabinovich e Bastos (2007) também enfocam as relações familiares, os modos de partilhar os cuidados familiares e o envolvimento com Ongs e poder público. Os autores criticam o envolvimento das famílias rurais de origem quilombola com as Ongs e projetos sociais, pois estas poderiam representar “...‘bengalas’ e ‘atalhos’, e não um andar na medida em que não colaborarem no sentido de ‘construir pontes’ possíveis entre os significados inerentes ao passado histórico e à história atual” (RABINOVICH e BASTOS, 2007, p.10). E Loureiro (2008) analisando as práticas educativas de adultos no meio rural de Portugal, também faz uma crítica semelhante a anterior, concluindo, entre outras coisas, que a educação de adultos no meio rural praticada pelas Ongs pouco têm haver com os

princípios orientadores do desenvolvimento local e da própria educação de adultos, resultando em projetos que pouco correspondem as necessidades da população atendida.

QUADRO 21 – OUTROS

Título	Autor	Ano	Revista
Interdisciplinaridade e práticas pedagógicas no eco desenvolvimento: análise da experiência da microbacia do Rio Sagrado, Morretes, Pr.	Isabel Jurema Grimm; Adriana Pasco Dias; Carlos Alberto Cloce Sampaio e Valdir Fernandes.	2015	Ambiente e Sociedade.
Comunidades tradicionais em áreas litorâneas da Amazônia: estudo sobre desenvolvimento local em Vila Mota, Pará, Brasil.	José Olenilson Costa Pinheiro e Laura Angélica Ferreira Darnet.	2014	Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas.
Aprendizagem em organizações como resultado de processos de avaliação ambiental.	Antonio W. L. da Silva; Andrea V. Steil e Paulo M. Selig	2013	Ambiente e Sociedade.
Cruzadas pela paz: práticas religiosas e projetos seculares relacionados à questão da violência no Rio de Janeiro.	Patricia Birman.	2012	Religião e sociedade.
Viver, aprender e trabalhar: habitus e socialização de crianças em uma comunidade de pescadores da Amazônia.	Luís Fernando Cardoso e Jaime Luiz Cunha de Souza.	2011	Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas.
Economia popular e educação: percursos de uma cooperativa de reciclagem de lixo no Rio de Janeiro.	Ana Maria Marques Santos e Neise Deluiz	2009	Trabalho, Educação e Saúde. (Rio de Janeiro.)
As organizações não-governamentais de desenvolvimento local e a sua prática educativa de adultos: uma análise no norte de Portugal.	Armando Loureiro.	2008	Revista Brasileira de Educação.
Alfabetização de jovens e adultos: política pública e movimento popular.	Alda Maria Borges Cunha; Maria Emília de C. Rodrigues e Maria Margarida Machado.	2007	Caderno CEDES.
Famílias e projetos sociais: analisando essa relação no caso de um quilombo em São Paulo.	Elaine Pedreira Rabinovich e Ana Cecília de Souza Bastos.	2007	Psicologia em Estudo.
Cidadania, trabalho e criação: exercitando um olhar sobre projetos sociais.	Ângela Maria Dias Fernandes.	2006	Revista do Departamento de Psicologia, UFF.

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

A questão da relação entre educação e trabalho é tratada por Santos e Deluiz (2009) que retratam uma Ong, ligada a uma rede de ação coletiva e

atuando no auxílio a uma cooperativa de reciclagem, como elemento importante na ressignificação do trabalho e em ações educativas com os cooperados, estimulando aspectos de cidadania, resgate da auto-estima, conscientização e construção de sujeitos políticos. A temática “cidadania”, “trabalho” e “criação”, parte do título do artigo de Fernandes (et al, 2006), são investigadas no sentido de evidenciar as formas como estes temas atravessam os projetos sociais que têm a arte como mediadora da atividade educativa.

Outros dois artigos trazem a temática da aprendizagem, um investigando as Avaliações Ambientais e trazendo a participação pública como um elemento que afeta a troca entre cientistas e atores sociais, aprimorando a aprendizagem, no contexto de desenvolvimento sustentável (SILVA, STEIL e SELIG, 2013); outro relata a história de um projeto social de educação de jovens e adultos em Goiânia, e de como este contribuiu na definição de políticas públicas de educação de jovens e adultos (CUNHA, RODRIGUES e MACHADO, 2007). Por fim, um artigo que faz uma crítica ao protagonismo religioso no espaço público, aos projetos sociais e práticas religiosas direcionadas a questão social da violência, e de como esta resulta numa fragmentação das demandas religiosas e formação de novas alianças na disputa da participação na gestão das populações através dos dispositivos estatais (BIRMAN, 2012).

São artigos com temáticas diversas, que abordam o tema dos projetos sociais no meio rural, questões sobre educação e sua relação com arte e trabalho, e o impacto dos projetos sociais no cotidiano da população atendida, seja ribeirinhos, seja num quilombo, alunos de educação de jovens adultos, ou cooperados de atividades ligadas a reciclagem.

1.2.8 Algumas considerações sobre os artigos científicos

Os artigos científicos, em geral, retratam a atuação das organizações não governamentais, dos projetos sociais e instituições filantrópicas em ambientes considerados de vulnerabilidade social, com falta de estrutura física (saneamento básico, segurança, escola, saúde, condições ruins de moradia e

outros), e ambientes marcados pela violência e uso abusivo de drogas. O que chama a atenção é a díade que marca a importância dada ao trabalho da Ong ou do projeto social enquanto provisão de algo que deveria ser ofertado e garantido pelo Estado, enquanto política pública e direito social. Isto fica bastante evidente principalmente nos artigos que tratam da relação das ONGs e projetos sociais com a educação formal e com o esporte e lazer.

Penso, ainda, ser importante dizer que os artigos retratam partes e discussões de trabalhos maiores, como teses e dissertações e que se priorizou, nesta breve descrição, verificar o que os textos discutem em relação as atividades de Ong's e projetos sociais.

1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a o levantamento de dados das teses, dissertações e artigos científicos tenham sido realizados em tempos diferentes e categorizados conforme temáticas centrais que apresentaram em seu texto, foi possível observar que algumas temáticas se repetem nos agrupamentos das teses e dissertações e dos artigos. Desta forma pode-se elaborar um quadro correspondente da seguinte forma (QUADRO 22):

QUADRO 22 - TEMÁTICAS COMUNS NAS PESQUISAS CIENTÍFICAS

TESES e DISSERTAÇÕES	ARTIGOS CIENTÍFICOS
Análise sobre a história e discussões de programas sociais e discursos sociais; Gestão, estratégias e práticas das instituições; Avaliação de programas sociais e/ ou de projetos, implementação e influência das políticas públicas;	Classificações, avaliações e estruturações de projetos sociais.
O trabalhador e sua atividade.	A atuação de agentes externos e relatos de experiências profissionais.
Sentidos/ Significados e conceitos.	Empoderamento, liderança, resiliência; emancipação, participação, individuação, protagonismo, convivência, evangelho e criatividade.
Formação e educação.	Projetos sociais e relações com escolas públicas.

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

O primeiro bloco de teses e dissertações do QUADRO 28 reúne três temas que separadamente corresponderiam a um dos temas dos artigos científicos. Estes trabalhos vão tratar, de forma geral, sobre a avaliação de programas e projetos sociais, formas e modelos de classificação de projetos e instituições e diferentes formas de implementação e estruturação de projetos e programas sociais. Ainda, identificar, discutir e avaliar o papel dos projetos sociais em sua relação com o Estado, o desenvolvimento social, a crítica em relação a privatização de deveres estatais são discutidos nestes temas. Questionar o trabalho das instituições, a relação público-privado é o que mais aparece neste item. Juntos somam 76 trabalhos, sendo 66 de teses e dissertações e 10 de artigos científicos.

O segundo bloco, que trata do ponto de vista dos trabalhadores, pode ser relacionado com a temática apresentada pelos artigos científicos que é o da atuação dos agentes externos e relatos de experiência profissional. Em ambas as temáticas os trabalhos priorizam o ponto de vista do trabalhador social de um projeto, programa social estatal, ou instituições filantrópicas que também é identificado como voluntário, educador, instrutor ou monitor. São 49 trabalhos ao todo, sendo 22 teses e dissertações e 27 artigos científicos.

O tema de teses e dissertações, que se propõe a investigar sentidos e significados de conceitos para usuários, participantes e famílias atendidas, trabalhadores voluntários ou não, integrantes de projetos e/ou programas sociais, sendo os termos: vulnerabilidade, pobreza, subjetividade, valores, otimismo, ética, infância, condicionalidades, família, parceria, cidadania e justiça social, câncer infantil, educação não formal, Ong, processos de empoderamento, representações sociais, identidade e lazer. A estes termos, unem-se dos artigos científicos os seguintes: liderança, resiliência, emancipação, participação, individuação, protagonismo, convivência, evangelho, criatividade. Todos estes conceitos, QUADRO 23, aparecem nos trabalhos científicos como elementos importantes para serem debatidos e trabalhados com a intenção ou caminho para 'sair' de uma determinada condição de vida. Esta condição de vida, de forma geral, está associada a pobreza, falta de segurança pública, saúde, educação e excesso de violência, caracterizando a população atendida pelos projetos e programas sociais como

uma população de vulnerabilidade social. São ao todo 44 trabalhos, sendo 30 teses e dissertações e 14 artigos.

QUADRO 23 - CONCEITOS INVESTIGADOS NOS TRABALHOS CIENTÍFICOS

Sentidos, significados e conceitos de:	a) Justiça social, cidadania, valores, otimismo, ética, lazer, criatividade.
	b) Vulnerabilidade, pobreza, pobre.
	c) Infância, família, câncer infantil; convivência.
	d) Educação não formal; Organização-não-governamental; trabalho voluntário.
	e) Processos de empoderamento, representações sociais, identidade, subjetividade, emancipação, participação. Liderança, resiliência, individuação, protagonismo.

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

O último bloco do quadro 28 têm os processos formativos e a educação de forma geral sendo discutida pelas teses e dissertações de um lado e a relação de projetos sociais com a escola formal, tema apresentado pelos artigos científicos. São 16 trabalhos no total, sendo 8 teses e dissertações e 8 artigos científicos.

Os outros temas abordados pelas teses e dissertações pesquisadas foram: sentidos e significados das relações sociais; participação, engajamento e participação política; redes digitais, informática e mundo virtual e outros. Em relação ao levantamento realizado com os artigos científicos, foram três os temas que se diferenciaram das teses e dissertações: questões sobre juventude; educação corporal ou física ou relacionadas ao esporte e outros. As duas primeiras temáticas se diferenciam às demais por trazerem como foco do trabalho e do estudo a juventude de um lado e temas que retratam o esporte de outro.

Os trabalhos científicos também fornecem dados mostrando aspectos considerados positivos e negativos em relação às atividades e espaços ocupados pelas Ongs, projetos sociais e instituições, conforme QUADRO 24. Os aspectos considerados como positivos são: 1) espaços de participação, democracia, solidariedade, aprendizado para a cidadania e de influências positivas; 2) local de emancipação social, promoção da dignidade e de resistência para o alcance da cidadania; 3) ampliação do horizonte social; 4)

espaço para formação de professores; 4) fortalecimento da rede de relações socio-afetivas; 5) amenizar o sofrimento de crianças pobres. Estes aspectos que foram colocadas como positivas pelos trabalhos científicos parecem retratar algumas características das instituições sociais Ongs e projetos sociais: a) há uma percepção do lugar da Ong, projeto social ou instituição como um espaço acolhedor, assistencial e filantrópico; b) é um espaço que parece oferecer algum tipo de esperança em relação ao futuro e promoção de uma vida mais digna e possível saída da condição de pobreza; c) são espaços de formação, em que professores de educação formal, de qualquer nível (básica, fundamental, médio, graduação e pós-graduação) podem desenvolver ações que contribuam para a aprendizagem de conteúdos transversais; d) são espaços de fortalecimento de vínculos afetivos.

QUADRO 24 - ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DE ONGS E PROJETOS SOCIAIS.

	Aspectos	
	Positivos	Negativos
Ongs, projetos sociais e espaços institucionais.	Espaço de participação, democracia, aprendizado para a cidadania, influência positiva;	Distanciamento da proposta de trabalho com o que é realizado.
	Local de emancipação social, promoção da dignidade e de resistência para o alcance da cidadania.	Dificuldades na relação Estado – Instituição. Exerce papel ora de colaboração com o Estado ora de contestação.
	Ampliação do horizonte social.	Precariedade de como as atividades são desenvolvidas.
	Espaço para formação de professores.	Mantenedora das desigualdades sociais e de condições de pobreza.
	Espaço mais seguro que a rua.	Fragmentação das atividades institucionais
	Fortalecimento da rede de relações socio-afetivas.	Falta de humanização.
	Ameniza o sofrimento de crianças pobres.	Precariedade de reflexões dos agentes externos sobre o seu trabalho.

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

Os aspectos que puderam ser compreendidos como negativos em relação às Ongs, projetos sociais e instituições sociais são: 1) distanciamento da proposta de trabalho com o que é realizado; 2) dificuldades na relação Estado – Instituição; 3) precariedade de como as atividades são desenvolvidas; 3) mantenedora das desigualdades sociais e de condições de pobreza; 4) fragmentação das atividades institucionais; 5) falta de humanização; 6) precariedade de reflexões dos agentes externos sobre o seu trabalho. O

distanciamento da proposta do trabalho e a fragmentação das atividades realizadas na instituição somadas a precarização das condições de trabalho (local, salários baixos e relações sociais), falta de humanização e da reflexão dos trabalhadores sobre o que fazem retratam o que acontece no dia-a-dia das instituições e o quanto estas enfrentam dificuldades na efetivação e promoção de algum trabalho que provoque mudanças na vida das pessoas atendidas pelos projetos sociais, Ong's e instituições sociais. A manutenção das desigualdades sociais e da condição de pobreza é uma das críticas que mais aparecem nos trabalhos científicos e assim o fazem para escrever acerca da contradição que o trabalho realizado por estas instituições, projetos sociais e Ong's fazem. Também, o que segue são as dificuldades e barreiras que as instituições enfrentam em sua relação com o Estado.

A partir dos dados coletados nos artigos científicos, teses e dissertações foi possível levantar aspectos positivos e negativos referentes ao trabalho do educador social e voluntários das Ong's, instituições sociais e projetos sociais (QUADRO 25). Os aspectos positivos são: 1) formação que se aprende trabalhando; 2) o trabalho visto como uma missão, doação pessoal, envolvimento pessoal com o trabalho; 3) características motivacionais que são encontradas no educador social ou voluntário: dádiva-de-si, altruísmo, justiça social, aprendizagem, afiliação, afetividade, amigável, ajustado e ajuizado.

Estes aspectos, embora tenham sido apontados como positivos, parecem mostrar que o trabalho a ser realizado pelo educador social ou voluntário depende muito mais de características pessoais que ele deve ter do que condições ofertadas pela instituição que oferece o trabalho para a população.

Os aspectos apontados como negativos são: 1) representações que o educador tem do educando, que influencia no seu trabalho deixando-o mais assistencialista do que dentro de uma perspectiva mais crítica ou emancipatória; 2) escassez de material para suas intervenções, fazendo com que o educador social ou voluntário tenha que lidar com condições precárias de trabalho, tendo que, por vezes, financiar seu próprio trabalho; 3) formação frágil;

4) qualidade da intervenção; 5) pouco embasamento teórico; 6) convívio com a pobreza e 7) falta de apoio.

QUADRO 25 - ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS REFERENTES AO EDUCADOR SOCIAL. E VOLUNTÁRIOS.

	Aspectos	
	Positivos	Negativos
Educador social / Voluntário	Formação que se aprende trabalhando.	Representações que este tem do educando.
	Missão, doação pessoal, envolvimento pessoal com o trabalho.	Escassez de material para suas intervenções.
	Aspectos motivacionais: dádiva-de-si, altruísmo, justiça social, aprendizagem, afiliação, afetividade, amigável, ajustado, ajuizado	Formação frágil
		Qualidade da intervenção.
		Pouco embasamento teórico
Convívio com pobreza		
Falta de apoio		

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

Os aspectos 3, 4 e 5 basicamente retratam questões referentes a formação e capacitação desses trabalhadores sociais, voluntários ou não e que influenciam na prática do trabalho, na medida em que a prática e a proposta de intervenção acabam sendo incoerentes e, por vezes, motivo de desmotivação para esses trabalhadores. Também os estudos apontam que há mais aprendizado na prática do trabalho, dentro da instituição, Ong ou do projeto social, do que em qualquer outro espaço de formação e capacitação. O convívio com a pobreza e a falta de apoio e colaboração entre colegas e direção da instituição são outros fatores que agregam para uma perspectiva negativa do trabalho que está sendo realizado.

Estes aspectos positivos e negativos do lugar que ocupam as Ongs, projetos e instituições sociais e do que os estudos apontam a respeito do educador social faz refletir sobre o quanto esses projetos sociais têm de fato contribuído para a melhoria das condições de vida do público que atendem e, acabam por reiterar a necessidade de rever orientações que há muito haviam sido feitas por Paulo Freire como recomendações aos educadores sociais de sua época, como indica Freitas (2007):

- ter uma atitude crítica diante de qualquer material, instrumento ou proposta de ação pedagógica, buscando uma compreensão da sua construção histórico social. (FREITAS, 2007, p. 54). (...)
- Necessidade de estar vigilante quanto à coerência entre a opção política assumida e a prática que é realizada no processo de alfabetização. Isto leva a ter de explicitar e responder à indagação: em favor de que e de quem se trabalha em Educação? (FREITAS, 2007, p. 55).
- A prática do educador deve ser crítica, consciente e oposta à prática dos educadores colonizadores ou reprodutivistas; (FREITAS, 2007b, p. 55).
- é na prática que se aprende cada vez melhor o como trabalhar, de acordo com cada realidade em questão (FREITAS, 2007, p. 55). (...)
- o trabalho do educador/animador/ alfabetizador não termina quando finda seu trabalho diário, é importante que conviva com os alfabetizados e com o povo. (FREITAS, 2007, p. 55).

Estas recomendações parecem que vão ao encontro daquilo que surgiu nos trabalhos acadêmicos como dificuldades a serem superadas pelos educadores sociais e gestores das instituições, projetos sociais e Ong's de forma geral. Sinalizam que a prática do trabalho do educador social deveria estar ligada às situações do cotidiano e ser alvo de reflexões críticas para se aprimorar o trabalho. Os questionamentos: Para quê? Para quem? Servem à educação e como têm servido não podem ficar de fora dessas reflexões críticas.

CAPÍTULO II ESTUDO 2 - AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA ASSISTÊNCIA SOCIAL, EM CURITIBA

Este estudo busca traçar um panorama a respeito das instituições sociais de Curitiba, Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que se vinculam ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Todas as informações foram retiradas do sítio eletrônico da Fundação de Assistência Social (FAS) e dos sítios eletrônicos das próprias instituições. Este estudo foi subdividido em 4 partes. Nesta primeira parte há uma introdução sobre as Organizações da Sociedade e Civil (OSCs), e a relação destas com os órgãos públicos e Leis que são vinculadas a elas. Na segunda parte do estudo há uma descrição mais específica sobre os serviços socioassistenciais tipificados e caracterizados pela Assistência Social, e que orientam os serviços das OSCs. Em seguida, a terceira parte deste estudo apresenta um cenário sobre as Organizações da Sociedade Civil que funcionam em Curitiba e suas atividades. Por fim, as considerações finais, que apontam um compromisso social das atividades das OSCs e sua relação com as políticas públicas, a partir da missão destas organizações sociais.

Em Curitiba/PR existem pelo menos 196 OSCs inscritas e regulamentadas pela FAS⁵ (Fundação de Ação Social) que oferecem serviços à população, que vão desde acolhimento institucional para crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade social, até instituições que lutam pela defesa e garantia de direitos, e também serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. São instituições que prestam serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social de Média Complexidade e Proteção Social de Alta Complexidade, atuantes na área da assistência social.

De acordo com Brasil (2014a) as “Organizações da Sociedade Civil (OSCs) são as entidades privadas sem fins lucrativos que desenvolvem ações de interesse público e não têm o lucro como objetivo” (BRASIL, 2014a, p.2). No Brasil, segundo dados da pesquisa “Organizações da Sociedade Civil e suas Parcerias com o Governo Federal” (LOPES, SANTOS, e BROCHARDT, 2016,

⁵ Dados retirados do sítio eletrônico oficial da FAS, relativo as instituições inscritas e regulamentadas no COMTIBA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba) até Dezembro de 2014.

p.15), há cerca de 323 mil Organizações da Sociedade Civil, que prestam serviços nas áreas da saúde, educação, cultura, assistência social, entre outras. Essas associações, instituições, Ongs, organizações sociais filantrópicas, comunitárias - organizações sem fins lucrativos de forma geral - serão a partir de agora, neste texto, chamadas de Organizações da Sociedade Civil ou OSCs. Optou-se por esta denominação pois no Brasil, a adoção cada vez mais frequente do termo Organizações da Sociedade Civil (OSCs) reforça o protagonismo e a iniciativa da própria sociedade. O termo – que tem ganhado cada vez mais força e tem sido disseminado por diversas organizações nacionais e internacionais – afirma o caráter autônomo, a finalidade pública e a voz própria da sociedade civil organizada. (BRASIL, 2014a, p.3)

Será utilizado, também, o termo Organizações da Sociedade Civil porque a Lei nº 13.204 de 2015 assim estabelece este termo. Entre 1990 e 2010, no Brasil, foi possível observar um aumento do número de OSCs comprometidas com as mais diversas questões sociais vindas das necessidades da população (FREITAS, 2005) e por conta da promulgação da Constituição Federal de 1988, que “reconheceu a organização e participação social como direitos e valores a serem garantidos e fomentados” (BRASIL, 2014, p.3). São OSCs que foram oficializadas e reconhecidas para desempenharem um papel institucional. Papel institucional este que seria o de prover para a população saúde, esporte, educação, e outros serviços com qualidade.

A FAS é o órgão governamental que gerencia a política de assistência social em Curitiba. É esta Fundação (FAS) que presta assessoramento técnico e disponibiliza infraestrutura para o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)⁶. Este Conselho é o responsável por estabelecer normas e fiscalizar a prestação de serviços sociais públicos e privados no município. As OSCs, de forma geral, devem obedecer a regulamentação proposta pela lei nº 12.101, de 2009, que dispõe sobre a certificação das

⁶ O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS é o órgão que reúne representantes do governo e da sociedade civil para discutir, estabelecer normas e fiscalizar a prestação de serviços sociais públicos e privados nos Municípios. A criação dos conselhos municipais de assistência social está definida na Lei Orgânica da Assistência Social - Lei 8.742/1993. O CMAS de Curitiba foi criado em 1995 pela Lei Ordinária 8.777/95. (Informações retiradas do sítio <http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?id=844>, em 19 de dezembro de 2014)

entidades beneficentes, seja na área da saúde, da educação ou da assistência social. Desta forma, para os projetos sociais poderem atuar no atendimento a indivíduos e famílias devem estar devidamente inscritas no CMAS, conforme a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei 8.742/1993, art. 9º).

De acordo com Raichelis (2007) a LOAS foi “... produto da mobilização de segmentos sociais que se organizaram com o objetivo de fortalecer a concepção de assistência social como função governamental e política pública (...)” (RAICHELIS, 2007, p.123). Esta lei teve como objetivo regulamentar a prestação dos serviços da assistência social, os beneficiários a quem se destina e também os tipos de serviços e benefícios, diretrizes, fontes e financiamentos de tais serviços e benefícios. Também foi responsável por indicar “... a criação de novos espaços de debate e polarização de propostas, redefinindo o espectro das entidades que tradicionalmente militam na área assistencial” (RAICHELIS, 2007, p.124) unindo, assim, as antigas instituições sociais assistenciais e filantrópicas as ONGs.

Um subproduto da LOAS foi a criação (em fevereiro de 1994) do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que, de acordo com o sítio eletrônico oficial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tem “a missão de promover o controle social da política pública de assistência social e contribuir para o seu permanente aprimoramento, a partir das necessidades da população brasileira” (MDS, 2014, s/p). É do MDS que em novembro de 2009, junto ao Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CONANDA), criaram⁷ a Resolução nº 109, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Como o próprio nome diz, este é o documento oficial que explica como e quais serviços socioassistenciais devem ser prestados pelas inúmeras OSCs, que por sua vez, devem ser fiscalizados pelo CMAS, e que, no caso de Curitiba, tem sido assessorada pela FAS.

⁷ Publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) em 25 de novembro de 2009.

2.1 OS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Os serviços socioassistenciais tipificados neste documento são organizados em três níveis de complexidade:

- I) Serviços de Proteção Social Básica:
 - a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
 - b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);
 - c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. (BRASIL, 2014b, p.10)

- II) Serviços de Proteção Social Especial de Média complexidade:
 - a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
 - b) Serviço Especializado em Abordagem Social;
 - c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
 - d) Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (PSE/PDIF);
 - e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. (BRASIL, 2014b, p.10)

- III) Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:
 - a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:
 - abrigo institucional;
 - Casa-lar;
 - Casa de Passagem;
 - Residência Inclusiva.
 - b) Serviço de Acolhimento em República;
 - c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
 - d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. (BRASIL, 2014b, p.10)

Esta classificação é utilizada pelo CMAS para fiscalizar e normatizar os serviços ofertados pelas instituições sociais.

2.1.1 Os Serviços de Proteção Social Básica

Os Serviços de Proteção Social Básica caracterizam o primeiro nível de complexidade e “têm como objetivo prevenir situações de risco” (PNAS, 2004, p.32) sendo destinada àqueles que estão em situação de vulnerabilidade social. Neste nível estão o PAIF (Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família); o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o

Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiências e idosas. O PAIF

Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso a direitos e o usufruto deles e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. O trabalho social continuado do PAIF deve utilizar ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. (BRASIL, 2015a, p. 12).

O Caderno de Orientações (BRASIL, 2015a) sinaliza que a descrição do PAIF aponta para um “... caráter antecipador à ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social, de modo a ofertar às famílias uma forma de atendimento que, como a própria denominação traz, proteja as famílias” (BRASIL, 2015a, p.12). Isto seria devido ao uso dos termos “fortalecer”, “prevenir” e “promover” na descrição do Serviço. Os SCFV surgiram como uma alternativa para a retirada de crianças e adolescentes de situações de vulnerabilidade social, e principalmente como alternativa para a erradicação do trabalho infantil e a sua relação com o PAIF é a de complementação de serviços e do trabalho social, sendo o SCFV ao PAIF referenciado (BRASIL, 2015a). A descrição geral do SCFV esclarece que é um:

Serviço realizado em grupos, organizados a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida (...) Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.(BRASIL, 2009, p.9)

O SCFV atende em quatro modalidades: 1) SCFV para crianças até 06 anos de idade e suas famílias, 2) SCFV para crianças de 06 a 15 anos, 3) SCFV para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e 4) SCFV para idosos (as). (BRASIL, 2015b). O Caderno de Orientações (BRASIL, 2015a) define que são três os eixos que devem orientar a organização do SCFV, sendo eles: convivência social, direito de ser e participação. De acordo com a Resolução do CNAS nº 109 (2009) os SCFV devem ser realizados em grupos, de forma

regular, e não podem ter mais que 30 pessoas em cada grupo. Os encontros devem ter como característica a promoção de: processos de valorização e reconhecimento; escuta; produção coletiva, exercício de escolhas, tomada de decisão sobre a própria vida e de seu grupo, diálogo para a resolução de conflitos e divergências, reconhecimento de limites e possibilidades das situações vividas, experiências de escolha e decisão coletivas, aprendizado e ensino de forma igualitária, reconhecimento e nomeação das emoções nas situações vividas e reconhecimento e admiração da diferença. (BRASIL, 2015a). São temas que devem envolver a formação para a participação e cidadania e o desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças, por meio da educação, artes, cultura e esportes (RESOLUÇÃO CNAS Nº 109, 2009).

O terceiro serviço tipificado no nível I de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas "... tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários." (BRASIL, 2014b, p.25). Atuando neste sentido, as OSCs que trabalham com estes serviços devem promover o acesso de pessoas com deficiência e idosos aos SCVF e também aos serviços e programas de outras políticas públicas como educação, trabalho e saúde.

2.1.2 Serviços de Proteção Social Especial e de média complexidade

No segundo nível de serviços - Serviços de Proteção Social Especial e de média complexidade – estão os serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), descrito como um

Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. (BRASIL, 2014b, p.29).

São serviços comprometidos com a família ou indivíduo que sofreram algum tipo de violência (física, psicológica, sexual), negligência, abandono

afastamento do convívio familiar, tráfico de pessoas, situação de rua e outras formas de violência que podem provocar danos à condição de vida do indivíduo. Os objetivos deste serviço transitam entre contribuir e fortalecer a família em sua função de proteção, preservar e restaurar a dignidade e integridade da pessoa e também trabalhar na reparação de danos dos direitos violados (BRASIL, 2014b).

O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa e Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade “tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente.” (BRASIL, 2014b p.34). Neste serviço o adolescente deverá receber acompanhamento social durante o cumprimento da medida socioeducativa, além de objetivos do serviço que contribuam para que ele desenvolva projetos de vida e rompa com as práticas que o levaram ao ato infracional (BRASIL, 2014b).

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, é descrito como um serviço de

oferta de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia. (BRASIL, 2014b, p.37).

Os objetivos deste serviço estão ligados tanto a viabilizar o acesso a benefícios, tais como programas de transferência de renda, políticas públicas setoriais e atividades culturais de lazer, quanto a fortalecer e possibilitar que o cuidador e a pessoa idosa ou com deficiência (com algum grau de dependência) desenvolvam autonomia. “A intervenção será sempre voltada a diminuir a exclusão social tanto do dependente quanto do cuidador” (BRASIL, 2014b, p.37).

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, direcionado a pessoas que utilizam a rua como espaço de moradia e sobrevivência tem como finalidade “assegurar atendimento e atividades direcionadas para o

desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida” (BRASIL, 2014b, p. 40) Os objetivos deste serviço vão desde acolher a pessoa em situação de rua, garantir os seus direitos e dar acesso aos serviços socioassistenciais, como garantir uma alimentação saudável e oportunizar e assegurar o convívio com a família e o convívio comunitário (BRASIL, 2014b).

2.1.3 Serviços de Proteção social Especial de Alta Complexidade

No terceiro nível de complexidade, estão os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, subdivididos em 4 serviços, sendo os 3 primeiros destinados a atender formas diferenciadas de acolhimento: institucional, em repúblicas e família acolhedora. O último caracterizado por atender demandas referente à situações de calamidade pública ou emergenciais. O Serviço de Acolhimento Institucional é estabelecido

em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. (BRASIL, 2014b, p44).

Estes serviços são destinados tanto para crianças e adolescentes, quanto para adultos e famílias, mulheres que sofreram algum tipo de violência, idosos e também para pessoas com algum tipo de deficiência.

O Serviço de Acolhimento em Repúblicas, destinado a pessoas maiores de 18 anos, que estão saindo das ruas e idosos que conseguem gerir suas atividades de forma independente. O serviço “oferece proteção, apoio e moradia subsidiada a grupos de pessoas (...) em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos sociais rompidos (...) e sem condições de autossustentação” (BRASIL, 2014b, p. 51). Este serviço difere do primeiro (acolhimento institucional), na medida em que possibilita ao usuário do serviço um sistema de “... autogestão ou cogestão, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores” (BRASIL, 2014b, p.

51). Neste serviço também há equipe técnica de referência para acompanhamento psicossocial, porém estas devem, conforme orientação do serviço tipificado, contribuir para a gestão coletiva da moradia, tanto financeira, quanto da organização da casa.

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é um serviço

que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas. É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido e sua família de origem. (BRASIL, 2014b, p54).

Este serviço é particularmente destinado para crianças e adolescentes, e objetiva reconduzir a criança ou adolescente, de forma mais rápida, ao convívio da família de origem, quando este for possível. Neste serviço, a criança ou adolescente será acolhida por uma família previamente cadastrada, e acompanhada pela equipe técnica de referência, até a sua reintegração familiar.

O último serviço de Alta Complexidade é o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências:

O serviço promove apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas. Assegura a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas. Assegura a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas. (BRASIL, 2014b, p57).

Este serviço é destinado a pessoas e suas famílias e propõe a oferta de acolhimento rápido, digno e seguro para as pessoas e famílias que vivenciaram situações de calamidade pública como incêndios, alagamentos, deslizamentos, desabamentos, vendavais (e outras situações).

2.1.4 Atividades de assessoramento e defesa e garantia de direitos.

Ainda, há outro tipo de serviço, que não foi classificado em nível de complexidade, que são as atividades de assessoramento e defesa e garantia de direitos, pois estão presentes em todos os níveis. De acordo com a Resolução nº 27 de 2011 “a dimensão ética e política da defesa de direitos perpassa todas as ofertas e atenções da política pública de assistência social, sem prejuízo daquelas atividades, iniciativas ou organizações constituídas especificamente para esse fim” (BRASIL, 2011, p.3) A Resolução nº 27 de 2011 estabelece também que são atividades

- de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social (...)
- de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos (...)(BRASIL, 2011, p.3).

São objetivos deste serviço: o fortalecimento do protagonismo dos usuários, o acesso e promoção dos direitos de cidadania e também o reconhecimento de novos direitos; a produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade sobre direitos de cidadania; estímulo a inserção no mundo do trabalho; apoiar projetos de inclusão social, entre outros.(BRASIL, 2011)

2.2 AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL EM CURITIBA

Em 2014, o CMAS de Curitiba regulamentou, conforme sítio eletrônico oficial (FAS, 2014), 196 OSCs. A regulamentação significa que estas OSCs são reconhecidas pelo Poder Público Federal como *Entidade Beneficente de Assistência Social*, que antes da constituição brasileira eram chamadas de filantrópicas. Este reconhecimento e certificação dá a entidade condições para requerer benefícios do poder Público Federal, além de isenção de impostos

(conforme lei nº 12.101/ 2009). Esta certificação deve ser renovada a cada 03 anos pelo CMAS.

Em Curitiba, a OSCs com certificação mais antiga foi fundada em 1902 e a mais recente em 2013. O QUADRO 1 mostra o período de fundação das organizações e quantas organizações foram fundadas naquele período. Na primeira metade do século XX (entre 1900 e 1950) foram fundadas 16 OSCs que permanecem e têm certificação até 2014.

QUADRO 1- DATA DE FUNDAÇÃO E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCs) EM CURITIBA.

Período de Fundação	Número de OSCs
1900 – 1950	16
1951 – 1980	64
1981 – 2000	76
2001 – 2014	36
Não informado/não identificado	04
Total	196

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2014)

Há um aumento de fundações de OSCs entre o período de 1951 à 1980, pois nestas 3 últimas décadas foram fundadas 47 OSCs a mais que no período anterior, sendo que de 1951 a 1960 foram fundadas 26 OSCs, entre 1961 e 1970 outras 20 OSCs foram organizadas na cidade de Curitiba e entre 1971 e 1980 surgiram novas 19 OSCs, totalizando as 64 OSCs fundadas neste período.

De 1981 até 1990 foram iniciadas 32 OSCs. A década em que mais OSCs foram fundadas são os anos de 1991 até 2000, com 44 OSCs inauguradas neste período. Nos últimos quatorze anos (2001-2014) foram fundadas 36 OSCs, sendo que a mais nova OSC a receber a certificação (até dezembro de 2014) foi fundada em 2013. Não foi possível obter informações sobre a data de fundação de 04 OSCs

De acordo com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) a cidade de Curitiba divide-se em nove regionais em que são

agrupados os bairros. A FAS acompanha esta divisão orientando os seus serviços nos Núcleos Regionais. São eles⁸:

- 1) **Núcleo Regional Bairro Novo (BN): Bairros de abrangência:** Ganchinho, Sítio Cercado e Umbará;
- 2) **Núcleo Regional Boa Vista (BV): Bairros de abrangência:** Abranches, Atuba, Bacacheri, Bairro Alto, Barreirinha, Cachoeira, Pilarzinho, Santa Cândida, São Lourenço, Taboão, Tarumã e Tingui;
- 3) **Núcleo Regional Boqueirão (BQ): Bairros de abrangência:** Alto Boqueirão, Boqueirão, Hauer e Xaxim;
- 4) **Núcleo Regional Cajuru (CJ): Bairros de abrangência:** Cajuru, Capão da Imbuia, Guabirota, Jardim das Américas, Uberaba;
- 5) **Núcleo Regional (CIC) - Cidade Industrial de Curitiba: Bairros de abrangência:** Augusta, CIC, Riviera e São Miguel;
- 6) **Núcleo Regional Matriz (MZ): Bairros de abrangência:** Ahú, Alto da Glória, Alto da XV, Batel, Bigorrião, Bom Retiro, Cabral, Centro, Centro Cívico, Cristo Rei, Hugo Lange, Jardim Botânico, Jardim Social, Juvevê, Mercês, Prado Velho, Rebouças, e São Francisco;
- 7) **Núcleo Regional Pinheirinho (PN): Bairros de abrangência:** Campo de Santana, Capão Raso, Caximba, Pinheirinho e Tatuquara;
- 8) **Núcleo Regional Portão (PR): Bairros de abrangência:** Água Verde, Campo Comprido (parte), Fanny, Fazendinha, Guaíra, Lindóia, Novo Mundo, Parolin, Portão, Santa Quitéria e Vila Izabel;
- 9) **Núcleo Regional Santa Felicidade (SF): Bairros de abrangência:** Butiatuvinha, Campina do Siqueira, Campo Comprido, Cascatinha, CIC - Jardim Gabinete, Lamenha Pequena, Mossunguê, Orleans, Santa Felicidade, Santo Inácio, São Braz, São João, Seminário, Vista Alegre. (FAS, 2014)

O QUADRO 2 apresenta a distribuição dos serviços relacionados pelas OSCs e sua localização nas regionais em que estão inseridas. O Núcleo Regional Matriz é o que mais possui serviços de assistência social, com 72

⁸ Dados retirados do sítio da FAS: <http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?id=47>

indicações de serviços ofertados por OSCs, e o Núcleo Regional do Pinheirinho é o que apresenta o menor número de serviços (7)

QUADRO 2- RELAÇÃO DOS TIPOS DE SERVIÇOS OFERTADOS PELAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCs) E NÚCLEOS REGIONAIS EM CURITIBA.

NR ÚE CG LI EO NS AI S	SERVIÇOS							T O T A L
	Proteção Social Básica				Proteção Social Especial de Média Complexidade		Proteção Social Especial de Alta Complexidade	
	PAIF	SCFV	Inserção no mundo do trabalho	Assessoramento, defesa e garantia de direitos.	Serviço de proteção especial para idosos e suas famílias	PAEFI; PSE - PDIF	Acolhimento Institucional	
MZ	-	28	09	20	01	13	10	81
BV	-	12	04	04	-	06	06	32
CJ	-	19	01	01	-	-	04	25
PR	01	14	01	01	-	01	05	23
SF	04	07	-	-	-	01	06	18
BQ	-	05	-	02	-	-	05	12
BN	-	06	-	05	-	-	-	11
CIC	-	06	02	01	-	-	-	09
PN	-	04	-	-	-	-	03	07
Total	01	98	17	40	01	20	40	218

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2014)

Legenda: Mz: Matriz; BV: Boa Vista; CJ: Cajuru; PR: Portão; SF: Santa Felicidade; BQ: Boqueirão; BN: Bairro Novo; CIC: Cidade Industrial de Curitiba; PN: Pinheirinho.

PAIF: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família;

SCFV: Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

PAEFI: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PSE – PDIF: Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

De acordo com informações retiradas da página eletrônica da FAS, as 196 OSCs certificadas oferecem 218 serviços, sendo que duas OSCs oferecem até 04 serviços e outras 16 OSCs oferecem dois serviços. Os serviços mais ofertados estão ligados ao eixo I de Proteção Social Básica (156 serviços). São 21 serviços ofertados no eixo II Proteção Social Especial de Média Complexidade e 40 OSCs que trabalham com Acolhimento Institucional – eixo III Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

2.3 ORIGEM DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E SERVIÇOS OFERTADOS EM CURITIBA

Foi possível, também, classificar as OSCs de acordo com sua origem mantenedora. Desta forma foram assim classificadas: 76 OSCs não-

confessionais, organizadas por pessoas ou empresas sem vínculo específico com OSCs religiosas, 52 OSCs confessionais católicas, 35 OSCs confessionais protestantes/ evangélicas, 05 OSCs confessionais espíritas, 01 instituição confessional ecumênica, 20 OSCs originadas por associações de bairro e 07 OSCs em que não foi possível identificar a sua origem.

O interesse em buscar se existe origem confessional ou não das OSCs ocorreu, primeiramente, por um dado da ABONG (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, 2014) que ao apresentar em dezembro de 2012 os resultados de uma pesquisa realizada em 2010 sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) no Brasil, esta apontava que havia uma predominância de associações voltadas à religião (28,5%), sendo as demais distribuídas em diversas outras áreas. O segundo fato que chamou a atenção foram as informações levantadas a respeito da missão das OSCs aqui listadas. Foi interessante observar nas “missões” expressões comumente atribuídas ao cristianismo como: “salvar almas”, “evangelizar”, “edificar os santos”, “servir a humanidade sofredora”, “servir os mais pobres”, “glória de Deus”, “Amor a Deus”, entre outras⁹. Nesta pesquisa, referente às OSCs sociais de Curitiba, o que se levantou foi que quase metade das OSCs são confessionais cristãs (94), incluindo como cristã as confessionais católicas, protestantes, espíritas e ecumênica, 75 das OSCs não teriam a sua origem necessariamente ligada a alguma religião e 20 seriam associações originadas nos bairros, como clube de mães e outras. Não foi possível encontrar informações ou identificar a origem de sete OSCs.

Na categoria de instituições não-confessionais estão as OSCs originadas de grupos de especialistas das áreas da psicologia, fonoaudiologia, musicoterapia, terapia ocupacional, pedagogia, serviço social, entre outras. São formadas, também, por algumas entidades que surgiram com o objetivo de auxiliar pessoas com problemas de saúde, deficiências e seus familiares. Estas OSCs, em sua maioria (29), têm como foco de atuação os serviços ligados ao

⁹ A missão pode ser vista nos sítios eletrônicos de algumas instituições como: Assistência e promoção social Eército da Salvação (2016), Associação Beneficente Curitibana (2016), Casa dos Pobres São João Batista (2016), Instituto Salesiano de Assistência Social (2016), Associação Antonio Vieira (2016), Instituto Mãe da Misericórdia das Irmãs Servas dos Pobres (2016), Instituto Palazzolo (2016), Congregação dos Oblatos de São José (2016).

assessoramento, defesa e garantia de direitos, cultura, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e também de educação. Em seguida vem a atuação nos serviços prestados para o auxílio de pessoas com necessidades especiais e seus familiares (23), 13 são OSCs que atuam com questões ligadas a inserção das pessoas no mercado de trabalho e 10 OSCs que trabalham com o serviço de acolhimento institucional, conforme QUADRO 3.

QUADRO 3- RELAÇÃO ENTRE A ORIGEM DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) E O FOCO DOS SERVIÇOS OFERTADOS EM CURITIBA.

Origens das OSCs	Foco dos serviços				TOTAL
	Acolhimento institucional e albergagem	Inserção no mundo do trabalho.	Assessoramento, educação, cultura e SCFV.	Saúde e reabilitação; proteção social especial.	
Não confessionais	10	13	29	23	75
Confessionais católicas	09	04	37	03	53
Confessionais protestantes	18	01	15	01	35
Confessionais espíritas	02	01	02	-	05
Associações de bairro	02	-	18	-	20
Ecumênica	-	-	-	01	01
Não identificadas	02	-	03	02	07
TOTAL	43	19	104	30	196

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2014)

São 53 OSCs confessionais de origem católica. Estas, de forma geral, são as OSCs que foram fundadas há mais tempo, sendo que das 16 OSCs mais antigas, 11 são de origem confessional católica. São 37 as OSCs católicas que têm como foco principal atividades de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, assessoramento, cultura e educação. São OSCs que têm atividades, por exemplo, com grupo de idosos, oferecendo artesanato e ginástica.

Das nove OSCs, apontadas no QUADRO 3, de origem católica que trabalham com acolhimento institucional e albergagem, duas são bastante conhecidas e servem como referência nacional e internacional neste tipo de serviço. Uma delas é a Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias (2016) que deu origem a Chácara dos Meninos de 4 Pinheiros, acolhendo e abrigando meninos de rua, em sua maioria com histórico de abuso

de drogas, e trabalhando pela reinserção familiar. A OSC Ação Social do Paraná (ASP, 2016), que têm ações em todos os níveis de proteção social, tornou-se referência no atendimento a pessoas de rua como a casa Toca de Assis que atualmente não faz mais parte da ASP, e foi incorporada pela FAS, quando associada a esta tinha um projeto diferenciado de acolhimento aos moradores de rua, sendo que estes tinham certa autonomia para dirigir e organizar a casa conforme suas necessidades. Este modelo foi referência para a Fundação de Ação Social (FAS) de Curitiba desenvolver o programa Condomínio Social¹⁰, que atende aos moradores de rua. Das outras sete OSCs restantes, quatro têm foco em projetos para facilitar e aprimorar atividades laborais e três estão focadas no atendimento a pessoas com necessidades especiais e suas famílias (FAS, 2014).

São 35 as OSCs que têm origem confessional protestante ou evangélica, sendo que pouco mais da metade (18) atuam na área do acolhimento institucional, seja de crianças e adolescentes, seja de jovens e adultos em tratamento por causa do uso abusivo de drogas. A Associação Cristã de Assistência Social – Acridas (2016) e o Lar Batista Esperança – LBE (2016), fundadas na década de 1980 (84 e 88 respectivamente) são as instituições conhecidas no acolhimento infantil, modalidade casa-lar¹¹, embora atuem também em outras modalidades. Em relação ao tratamento da dependência química, citam-se duas entidades: a CRAVI – Casa de Recuperação Água da Vida (2016) e a CRENVI – Casa de Recuperação Nova Vida (2016) (FAS, 2014).

São cinco as OSCs confessionais espíritas: Fundação Hildebrando de Araújo (2016), que atua especificamente com a modalidade de inserção no mundo do trabalho, o Lar o Bom Caminho (2016) e o Lar Escola dr. Leocádio José Correia (2016), que faz acolhimento institucional de crianças e

¹⁰ Pioneiro no Brasil, o Condomínio Social foi inaugurado em 2014 e é uma unidade de acolhimento da prefeitura. Funciona no bairro Campina do Siqueira, o prédio tem capacidade para atender 70 pessoas e, atualmente, abriga 40 homens com idades entre 18 e 59 anos, que já trabalham. Lá os moradores dividem os apartamentos com banheiro e também têm acesso à cozinha, copa, sala de estudos, sala de jogos, academia, lavanderia e capela, cômodos que são cuidados por eles, com o apoio de uma equipe mantida pela FAS. (WEIDLICH, 2016).

¹¹ É importante observar que a lei modalidade de acolhimento de casa-lar, em que crianças e adolescentes podiam permanecer até os 18 anos na casa foi modificada. Atualmente a criança ou adolescente pode permanecer na mesma casa por até dois anos.

adolescentes e as OSCs Federação Espírita do Paraná (2016) e Centro Espírita o Semeador (2016), ambas atuam com serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, ora ofertando cursos de curta duração nas áreas de confeitaria, beleza e higiene, ora com artesanato, bazar e oficinas sócio-educativas. Há uma OSC denominada “ecumênica” que é a FEPE – Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional (2016) que oferece atendimento socioassistencial e de saúde as pessoas com deficiência intelectual e múltipla, sejam crianças, adolescentes e adultos. A FEPE (2016) também é referência internacional no atendimento as parturientes e realiza a triagem neonatal, ofertando gratuitamente o teste do pezinho¹².

As 20 OSCs identificadas como associações de bairro têm a maior parte de suas atividades (18) voltadas ao assessoramento, à defesa e garantia de direitos e aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. São OSCs como a Associação das moradias Zimbro (2016), no bairro da CIC, que realiza atividades com crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e a Associação de moradores das moradias Vinte e três de agosto (FAS, 2014), no Bairro Novo, que trabalha na regularização fundiária, faz doações e promoção de eventos comunitários. As duas outras Organizações são associações de bairro que trabalham com acolhimento institucional. Por fim, não foi possível identificar ou não foram encontradas informações a respeito da origem de sete instituições, sendo que três delas fazem serviços de assessoramento, defesa e garantia de direitos, duas lidam com questões relacionadas a pessoas com necessidades especiais e outras duas com acolhimento institucional como por exemplo o Centro de Integração Social de Amparo a Adolescentes e crianças – CISAAC – que faz o acolhimento de 12 crianças e adolescentes (a época da pesquisa) de 2 a 13 anos de idade (FAS, 2014).

2.4 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E ALBERGUES EM CURITIBA

O serviço de acolhimento institucional é realizado por 43 OSCs sendo que três delas atendem com serviço de albergagem. Esta diferenciação é

¹² Estas e outras informações podem ser acessadas através do sítio: <http://www.fepe.org.br/>

importante porque os albergues não são considerados serviços de Alta complexidade, como o são as OSCs de acolhimento, e sim, são classificados como serviços de proteção social básica, convivência e fortalecimento de vínculos. A opção por incluir os albergues com as associações de acolhimento institucional é por compreender, que embora de passagem, há certo tipo de acolhimento que não o tradicional, e foram alocadas aqui apenas para diferenciar das outras atividades (QUADRO 4).

QUADRO 4- ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCs) QUE TRABALHAM COM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E PESSOAS ACOLHIDAS EM CURITIBA.

Pessoas Acolhidas	Número de OSCs
Crianças e adolescentes.	18
Crianças, adolescentes, adultos e idosos.	07
Crianças.	05
Dependentes químicos.	05
Idosos.	04
Albergue.	03
Adolescentes.	01
Total	43

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

São 18 OSCs que acolhem crianças e adolescentes, sendo que a maioria abriga até o número máximo de 20 pessoas, outras cinco que abrigam somente crianças e uma OSC acolhe somente adolescentes (FAS, 2014). É importante ressaltar que houve uma mudança em relação aos procedimentos de acolhimento de crianças e adolescente que gerou alguns desafios e desconfortos para a nova adequação nestas instituições. Isto se refere à Lei n. 12.010 de 2009, disposto no artigo 17, parágrafo segundo:

2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. (Lei nº 12.010/2009)

Esta lei, conhecida e referenciada como a “nova lei da adoção”, de um lado revela as fragilidades e fracassos do antigo sistema de institucionalização infanto-juvenil no modelo de orfanatos (SILVA E ARPINI, 2013), de outro atribui

ao poder judiciário um rigoroso controle sobre as práticas de acolhimento, antes veiculadas por decisões, muitas vezes administrativas, do Conselho Tutelar (DIGIÁCOMO, 2009).

São oito OSCs que abrigam crianças, adolescentes, adultos e/ ou idosos, como o caso, por exemplo do Pequeno Cotolengo do Paraná -Dom Orione (2016), instituição fundada em 1965 e que atende mais de 200 moradores com deficiências múltiplas. Outras instituições como Associação Beneficente Encontro com Deus e Associação Feminina de proteção à maternidade e à infância de Curitiba (FAS, 2014) atendem e abrigam mulheres, vítimas de violência, com seus filhos, sejam crianças ou adolescentes. Por fim, há cinco instituições cadastradas para atendimento e recuperação de dependentes químicos, outras quatro que abrigam idosos, e três instituições que funcionam como albergues (FAS, 2014).

2.5 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE CURITIBA QUE TÊM ATIVIDADES RELACIONADAS A PROBLEMAS DE SAÚDE E DEFICIÊNCIAS DIVERSAS

Foram encontradas 40 OSCs que trabalham relacionando-o a problemas de saúde, seja no formato de assessoramento e garantia de direitos, seja na modalidade de acolhimento institucional, seja no perfil de OSCs que atendem aos critérios dos Serviços de Proteção Social Especial de Média complexidade, atendendo as pessoas com deficiência e suas famílias (QUADRO 5).

São 20 OSCs que atendem deficiência mental e deficiências múltiplas. Há OSCs específicas, por exemplo, em encaminhar pessoas com síndrome de Down para o mercado de trabalho como a Associação de pais e amigos dos excepcionais, e outras voltadas para o atendimento de crianças Down recém-nascidas e orientação a seus pais (Associação Reviver Down) (FAS, 2014).

Das cinco instituições voltadas para o atendimento de deficiências visuais (DV) e auditivas (DA), duas são ligadas a primeira e três a segunda. O Instituto Paranaense de Cegos (2016), fundado em 1939, desenvolve diversas atividades na área de lazer, educação/ formação, acolhimento institucional e serviços de assessoramento e garantia de direitos e a Associação dos

Deficientes Visuais do Paraná – ADEVIPAR (2016), esta mais recente, fundada em 1979 e também têm como objetivos a integração e promoção social dos deficientes visuais, a formação educacional e profissional assim como a defesa dos direitos dos cegos. Em relação as OSCs que atendem as demandas dos deficientes auditivos estão: Associação de educação familiar e social do Paraná – EPHETA, fundada em 1952, Associação de Pais e amigos de surdo, de 1973 e Associação Santa Terezinha de Reabilitação Auditiva – ASTRAU, criada em 1981. Os objetivos dessas instituições são semelhante aos já citados: atendimento integral aos surdos, crianças, jovens e adultos nas áreas educacional, profissional e social e consequente inclusão na sociedade. As duas primeiras associações mantêm escolas especializadas bilíngues para surdos (FAS, 2014).

QUADRO 5 - OSCs DE CURITIBA E PROBLEMAS DE SAÚDE E DEFICIÊNCIAS DIVERSAS QUE ATENDEM.

Problemas de saúde e deficiências diversas	Número de OSCs
Deficiência mental, deficiências múltiplas, Down e outras não especificadas.	20
Deficiência visual ou auditiva.	05
Câncer.	04
Doenças genéticas e metabólicas.	04
Deficiente físico.	03
Aids e familiares de portadores do vírus HIV.	02
Entidades vinculadas a atender familiares de hospitalizados e usuários.	02
Total	40

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

Em relação ao câncer, estão listadas as seguintes instituições: Associação Paranaense de Apoio a Criança com Neoplasia, Liga Paranaense de combate ao Câncer, Associação Alírio Pfiffer e Associação Núcleo de apoio às Pessoas com câncer do Paraná. Estas OSCs, de forma geral, têm atividades ligadas à educação e reforço escolar de crianças hospitalizadas, ao assessoramento, defesa e garantia de direitos (FAS, 2014). A Associação Alírio Pfiffer (2016), especificamente é responsável pelo apoio aos centros de transplante de medula óssea do Brasil e investimentos na área de pesquisas e de formação e capacitação para o trabalho.

As doenças genéticas e metabólicas aqui reunidas referem-se a fenilcetonúria¹³ e fibrose cística¹⁴. A Associação dos Fenilcetonúricos e homocistinúricos do Paraná (2016) atua juntamente com a FEPE (já citada anteriormente) na identificação, através do teste do pezinho, e depois no tratamento e orientação aos pais e crianças afetadas com a doença. Assim como a fenilcetonúria a Associação Brasileira de assistência a Mucoviscidose (2016) também está ligada a atender e assessorar pessoas com uma doença genética conhecida como fibrose cística, também atende aos familiares portadores desta doença.

A Associação Paranaense dos Ostomizados¹⁵ (2016) atende e busca a promoção e reintegração do ostomizado a uma vida normal no cotidiano, além de informar e conscientizar as pessoas sobre a doença. Uma das ações da associação, por exemplo, têm sido pensar em alternativas de banheiros adaptados para ostomizados, e que envolveriam também políticas públicas para tal adequação (ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS OSTOMIZADOS, 2016). Ainda, a Pró-renal - Fundação de Amparo a Pesquisas em Enfermidades Renais e Metabólicas (2016) tem em sua constituição promover ações nas áreas assistenciais– com equipe multidisciplinar e ambulatorial para o atendimento da pessoa e família; educacional, ofertando cursos de especialização e promovendo campanhas, livros, congressos para o aperfeiçoamento do cuidado em relação ao doente e de amparo a pesquisa, seja na concessão de bolsas de estudo, seja no fomento de laboratórios e centros de investigação (FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISAS EM ENFERMIDADES RENAI E METABÓLICAS, 2016).

Há três OSCs voltadas a atender interesses dos deficientes físicos, a saber a Associação dos deficientes físicos do Paraná – ADFP , Associação Paranaense de assistência ao paraplégico – APAP e Associação do Deficiente Motor (FAS, 2014). São duas OSCs que trabalham com o tema do HIV positivo e AIDS. A Acoa – Associação Curitibana dos órfãos da Aids (2016), que até

¹³ Fenilcetonúria é uma doença genética que tem como sintomas o déficit cognitivo, o desenvolvimento psicomotor, convulsões, hiperatividade, tremor e microcefalia .

¹⁴ Fibrose Cística: é uma doença hereditária que afeta principalmente os pulmões, pâncreas e o sistema digestivo.

¹⁵ A ostomia é uma intervenção cirúrgica que permite criar uma comunicação entre o órgão interno e o exterior, com a finalidade de eliminar os dejetos do organismo.

2014 fazia o acolhimento institucional de cerca de 30 a 40 crianças soropositivas, segundo dados do sítio eletrônico, atualmente esta organização atua na modalidade de assessoramento e garantia de direitos das crianças e adolescentes com este perfil. A Associação Solidários pela Vida – Só Vida, que atende pessoas e familiares que vivem com o vírus HIV, na área da assistência, com casa de apoio, cestas básicas e cuidados e também com prevenção e promoção da saúde, seja com orientações, palestras e capacitações, seja disponibilizando preservativos (FAS, 2014).

Por fim, são duas as entidades que prestam serviços a familiares de pessoas que estão hospitalizadas e usuários: a Associação hospitalar de proteção à infância Dr. Raul Carneiro que tem um programa chamado Família Participante que disponibiliza diárias para pacientes e acompanhantes do hospital Pequeno Príncipe, e a Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas, que atua no assessoramento e garantia dos direitos dos usuários do Hospital de Clínicas (FAS, 2014).

2.6 OS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO E ASSESSORAMENTO, DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS

De um total de 123 OSCs que oferecem serviços de proteção social básica, 19 OSCs são destinados à inserção no mundo do trabalho como pro-jovem e jovem aprendiz, e outras seis OSCs têm atividades somente com assessoramento, defesa e garantia de direitos, como por exemplo, OSCs que concentram atividades na defesa de direitos LGBTs, e negros (FAS, 2014) (QUADRO 6).

Especificamente, são 98 OSCs que credenciadas e certificadas pelo CMAS oferecem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, serviço este cuja descrição específica é a de “desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social” (RESOLUÇÃO, p.5). Destas OSCs 79

trabalham com crianças e adolescentes, 12 são OSCs que trabalham com crianças, adolescentes e adultos especiais, cinco são dedicadas ao fortalecimento de vínculos de idosos e outras duas OSCs atendem a outros públicos que não crianças e adolescentes.

De todas estas OSCs, foi possível identificar algumas atividades específicas e distribuí-las em três categorias, conforme apresenta o QUADRO 6: 1) Assistência, assessoramento, defesa de direitos e cidadania; 2) Cultura e esportes; 3) Educação. Estas atividades foram identificadas no sítio eletrônico da FAS (2014) e também nos sítios eletrônicos das OSCs.

Em relação à primeira categoria, os assuntos tratados referem-se àqueles relacionados à coleta de materiais recicláveis, direitos LGBT, direitos e assessoramento a grupos afrodescendentes, regularização fundiária e adoção. Na assistência destacam-se serviços de distribuição de hortifrutigranjeiros, alimentos (cesta básica, leite etc.) e roupas de forma geral. Os esportes que apareceram nominados foram: futebol, futsal, karatê, capoeira e tênis de campo.

QUADRO 6- ATIVIDADES OFERTADAS PELAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCs) EM CURITIBA, REFERENTES AOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.

Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, inserção no mundo do trabalho e assessoramento, defesa e garantia de direitos.	
Categoria	Atividades
Assistência, assessoramento, defesa de direitos e cidadania	Doações de roupas e alimentos, bazar, cadeiras de roda; sopão; direitos LGBTs e de populações negras e juventudes, coleta de materiais recicláveis, massoterapia, regularização fundiária, adoção, erradicação da exploração do trabalho infante-juvenil e outros.
Cultura e esportes.	Música, violão, futebol, futsal, tênis de campo, Karatê, capoeira, danças de forma geral, ballet, jazz, desenho e pintura, atividades com materiais recicláveis (fios, madeira) coral, artesanato, costura, jogos cooperativos, xadrez, leitura, ginástica.
Educação.	Reforço escolar, formação política e cidadã, capacitações e prevenções, pró-jovem, jovem aprendiz, cursos profissionalizantes na área da higiene, beleza, confeitaria, informática, capacitações para geração de renda, contação de histórias, idiomas.

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2016)

Em relação à categoria educação, aparecem atividades de reforço escolar, cursos de capacitações em informática, uso de mídias, geração de renda, voluntariado, higiene, beleza, confeitaria, padarias, economia popular,

cursos de formação política e cidadã, palestras educativas, qualificação de aprendizes e ações sócio educativas de forma geral. Também há atividades que envolvem técnicas terapêuticas, psicomotricidade e oferta de serviços como fonoaudiologia, massoterapia.

2.7 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nos anos que vão de 1990 até 2000 surgiram mais novas OSCs sociais em Curitiba (44 ao todo), possivelmente por ser a década marcada pela consolidação das Ong's no Brasil, muito provavelmente por conta da Conferência das Nações Unidas para o meio ambiente e desenvolvimento – CNUMAD, conhecida como ECO-92 (LANDIM, 2002; GHANEM, 2012, RUSSO, 2013). Os serviços mais ofertados (156 serviços) pelas OSCs sociais são os ligados ao eixo 1, que é o da Proteção Social Básica, em que estão incluídos o assessoramento, defesa e garantia de direitos, a proteção e atendimento a pessoas idosas e os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

Há pelo menos cinco OSCs em Curitiba, na área do acolhimento social e também de assessoramento, que tiveram suas práticas reconhecidas nacional e internacionalmente, recebendo prêmios e subsídios de outros países, e que têm servido como referência para implementação de novas atividades na área em que tiveram seu reconhecimento (AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ, 2006; ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CURITIBANA, 2016; FEPE, 2016; PEQUENO COTOLENGO DO PARANÁ -DOM ORIONE, 2016; FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MENINOS E MENINAS DE RUA PROFETA ELIAS, 2016; LAR BATISTA ESPERANÇA, 2016). As OSCs originadas nas associações de bairro têm como principal atividade os serviços de assessoramento e garantia de direitos, assim como as OSCs voltadas para o tratamento de doenças e deficiências diversas. Estas últimas têm atuação também no que se refere à garantia de processos educativos adequados e inclusivos, seja em relação às crianças e adolescentes hospitalizados, seja em relação à deficiências motoras, intelectuais e outras; e ainda, atuam com atividades ligadas à

preparação, formação e encaminhamento para o mercado de trabalho (FAS, 2014).

É comum aparecer nos sítios eletrônicos¹⁶ (enquanto missão das OSCs) termos como “transformação”, “defesa”, “proteção”, “promoção” e “desenvolvimento”. Isto aparece, por exemplo, em frases como a missão ser “a transformação integral da vida e das pessoas” ou “transformação integral da sociedade”; “defesa e resgate da vida”, da “cidadania”, “cidadania plena”, “prática dos direitos humanos”; “proteção da família”, da “proteção da maternidade”, “proteção da infância”, “proteção da adolescência”, “proteção da velhice”; a “promoção da habilitação e reabilitação” de pessoas com deficiência, “promoção humana”, “promoção de jovens no mercado de trabalho”, “promoção de ações políticas de mulheres negras”; e desenvolvimento: “social”, “humano”, “esportivo”, “ecumênico” entre outros.

O que se percebe com isto é que há um compromisso social com pessoas em condições de vulnerabilidade, risco e/ ou exclusão social e que este compromisso parece se sustentar, em parte, a partir das relações com as políticas públicas da área da assistência. E não poderia ser diferente, de acordo com o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (2014)

A incorporação das OSCs no ciclo de políticas públicas está na base de um projeto de transformação da democracia exclusivamente representativa em democracia participativa, além de colaborar para que o país dê o salto necessário da igualdade formal garantida em nossa constituição – na qual todos são iguais perante a lei – para uma sociedade livre, justa e solidária (BRASIL, 2014a, p.5)

O compromisso estaria indicado nas missões proposta pelas OSCs, já listadas acima (transformação, defesa, proteção, promoção e desenvolvimento seja humano, seja social). Neste sentido o termo compromisso parece estar associado com o que indica Paulo Freire a respeito do que seria “o verdadeiro compromisso: é a solidariedade, e não a solidariedade com os que negam o compromisso solidário, mas com aqueles que, na situação concreta, se encontram convertidos em ‘coisas’” (FREIRE, 1979, p.9.) e ainda “compromisso com o mundo, que deve ser humanizado para a humanização dos homens, responsabilidades com estes, com a história.” (FREIRE, 1979, p.9). O

¹⁶ No apêndice A está uma lista de referências dos endereços eletrônicos das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), que foram aqui pesquisadas.

compromisso político é um dos elementos destacados por Freitas (2005) como um aspecto essencial, segundo a autora, para ser trabalhado

Explicitação de um Compromisso político e adoção de práticas psicossociais voltadas para intervenções coletivas com propostas de construção de atores coletivos. Compreensão dos reflexos e repercussões macro estruturais na vida cotidiana dos diferentes autores, em termos de favorecer ou dificultar a construção de relações solidárias e cooperativas (FREITAS, 2005, p. 52).

Ainda, de acordo com Freitas:

A construção de redes mais solidárias e comunitárias de convivência (...) tem sido um dos grandes desafios internos aos trabalhos comunitários, que se manifesta, no mínimo em dois planos: um referente ao que se passa na relação da equipe de profissionais com a comunidade; o outro, ao que se passa, internamente, na própria equipe de profissionais quando das suas interações cotidianas. (FREITAS, 2010, p. 89)

É o compromisso político expressado na construção de redes mais solidárias, comunitárias e justas, nas palavras de Freitas (2005, 2010) e mais solidárias e humanizadas nas palavras de Freire (1979), que podem orientar os trabalhos realizados pelas Organizações da Sociedade Civil.

CAPÍTULO III ESTUDO 3 - UM ESTUDO EMPÍRICO: PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES SOBRE O TRABALHO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA

Este estudo refere-se a um estudo empírico envolvendo nove educadores sociais, que, por meio de entrevistas individuais, responderam sobre como percebem as práticas que são desenvolvidas no projeto social em que atuam.

O objetivo principal deste estudo é investigar a percepção dos educadores sociais sobre o seu trabalho nos serviços socioassistenciais, sendo que os objetivos específicos referem-se à:

- Descrever as relações estabelecidas entre o educador e seus colegas de trabalho e entre o educador e o público atendido;
- Descrever as dificuldades que os educadores enfrentaram no seu trabalho, e como lidam com essas situações;
- Descrever aspectos relacionados às características e à formação para o trabalho de educador social;
- Identificar as concepções que os educadores têm em relação ao projeto social e seu desenvolvimento;

O contexto é o do trabalho social realizado por educadores em Organizações da Sociedade Civil, da região de Curitiba que estão inscritas e regulamentadas pela Fundação de Ação Social (FAS). Essas são instituições que oferecem serviços socioassistenciais classificados no primeiro nível de complexidade que são os Serviços de Proteção Social Básica, especificamente aqueles ligados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

3.1 CONTEXTO DA PESQUISA EMPÍRICA

Em Curitiba, das 79 instituições que, em 2014, ofertavam os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, foram, primeiramente, selecionadas aquelas que tinham a data de sua criação até o final da década de 1980, buscando-se as instituições com datas de fundação mais antigas. Como 57 instituições foram fundadas a partir de 1990, ficaram 22 instituições, com datas de fundação entre 1904 e 1986. Dessas 22 instituições foram escolhidas sete instituições que atuam com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com crianças e adolescentes de 6 a 16 anos, conforme orienta o Manual de Orientações Técnicas (BRASIL, 2010). As outras 15 instituições trabalhavam com SCFV de idosos, crianças pré-escolares e também ofereciam serviços de acolhimento institucional. Das sete instituições apenas uma possuía informações básicas que podiam ser acessadas via web (telefone, contatos, histórico, missão, objetivos da instituição e outros). A opção foi feita por esta última instituição, por trabalhar com crianças e adolescentes, datada do ano de 1983. Esta instituição estava inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e conveniada no ano de 2014, e possui equipe técnica mínima conforme preconiza a NOB/RH do SUAS.

A instituição escolhida iniciou as suas atividades em 19 de março de 1983, numa vila de um bairro da periferia de Curitiba. Uma senhora ligada a uma instituição religiosa fez um levantamento inicial das dificuldades que os moradores tinham em relação ao bairro, elaborando um pré-diagnóstico com a intenção de realizar o projeto que deu origem a instituição investigada. Após reuniões com os parceiros religiosos, decidiram então criar um “Centro Social”, que pudesse auxiliar as demandas da vila como: escola, saúde, moradia e saneamento básico. No entanto, de acordo com a coordenadora geral da instituição, nos anos que se seguiram, o que houve foi que as atividades do “Centro Social” foram reduzidas a doação de cestas básicas as famílias da região:

Após sua fundação, o (instituição) continuou a desempenhar sua função social, ora com objetivos mais claros, ora realizando um papel paternalista e puramente emergencial, sendo que essa postura

assistencialista sobressaiu e se manteve por vários anos, reduzindo-se suas ações ao atendimento emergencial com doações de alimentos, roupas, calçados, remédios – era assim que a comunidade conhecia o Centro Social – além de alguns cursos profissionalizantes, como datilografia, corte e costura, etc.¹⁷

Apenas no final da década de 1990, quando outra senhora ligada a mesma instituição religiosa pediu para assumir a coordenação do ‘Centro Social’, após perceber que havia “manifestações de dependência da população usuária”¹⁸, é que houve então mudanças nos objetivos e propósitos do Centro Social. Esta senhora que é a atual coordenadora, organizou os documentos da instituição levantando novas propostas de atuação. Nos anos que se seguiram, a instituição assumiu algumas creches e montou uma panificadora na região, além de oportunizar atividades esportivas (futebol) as crianças e adolescentes, no período após escola. Em 2006 iniciaram o Projeto Jornada Ampliada, em parceria com o Governo Federal, para atender crianças e adolescentes no contra-turno escolar. Em 2010, devido as mudanças na legislação, o contra-turno passou a ser chamado serviços sócio-educativos, sócio-assistenciais e em 2013 passou a ser Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Atualmente, a instituição conta com cinco unidades, sendo duas unidades destinadas à educação infantil, duas unidades para atender os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, uma unidade para atender o centro de convivência para pessoas idosas.

3.1.1 Método

Propõe-se aqui a utilização da entrevista em profundidade como instrumento de coleta de dados. Gil (1994) defende que a técnica de entrevista é vantajosa na medida em que possibilita a obtenção de dados em profundidade a respeito dos mais variados aspectos da vida social e que os

¹⁷ Fonte retirada no histórico do site da instituição, que não foi aqui indicado com o intuito de resguardar o sigilo e anonimato da mesma.

¹⁸ Idem.

dados obtidos são passíveis de classificação e de quantificação. Este instrumento

(...) fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (GASKELL, p. 65)

E também, sob a forma de um Estudo de Caso, visto que, como indica Gil (1994), “este delineamento se fundamenta na ideia de que a análise de uma unidade de determinado universo possibilita a compreensão da generalidade do mesmo, ou não” (GIL, 1994, p.79).

Após entrar em contato com a coordenadora da instituição, pediu-se a autorização para realização das entrevistas e indicação de educadores. Optamos por entrevistar todos os educadores que estavam na instituição por considerar que esta era uma opção viável. A instituição conta com nove educadoras sociais contratadas em período integral, seis educadores contratados como facilitadores de oficinas, chamados de “oficineiros”, responsáveis pelos esportes, lutas, música e dança (vôlei, futebol, judô, capoeira, jiu-jitsu, violão, dança, grafite), e quatro educadores voluntários, além de uma pedagoga, uma assistente social, uma coordenadora geral e uma psicóloga voluntária. As entrevistas foram realizadas com nove participantes, sendo seis educadoras que trabalham com as atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, outros dois educadores responsáveis especificamente por oficinas de práticas esportivas e luta – vôlei, futebol e judô - e uma pedagoga. As entrevistas foram realizadas na própria instituição, entre os dias 15 a 19 de dezembro, com todos os educadores e oficinairos que não estavam de férias.

No início de cada entrevista os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e apresentados ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantido o sigilo e confidencialidade de suas informações, sendo, então, convidados a participar da pesquisa. Foi solicitada a permissão para gravar o áudio da entrevista e assumido o compromisso de devolutiva das entrevistas, mediante entrega de relatório aos participantes. Estes foram

também informados que poderiam se recusar ou desistir da entrevista se assim desejassem. Todos concordaram em participar da pesquisa.

Antes da entrevista com o educador, algumas informações foram colhidas sobre a instituição, através de sítios eletrônicos e conversa com as coordenadoras. Estas informações foram relativas a:

A - Histórico, estrutura e funcionamento da instituição;

B - Características do quadro de trabalhadores na instituição: Quantas pessoas trabalham na instituição? Há quanto tempo? Quais são os vínculos de trabalho das pessoas (voluntário, rpa, CLT...)

3.1.2 O instrumento da entrevista

O roteiro de entrevista foi inicialmente organizado em 3 eixos: Eixo 1: A Instituição e sua organização; Eixo 2: Sobre o projeto e o trabalho desenvolvido; Eixo 3: Educador e suas características;

O primeiro eixo busca conhecer a instituição em que o educador trabalha, procurando compreender desde como o educador entende a organização interna da instituição e as formas de relações que ali se fizeram, seja entre ele – o educador - e os seus colegas, entre ele e as crianças ou adolescentes atendidos e entre o educador e a gestão do projeto. Aqui também estão perguntas relacionadas aos problemas e dificuldades que a instituição enfrenta, e como eles são resolvidos.

No segundo eixo, referente ao projeto social e o trabalho realizado, as perguntas buscam saber do educador que trabalhos estão sendo desenvolvidos, como estes trabalhos foram pensados e organizados para o público alvo; que dificuldades eles enfrentam no dia-a-dia da realização deste trabalho; quais as maneiras e alternativas que os educadores encontram para resolver as dificuldades apontadas, qual a importância do trabalho para o educador e também o que ele deseja para o futuro deste trabalho.

O terceiro eixo, sobre o educador e suas características destina-se a identificar a formação e capacitação dos educadores, referindo-se tanto às características pessoais e profissionais que ele acha importante para o desenvolvimento do trabalho, quanto a pensar sobre que aspectos são relevantes para a existência de melhores condições de trabalho. Por fim, neste último eixo buscou-se saber a opinião que o educador tem sobre o projeto, se ele gostaria de falar alguma coisa que não havia comentado sobre o projeto e a entrevista e também qual o significado do projeto para ele.

Após transcrição das entrevistas, foi utilizada a análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (1970).

Roteiro de entrevista:

Eixo 1: A Instituição e sua organização;

A - Como funciona a organização interna?

B - Como é o relacionamento entre os educadores, entre educadores e crianças, entre pais e educadores e entre educadores e gestão?

C - Quais são os problemas que a instituição enfrenta? Como eles são resolvidos?

D - Em sua opinião, quais são os problemas do bairro?

E – Esses problemas afetam o trabalho da instituição?

Eixo 2: Sobre o projeto e o trabalho desenvolvido;

A - Qual o significado do projeto social para você?

B - Como o trabalho é feito?

C - Que profissionais participam?

D - Quais os objetivos, como foram formulados? Quem participou da elaboração?

E - Quê resultados você tem percebido do seu trabalho?

F - Quais as dificuldades você enfrenta no seu trabalho?

G - Quais as soluções?

H - Qual é a importância desse trabalho?

I- O que você deseja para o futuro deste trabalho?

Eixo 3: Educador e suas características;

- A - Que conhecimentos esse profissional deve ter? Por que?
- B – Há capacitações? Quais capacitações? Como são realizadas?
- C – O educador deve ter alguma formação específica? Por que?
- D - Gostaria de acrescentar algo?

3.2 RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção, serão apresentados os resultados da pesquisa realizada com os nove educadores sociais que trabalham nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de uma organização da sociedade civil, na periferia de Curitiba. O primeiro procedimento para a realização das entrevistas foi o envio do projeto ao Comitê de Ética, que solicitou um termo de autorização das entrevistas com os educadores sociais, por parte da instituição escolhida. Então, o contato foi feito com a coordenadora geral da instituição, marcando um encontro para que fossem explicados o interesse na instituição e a pesquisa que se propunha realizar. Após este encontro e o aceite para a realização das entrevistas, o projeto foi reenviado ao Comitê de Ética e aprovado sob nº do parecer: 1.871.038/ 16 de dezembro de 2016.

Com a aprovação do Comitê de Ética, foi marcado novo contato com a coordenadora geral e também com a coordenadora do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Neste encontro, os objetivos da pesquisa foram novamente apresentados e foram agendadas as entrevistas que foram realizadas nos dias que se seguiram: 15, 16, e 19 de dezembro, com todos os educadores sociais que estavam presentes (pois alguns já haviam saído de férias). Foram realizadas ao todo nove entrevistas, com oito educadores e uma pedagoga, sendo sete mulheres que atuam com as crianças e adolescentes que frequentam e estão matriculadas no SCFV e dois educadores homens, “oficineiros”, da área dos esportes e judô e que atuam com crianças do SCFV e outras crianças e adolescentes que participam apenas dessas oficinas.

As entrevistas foram realizadas numa das salas do prédio do projeto, próxima à secretaria e sala da coordenação. Há que se notar que a estrutura do prédio é relativamente nova (pois foi fundada em 2009), o ambiente

bastante limpo e organizado. Ao início de cada entrevista foi apresentado e lido com o educador o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e então este foi convidado a participar da pesquisa e assinar o termo, procedimento que aconteceu com todos os entrevistados. As entrevistas duraram em média 40 minutos, sendo que a mais curta durou 15 minutos e a mais longa, 50 minutos.

Os resultados das entrevistas foram organizados por conteúdo, e a organização destes conteúdos foi realizada seguindo as perguntas do roteiro de entrevista. Antes de apresentar os dados, segue uma breve descrição de como funciona o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na instituição. Essas informações foram obtidas nas entrevistas e também nas reuniões com as coordenadoras.

3.3 O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) E PARTICIPANTES DA PESQUISA

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) funciona no contra-turno escolar, sendo que há crianças e adolescentes que frequentam todos os dias, participando de todas as atividades propostas pela instituição, e estas crianças estão vinculadas ao CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) da região, e foram indicadas ao SCFV por este equipamento público. Para estas crianças e adolescentes o serviço é gratuito. As oficinas de esportes, lutas e danças, que são responsabilidade dos facilitadores de oficinas – osicineiros – são ofertadas para as crianças do SCFV e também para todas as crianças e adolescentes da região, mediante o pagamento de uma mensalidade que varia de acordo com a renda *per capita* de cada família, analisada pela assistente social da instituição.

As crianças e adolescentes que frequentam o turno da manhã chegam as 8:00hs, tomam café, formam seis grupos conforme faixa etária das crianças (6-7 anos; 8-9 anos; 10-12 anos; 13-14 anos; 14-15 anos e 15-16 anos), sendo que cada educadora é responsável por um grupo. Estes grupos são chamados de oficinas: Meio-ambiente; Informática e cidadania, Contação de histórias, Esporte e lazer, Oficina da vida e Artes e artesanato. Parte desses temas estão como sugestão nas Orientações Técnicas do SCFV para crianças e

adolescentes de 6-15 anos (BRASIL, 2010) e são eles: “Infância e adolescência: Direitos Humanos e socioassistenciais; saúde; meio-ambiente; cultura; esporte, lazer, ludicidade e brincadeiras; trabalho” (BRASIL, 2010, p. 84). O documento ainda ressalva: “a adoção desses temas é flexível, podendo cada município/DF elencar novos e diferentes temas, associados ou não aos sugeridos” (BRASIL, 2010, p.84).

Todos os entrevistados reportam a si mesmos como educadores e professores, mas existe uma diferença que tem sido colocada na orientação técnica sobre o SCFV (BRASIL, 2010). O caderno de Orientação técnica aponta o educador social como um “orientador social – função exercida por profissional de, no mínimo, nível médio, com atuação constante junto ao(s) Grupo(s) e responsável pela criação de um ambiente de convivência participativo e democrático” (BRASIL, 2010, p 62). Esta função de orientador social é a realizada pelas educadoras, que passam a maior parte do tempo com as crianças, e os oficinairos são descritos como “Facilitadores de oficinas – função exercida por profissional com formação mínima em nível médio, responsável pela realização de oficinas de convívio por meio de esporte, lazer, arte e cultura” (BRASIL, 2010, p.62).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um dos três serviços ofertados pela instituição. Este serviço acontece em duas unidades: numa delas, mais direcionada a adolescentes, que atende cerca de 120 crianças e adolescentes e a outra com possibilidade para atender mais de 200 crianças. Ambas são localizadas no bairro CIC, região sul de Curitiba. As entrevistas foram realizadas na unidade que atende mais crianças, embora uma das educadoras entrevistadas atue na outra unidade, que é mais voltada para o público adolescente. A instituição ainda têm dois centros de educação infantil, localizados em bairros diferentes, também da região sul de Curitiba, e outra unidade que oferta Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas, também no CIC. Há então, uma coordenadora geral, de todas as unidades, uma que atende os serviços de convivência para crianças e adolescentes, outra coordenadora que atende os serviços de convivência para pessoas idosas e outra coordenadora que responde pelas unidades de educação infantil.

A coordenadora dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes é assistente social. Há na equipe das duas unidades que oferecem o SCFV para crianças e adolescentes: uma coordenadora, uma assistente social, uma pedagoga, nove educadoras sociais, sendo que oito são contratadas em período integral e uma contratada para atender 20 horas. São seis educadoras que trabalham na sede maior com crianças e adolescentes e três educadoras que trabalham na sede menor, que atende mais adolescentes. Sete educadoras são formadas em pedagogia e outras duas ainda estão cursando o curso de pedagogia. Há seis facilitadores de oficinas, chamados de “oficineiros” que trabalham as oficinas de vôlei, futebol, judô, capoeira, violão, dança e grafite, sendo quase todos formados em educação física. Todos são contratados pela instituição. Há ainda cinco voluntários, sendo um deles um ex-aluno, e uma psicóloga voluntária, que atende gratuitamente as crianças do SCFV e também as famílias da região, e, para estas, cobrando uma espécie de taxa social. Os educadores serão aqui identificados através das letras: EA (Educador A), EB (Educador B), EC (Educador C), ED (Educador D), EE (Educador E), EF (Educador F), EG (Educador G), EH (Educador H), e EI (Educador I). O QUADRO 1 mostra as características dos educadores sociais que foram entrevistados, conforme idade, formação, oficina pela qual é responsável e tempo que está na instituição:

QUADRO 1- CARACTERÍSTICAS DO/A EDUCADOR/A SOCIAL: IDADE, FORMAÇÃO, OFICINA RESPONSÁVEL E TEMPO EM QUE ESTÃO NA INSTITUIÇÃO.

EDUCADOR/A	IDADE	FORMAÇÃO	OFICINA RESPONSÁVEL	TEMPO NA INSTITUIÇÃO
EA	24	Pedagogia	Informática	2 anos
EB	42	Pedagogia	Esporte e lazer	4 anos
EC	37	Pedagogia	Meio-ambiente	6 meses
ED	23	Pedagogia	Artes/ artesanato	2 anos
EE	35	Graduanda em pedagogia	Artes/ artesanato	1 ano e meio
EF	32	Ed. Física	Vôlei / Futebol	2 anos e meio
EG	31	Ed. Física	Judô	8 anos
EH	50	Pedagogia	Pedagoga	8 anos
EI	42	Graduanda em pedagogia	Contação de história	1 ano e meio

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2017)

Dos nove educadores entrevistados dois (EF e EG) são do sexo masculino e as demais do sexo feminino. As idades variam de 23 à 50 anos, sendo que são duas educadoras na faixa de 20-30 anos, quatro educadores com idades entre 31-40 anos e outros três educadores com idades na faixa de 41-50 anos. Os dois educadores do sexo masculino são os que trabalham como “oficineiros”, função de facilitador de oficina, responsável pelas atividades de esportes, lazer, artes e cultura, especificamente responsáveis pelas oficinas de vôlei, futebol (EF) e judô (EG).

O tempo de trabalho na instituição varia de seis meses a oito anos, sendo que uma educadora está há seis meses, 2 educadoras estão há um ano e meio, outras duas educadoras foram contratadas há dois anos, uma trabalha há quatro anos na instituição, outros dois trabalham há oito anos. Um educador trabalhou na instituição há mais de oito anos, saiu para ter experiências de trabalho em outros locais e retornou há dois anos e meio. A educadora EH é a pedagoga da instituição, responsável pelo SCFV das duas unidades da instituição que atuam com crianças e adolescentes. A educadora ED é a entrevistada que trabalha como educadora do SCFV em outra unidade da instituição social, que é mais voltada para o público adolescente, e atende um menor número de pessoas.

3.4 EIXO 1: A INSTITUIÇÃO E SUA ORGANIZAÇÃO

Os entrevistados foram perguntados sobre aspectos relativos à instituição, a como percebem os relacionamentos na instituição de educadores com educadores, educadores com pais, educadores com gestão e educadores com as crianças e adolescentes que atendem. Os educadores também falaram sobre os problemas, dificuldades e soluções que percebem na instituição e sobre o bairro em que a mesma está localizada..

3.4.1 Organização Interna

Na pergunta: A – “Como funciona a organização interna?” Os educadores forneceram respostas que foram distribuídas em seis temáticas: 1)

entrada e permanência das crianças no projeto e da relação com o órgão público responsável que é o Centro de Referência da Assistência Social; 2) rotina diária, a organização do dia-a-dia das oficinas; 3) elaboração do planejamento e capacitações que acontecem dentro da instituição; 4) como lidar com crianças consideradas difíceis e que orientações recebidas; 5) coordenação no dia-a-dia do projeto e 6) percepções gerais a respeito da organização e funcionamento da instituição. O QUADRO 2 mostra a distribuição de respostas dos educadores em relação à organização interna da instituição:

Em relação à entrada da criança no projeto, de acordo com os educadores, as crianças são encaminhadas pelo CRAS da região e há um cadastro inicial feito pela assistente social e coordenadora do projeto, que também visitam as casas dos alunos. Essas crianças e adolescentes que foram encaminhadas pelo CRAS são as que frequentam o SCFV. Os pais também vêm até a instituição para fazer matrícula e cadastro. Outro educador comenta que o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) “intervém no método de trabalho”(EF), e que os alunos que foram encaminhados pelo CRAS (EA,EB), não pagam, e ainda passam por triagem da assistente social e coordenadora para frequentar o SCFV. Além disto, há alguns alunos que pagam para frequentar o projeto, mas que estes que pagam, frequentam as aulas das oficinas e não o SCFV¹⁹ (EA, EG, EF).

Em relação ao segundo tema, que aborda a rotina diária e a organização do dia-a-dia na instituição, os educadores contam: “Somos 6 educadoras, 6 grupos, subdivididos em 1, 2, 3, 4, 5 e 6. Grupo 1, crianças de 6-7 anos, grupo 2 crianças de 8-9 anos, grupo 3 de 10-12 anos, grupo 4 de 13-14 anos e 5 de 14 em diante, até 15, 16 anos” (EA). Também citam que cada professor tem o seu grupo de faixa etária para desenvolver, que eles assumem este grupo num primeiro momento e depois dão as oficinas para outros grupos (EA, EC). Citam as oficinas de informática, esporte e lazer, contação de história e “as outras

¹⁹ Na instituição há educandos que frequentam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que funciona no contra-turno escolar, e inclui as atividades das educadoras sociais e também as oficinas dos educadores oficinairos: de esportes (vôlei e futebol) e judô, jiu-jitsu, danças, violão, grafite e outras. Estes educandos são encaminhados pelo CRAS da região. Há, na instituição, outras crianças e adolescentes que pagam uma taxa para frequentar somente as oficinas dos oficinairos, ou seja, frequentam somente as aulas de futebol, ou somente as aulas de judô, não ficam todos os dias, e também não são, necessariamente, de famílias vinculadas ao CRAS.

oficinas”: judô, futebol, balé jiu-jitsu, capoeira..., e também, falam das atividades extra-curriculares, e contam como um diferencial que as turmas não são super-lotadas, tendo no máximo 15 alunos por turma (EC, EG).

QUADRO 2 - ORGANIZAÇÃO INTERNA DA INSTITUIÇÃO

	TEMA	RESPOSTAS	EDUCADORES
Educadores respondem sobre:	Entrada e permanência das crianças no projeto	Via CRAS, pais fazem a matrícula, cadastro e visitas	EA, EB, ED, EF, EG
	Organização e dia-a-dia das oficinas.	Grupos, oficinas, atividades extra-curriculares, rotina.	EA, EB, EE, EC, ED, EG.
	Planejamento/capacitações	Dividido por grupos, organizado, semana pedagógica, capacitações.	EC, EH, EI
	Público-alvo do atendimento	Crianças difíceis, encaminhamentos	EA, EB, EI.
	Coordenação	Cuida de tudo nos mínimos detalhes, muito próximas, muito organizada	EB, ED, EE, EF, EG, EH
	Percepções gerais	Diferente do trabalho da escola, funciona bem, cada um com sua função, preza valores, tudo limpo.	EE, EF, EG, EI

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2017)

De acordo com os entrevistados as crianças seguem uma rotina: de manhã as atividades iniciam às 8:00hs da manhã até 11:30hs, de tarde começam às 13:00hs até as 17:00hs. Os educadores de período integral almoçam na instituição e dispõem de um horário de planejamento, entre o almoço e as atividades do turno da tarde.

A terceira temática é referente aos momentos de planejamento e capacitações que são citados pelos educadores quando falam da organização interna da instituição. A semana pedagógica é referenciada por eles como a semana em que são definidos os objetivos e o planejamento pedagógico para o ano. A semana é importante pois “ajuda para que o trabalho flua” (EG). Nesta semana, de acordo com os educadores, a reunião é dividida em grupos, e nestes grupos os educadores definem e discutem o que acham importante para o ano: “... buscar o que os afetam em cima do tema trabalhado na semana pedagógica” (EI). A Campanha da Fraternidade (campanha realizada anualmente pela Igreja Católica no Brasil) é apontada por alguns educadores como a base (EB, EG, EH) na qual são escolhidos os temas para o planejamento anual das atividades:

então, já no começo do ano, antes da semana pedagógica que acontece com todos das unidades, a gente já desenvolve quais são os nossos objetivos, mês a mês, já no começo do ano, as (coordenadoras) sempre já na primeira semana repassam textos importantes, da campanha da Fraternidade, textos que a sociedade está discutindo pra gente já nortear lá naqueles objetivos nossos (EG)

Além da semana pedagógica, os educadores citam também o planejamento diário das atividades, as reuniões que acontecem na instituição para acompanhar o trabalho e também as capacitações que neste ano as próprias educadoras foram organizadas pela equipe técnica (pedagoga, assistente social e coordenação) e, junto com estas, para se responsabilizarem pelos conteúdos das capacitações. As orientações técnicas sobre o SCFV (BRASIL, 2010) preveem a existência de capacitações, que podem

constituir-se em um processo permanente de aquisição de conhecimentos por meio de escolarização formal ou processos informais de troca e compartilhamento de saberes, abrangendo as vivências dos envolvidos em seu processo de trabalho e demais experiências agregadas ao longo de sua formação profissional (BRASIL, 2010, p.70)

Portanto, a instituição deve realizar capacitações, ou prover os educadores com oportunidades de capacitação. Os educadores falam: sobre a capacitação: “A gente faz uma pesquisa e (pensamos) em que passar, de que maneira pode passar para os educadores” (EC). “Em relação aos cursos, sempre que tem oportunidades às (coordenadoras) ofertam para a gente” (EF).

O quarto tema refere-se ao público alvo atendido. Os educadores citam as crianças e adolescentes com os quais trabalham como um público alvo “difícil” de se trabalhar e comentam que: “A assistente social prepara as educadoras antecipadamente para receber alunos problemáticos” (EA). Assim, a equipe técnica (coordenação, assistente social, pedagoga), para os educadores, é quem se responsabiliza em atender e encaminhar as necessidades do público alvo atendido: “Não me envolvo muito em situações difíceis com alunos; quem cuida é a gestão, em situações graves “ (EA).

Os educadores falam sobre a presença constante e organizada das coordenadoras, que é o quinto assunto: citam que a “coordenadora geral é extremamente organizada” (EA, EF, EG, EH); “cuida de tudo nos mínimos detalhes, desde a contratação de funcionários e relação entre eles; e que por isto o projeto é muito bem organizado, estruturado” (EH); outra educadora fala do quanto às coordenadoras “dão as coordenadas para as educadoras” (EB), perguntam tudo. Neste mesmo sentido a educadora (ED) diz que as “coordenadoras mostram o planejamento, pegam as ideias das educadora e montam um grupo com todos os professores” (ED), para fazer o planejamento; a coordenação é citada como muito próxima (EG, EH) que se propõe a estar sempre ouvindo, sem se “prevaler” sobre o educador; “toda a decisão de compra sobre qualquer coisa deve passar pela diretoria” (EF); a “coordenação faz tudo pelas crianças” (EG) e que qualquer imprevisto sobre qualquer coisa deverá ser remetido a pedagoga/ coordenação (EH, EB, ED, EG, EF).

No sexto e último tema, sobre percepções gerais a respeito do funcionamento interno da instituição, os educadores referem-se às necessidades de doações para que a instituição possa se manter; a limpeza e organização do local em que trabalham, e que resultam em comentários de que o trabalho funciona “bem”; comentam que a instituição realiza um trabalho diferente da escola e que vai além daquilo que é trabalhado pela escola, e que a “instituição preza muito por valores”. (EE, EF, EG, EI). “Não vejo falhas” (EF).

3.4.2 Relacionamentos dentro da Instituição

No eixo 1 do roteiro de entrevista, pergunta B, os educadores foram questionados sobre como eles percebem os relacionamentos entre os próprios colegas de trabalho, entre os *educadores e a gestão*, entre os *educadores e os pais e/ ou família* dos alunos e entre os *educadores e as crianças e adolescentes* que o projeto atende. O QUADRO 34 vai mostrar os aspectos negativos e positivos encontrados nas respostas dos educadores sobre o relacionamento deles com gestão, entre os colegas de trabalho, relacionamento dos educadores com os educandos e como percebem o relacionamento deles com os pais e/ ou famílias de seus alunos. Há, no

QUADRO 3, uma coluna em que estão os encaminhamentos que são dados, na percepção dos educadores, para os aspectos negativos apontados pelos educadores sobre os relacionamentos na instituição.

QUADRO 3 - ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS NA OPINIÃO DOS EDUCADORES SOBRE OS RELACIONAMENTOS COM RELAÇÃO À: GESTÃO, EDUCADORES, EDUCANDOS E PAIS E/OU FAMÍLIAS.

Relacionamento entre educadores e:	Aspectos		Encaminhamentos
	Positivos	Negativos	
Gestão	Boa, aberta ao diálogo, próxima.	Falha na comunicação	Gestão prepara para atender o público;
Outros educadores	Equipe boa, unida, disposta, calma, madura, acolhedora, pró-ativa, sintonia (...)	Fofoca, intriga, discussões, falta comunicação.	Educador faz relatório, diagnóstico e encaminha para a coordenação;
Crianças e adolescentes	Afetiva, funcional.	Crianças não gostam/ chatas	Educador recebe orientação para lidar com esse aluno em sala de aula.
País e/ou Família	Afeto e diálogo	Ausência, distância, falta de cuidado/ interesse.	

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2017)

Em relação à gestão – coordenadoras e pedagoga – os educadores (todos) responderam que a gestão é “boa” e ou “bacana”, e apenas uma educadora apontou um aspecto negativo que foi “falha na comunicação” (ED). Outras respostas foram: “A gestão fala a mesma língua” (EC); “o trabalho flui/ desenvolve” (EC); “coordenação muito próxima” (EF, EI); “dão liberdade, autonomia” (EE); “abertas ao diálogo” (EE, EI); “estão sempre ouvindo” (EH); “chama atenção sem se prevalecer” (EH); “relação de respeito” (EH) e “que melhorou” (ED).

A relação dos *educadores com os educadores* foi retratada pelos entrevistados como uma relação boa, funcional e com pouquíssimos conflitos. Os aspectos relatados como positivos foram: “nenhum problema ou dificuldade” (EA, EC, EF); “união”, “sintonia” (EA, EC, EF); “boa comunicação/ conversa e diálogo” (EA, EF, EI); “conseguem lidar bem com as situações” (EA); “conflitos raros” (EA); “tranquila”, “paz”, “acolhedora”, “calma” (EA, EC, EE, EH); “bem-disposta” (EA); “pró-ativa”/ “com iniciativa” (EA); “dividem atividades/ metodologia/ colaborativa” (EA, EI); “ótima” (EC, ED, EI); “com diversidade”, “cada educador com seu perfil” (EC, EG); “trabalha bem” ou “funciona bem” (EC, EF, ED); “vínculo bom” (EE); “uma 2ª família” (EE); “mesma missão” (EE);

“toda decisão passa pelo conselho” (EF); “respeito” (EG); “valores cristãos” (EG); “boa convivência” (EB, EG); “grupo maduro”/“estruturado” (EH); “conflitos raros” (EA).

Os aspectos indicados como negativos referem-se às equipes anteriores de trabalho e foram citados como: “fofocas”, “intrigas” (EH), “travavam discussões” (EI), “já teve problemas” (EB) e uma educadora apontou que, atualmente, “há falhas na comunicação” (ED).

Em relação às crianças e adolescentes que os educadores atendem, os entrevistados também falaram de seu relacionamento com eles de uma forma bastante positiva e funcional. Houve três grupos de respostas, conforme apresentados no QUADRO 4, um grupo de respostas que trata de questões relacionadas ao educador frente ao educando, um segundo grupo em que os educadores falaram de questões referentes ao educando e outro grupo caracterizado por uma declaração pessoal, em que há uma resposta que a educadora diz viver outra realidade no espaço em que está trabalhando (ED), e outra resposta em que a educadora diz que é necessário “olhar a todos da mesma maneira” (EI).

QUADRO 4 - PERCEPÇÃO DOS EDUCADORES SOBRE O RELACIONAMENTO ENTRE ELES E OS DIFERENTES EDUCANDOS.

Educadores e seu relacionamento com os educandos.	<ul style="list-style-type: none"> - Relacionamento bom, funcional; (EA, EB, ED, EE) - Características e qualidades dos educadores; (EA, EC, EE, EF, EG) - Cuidado e proteção (EC,EG,EH,EI) - Ser referência (EE, EG).
Como os educadores percebem o educando, e como o educando se relaciona com os educadores.	<ul style="list-style-type: none"> - características e qualidades dos educandos (EF, EH); - Afeto pelos educadores (EB, EH, EI); - Condições para frequentar o projeto (EB, EC).
Declaração pessoal	<ul style="list-style-type: none"> - Outra realidade que vivo aqui (ED) - Olhamos todos da mesma maneira (EI)

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2017)

No primeiro grupo, que trata de respostas relacionadas à como o educador percebe o seu relacionamento com o educando, eles dizem: “não há grandes problemas (EA); “relacionamento muito bom” (EB, ED, EE). Os educadores pontuam suas características e qualidades, e, segundo os próprios os educadores têm: “autoridade”, “autonomia”, “domínio de turma”; conseguem lidar com “situações problemas”; são “maleáveis”, “rígidos”, “queridos”, “carinhosos”, “amorosos”, “bravos”; têm “atenção”, “compreensão”, “respeito” e

“diálogo” (EA, EC, EE, EF, EG); as educadoras têm uma relação de cuidado e preocupação: querem “dar banho”, “levar para casa”, têm “uma palavra amiga”, os fazem “perceber que são importantes”, uma “2ª mãe”, “pega a dor da criança”/ “abraçar a causa dele”, “tratam como se fossem filhos” (EC, EG, EH, EI); “ser referência” e “fazê-los perceber que são importantes” (EE, EG).

Os educadores também caracterizam, em suas respostas, o público alvo que atendem: As crianças vêm com uma “bagagem grande”, “dificuldades”, “sofrimentos” (EC); são “carinhosos”, “afetivos”, “grudentos”, “distantes” (EF, EH); “não gostam de alguns educadores” (EB); “muitas (crianças/adolescentes) vêm porque gostam” (EB); “muitas (crianças/adolescentes) vêm para comer” (EB); “acham chato alguns educadores” (EH, EI); “adoram alguns educadores” (EI).

As respostas sobre o relacionamento entre os pais e famílias das crianças e adolescentes que o projeto atende pôde ser dividido em quatro assuntos, conforme QUADRO 5. O primeiro assunto refere-se a características dos pais: “público debilitado”, “sem estudo”/“formação”, “sem esclarecimento”, “não aceitam coisas”/ “orientações”, “acomodados”, “não tem senso crítico”, “desmotivados”, “desanimados”, “ausentes” (EA, EC, EE, EH); Um segundo assunto trata das condições sociais que as famílias vivem, que são caracterizadas como: “situações tristes”, “ocupação”, “sem banheiro”(EH). Há respostas que caracterizam a relação dos pais com os filhos: “pai mima demais”, “bate muito”, “não querem cuidar dos filhos” (EA, EC, EH).

QUADRO 5 - SOBRE O SEU RELACIONAMENTO COM PAIS E /OU FAMÍLIA DOS EDUCANDOS

Características dos Pais	- Público debilitado, sem estudo/formação, sem esclarecimento, não aceitam coisas/ orientações, acomodados, não tem senso crítico, desmotivados, desanimados, ausentes (EA, EC, EE, EH)
Pais e estrutura social	- Situações tristes, ocupação, sem banheiro (EH)
Pais e crianças e adolescentes	- Pai mima demais, bate muito, não querem cuidar dos filhos (EA, EC, EH)
Pais e instituição	- Poucos pais participam (EC, ED, EE, EF), falta presença (EH), pais não veem agenda dos filhos (EH), sem apoio dos pais (EE), falha dos pais com a escola (ED), Há o programa família presente (ED, EE, EB, EH), relacionamento só com a coordenação (EH), entidade procura estar próxima dos pais (EE)
Pais e educadores	- Conversa bem com os pais (EE), educadoras sempre dispostas a atender (EH, EI); gosto deles (EB); não tem contato com os pais dos alunos (ED, EE, EJ)

FONTES: OLIVEIRA E FREITAS (2017)

Sobre o relacionamento entre pais e instituição os educadores falaram: “poucos pais participam” (EC, ED, EE, EF), “falta presença” (EH), “pais não veem agenda dos filhos” (EH), “sem apoio dos pais” (EE), “falha dos pais com a escola” (ED), “há o programa família presente” (ED, EE, EB, EH), “relacionamento só com a coordenação” (EH), “entidade procura estar próxima dos pais” (EE).

Por fim, o último assunto tratado foi o relacionamento entre pais e educadores: a educadora diz que “...conversa bem com os pais” (EE), “educadoras sempre dispostas a atender” (EH, EI); “gosto deles” (B); “não tem contato com os pais dos alunos” (ED, EE, EJ). O que é possível perceber é que na fala dos educadores parece haver uma apreciação mais negativa quando os educadores caracterizam os pais de forma geral e sua relação com os filhos, e uma apreciação mais positiva quando falam em como a instituição e eles próprios, os educadores, se dirigem e/ ou buscam os pais.

3.4.3 Problemas que a instituição enfrenta na opinião dos educadores sociais

No eixo 1, a pergunta C corresponde aos problemas que os educadores percebem que a instituição enfrenta. Os educadores basicamente relataram 3 grandes problemas: dificuldades financeiras e dependência de doações (EA, EB, EC, ED, EF); relacionamento com órgãos públicos (EF, EG); falta de apoio da família (EB, EE, EH). O QUADRO 6 apresenta os problemas e as respectivas soluções apontadas pelos educadores sociais.

QUADRO 6 - PROBLEMAS ENFRENTADOS E RESPECTIVAS SOLUÇÕES NA OPINIÃO DOS EDUCADORES.

Problemas	Soluções
Dificuldades financeiras e doações.	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação se “vira”, vende e compra algo que dê para todos, (EA, EC, EG) - Ter investimento melhor (EC) - Adaptação, criatividade (EA)
Relacionamento com órgãos públicos.	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação trabalha para conseguir recursos do governo (EA, EF, EG, EH) - Infelizmente não depende da gente (EA) - Do que têm, consegue fazer bem (EC) - O trabalho continua sendo feito (EF)
Falta de apoio da família.	<ul style="list-style-type: none"> - A educação já vem dos pais (EC) - Educador faz o que o pai deveria fazer (EC) - Tenta envolver família (EC) - Fazer torneios internos (EH) - Não consigo ver um caminho (E I)

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2017)

As dificuldades financeiras, falta de recursos, falta de doações (dinheiro, comida e presentes, como citados pelos educadores) são as dificuldades mais citadas pelos educadores. Estes atribuem estas dificuldades da instituição pela mesma ser “social”, e as soluções propostas para resolver estas dificuldades giram em torno das coordenadoras da instituição. Os educadores apontam as coordenadoras como responsáveis por fazer os convênios e conseguir os recursos necessários para a continuidade do projeto. Aos educadores cabe “se virar” com o que tem na instituição, ser “criativos”, “usar material reciclável”, “se adaptarem” (EA, EB, EE, EI). Em relação às dificuldades relativas aos órgãos públicos, os educadores apontam a interferência do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) nas atividades da instituição e a falta de continuidade das ações quando há mudança de governos. Mais uma vez é atribuída a coordenação o trabalho de conseguir os recursos necessários para a continuidade do trabalho (EA, EF, EG, EH).

O terceiro e último problema apontado pelos educadores é a falta de participação e envolvimento dos pais na instituição, uma vez que esta oferece um programa chamado “Família Presente”. Tentar envolver mais a família, fazer mais torneios de jogos internos, e fazer o que o “pai deveria fazer” foram as soluções encontradas pelos educadores. Outras soluções como: “não conseguir ver um caminho” e “continuar a trabalhar com as condições que se têm” foram apontadas pelos educadores.

3.4.4 Problemas do bairro e como afetam a instituição

Foram citados diversos problemas no bairro, desde aspectos mais estruturais, até mais específicos, do cotidiano da criança que frequenta o projeto social.

São citados como problemas sociais referente à estrutura social: Problemas de “toda a sociedade”, atribuído ao sistema capitalista (EA); “invasão”, “ocupação” (EA, ED, EE, EH, EI); “saúde” (EA); “falta de estrutura” (luz, água) (ED); “falta de organização do tráfego” (EB); “saneamento” (ED, EE); Outros problemas que tratam de questões como violência e abandono: “falta de segurança” (EB, ED); “violência” (EA, EF, EH); “criminalidade” (EC);

“drogas” (EC, EF, EG, EH, EI); “abandono” (EC, EH); “escola precária” (EE); Há problemas indicando a falta de investimento no bairro em relação a educação: “falta ter mais oportunidades, mais cursos” (EG), “mais incentivos nas e das escolas” (EG). Também foram citados problemas relativos às crianças e adolescentes que frequentam o projeto: “situação de higiene” (EA), “não ter o que comer” (EA, EE), não ter o que vestir” (EA). Ver QUADRO 7.

Os problemas relativos à estrutura social afetam a instituição, de acordo com os educadores, na medida em que os próprios moradores passam a ter preconceitos por viverem na vila onde vivem, e também com os moradores das vilas vizinhas, uma vez em que as crianças que frequentam o projeto social pertencem a três vilas vizinhas, assim há o preconceito com eles mesmo e com os vizinhos. Também, a falta de estrutura social, de saneamento básico, promove, de acordo com os educadores, a convivência com cachorros, ratos e outros animais, que, igualmente seguem vivendo em condições insalubres, acabam por provocar piolhos, sarnas e outras doenças causadas pela falta de higiene e saneamento.

QUADRO 7 - PROBLEMAS DO BAIRRO, COMO AFETAM O TRABALHO E POSSÍVEIS SOLUÇÕES GERAIS NA OPINIÃO DOS EDUCADORES

Problemas	Como afetam	Soluções
Estrutura social	<ul style="list-style-type: none"> - Preconceito dos próprios moradores em morar aqui (EF); - Conviver com cachorro / rato, piolhos (EA, EE); 	<ul style="list-style-type: none"> - Encaminhar para o que precisam: neurologia, psicologia (EA); - Relação com os coordenadores da ocupação. - Formar cidadãos críticos para abraçar os problemas da sociedade (EA); - Ensinar, orientar o básico sobre higiene (EE); - Ter polícia, guarda municipal (EH, EI); - Fazer com que as crianças interajam de forma mais uniforme com o grupo (EG); - Já passou entre os dedos (EG); - Não é coisa grave (EB)
Violência / Drogas	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças se expressam de maneira violenta, xingando, batendo (EF, EI); - Alunos saem de casa (EG); - Crianças com déficits: dificuldades de aprendizagem, hiperatividade, autismo, dislexia (EH). 	
Falta de investimento em relação a educação.	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças criadas pelo mundo (EA); - A educação fica no teórico (EA); - O projeto acolhe funções que não são dele (cuidado) (EA); - Deixar o que se planejou para fazer o básico (EE) - Crianças aprovadas na escola sem condições (EH) 	
Problemas relativos a crianças e adolescentes que frequentam o projeto:	<ul style="list-style-type: none"> - Condições emocionais e psicológicas: (EA, ED); - Crianças debilitadas, carentes (EA); - Não ter base familiar sólida (EA) - Crianças indisciplinadas (EF). 	

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2017)

Para alguns educadores, os problemas advindos do uso abusivo de drogas e álcool acabam por “produzir” crianças com “déficits de atenção”, “dificuldades de aprendizagem”, “autismo”, “hiperatividade” e “dislexia” (EA, EB, ED, EF, EH). A violência e o próprio tráfico de drogas aparecem como influenciadores de comportamentos agressivos e violentos, e há o relato de adolescentes que frequentavam o projeto e saíram de casa levando dinheiro, deixando familiares em situação de risco (EF, EG, EH, EI).

O problema da falta de investimento em educação, de acordo com os educadores, afeta tanto o ensino regular, quanto as atividades do projeto social. Em relação à escola formal, educadores disseram que algumas crianças são aprovadas sem condições, afetando o trabalho no projeto, na medida em que se sentiriam responsáveis por ajudar a criança a alcançar os níveis desejáveis de aprendizagem. Desta forma, as educadoras não conseguiriam nem dar conta do que planejaram e, ao mesmo tempo, teriam que acolher funções que não são delas, em relação às crianças – no sentido afetivo e de cuidado e também em relação a aprendizagem exigida no ensino formal. Também, há o relato de uma das educadoras que diz que a falta de estrutura no bairro faz com que todo o trabalho que é realizado no projeto social fique na teoria, pois as crianças não teriam condições estruturais e sociais de aplicar em casa o que aprendem na instituição.

Por fim crianças “indisciplinadas”, “debilitadas”, “carentes”, “com condições emocionais e psicológicas afetadas” seriam fruto das más condições de vida da população. As soluções propostas para estes problemas giram em torno de identificação e encaminhamentos para profissionais habilitados a atender problemas de saúde/ psicológicos/ neurológicos e outros. Outras soluções estariam vinculadas ao engajamento por parte da instituição com os líderes das ocupações onde moram as crianças, para auxiliar na garantia de direitos, tanto em relação à estrutura de saneamento, luz, água, esgoto, e garantia de moradia, quanto em relação a exigência de um policiamento mais ostensivo, principalmente na região do projeto social. A educação aparece como respostas às soluções dos problemas do bairro, no sentido de se investir numa educação cidadã e também de orientação as questões de higiene e qualidade de vida e também de interação com a sociedade, de forma geral. E,

há a resposta de um educador, de que não haveria mais o que fazer, que sente que o educando “passou entre seus dedos” (EG).

3.5 EIXO 2: PROJETO E O TRABALHO DESENVOLVIDO PELOS EDUCADORES NA INSTITUIÇÃO

Neste eixo, os educadores foram perguntados especificamente sobre o trabalho que realizam na instituição, as dificuldades que percebem do seu trabalho, objetivos, significados e importância do trabalho para ele.

3.5.1 O significado do projeto social para o educador

A esta questão as respostas dos educadores puderam ser classificadas em 5 categorias: Pessoais/ afetivas; trabalho educativo; professor-educando; educando e sentidos do trabalho, conforme QUADRO 8.

Na primeira categoria estão as respostas ligadas a questões pessoais e afetivas como:

- 1) “Amar o trabalho”, “amar o que faz”, “o trabalho social é para quem gosta”, “quem se identifica”, “ter paixão”, “gostar de fazer”/ “ajudar”, “doar-se”, “vontade de fazer”, “querer estar aqui”, “eu me descobri” (EA, EB, EC, ED, EF, EH, EI);
- 2) “É gratificante” (EA, EC, EB);
- 3) “Um trabalho que dá retorno” (EA);

Já na segunda categoria de respostas foi possível identificar significados atribuídos ao trabalho educativo, ao ser educador/ professor, relacionados à função de ensinar:

- 4) Um trabalho: “muito comprometido”, “muito sério”. Têm que “se dedicar”, “estudar” (EH, EI);
- 5) Ser professor é uma “missão” (EA);
- 6) “Aplicar o que se aprende na faculdade” (EA); “estar atento as necessidades do educando” (EA); “ver o aluno copiando suas atitudes boas” (EC); “não ficar preocupado com grade curricular” (EE); “desenvolvimento (do trabalho) com qualidade” (EG).

- 7) “Fazer uma coisa boa e passar para outra”, “querer fazer a diferença”, “um trabalho que vai além” (EC), “resolver conflitos através do diálogo” (EE), “desenvolve disciplina, valores importantes” (EG);

QUADRO 8 - RESPOSTAS SOBRE O SIGNIFICADO DO TRABALHO DO EDUCADOR SOCIAL, NA OPINIÃO DOS MESMOS.

CATEGORIAS	RESPOSTAS	EDUCADORES
Pessoais/afetivas	- Amar o trabalho, o que faz, é para quem gosta, quem se identifica, ter paixão, gostar de fazer/ ajudar, doar-se, vontade de fazer, querer estar aqui, me descobri; - É gratificante; - Um trabalho que dá retorno	EA, EB, EC, ED, EF, EH, EI;
Trabalho educativo	- Um trabalho muito comprometido, muito sério, se dedicar, estudar; - Ser professor é uma missão; - Aplicar o que se aprende na faculdade; estar atento as necessidades do educando; ver aluno copiando suas atitudes boas; não ficar preocupado com grade curricular; desenvolvimento com qualidade - Fazer uma coisa boa e passar para outra, querer fazer a diferença, um trabalho que vai além, resolver conflitos através do diálogo, desenvolve disciplina, valores importantes.	EA, EC, EE, EG, EH, EI
Professor – educando	-Ver a vida deles de forma totalmente diferente das outras pessoas, estar junto com eles, - Estar aberto e preparado pelo que vai encontrar no caminho	EH, EI.
Educando	- Criança ter um olhar diferente para a vida, alunos levam para a vida outros valores que aprendem; - É a segunda casa deles, uma família	ED, EE, EG
Sentidos do trabalho	- O social, ter um outro olhar; - Ser um pouco de tudo: psicólogo, assistente social	EE, EH.

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2017)

Na terceira categoria foram reunidas respostas em que os educadores falam que o significado do seu trabalho tem a ver com o que eles percebem nos seus educandos:

- 8) “Ver a vida deles de forma totalmente diferente das outras pessoas, estar junto com eles” (EH, EI);
- 9) “Estar aberto e preparado pelo que vai encontrar no caminho” (EH);

Na quarta categoria estão as respostas dos educadores que fazem referência a significados atribuídos aos educandos, ou como os educandos percebem a instituição ou o projeto social:

10) “Criança ter um olhar diferente para a vida”, “alunos levam para a vida outros valores que aprendem” (EG);

11) “É a segunda casa deles”, “uma família”; (ED, EE)

A quinta e última categoria está relacionada a sentidos dados ao trabalho como:

12) “Ser um pouco de tudo: psicólogo, assistente social” (EE);

13) “Ter um outro olhar sobre o social” (EH);

3.5.2 Como o trabalho é feito

A esta questão, os educadores responderam contando a dinâmica do seu trabalho, citando horários e como organizam o trabalho diário. Aqui foram agrupadas respostas que tratam de elementos do cotidiano citados pelos educadores, sendo: 1) Descrição da rotina; 2) Planejamento e 3) Práticas do trabalho. O QUADRO 9 apresenta as respostas dos educadores, relacionando as atividades que citaram e as respectivas características do trabalho correspondentes as atividades que citaram:

QUADRO 9 - RESPOSTAS DOS EDUCADORES SOBRE AS ATIVIDADES QUE REALIZAM NA INSTITUIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO.

ATIVIDADE	CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO	EDUCADORES
Descrição da rotina	Quais atividades e horários; organização da rotina.	EA, EB, EC, EG, EF, EH, EI
Planejamento	Descrições e características de como é feito o planejamento como: datas, atividades, objetivos, procedimentos, recursos, metodologia.	EA, EB, ED, EH, EG
Práticas do trabalho	Conteúdos trabalhados em sala de aula; Qualidade e manejo da sala de aula.	EA, EB, EC, ED, EE, EF, EG.

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2017)

Na descrição da rotina, o primeiro momento dos grupos no SCFV é o momento da espiritualidade:

Eu entro às 7h30, entro um pouco mais cedo, aí a gente faz o planejamento, eu faço o planejamento das 7h:30 às 8h, arrumo o meu material pra quando eles chegarem estar tudo certo. Daí a gente começa com uma oração, né? Como é uma instituição religiosa eles primam muito isso, começa com uma oração... (Educadora D)

Em seguida, após o café da manhã e o momento da espiritualidade, vem o momento da roda de conversa, com duração de 30 minutos, em que cada grupo fica com a sua educadora responsável. Esta é uma das atividades recomendadas nas Orientações Técnicas (BRASIL, 2010), descrita como “Pacto de Convivência”:

O Pacto de Convivência incentiva o desenvolvimento de Grupos que sejam democráticos e participativos. Deve considerar o fortalecimento das relações de respeito, a participação de todos e a cooperação solidária no cotidiano dos grupos.

Constitui-se em oportunidade de alargamento da participação cidadã mediante o compartilhamento de responsabilidades e a garantia de direitos para a construção de uma cultura de paz e apoio solidário. (BRASIL, 2010, p. 91, 92)

Embora todos os educadores cite os momentos de roda de conversa, é a educadora B quem descreve mais detalhadamente como acontece este momento com o seu grupo:

Cada educadora... nós temos o nosso planejamento. Cada educadora tem um tema. Vamos supor, porque tem muita criança negra né. Afrodescendente. Aí, nessa roda de conversa ... se eu colocar hoje a minha roda de conversa sobre racismo, eu vou ler um texto sobre o racismo. Daí pergunto: quem quer falar? Daí ele levanta a mão. Que que você entendeu do racismo? O que é o racismo pra você? Daí a criança fala. Quem já sofreu de racismo, levanta a mão? Que que já falaram pra você? O que mais te doeu? Porque eu tenho uma menina na minha sala, a (nome), ela magrinha, mas bem bonitinha, negra ela, parece aquelas haitiana: bem negra. E o nariz dela é muito em cima. Bem aqui em cima sabe. Daí eu falo assim: o que você, mais dói em você? Ai é quando eles me chamam de focinho de porco. Mas e você fica nervosa? Ai eu choro, dá vontade de morrer... Eu falei: Credo, não pode ser assim. Mas é aonde? Aqui? Não lá na escola lá. Falei assim: fala com a tua professora, com a tua pedagoga, com a diretora. “Eu falo, mas eles brigam, mas não adianta”. Falei: mas infelizmente né, é, o racismo tem em tudo que é lugar. Mas ela é uma menina bem bonita, ela é uma negra bem bonita. Mas eles sofrem, a gente sabe que sofrem. Daí, a gente faz a roda de conversa. Cada dia é um tema, é... O tema um dia é fé, outro dia é sobre o namoro, outro dia é sobre família. É o ano inteiro, temas e temas. O bullying é uma coisa que eu repito umas duas vezes no mês no planejamento, porque o bullying também é constantemente (Educadora B)

Após a roda de conversa, as turmas fazem atividades pedagógicas, que tanto podem ser atividades preparadas pelas próprias educadoras sociais, quanto as atividades que a escola de ensino formal passa para as crianças e

adolescentes resolverem em casa, esta é uma atividade que dura cerca de 1 hora:

A gente tem atividade pedagógica, porque daí, quem tem lição de casa do colégio pode fazer, e quem não tem faz as atividades pedagógicas propostas no planejamento. Todos os dias tem uma atividade descrita certinho no planejamento (Educadora A).

Tanto no momento da espiritualidade, quanto na roda de Conversa e atividades pedagógicas cada educador é responsável por um grupo, que é fixo durante o ano todo. Há um novo momento de lanche, em seguida, 30 minutos de recreação, em que os grupos se revezam em diferentes espaços – dentro e ao redor do prédio do projeto (praça, parquinho da praça, ginásio, varanda, brinquedoteca, campo de areia e grama sintética). Após estas atividades, os grupos fazem um rodízio durante a semana para então participar das oficinas temáticas: Meio-ambiente; Informática e cidadania, Contação de histórias, Esporte e lazer, Oficina da vida e Artes e artesanato, com duração de aproximadamente 1 hora. E também, durante a semana, as crianças e adolescentes participam – conforme grade organizada pela pedagoga e assistente social para cada educando - das atividades esportivas, de música, dança e grafite, que são distribuídas na grade já estabelecida. São estas últimas oficinas que são abertas para que outras crianças e adolescentes participem. Os educadores responsáveis por vôlei, futebol e judô contam como se organizam:

Ah, a gente concebe o planejamento né. É que eu planejo aqui um pouco diferente do que as professoras. Tem o planejamento mensal, eu faço o planejamento anual. Do anual eu quebro ele em mensal e aí do mensal eu faço o diário. Eu tenho o anual, mas tenho que pensar ele diariamente né. Eu pego o futebol: pequenos, jogos infantis que lembram o futebol... bem jogos pré-esportivos né, brincadeira infantil que lembram o futebol. Trabalhamos a técnica também né, só que menos tempo do que a gente faz com os maiores e aí trabalhamos o coletivo. O sub 9 (anos) é um pouco mais o jogo lembrando o futebol. Com o 11 (anos) e o 13 (anos), com o 11 (anos) mais pré- esportivo ainda e com o 13 (anos) e 15 (anos) já trabalhamos a técnica específica o fundamento específico, e aí nós temos separados os horários né . (Educador F)

Dia-a-dia. Bom, eu chego aqui as 8 horas da manhã (...) chego aqui eles já sabem que tem que fazer a fila né, (...) quando a gente chega na sala a primeira coisa é fazer a saudação, antes de fazer a saudação a gente já tira o tênis, já deixa lá fora, Lá no Japão as pessoas tem esse costuma, não entra de sapato dentro de casa,

deixam lá fora para não entrar sujeira.No judô a gente deixa o tênis fora do Tatame como uma forma de respeito ao lugar que a gente tá entrando, mas também para esquecer os problemas que a gente tem né. Então tem um valor maior... e aí a eles veste o quimono. Tem quimono aqui no projeto. Uma coisa que não falta aqui no projeto, porque usar camiseta as vezes dificulta um pouco, mas a gente tenta sempre na coordenação ver um meio que facilite isso aí pra eles, né, facilitem esse aprendizado e desenvolvimento. Aí eu tenho a segunda turma e a terceira turma. Quando a gente desce pro lanche, desce em fila, desce organizado,mais calmo para o lanche daí eu já pego a segunda turma que eles são um pouco maior e aí eu desenvolvo com eles os mesmos princípios , mas é claro que eles vão atentar mais para os detalhes e tecnicamente, questão de desenvolvimento técnico deles é muito maior. (Educador G).

Ainda, para organizar estas atividades, é realizada no início do ano uma reunião pedagógica, com todos os educadores sociais e oficinairos, e estes definem em grupos os temas a serem trabalhados durante o ano. Em 2016 as capacitações aconteceram na própria Instituição, uma vez por mês, sendo que as próprias educadoras e equipe técnica (coordenadora, assistente social e pedagoga) eram responsáveis por apresentarem a discussão sobre um tema, acordado na semana pedagógica. Os temas citados nas entrevistas foram: multiculturalismo, capitalismo e consumismo, política e educação e gênero. Os educadores da área de esportes, danças e lutas não participam desta capacitação.

Já em relação ao planejamento diário, os educadores contam como organizam as suas atividades pedagógicas: citam a importância do planejamento pedagógico (EC, ED, EF), o controle sobre a arrumação e preparo das atividades (EA, EB, ED, EI); a organização do horário pela coordenação (EA, EB); e a caracterização de uma das educadoras de ser um trabalho complexo e não interessante (EC). Comentam que todo o conteúdo que preparam tem que ter um embasamento teórico, que elas devem procurar “coisas, leitura, pesquisar, achar atividades daquele mês, que é (um planejamento) extenso” (EA) e que devem especificar: tema, metodologia, recursos, objetivos geral e específicos para cada atividade (roda de conversa, atividades pedagógicas e oficinas) (EA, EB, EE). Ainda “tem que fazer as atividades conforme faixa etária e o que estão aprendendo na escola: o que faz pra um, o outro nunca viu na vida e o outro sabe demais, tem que fazer uma coisa meio termo” (EB). Nesta citação, a educadora fala da relação que suas

atividades pedagógicas tem que ter com a escola e da dificuldade em fazê-la para dar conta de alunos com diferentes níveis de aprendizagem.

Os educadores expressam diferentes percepções acerca da realização do trabalho, falam sobre conteúdos e como se sentem e percebem suas atividades. Os temas trabalhados que comentam giram em torno de questões sobre higiene: tomar banho, cortar cabelo, cortar a unha, escovar os dentes e bullying, preconceito, discriminação, e outras violências de forma geral; fé, namoro, família (EA, EB, EF, EG). Falam que o trabalho é feito através de muita conversa/ diálogo, atividades lúdicas, teatro, arte, roda de conversa (EB, EE): “como não tem currículo a seguir, pode dar suas ideias, dar a sua opinião” (ED), e “não fico preocupada com a grade curricular” (EE) e que “há sempre muita disciplina e organização” (EG): “Todo dia é uma rotina, todo dia tem que fazer alguma coisa, tem horário para tudo” (EB).

Em relação às oficinas uma educadora diz que sua oficina “não é atrativa, nem interessante” (EC), que a oficina “é muito cobrar, explicar, falar, conscientizar”; “estimular a querer cuidar do meio-ambiente” (EC); outra educadora diz que sua oficina “é a melhor parte do trabalho, que adora” (ED); “é um trabalho que envolve muita conversa, atividades lúdicas” (EE), e que procura “envolver a todos do projeto” (EE). Outra educadora diz “tento mostrar a arte do meu jeito, o sentimento que eu tenho, para eles mostrarem a expressão deles, porque é difícil” (ED).

Por fim, os entrevistados (EF, EG), comentam que são considerados pelos alunos como muito rígidos, que cobram demais. Se os alunos “aprontam” eles vão para a sala da pedagogia ou da coordenação. As atividades são pensadas e planejadas de acordo com as necessidades que as educadoras percebem dos seus alunos, analisando a realidade de cada turma (EB, ED, EE).

3.5.3 Objetivos do trabalho do educador social

Ao falar sobre os objetivos do seu trabalho, os educadores deram respostas que tratam tanto de objetivos relacionados 1) a formação cidadã e perspectiva de futuro; 2) objetivos direcionados a questão de desenvolvimento e

aprendizagem; 3) Objetivos direcionados a trabalho e atendimento; 4) objetivos do trabalho que definem a função de um educador social. O QUADRO 10 mostra o conjunto de respostas ligadas aos objetivos do seu trabalho:

1) Os objetivos direcionados a formação cidadã e perspectiva de futuro são descritos pelos educadores como: “formar um educando, crítico e consciente”; “formar cidadãos para o futuro”; promover autonomia, diálogo, respeito; conseguir conviver/ aprender a conviver de forma agradável e para toda a vida, fortalecer vínculos; preparar “para a convivência em sociedade”; “trabalhar na formação pessoal deles”; “formar cidadãos que cresçam em estatura, sabedoria e graça” (EF); “formar um cidadão com a consciência de que tudo o que faz tem consequências”; “atender de forma igualitária todos os que procuram, sem distinção de cor, raça e religião”; oferecer outras ou novas opções de vida para a criança; “possibilitar uma nova perspectiva de futuro”; “dar um ressignificado para a vida deles”; “conhecer o sistema social”. (EA, EB, EC, ED, EE, EF, EG, EH, EI).

2) Objetivos direcionados ao desenvolvimento e aprendizagem: Formação pessoal; cuidar não somente da educação, mas também do cuidado: higiene, alimentação, saúde mental; “prezar pela educação de forma diferente da escola”, “vai além do ensino forma”l. (EC, ED, EE, EG, EH).

QUADRO 10 - RESPOSTAS SOBRE O OBJETIVO DO TRABALHO, NA OPINIÃO DOS EDUCADORES

RESPOSTAS LIGADAS A:	OBJETIVOS	EDUCADORES
Formação cidadã e perspectiva de futuro.	Formar um cidadão crítico, aprender a conviver, fortalecer vínculos; dar um ressignificado para vida; possibilitar perspectiva de futuro.	EA, EB, EC, ED, EE, EF, EG, EH, EI
Desenvolvimento e aprendizagem	Cuidar da saúde de forma geral; trabalhar com aprendizagem de forma diferente da educação formal.	EC, ED, EE, EG, EH.
Trabalho e atendimento	Ser apoio, ajudar, estar de portas abertas, atender crianças em situação de risco, ter envolvimento de todos.	EB, EE, ED, EG, EF, EH.
Função do educador social.	Acolher, preparar, alertar, diagnosticar, ensinar valores, disciplinar, lidar com afetividade, ser paciente, buscar coisas novas...	EA, EB, EC, ED, EE, EF, EG, EH, EI

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2017)

3) Objetivos direcionados ao trabalho e atendimento: “É informal”; “no trabalho social tem que ter um envolvimento de um todo pra conseguir ver

o desenvolvimento da criança, não só a técnica, mas geral, de valores, total e social, da vida”; “futebol é o meio”; “ajudar, estar de portas abertas para todos”; “atender crianças/ famílias com problemas financeiros”; “atender crianças que não podem ficar sozinhas em casa”; “atender crianças com problemas/ necessidades pessoais e sociais”. (EB, EE, ED, EG, EF, EH).

4) A “função do educador social” caracterizou um grupo de respostas em que os entrevistados falaram sobre a sua função como educador social, que vão desde questões ligadas a como receber este aluno, como lidar com ele em sala de aula e como se preparar para ser educador social. Em relação a como receber este aluno, os educadores falam que o objetivo deles (e do projeto) é: “acolher”, “proporcionar suporte para as crianças”, “preparar as crianças para conviver em sociedade”, “fazer a diferença na vida da criança”; “enxergar os alunos como crianças, saber as dificuldades que passam e respeitá-los”; “olhar a todos da mesma maneira”; “saber lidar com crianças com carência afetiva”; “focar nas crianças que estão em risco”. Em como lidar com os alunos em sala de aula e no dia-a-dia do trabalho os educadores respondem: “demonstrar respeito; ensinar valores, alertar (a gestão) se aluno está muito quietinho, amuado”; observar se o aluno apresenta comportamentos diferentes, “estar atenta às necessidades do aluno”, “planejar as atividades pensando no contexto em que a criança vive”, “adaptar a fala” e as atividade, “auxiliar o aluno” para ajudá-lo, “ter paciência”, “conversar com a criança”, “buscar coisas novas para colocar no planejamento”; ser “disciplinador”, “tratar todos iguais”; “demonstrar respeito”; “ter uma palavra amiga”. (EA, EB,EC,ED,EE,EF,EG,EH,EI).

Por fim, os educadores respondem que cabem a eles (os educadores) a “buscar novos conhecimentos”, “se preparar para ajudar”, “ensinar”, “mostrar que existem outros caminhos” para que eles, os educandos, possam sair da condição de vida em que estão em busca de uma nova perspectiva de futuro. Estas respostas dos educadores indicam que há uma busca por parte deles em se atualizar, aprender coisas novas para aprimorar o seu trabalho.

3.5.4 Resultados do trabalho percebidos pelos educadores

Os resultados do trabalho percebidos pelos educadores são direcionados tanto em relação as crianças e adolescentes que frequentam o projeto, quanto em relação a eles mesmos, pessoal e profissionalmente:

Em relação aos resultados alcançados com as crianças e adolescentes, os educadores contam que as crianças chegam debilitadas e encontram: “acolhimento”, “suporte que muitas vezes não tem lá fora”, e possibilidade de conhecer/ ter uma oportunidade diferente (EA). Dizem que o trabalho “dá certo”, que “funciona bastante” (EA, EC, ED) pois percebem diferenças no desenvolvimento de cada criança / adolescente, “cada um tem seu jeito de aprender”, “crianças eram mais fechadas” (EB, ED, EG). Uma educadora diz que como as atividades tem embasamento teórico, elas promovem a “criticidade dos alunos”, desenvolvendo a autonomia, fazendo com que eles conheçam como “funciona o sistema e consigam viver, fazendo a diferença” (EA).

Em relação aos resultados alcançados percebidos como pessoais pelos educadores estão relatos de “ter crescido muito no jeito de ser, fazer, ter maturidade” (ED), ter “mais paciência” (EB), “perceber que está evoluindo” (EI) e “que está fazendo diferença na vida daquela criança” (EH); em relação aos resultados percebidos como decorrentes do seu trabalho realizado estão expressões que dizem que “os alunos respeitam mais o educador”, “aceitam as atividades e combinados propostos” (EE), “gostam do que o educador faz” (EB), “se ajudam, cuidam um do outro” (EB); identifica o trabalho como tendo “bons resultados, pois o aluno vem contar” (EB), que “o time tem sido campeão” (EF) ou que vários ex-alunos voltaram para ser voluntário (EH). Assim, os entrevistados contam e concluem que o projeto “realmente faz a diferença, dá certo” (EA) que se “eles estudarem, se tornarem pessoas boas, vão poder mudar essa história da vida deles e serem pessoas boas” (EE); que “não consegue colocar em números” (EG); é “perceber que a gente tá evoluindo” (EI), embora seja “todo um trabalho de formiguinha”(EI).

3.5.5 Dificuldades que os educadores enfrentam no trabalho e respectivas soluções

Aos educadores também foi perguntado quais as dificuldades que eles percebiam no dia-a-dia do seu trabalho e quês soluções seriam possíveis para estas dificuldades. Foi possível encontrar cinco grupos de respostas, conforme mostra o QUADRO 11. Num primeiro grupo estão respostas em que o educador não entende ou não percebe nenhuma dificuldade, que “a instituição tem muitos recursos”, “boa infraestrutura”, “não falta nada” (ED, EE, EH).

QUADRO 11- DIFICULDADES E RESPECTIVAS SOLUÇÕES APONTADAS PELO EDUCADORES SOBRE SEU TRABALHO

DIFICULDADES	SOLUÇÕES
Não há dificuldades/ boa estrutura (ED, EE, EH).	-
Adaptação do aluno na instituição (EA, EE, EF)	- Tentar resolver em sala (EA) - Investir no aluno (EA) - Aconselhar (EA) - Dar oportunidade (EA) - Enviar para a coordenação (EA) - Disciplina (EF)
Falta de apoio, verbas de fora (EG)	- Fazer propaganda do projeto (EI); - Mais apoio das escolas (EG); - Mostrar resultados (EG); - Alunos participarem dos jogos escolares (EG)
Planejamento e sala de aula (EB, EI)	- Elaboração do planejamento com qualidade (EA) - Pedagoga e gestora dão suporte (EF); - Aumentar a internet (EB)
Relação com a família e condições de vida das crianças (EC, EH)	- Resolver os problemas da família desde o início (EH); - Conscientizar (EC)

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2017)

Um segundo grupo de respostas trata da adaptação do aluno a instituição e também de como o educador se adapta a estes alunos (EA, EE). Neste grupo foram citadas dificuldades referentes aos educandos em relação à: “indisciplina” (EE, EF), “aceitar as regras” (EA), “bem revoltados” (EA), “se expressam/ contam angustias através dos comportamentos” (EA), “falta de limites” (EF). Um educador conta: “ Tem que ter jogo de cintura: para trabalhar com adolescentes, para não perder autoridade em sala de aula, não perder o domínio da turma, não ter autonomia para fazer o trabalho” (EA). As soluções para estas dificuldades estariam ligadas ao educador resolver em sala de aula

o seu problema através de disciplina (EF), investir e não desistir do aluno, “dar oportunidades, conversar e aconselhar” (EA) e, falhando nisto, encaminhar o aluno para a coordenação (EA)

Um terceiro grupo de respostas teria haver com a falta de apoio e investimentos externos como: “conseguir mais apoio do público de fora” (EG) e, “escola estar mais próxima (EG), investindo nos alunos”. Possíveis soluções estariam ligadas a fazer mais propaganda do projeto, investir melhor na divulgação (EI), mostrar resultados nas lutas e esportes para conseguir mais apoio das escolas e incentivar para que os alunos participem dos jogos escolares (EG).

Foram identificadas, também, dificuldades relacionadas ao planejamento e realizações das atividades pedagógicas na sala de aula: os educadores dizem que o planejamento é “complicado de fazer” (EA, EB), “de não repetir” o conteúdo (EB), “elaborar planejamento para poucas crianças” (período da manhã) (EI) e que há interrupções na hora da roda da conversa – “o aluno ter que sair para outras atividades” (EI). Para estas dificuldades, as soluções estariam voltadas ao próprio educador, no sentido de que este teria que fazer o planejamento com mais qualidade (EA), que a pedagoga e gestora devem ser solicitadas para dar maior suporte (EF), e, de forma operacional, deve-se aumentar a internet (EB).

Por fim, a relação com a família (EH) e a dificuldade em mudar costumes e tradições (EC), além das condições de saúde e higiene que as crianças chegam ao projeto: “É terrível: criança com roupa rasgada, problema de piolho, faz coco e não se limpa” (EB) e “crianças e adolescentes com problemas psicológicos, transtornos, desestrutura familiar, tem que estar preparado para atender essa realidade, que vai encontrar todos os dias” (EE). As resoluções apontadas foram que essas dificuldades só poderiam ser resolvidas por meio de conscientização (EC), e do entendimento de que estes problemas só poderiam ser resolvidos na origem deles (EH).

3.5.6 Sobre a importância do seu trabalho

Os educadores falam sobre a importância do seu trabalho, indicando uma formação cidadã e a possibilidade de mudança de vida como efeitos do trabalho realizado na instituição. As respostas giram em torno de:

A) Importância por si mesma:

- “É muito importante”/ “importante para todo mundo” (EA, EB ED, EC)
- “O ambiente têm um motivo para existir” (EB)
- “É tudo” (EH)
- “Nossa diferença é muito grande” (EA)
- “Quando se fala em trabalho social tem que estar aberto, preparado para o que vai encontrar pelo caminho” (EH);

B) Perspectiva de transformação social, do meio, da criança:

- “Mudar a sociedade”, “mudar a realidade” (EA, EE, EG)
- “Transforma a criança em outro tipo de cidadão” (EA);
- “Significativo ver a evolução dos educandos” (EE);
- “Faz bastante diferença na vida das crianças” (EH);
- “Ajudar, contribuir para alguma mudança” (EA, EI);
- “Precisa ter um olhar diferente para o “menos favorecido”” (EG);
- “Formar cidadãos” (EA, EE, EG, EH, EI)

C) Perspectiva diferente de vida para a criança

- “Ser referência” (EE);
- “Dar suporte as crianças” (EA);
- “Oportunidade” (EE);
- Nova perspectiva de vida (EE); “Fazer com que a criança tenha um olhar diferente para a vida, da realidade que ele vive” (EG)
- “Tirar os moldes “daqui”” (EF);
- “Trabalhar para que a criança perceba que tem futuro” (EF);
- “Educadores os enxergam como crianças” (EH)
- “Respeitar cada um na sua forma de ser, agir e pensar” (EI).
- “Dar carinho, atenção, compreensão que muitas vezes não tem em casa e que encontram aqui” (EE);

3.5.7 Educadores respondem sobre o que desejam para o futuro do projeto e da Instituição

Nesta questão, os educadores responderam que esperam o sucesso e a prosperidade desse trabalho, desejos de um futuro melhor para as crianças e adolescentes, e também que a sociedade perceba o trabalho desenvolvido no projeto social.:

- A) Sucesso e crescimento do projeto (EA, ED, EC, EE, EG), ampliação, abertura para mais crianças (EA, ED); construção e ampliação das sedes (EA, EE); “prosperar na capacitação dos profissionais para atender as crianças” (EE), “que a coordenação fizesse o que gostaria” (EF); “que a gestão que está hoje continue” (EH); “que tenha mais serviço para os educadores” (EA); “mais destaque na mídia” (EF); “que mais pessoas invistam no projeto” (EF)
- B) Desejos em relação às crianças e adolescentes: “conseguir títulos maiores no futebol” (EF); “ajudá-los” (EB); “ver os alunos bem na vida” (EB), “que saiam daqui para trabalhar” (EB), “estudar” (EB, EH); “que tenham objetivos na vida” (EB); “que não desistam” (EH); “consigam enfrentar as dificuldades em casa” (EI); “se formem cidadãos” (EI).
- C) Reconhecimento do trabalho social: “Um trabalho difícil” (EC); “trabalho que tem que ser feito” (EC); “ter consciência das coisas” (EC); “se lembrem da professora que fez diferença na vida deles” (EI); “que a sociedade precisa ter um olhar para o social” (EG).

3.6 EIXO 3: EDUCADOR E SUAS CARACTERÍSTICAS

Neste último eixo os educadores respondem sobre as características que pensam ser necessárias para o exercício do trabalho em um projeto social, formações e capacitações

3.6.1 Conhecimentos que o profissional deve ter para trabalhar em projetos sociais

O primeiro grupo de respostas corresponde a características pessoais que o educador deve ter para exercer o trabalho em projetos sociais. O QUADRO 12 apresenta as respostas dos educadores sobre as características e motivos correspondentes que os profissionais devem ter para exercer a função de educador social. De acordo com os educadores ele deve “amar o que faz” (EA, EE, EH), “porque se não gostar de criança, o trabalho não vai pra frente”. “Não pode ser sentimental, tem que ser um pouco frio (EA), pois ele – (o educador social) vai se deparar com inúmeras situações nas quais terá que deixar o sentimentalismo de lado para poder lidar com a situação – violência, abusos, crianças machucadas, debilitadas” (EA). Ainda, pelo mesmo motivo anterior, “ele deve ser firme e sustentar uma postura adequada” (EA).

QUADRO 12- CARACTERÍSTICAS PROFISSIONAIS QUE OS EDUCADORES APONTAM E RESPECTIVAS RAZÕES PARA EXERCÊ-LAS

CARACTERÍSTICAS	PORQUE/ PARA QUE
Amar o que faz (EA, EE, EH)	Se não gostar de criança, não dá certo
Não ser sentimental/ ser um pouco fria (EA)	Se for muito sentimental não consegue lidar com situações da realidade (EA)
Ser firme / ter postura (EA)	Para lidar com situações desagradáveis (EA)
Ser criativa (EA)	Elaborar planejamento (EA)
Não ser tímida, ter autonomia, autoridade, jogo de cintura (EA)	Ter controle / domínio da turma (EA)
Buscar conhecimentos/ Estudar (EC, ED, EE)	Profissional que não busca, não agrega, não traz conhecimento (EC); crianças trazem bastante lição de qualquer tema (ED)
Saber lidar com criança (EB), ter atenção, carisma, empatia, uma pessoa de bem, carinhosa (EE, EH)	Ver cada criança individualmente (EH), saber lidar com crianças com dificuldades (EH), ficar sempre atento (EI).

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2017)

Ser criativo, não ser tímido, ter autonomia, autoridade, “jogo de cintura” (EA) são características que ajudam para “ter o controle e domínio no dia-a-dia de sala de aula”, e também para ajudar a fazer o planejamento (EA). Saber lidar com crianças (EB), ser atencioso, ter carisma, empatia e carinho pelas crianças (EE, EH) também auxiliam na lida diária com a criança e se faz necessário para atender a cada aluno individualmente (EH, EI). Buscar conhecimentos, estudar, ter uma formação (EC, ED, EE) é importante para

“agregar”, “trazer novos conhecimentos” e “dar conta das necessidades das crianças” (EC, ED).

Os educadores também falaram sobre que conhecimentos seriam importantes que este profissional tivesse para realizar o trabalho, como mostra o QUADRO 13, e citaram: “tudo e todos” (EC, ED), “porque as crianças trazem lições sobre qualquer tema, então o profissional tem que estar preparado” (ED, EH). Tem que ser “psicólogo, professor, nutricionista, educador físico” (EC, EI), “para poder atender as demandas da criança”, dar conta da “realidade em que vivem” – “desestrutura familiar”, “transtornos e problemas psicológicos” (ED, EI).

QUADRO 13 - CONHECIMENTOS QUE O EDUCADOR DEVE TER E RESPECTIVAS RAZÕES PARA BUSCAR ESTES CONHECIMENTOS

CONHECIMENTOS	PORQUE/ PARA QUE
Tudo/ todos (EC, ED)	Crianças trazem lição de qualquer tema
Psicólogo, professor, nutricionista, educador físico (EC, EI)	Atender a realidade, desestrutura familiar, transtornos problemas psicológicos (ED, EI)
Entender os estágios da criança – Piaget (EF)	Identificar problemas relacionados as crianças (EF) para facilitar possíveis encaminhamentos.
Conhecimentos técnicos, teóricos, de base, afetivos e pedagógicos (EF)	Para saber trabalhar com as crianças (EF)
Formação humana, para o social. (EG)	Sensibilização (EG)

FONTE: OLIVEIRA E FREITAS (2017)

Um dos educadores diz que o profissional tem que entender os estágios de desenvolvimento propostos por Piaget (EF) para que compreenda e identifique possíveis problemas relacionados ao desenvolvimento da criança e faça os encaminhamentos necessários à pedagoga “para não atrasar ainda mais o desenvolvimento dele” (EF). Ainda, para saber trabalhar com crianças o educador “deve ter conhecimentos técnicos, teóricos, de base, afetivos e pedagógicos” (EF). Também, “uma formação humana, voltada para o social ou cursos na área do 3º setor” que ajudem o profissional a se sensibilizar com as questões sociais (EG).

Alguns educadores também citam como importante ter uma formação (ED, EG, EH), “passar por um processo de formação para dar conta das atividades e das crianças, pois era difícil trabalhar com profissional não especializado, na medida em que se tinha crianças com dificuldades e educadores com dificuldades também” (EH).

3.6.2 As capacitações e como são realizadas

Os educadores recebem capacitações, como parte da política dos Serviços de Convivência e fortalecimento de vínculos. No ano de 2016, estas capacitações (diferente dos outros anos) aconteceram dentro da instituição – capacitações internas - e envolveu os educadores também na preparação dos temas a serem discutidos e debatidos por eles. Assim, os educadores falaram sobre esta capacitação: “momento rico”, “momento legal” (EA); “meio maçante, gasto” (ED), pois “cada pessoa já ensinou um pouquinho, já se conhecem” (EE) “seria bom que duas pessoas serem responsáveis por um tema, ao invés de apenas uma” (EB); e que “poderiam trazer pessoas de fora para estas capacitações” (EE, EI).

Os educadores ainda apontaram modelos e capacitações que aconteceram em anos anteriores: Contação de histórias (EA, EB, ED), Artes (ED), informática básica (ED); cursos gratuitos da prefeitura, CRAS, FAS (EF, EG), formação cultural com idas ao cinema, teatro (EA, EH) e futebol social (EF). Outros cursos foram citados por educadores que gostariam de fazê-lo como psicopedagogia (EA) e curso de humanização (EB).

3.6.3 O educador deve ter alguma formação específica? Por que?

“Sim” (EA, EC, EE). “Tudo para a formação do professor é bem vindo” (EA), e as formações mais citadas foram: magistério (EA, EC), pedagogia (EC, EE, EF, EH). Outros cursos citados foram: psicopedagogia (EB), pós-graduação na área de educação especial (EB), especialização na área social (EG), curso de inglês (EA), psicologia (EF). A idéia de que “quanto mais conhecimento é melhor” (EA, EC), de que “os educadores tem que se preparar” (EE), “fazer tudo o que der” (EA) e “se preparar para atender melhor o aluno” (EH) também aparece nas respostas. E há respostas que falam sobre o próprio educador: “o educador social já nasce educador social, é um dom” (EF), “ele tem que ter muita paciência, força de vontade para aprender” (EI), “é um ser abençoado” (EI).

Também, ele deve “se preparar para ter o que passar (conteúdo) para os alunos” (EA); “resolver situações e oferecer atendimento de qualidade e não fazer avaliações erradas” (EB, EC, EE), para “saber lidar com crianças mais afetadas socialmente, com carências afetivas” (EF); “O professor tem que ter mais para oferecer, além de amor e carinho” (EC).

3.6.4 Gostaria de acrescentar algo

Alguns educadores não quiseram acrescentar nada: (EC, ED, EE). Os demais educadores falaram:

Bem, na área da assistência social você vai ter que estar preparada, Se vc realmente quer atuar nessa área, vc vai ver que o público não é fácil e que as vezes você acha que não vai conseguir o seu objetivo, a missão, mas você tem que estar preparada para nunca desistir, mas vc vai perceber que a nossa diferença é muito grande, acho que é isso. (EA)

Não tem o que reclamar não. Pra mim tá tudo ótimo (EB)

Olha... eu acho que é um trabalho bem estruturado apenas. As vezes acontecem falhas, acontecem, mas nem todo o trabalho é perfeito. Que nem eu te falei do jornada ampliada. O jornada ampliada não era nem perto do que isso aqui é hoje. Ele era, vamos dizer um rascunho. E olha que fiquei uns dois anos. Então esses dois anos que eu fiquei ele foi se reinventando . Uma nova forma de pensar, de ir pensando nele. Se hoje chegou até aqui é porque teve aquela base nele... foi uma estrutura de base que foi sendo criada e é claro se não fosse essa mulher que é a (coordenadora), isso aqui não existia neh. Falar da (coordenadora) pra mim é fácil...trato ela como se fosse uma mãe, meu respeito por ela aqui é grande ... é rasgação de seda... pode até ser rasgação de seda, mas como eu disse uma vez numa entrevista. Se um dia eu for metade do que essa mulher é ...pô... to feliz da vida. Só essa forma que ela tem de pensar. Porque ela pensa muito além do que a gente pensa neh... então se isso existe é por causa dela e daqui a pouquinho ela tá falando que se aposenta neh, e tudo tem que ser sempre pra frente.(EF)

Gostaria de falar que esse olhar social, olhar para o social é muito mais gratificante do que você trabalhar apenas querendo formar um campeão, então, eu acredito que esse olhar, pra vc ter um trabalho ou de voluntario, ou trabalhar com educandos que passam por, ou que tenham alguma vulnerabilidade, que estão nessa proximidade de risco, eu acho que é muito mais gratificante do que você formar um atleta, que , não que não seja gratificante vc ver um atleta campeão paranaense, campeão de judô, mas que é tanto quanto, e eu acredito que na minha área no judô, eu já vi casos de judocas que até de senseis, professores, que eram moradores de rua, e se tornaram pessoas, professores diferentes por causa desse caminho que eles tiveram oportunidade de conhecer. Então eu acredito que a gente não tem essa função só de formar pessoas que se tornem campeãs ou que sejam os melhores, mas pessoas que realmente se esforcem,

que busquem né ser pessoas melhores pra sociedade, não os melhores em ser campeões, melhor naquilo. Mas buscar se superar, não só ser campeão no esporte, mas ser campeão na vida né. (EG)

Nossa, falei tanto..ai eu acho que tudo que eu falei... essa instituição pra mim, me mostrou muito me fortaleceu me fez crescer e ver o mundo de uma outra forma, porque eh, as vezes as pessoas que estão lá fora não conseguem enxergar o que tem aqui dentro neh e acho que as pessoas lá fora tem que ter oportunidade neh... de ver que se pode fazer um trabalho bem feito que se pode respeitar as diferenças das pessoas neh. pessoas que moram ah tá, na ocupação mora num bairro onde se fala muito de violencia, onde é discriminado, essas pessoas são infelizmente são tratadas lá de fora como bichos, como pessoas que não merecem respeito neh, e assim a gente ve que existem muitas pessoas boas, é logico que em todos os lugares vai ter sempre aquela pessoas, digamos laranja podere neh...mas eu vejo asssim, neh, que as pessoas não respeitam, não tratam bem, humilham...seriam importante as pessoas que fazem isso deviam ir conhecer, conhecer um pouquinho neh, um bairro. porque eu mesma jah fiz isso neh, esse pre julgamento. Daí vc começa a ver as pessoas, ter uma outra visão. Infelizmente nem todo mundo tem essa oportunidade. Então acho que é isso.(EH).

Nada, já falei tudo, a gente tem que agradecer a Deus por estar respirando e passando os nossos conhecimentos né pra essas crianças que as vezes chegam aqui carentes de tudo e a gente tenta acolhe-los da melhor forma possível porque a gente sabe que não comida, nem carinho, nem nada em casa, e essa troca que a gente ta aqui pra isso, e se você não gosta de criança, então vá embora e se não gosta de ajudar vá embora (EI)

Os educadores responderam sobre a importância que a instituição teve na vida deles (EI, EH); que é um trabalho bem estruturado, que mesmo que aconteçam falhas o trabalho vai se reinventando e que assim vão aprendendo junto, no dia-a-dia das tarefas, e que é muito gratificante (EF, EG, EH). Comentam sobre a importância do trabalho para a vida das crianças que atendem e de como realmente fazem a diferença, embora não seja um público fácil (EA, EG). Os educadores orientam para não desistir do trabalho social (EA, EH), e sentem gratidão por fazer parte deste trabalho (EG, EH, EI)

3.7 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

O roteiro de entrevista foi organizado em três eixos, em que os educadores responderam sobre Eixo 1: A instituição e sua organização; Eixo 2: Sobre o projeto e o trabalho desenvolvido; Eixo 3: Educador e suas características.

Ao falarem sobre a instituição e sua organização – eixo um – foi solicitado aos entrevistados que respondessem sobre como eles percebiam a instituição; e como funciona a organização interna, como avaliam os relacionamentos que se fazem na instituição, e também sobre o entorno dela. Assim os entrevistados contaram sobre os grupos e oficinas que são realizadas, falaram sobre as crianças e adolescentes que vêm por meio do CRAS, e também das crianças e adolescentes que participam das outras oficinas que não aquelas que fazem parte do SCFV. Os educadores falaram também sobre a presença bastante próxima e organizada das coordenadoras da instituição.

Os relacionamentos entre educadores e seus pares são indicados como bastante eficientes, em que não há problemas, que todos se respeitam muito e que a equipe atual é muito boa – em detrimento de equipes anteriores em que haviam problemas de fofocas e intrigas, como sinalizado por alguns entrevistados. Apenas uma educadora comentou haver problemas de comunicação. Esta educadora é a que faz parte da outra sede do projeto. O relacionamento entre equipe e gestão também foi retratado como bastante eficiente, na medida em que os entrevistados foram bastante elogiosos a gestão, dizendo o quanto esta é boa, aberta ao diálogo e próxima aos educadores, crianças e atividades realizadas no projeto.

Os relacionamentos entre educadores e educandos foi referenciado nas entrevistas como afetuoso, relação de cuidado e bastante “maternal”; Diferente de como a maioria dos educadores se referem aos pais dos educandos. Estes dizem que os pais, em sua maioria, são ausentes, acomodados, desmotivados e que não querem cuidar dos filhos. Sinalizam que não tem muito contato com os pais dos seus educandos e apenas os dois educadores “oficineiros” falam que mantêm um contato mais próximo com os pais por meio dos jogos e torneios que a instituição promove.

Em relação ao entorno em que a instituição está, os educadores responderam sobre a falta de saneamento básico, e infraestrutura, além de violência e drogas como fonte de interferência nas atividades do projeto, inclusive nos resultados que o projeto pode vir a ter.

No eixo dois do roteiro de entrevistas estão as perguntas sobre o projeto e o trabalho desenvolvido. Assim, foi pedido aos entrevistados que respondessem pensando em como eles percebiam o seu trabalho especificamente, que significados, importância, objetivos, resultados dificuldades e soluções atribuíam ao trabalho que realizam na instituição. Então, os educadores falaram, até alguns um pouco emocionados, sobre o amor, compromisso e identificação com o qual desenvolvem o seu trabalho, ressaltando o fato de ser um trabalho social, e que este é diferente justamente por ser “social”. Foi possível depreender também que o objetivo do trabalho social desenvolvido na instituição teria haver, principalmente, com a formação de cidadãos críticos e conscientes para um futuro melhor, para que alcancem melhores condições de vida. Os educadores também contaram sobre sua rotina, o dia-a-dia do trabalho, e sinalizaram como uma dificuldade o planejamento diário que é extenso e trabalhoso, com os procedimentos que devem ser feitos. Nisto, preocupam-se os educadores com atividades que se tornem repetitivas e cansativas para os educandos, na medida em que o projeto não deve ser uma repetição das atividades da escola formal.

Por fim, no eixo três haviam perguntas que se referiam ao educador e suas características. Neste, foi pedido aos educadores que respondessem sobre conhecimentos e qualidades eles acham importante que um educador social tenha, sobre as capacitações e formações específicas para um educador social e se gostariam de dizer mais alguma coisa que eles entendessem que seria importante sobre trabalhos em instituições sociais. Em relação às características que um profissional deve ter para se tornar um educador social, as respostas giraram em torno de afetos, e postura firme para ter autonomia e controle da turma. Os conhecimentos apontados como importantes giram em torno de compreender o desenvolvimento das crianças e ou adolescentes para melhor lidar com elas, e que é importante ter, ou sempre estar disposto para buscar conhecimentos. As capacitações realizadas na instituição foram indicadas como positivas, porém os educadores, de forma geral, gostariam que não fossem eles a apresentar os temas de discussões nas capacitações, gostariam de fazer mais capacitações fora da instituição, ou que esta trouxesse outros profissionais para capacitá-los. Na última questão, sobre acrescentar

algo, os temas giraram em torno da importância do afeto e compromisso necessários para um trabalhador social, e que este não deve desistir, por mais difícil que possa parecer este trabalho.

3.8 PROJETO SOCIAL E FORMAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A proposta de trabalho para terminar este estudo é fazer uma discussão sobre os resultados das entrevistas realizadas com os educadores sociais, refletindo a partir dos pressupostos da psicologia social comunitária e da educação. Ao adotar a perspectiva da Psicologia Social Comunitária para esta análise, adota-se a perspectiva de que o homem é um ser socio-histórico, produto e produtor de sua história e de que “o homem não sobrevive a não ser em relação com outros homens” (LANE, 2001, p.16). E, ainda, é adotar a perspectiva

ligada à defesa de que os trabalhos de intervenção psicossocial devem levar em conta a rede de tensões presente na construção de interações mais comunitárias e solidárias que se iniciam no cotidiano das relações e são atravessadas por ações formativas e educativas (FREITAS, 2007a, p.49).

As Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) (BRASIL, 2010) indicam que são dois os eixos iniciais para a realização dos trabalhos nos SCFVs, sendo eles: O eixo Convivência Social e o eixo Participação. O eixo Convivência Social é apontado como o principal eixo dos SCFV:

Esse eixo trata dos aspectos ligados aos espaços de convivência e seu potencial de viabilização da superação das vulnerabilidades sociais mediante um processo de construção e fortalecimento de vínculos relacionais e de pertencimento que promovam a proteção e a garantia de direitos. Trata, também, dos aspectos relacionados às contradições e aos conflitos que permeiam as relações de convivência familiar e comunitária, e como estes interferem na construção e no fortalecimento de vínculos. (BRASIL, 2010, p.78)

Entende-se que os vínculos devem ser de solidariedade, acolhimento, construção de valores coletivos e da possibilidade de reconhecimento e respeito às diversidades de condições individuais. Além disso, esse eixo tem como referência os processos de integração e autonomia do sujeito enquanto ser social, com foco especial no fortalecimento da capacidade protetiva da família, em suas relações, na convivência comunitária e nos vínculos sociais. (BRASIL, 2010, p.78)

Refletir sobre a convivência, pode ser também, de acordo com Freitas (2010), pensar sobre as possíveis tensões existentes nas relações entre as pessoas que moram em comunidade e os profissionais externos que trabalham nestas comunidades, e a autora sinaliza sobre a importância de atender a alguns aspectos que interferem na prática do trabalho comunitário, um deles referindo-se

(...) a compreensão sobre o que acontece com as pessoas em seu dia-a-dia, sobre os significados que atribuem à vida que têm, e sobre o tipo de relação que estabelecem com os demais durante o processo de intervenção comunitária, (e que) pode se constituir em verdadeiro ponto de inflexão, em termos de que as práticas comunitárias possam avançar na direção proposta pelos objetivos e compromissos assumidos (FREITAS, 2010, p.85)

Este aspecto, que a autora denomina de “significados psicossociais” (FREITAS, 2010, p.85), revela a importância da identificação e compreensão das relações que são feitas entre os profissionais externos e a comunidade atendida, relações entre a equipe de profissionais externos, e relações entre as pessoas que habitam na comunidade atendida entre si e entre suas lideranças. Sendo que são estas as relações que podem facilitar ou dificultar o andamento ou sucesso de um trabalho ou de uma prática comunitária.

Escrever sobre projetos sociais é, sobretudo escrever sobre espaços ou territórios, em que organizações não governamentais, associações, conselhos gestores institucionalizados, organizações do Terceiro Setor e outras quaisquer instituições atuam de forma a praticar uma educação caracterizada como não formal. (GOHN, 2009). O chamado educador social, seja ele voluntário ou não, surge, nesta relação, como agente da transformação da vida das pessoas através da educação. Para além disto, diferenciam-se também (e distanciam-se) o que é conhecido como educação formal e educação não formal:

Segundo Trilla (1993), a educação formal e a não formal contam com objetivos explícitos de aprendizagem ou formação e apresentam-se, sempre, como processos educativos diferenciados e específicos. Normalmente, são distinguidas pelo critério metodológico ou pelo critério estrutural. No critério metodológico, é bastante usual caracterizar a educação não formal, como aquela que se realiza fora do marco institucional da escola ou a que se aparta dos procedimentos, convencionalmente, escolares. A educação não formal seria aquela que tem lugar mediante procedimentos ou instâncias que rompem com alguma ou algumas determinações que caracterizam a escola. No critério estrutural, a educação formal e a não formal se distinguiriam, não exatamente por seu caráter-escolar ou não-escolar, senão por sua inclusão ou exclusão no sistema educativo regular. Assim, a distinção entre o formal e o não formal é bastante clara, é uma distinção administrativa e legal. O formal é o que assim definem, em cada país e em cada momento, as leis e outras disposições administrativas; o não formal é o que fica à margem do organograma do sistema educativo graduado e hierarquizado resultante (CARO; GUZZO, 2004, p. 33 e 34).

Sendo que a educação não formal não pode surgir como alternativa a educação formal (GOHN, 2009). Para Gohn, ainda

Outra forma encontrada para descrever a educação não formal, com abordagem na mesma linha da educação social, são as propostas que a caracteriza como sinônimo de práticas educativas desenvolvidas junto a comunidades compostas por situações de vulnerabilidade social ou algum tipo de exclusão social, ressignificando o antigo termo **educação comunitária** (Poster e Zimmer, 1995). Refere-se a trabalhos de desenvolvimento de novos valores, recuperação de auto-estima, desenvolvimento de práticas apresentadas como solidárias, cidadãs, etc. (GOHN, 2010, p.26-27)

De acordo com Caro & Guzzo (2004, p. 37), é a educação não formal responsável por reconhecer a “(...) pessoa como um ser que pensa, age, sente e traz consigo uma cultura que precisa ser respeitada para poder crescer e se desenvolver(...)” e a caracterizam, ainda como uma educação que

tem um caráter transformador, pois possibilita que os atendidos sejam conscientizados do seu valor e da importância de serem cidadãos conscientes ao atuarem em sua realidade, viabilizando o resgate de sua própria dignidade e a de outros”. (CARO & GUZZO, 2004, p.37).

O segundo eixo proposto nas Orientações Técnicas (BRASIL, 2010) dos SCFV é o eixo “participação”. Este é descrito como tendo “caráter democrático e descentralizador, e reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direito em formação e com efetiva participação no mundo público” (BRASIL, 2010, p.80). Ainda,

Participar supõe modos de se expor, de ver e ser visto, de criticar e ser criticado, ser capaz de argumentar, colocando em circulação diferentes saberes e modos de produção de conhecimento. Tomados em sua igualdade, estes conhecimentos podem circular sem reafirmar hierarquias, podem ser questionados sem ser desqualificados (MDS, 2009, p. 44 *op cit* BRASIL, 2015, p.23)

Participação, significa, para a perspectiva aqui adotada, comprometer-se, entendendo por compromisso *“el tomar consciencia de su pertinencia en la sociedad y en el mundo de su tiempo, renunciar a una posición de simple espectador y colocar su pensamiento o su arte al servicio de una causa”* (FALS BORDA citado por MONTERO, 2003, p. 156). De acordo com Montero (2003) a participação supõe, ainda, igualmente: esforço, ação, busca e aceitação de novas tarefas e a responsabilidade por uma série de atividades, que um agente externo qualquer poderia realizar.

Participação também pode ser entendida como “um processo em constante aprendizado que sensibiliza, mobiliza e leva o indivíduo à identificação das necessidades de sua comunidade e que, a busca de soluções contribui com a melhoria de suas condições de vida” (NUNES; SOUZA, 2008, p. 62). Não se nega, nestes conceitos, o caráter político da participação, na medida em que estes supõem que a conquista por condições melhores de vida encampam as relações de poder, o compromisso social e a crítica com organizações sociais institucionalmente estabelecidas (MONTERO, 2003). Isto não parece ser diferente do que é proposto como função para o eixo de participação dos SCFV:

Além da educação do cidadão e da garantia de legitimidade das decisões, a participação tem ainda uma terceira função que é a de conferir às pessoas o sentimento de pertencimento àquela instituição da qual participa com poder decisório. Assim, estimular o

fortalecimento de vínculos significa também garantir espaços participativos na tomada de decisão e fomentá-los como estratégia sócio-educativa. Significa experimentar a solidariedade e partilhar um mundo comum. (BRASIL, 2015, p.23)

Enfim, a categoria participação foi apontada neste trabalho, por ser a categoria que parece possibilitar que os agentes internos sejam os responsáveis pela emancipação e protagonizem, coletivamente, a transformação do meio em que vivem. A seguir, seguindo o roteiro de entrevistas serão apresentados trechos das falas dos entrevistados que permitam reflexões a partir da perspectiva adotada da psicologia social comunitária e educação.

3.8.1 Eixo 1: a instituição e sua organização

Um primeiro aspecto que aparece nos resultados da pesquisa com os educadores trata da entrada e permanência das crianças e adolescentes no projeto e da relação com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). As Orientações técnicas (BRASIL, 2010) indicam que o “Serviço dar-se-á em Núcleos (espaço físico), que poderão ser unidades públicas e/ou privadas sem fins lucrativos, desde que no território de abrangência do CRAS e a ele referenciados” (BRASIL, 2010, p.53). Os educadores sociais citam esta interação do CRAS com a instituição, como neste exemplo: “Para fazer a matrícula, tem que passar pelo CRAS, porque senão não entra” (EB).

Em capítulo publicado em 2012, Freitas (2012) aponta dois aspectos importantes a serem analisados ao relacionar políticas públicas e práticas comunitárias, sendo o primeiro relacionado à: *“potencialidad de cambio que las políticas públicas poseen para mejorar las precárias condiciones de vida de las personas y las relaciones humanas de la sociedad em general, y em particular, de los destinatarios de estas.”* (FREITAS, 2012, p.173) e o segundo aspecto ligado a

...importância de reflexionar respecto de las condiciones que facilitan u obstaculizan la formación de profesionales capaces de involucrar-

se con la realidad de su país y su gente y que estén orientados, em suas acciones cotidianas, por um compromisso ético-profesional. (FREITAS, 2012, p. 173).

Para Freitas (2012) estes dois aspectos tornam-se “*como dos esferas relevantes de la acción e intervención psicosocial*” (p.173-174) sendo que a primeira esfera “*...lleva a indagar cuál es la centralidad de la intervención comunitária dentro de las políticas públicas, qué compromiso asume esta y qué finalidad o meta tiene.*” (FREITAS, 2012, p. 174). As Orientações técnicas do SCFV (BRASIL, 2010) delimitam que toda instituição social sem fins lucrativos, que ofereça os Serviços da Proteção Social Básica (SCFV) deve estar referenciada ao CRAS. O documento ainda explica que:

Estar referenciado ao CRAS significa receber orientações emanadas do poder público, alinhadas às normativas do SUAS (Sistema único da Assistência Social) e estabelecer compromissos e relações, participar da definição de fluxos e procedimentos que reconheçam a centralidade do trabalho com famílias no território e contribuir para a alimentação do sistema de Rede SUAS (e outros). Significa, portanto, estabelecer vínculos com o Sistema Único da Assistência Social. O coordenador do CRAS, responsável pela articulação da rede de serviços de proteção básica local, deve organizar, segundo orientações do gestor municipal (ou do DF) de assistência social, reuniões periódicas com as instituições que compõem a rede local, a fim de instituir a rotina de atendimento e acolhimento de usuários; organizar os encaminhamentos, fluxos de informações, procedimentos, estratégias de resposta às demandas; traçar estratégias de fortalecimento das potencialidades do território. Deverá ainda avaliar tais procedimentos, de modo a ajustá-los e aprimorá-los continuamente. (BRASIL, 2010, p. 54)

Neste sentido, estar referenciado ao CRAS, significa submeter às atividades da instituição às orientações técnicas, que indicam e monitoram as atividades da instituição. Ora, a centralidade da intervenção comunitária dentro das políticas públicas parece ser a convivência e a participação, e são monitoradas pelo órgão público que a esta deve estar referenciada. Um educador fala:

Fora isso tem a questão que o CRAS intervém no método de trabalho. (...) Partiram para cobrar pelas oficinas, eles (o CRAS) entendiam que se uma família tem condições de pagar, tem que pagar a oficina, mesmo com um valor simbólico de 30 reais. Eu penso da seguinte maneira, que se a família não morasse no (vila do bairro),

ela tem direito a gratuidade ... ela mora aqui... se ela tivesse bem, ia morar no (bairro central de classe média alta da cidade de Curitiba) néh, não estaria morando aqui (EF).

Intervir no método de trabalho, neste caso, por mais que pareça incomodar o educador, faz parte das atribuições do CRAS, e que leva a pensar nos compromissos assumidos, finalidade e metas do trabalho realizado, tanto por parte da instituição social, quanto pelo próprio CRAS. O que se percebe, na fala dos educadores, de forma geral, é que o CRAS foi citado nestas duas situações acima, uma situação em relação às crianças que são cadastradas e encaminhadas a instituição por este equipamento público, e assim participam do projeto, e outra da interferência no método de trabalho, em relação a cobrança das oficinas, que incomoda o educador. Se há um planejamento conjunto das atividades do SCFV na instituição com o CRAS, não foi comentado pelos educadores. O que comentam, no entanto, é que qualquer problema relacionado à instituição é resolvido pela gestão.

Além do relacionamento com o CRAS, os educadores comentam que a organização interna tem “um bom fluxo”, de forma geral, e falam sobre os relacionamentos dentro da instituição. Foi possível perceber que os relacionamentos entre educadores e gestão, educadores e educadores foram indicados de forma positiva, em que todos se dão bem e há respeito e cooperação. Com relação à gestão os educadores falam: “Eu vejo um relacionamento muito bom né, á coordenação, a gestão propõe estar sempre ouvindo, sempre que precisa chamar atenção, chamando e tal, mas sem se prevalecer.” (EH). E ainda,

É bem bacana, eles dão liberdade e autonomia, tudo que é para o crescimento, para o bom desenvolvimento dos alunos e da estrutura, eles sempre estão abertos ao diálogo... então é bem bacana trabalhar com a gestão. Eles sempre estão prontos: olha precisa melhorar em tal coisa, eles sempre dão essa abertura para nós falarmos com eles (EE)

Entre *educadores e educadores*, os entrevistados se referem de forma positiva: “Graças a Deus (o relacionamento) é ótimo. Não vejo assim, dificuldade em nada. Dentro da nossa diversidade a gente trabalha muito bem”

(EB); “A gente é uma equipe muito unida e desenvolve um bom trabalho. Sabe, assim...uma paz!” (EC). Apenas uma educadora comenta um aspecto relacionado a dificuldades no relacionamento que é o aspecto da comunicação, e, ainda, assim, explica que esta dificuldade acontece por trabalhar em outro prédio.

Esse ano tá legal. Ótimo... a única coisa é que falta, é porque eu não trabalho nessa instituição aqui (a educadora refere-se ao prédio local da entrevista), trabalho lá na outra, lá em cima, no centro (juvenil). Não sei se você conhece...aí é duas sedes né?! Falta só comunicação, que às vezes dá uma travada e a gente não consegue trabalhar bem... entre aqui e lá. Daí eles fazem as coisas aqui, daí a gente fica sem saber, daí, né, acaba tendo algumas coisas... umas falhas. Então acho que é só isso... em si a equipe é muito boa, muito boa..(ED)

Em relação aos *educadores e educandos* há uma relação de cuidado e proximidade dos educadores em direção às crianças e adolescentes, principalmente quando se trata das educadoras femininas, e afetiva e amorosa também das crianças e adolescentes em relação aos educadores de forma geral. Os educadores também se percebem como referência positiva para seus educandos. Estas observações foram possíveis na fala dos educadores:

O que a gente percebe é mais o carinho, por que muitas vezes, por causa da correria do dia-a-dia dos pais, nó somos essa referência para eles. Então é um ponto forte assim que eu acho: o carinho, atenção, compreensão, que muitas vezes não tem em casa, eles encontram aqui. (EE)

Olha eles nos adoram (...), alguns né, é claro ... eu vejo assim (os educandos nos têm) como mãe, uma segunda mãe aqui dentro. A gente está sempre se preocupando, ajudando né, da nossa maneira né... sempre trazendo conhecimento a mais para ajudá-los, mas é uma parceria assim de mãe e filho mesmo, eu vejo! (EI)

Os entrevistados contam que se relacionam pouco com os *pais e família*, mas que quando existe o relacionamento com estes, os percebem também como sendo positivos. No entanto eles falam sobre o que pensam dos pais, e então apontam algumas dificuldades:

Os relacionamentos na instituição, entre profissionais, público alvo atendido e comunidade são fatores apontados na literatura como um desafio

para a continuidade e sucesso de trabalhos com uma proposta comunitária. “Este desafio refere-se ao tipo de relação que se dá entre profissional e comunidade e como isto pode afetar a continuidade das práticas comunitárias” (FREITAS, 2007a, p.337). Neste sentido, investigar qual o tipo de relação, e quais são os diferentes poderes no conhecimento e na intervenção do trabalho que está sendo realizado. De acordo com Freitas:

A construção de redes mais solidárias e comunitárias de convivência (...) tem sido um dos grandes desafios internos aos trabalhos comunitários, que se manifesta, no mínimo em dois planos: um referente ao que se passa na relação da equipe de profissionais com a comunidade; o outro, ao que se passa, internamente, na própria equipe de profissionais quando das suas interações cotidianas. Em verdade, aponta-se, aqui, uma dimensão importante, embora pouco abordada, relativa aos problemas e vicissitudes que acontecem no seio das discussões, negociações e atividades internas da própria equipe de trabalho. (FREITAS, 2010, p. 89)

O que se percebe, na fala dos educadores, é que as relações e a organização do trabalho no SCFV têm sido mediadas pela coordenação, submetidas a esta hierarquia, e que a mesma tem possibilitado a participação dos educadores numa construção coletiva do projeto-político-pedagógico a ser realizado na instituição: “A (coordenadora) pergunta tudo; gosto do jeito que faz com a gente” (EB); ou ainda “as (coordenadoras) mostram pra nós (planejamento), pegam as nossas ideias. Elas montam um grupo com todos os professores aqui. ‘Qual é a ideia de vocês para o ano que vem?’... cada um pega um mês e monta” (ED); “O sistema hierárquico funciona bem; é um trabalho bem estruturado apenas”(EF); “Organização: a entidade tem muito bem fixada e a gente tem que seguir” (EG); “A (coordenação) cuida de tudo nos mínimos detalhes; contratação de funcionários, relacionamentos, muito bem estruturado, organizado” (EH).

A questão da falta de estrutura no bairro em que está a instituição, o uso abusivo de drogas e violências diversas são apontadas pelos educadores como fatores que influenciam no comportamento dos educandos, deixando-os mais agitados e/ou agressivos, de forma geral, ou que atrapalham o fluxo das atividades, quando os educadores deixam de fazer alguma atividade por receio

de algum grupo que está ocupando lugares públicos – como a praça – em que fariam atividades planejadas. Também, atribuem alguns comportamentos ligados às condições emocionais e psicológicas à estrutura familiar na qual estão as crianças ou adolescentes identificadas com estes problemas.

Neste eixo, foi possível identificar, nas falas dos educadores, que há uma gestão que ao “dar conta” das atividades da instituição de forma aparentemente organizada, influencia de forma positiva os relacionamentos que acontecem neste espaço, entre educadores, gestão e educandos. Há problemas em relação à falta da participação dos pais e familiares nas atividades propostas pela instituição, o que permite indicar uma dificuldade em atender um dos objetivos das Orientações técnicas para os SCFV (2010), que é o de fortalecer os vínculos familiares e assim pensar que: se este é um objetivo que pode ser alcançado, e se sim, que estratégias poderiam ser utilizadas para tanto, na medida em que já foram propostos alguns tipos de trabalho, sendo o último o programa “Família Presente”.

3.8.2 Eixo 2: sobre o projeto e o trabalho desenvolvido

O eixo dois apresenta as respostas dos educadores que envolvem os significados, objetivos, dificuldades, resultados e a importância dada pelo educador para o seu trabalho. Freitas (2007) apresenta quatro desafios enfrentados na prática do trabalho comunitário Freitas (2007), a saber: “à percepção sobre a realidade; a o quê fazer no dia-a-dia do trabalho comunitário; às relações estabelecidas e aos impactos produzidos” (FREITAS, 2007, p. 337). O desafio: “percepção sobre a realidade” (FREITAS, 2007a, p. 337) “...refere-se àquilo que o profissional consegue detectar em sua prática, que critérios utiliza e que elemento possui para saber se no caminho mais adequado das propostas de ação.” (FREITAS, 2007a, p.337). Neste sentido, os critérios utilizados pelos educadores para ‘saber’ e perceber se têm sido adequadas as suas práticas tem a ver com os resultados que identificam nos comportamentos dos educandos:

São resultados assim que não são números, a gente não consegue colocar em números, são resultados expressados...assim... no desenvolvimento deles. Então, por exemplo, aluno que tinha um pouco – falta de concentração no judô, não conseguia desenvolver uma técnica. Eu percebo que, passados 3 meses, ele já consegue desenvolver uma técnica e vou conversar com as professoras das oficinas (...) e elas dizem: ele já está conseguindo sentar, pegar o caderno dele, já tá conseguindo desenvolver a tarefa sozinho, com toda a dificuldade que ele tem em casa... (EG)

(...) às vezes quando o colega cai no jogo e se machucam, eles davam risada. Aí eu falo: lembra quando você levou aquela bolada?! Você não deu risada...aí quando estamos andando aqui e o colega cai, ele estende a mão para o colega, coisa que ele não fazia fora da quadra...só no jogo... e agora, fora da quadra ele faz. É como te disse, eu uso o jogo, pra ensinar a realidade da vida. Tem que trabalhar muito, tem muita coisa ainda, mas está acontecendo (EF).

Os exemplos acima também mostram um pouco sobre o que pensam os educadores, de forma geral, a respeito do objetivo a que se destina o seu trabalho, que têm haver com a “formação de cidadãos críticos”:

às vezes (as crianças) chegam aqui apenas com a experiência da pobreza, da violência, chega aqui falando gíria, chegam fazendo apologia as drogas, que acha legal, se achando o mini bandido. Ela não tem acesso aos valores ela só teve acesso às coisas erradas Quando ela chega aqui ela vê que têm o outro lado da vida, que nisso ela não vai levar em nada. Aqui ela tem uma escolha, que não é só esse caminho que ela tem, aqui ela acaba conhecendo outras opções, daí a gente vê mudança grande. (EA)

O trabalho também afeta os educadores, pois estes percebem que mudaram trabalhando na instituição: “Ah, eu cresci muito aqui. Nossa...a minha cabeça, o meu jeito de ser, de fazer, acho que... muito...maturidade”.(ED) “Essa instituição pra mim... me mostrou muito, me fortaleceu, me fez crescer e ver o mundo de uma outra forma” (EH) e ainda: “Como é bom a gente perceber que está evoluindo, a gente está sempre dando um passo a mais, meu Deus, mas foi uma grande evolução, graças a Deus” (EI) . E também quando falam sobre o significado do trabalho social:

O significado, pra mim? É doar, é você se doar... quando você se propõem a querer fazer uma coisa boa... tirar uma coisa boa e passar para outra pessoa. Sabe? Eu tenho uma coisa boa e eu quero passar

para você. Porque isso é o meu bem maior. Entende? Isso...é a minha visão de projeto. (EC)

Quanto ao trabalho social... você entra pra conhecer, você acha muito legal, é bonito e coisa e tal...você conhece, mas você só fica por amor, porque senão você não fica, porque é complicado trabalhar com uma criança que vem da favela. Porque você não sabe o tipo de referencial que ela tem, que tipo de exemplo ela tem. Então o trabalho social ele é pra quem gosta, quem se identifica. Porque senão ele não dá certo. (EF).

O social... pelo menos aqui na entidade, a gente vê aqui um trabalho muito sério, muito comprometido, e você tem que ter amor por aquilo que faz né porque o financeiro... ajuda é lógico, mas não é o principal. É você gostar, se dedicar, estudar, é você demonstrar...porque é aquilo, a criança que está aqui com a gente, ela não tem um carinho, não tem um abraço, um aperto de mão (...) Quando você fala em trabalho social, você tem que estar realmente aberta e preparada para o que você vai encontrar pelo caminho (EH)

Doação, amor, compromisso e dedicação são alguns elementos que os educadores apontam como importantes para dar continuidade às práticas em trabalhos sociais. Há que se notar que estas características parecem muito mais ligadas à questões individuais do que construídas coletivamente, e o perigo de que, neste sentido, a falta destas características no educador poderia gerar insucesso no trabalho. Um dos educadores comenta:

Eu acho que o educador social, ele meio que já nasce educador social. Eu já acho que ele nasce, que é um dom ele saber lidar com as crianças que tem principalmente carência afetiva. Porque o social já diz muita coisa. O social, ele diz claramente para mim: educador social você não vai lidar com a criança de classe média alta, você vai lidar com crianças mais afetadas, crítico socialmente. Então você já tem que ter aquele afetivo. Porque você sabe que a criança vai ter varias carências. (EF)

No excerto acima parece que há uma naturalização acerca do papel do educador social e revela os perigos já citados acima, de propor que o possível sucesso de um trabalho social seria por conta de características individuais do seu executor. Sobre “os desafios relativos a ‘o quê fazer’ indicam a necessidade de serem explicitadas as dimensões psicossociais de submissão e conformismo, no dia-a-dia das relações comunitárias” (FREITAS, 2007, p.337). Os educadores sociais percebem as principais dificuldades do trabalho relacionadas às questões de: 1) provimentos financeiros à instituição, poucas

doações e relacionamento com o poder público; 2) planejamento diário a ser realizado; 3) problemas relacionados a comportamentos dos alunos em sala de aula. Para estas dificuldades, as alternativas apresentadas mostram soluções ligadas muito mais a aspectos individuais do que alternativas coletivas, o que parece envolver frustrações quando não conseguem atender às necessidades do trabalho social, embora as alternativas coletivas também apareçam:

Infelizmente não depende da gente. Claro que a gestão faz o possível para conseguir recursos e promover as coisas, mas infelizmente não depende né. Quando a gente consegue, a gente faz, quando não consegue... (...)Você planeja uma coisa com aquele material e não consegue aplicar, aí você se adapta né, tenta usar a criatividade, usa material reciclável... é bom porque daí você se obriga a tirar coisa de onde não tem... (EA).

A família está desestruturada, é difícil... a gente sabe que tem droga no meio. É difícil porque interfere diretamente na gente que está trabalhando neles né, a gente consegue ver uma realidade diferente, mas pra aquela vida, praquele educando, percebe que já passou por entre os dedos nossos, já não consegue mais pegar.

Muitas vezes pedimos a colaboração das psicólogas né, que trabalham aqui com a gente, muitas vezes passamos por algumas situações e recorremos aqui a elas... estamos passando por essa situação assim, assim e assim, como você vê essa situação?E o quê vocês sugerem, de que forma devemos trabalhar? Daí ajuda bastante nesse aspecto, estamos sempre trabalhando em conjunto. Eu peço ajuda até para as meninas da cozinha, dependendo de algumas situações...daí eu procuro envolver todos do projeto e está surtindo efeito. (EE)

As dificuldades apresentadas pelos educadores podem ter a ver com a identificação de “necessidades vividas e sentidas e os compromissos decorrentes disso” (FREITAS, 2010, p.86). A compreensão e percepção sobre a realidade, sobre a prática do trabalho, muitas vezes é “engolida” pelos próprios afazeres da atividade que está sendo realizada. O que se quer apontar aqui é que muitas vezes esta percepção sobre a realidade não acontece, e que nisto pode haver o que Freitas (2005) denomina de “*fenômeno da presentificação da vida cotidiana* e, que acarreta formas de inserção e explicação na/da vida cotidiana que impedem ou dificultam mudanças” (FREITAS, 2005, p. 53).

No entanto, uma das percepções que acontece é a de que o trabalho está sendo realizado, de que há resultados com as crianças, mas que estes

resultados ficam no contexto da instituição, na medida em que as condições estruturais, de certa forma, impedem que mudanças mais efetivas na vida das pessoas e da comunidade aconteçam.

3.8.3 Eixo 3: o educador e suas características

Neste eixo os educadores responderam sobre que características seriam importantes para ser um educador da área social, e também falaram sobre capacitações e formações. Enumeraram como qualidades que o educador deve ter: criatividade, autonomia, autoridade, jogo de cintura, atenção, carisma, empatia, carinho e firmeza: “Acho que tem que ter muita paciência, muita força de vontade para aprender, se não eu não tinha entrado” (EI).

Acima de tudo ele (o educador) tem que amar o que ele faz. Se você não gosta de criança, se você não coloca o seu coração aqui, você não dá certo. Por que aqui, uma pessoa muito sentimental que não aguenta ver por exemplo uma criança machucada, debilitada... não conseguem... já teve algumas pessoas que entraram e saíram por que não conseguiam lidar com essa realidade que as crianças vivem e trazem para nós. Por exemplo, você tem que ter maturidade para saber lidar com situações problemas, um abuso sexual, até nós como educadoras, a gente tem sentimentos, se comove, mas tem que ser um pouco fria naquele momento, para saber lidar com aquela situação. (EA).

Um aspecto que é comum nas falas dos entrevistados é a afetividade que demonstram pelo trabalho e também por seus educandos. A afetividade foi apontada como uma categoria a ser investigada por Lane (2006) que “(...) considera as emoções e os sentimentos de extrema importância (...), pois estão presentes no sistema motivacional que, levando à ação e à atividade, irão constituir características próprias que identificam a individualidade”. (LANE, 2006, p.59). A afetividade daria então sentido à atividade dos educadores sociais e também influenciariam na construção de sua identidade, e por que não, no compromisso com o trabalho:

No trabalho social a gente tem que ter um envolvimento de um todo pra gente conseguir ver as crianças desenvolvendo, não só aspectos

técnicos, mas aspectos gerais, aspectos de valores, aspectos num contexto total e social, da vida (EG)

A pedagogia, o magistério, a formação docente e a psicopedagogia foram os cursos de formação mais indicados pelos educadores sociais como importante para o trabalho que realizam. Além disto, os entrevistados falaram também que era importante que os educadores tivessem formações específicas naquilo que trabalham, como por exemplo formação em judô, artes, contação de histórias. Uma educadora manifestou o interesse em realizar uma formação direcionada à educação especial. Um educador sinalizou que seria importante uma formação direcionada ao que chamou de formação humana, e também falou que seria importante uma formação pensada, direcionada para questões sociais.

Então... conhecimento...eu acredito que além da formação docente, formação humana. Formação humana nos aspectos assim de desenvolvimento...é, assim, voltada para uma formação específica para esse lado social (...) é preciso ter uma formação específica, na área que trabalha, mas é ter essa questão humana mais sensibilizada, conhecimento específico dessa área humana, acho que não tem muito né, mas a pessoa tem que buscar ser mais sensibilizada para o lado humano. Aqui na entidade a gente tem as formações, mas é, eu atualmente não fui atrás de cursos no terceiro setor, mas tem que ter essa formação (...) especialização em alguma área que seja específica nessa área social (EG).

Embora o interesse numa formação “mais humana”, “voltada para o social” ou “terceiro setor”, tenha sido apontada por apenas um educador, este é um tema que aparece identificado como desafio ao trabalho comunitário:

En los procesos de formación de los profesionales. Usualmente estos no reciben una formación que los prepare para actuar en contextos y dinámicas imprevisibles, sin control y donde diversos acontecimientos pueden hacer cambiar la planificación realizada con anterioridad (FREITAS, 2012, p.181)

A busca por novos conhecimentos, pesquisas, e interesse em pós-graduação também foi um aspecto referenciado, por todos os educadores, como característica para a realização do trabalho social: “Um bom educador

tem que ser um bom pesquisador” (ED). Os educadores falaram do interesse em fazer cursos de pós-graduação, continuar estudando com a finalidade de aprimorar a sua prática na instituição social. Apenas uma educadora falou, manifestando o desejo de se aprimorar e trabalhar em outros lugares: “Eu gosto muito daqui, só que meu pensamento não está aqui. Eu quero sair, quero ir para fora, quero fazer concurso e sair daqui. Mas eu gosto, sei que vou sentir falta...” (EB). Dois educadores comentaram que sentem a necessidade de fazer mais cursos, de se aperfeiçoarem mais, porém, fala da falta de tempo para isto:

Eu acho que, só no teórico, que a gente deveria ter mais capacitação para saber lidar mais, para falar mais sobre os problemas... em como lidar com esses educandos em sala de aula, e também mais capacitação para fazer as atividades. Eu, por exemplo, como professora de informática, sinto falta de fazer um curso. Porém não tem como, porque a gente trabalha o dia inteiro, muitas ainda estão cursando a faculdade à noite. Não sobra tempo pra gente fazer um curso extra assim. (EA)

As educadoras falam também sobre as capacitações que foram realizadas na instituição, em que, no ano de 2016, foram demandadas para capacitarem suas colegas a partir de temas que foram escolhidos previamente. Comentaram que foi interessante, porém cansativo e que gostariam que outras pessoas viessem para capacitá-las:

Tem as formações pedagógicas, cada uma (educadora) fica com um tema né... e aí a gente apresenta, 4 horas a gente apresenta aquele tema e muitas vezes a gente leva pro nosso planejamento. Essas capacitações são feitas juntas, elas (as educadoras) vem aqui, preparam os slides e a gente vem e fica uma manhã toda no sábado... é bem rico, mas eu acho que poderia melhorar e vir gente de fora, pra tratar com a gente a (educadora) até trouxe o professor dela. Eu acho que fica mais rico assim. (EI).

CAPÍTULO IV CONCLUSÃO

Em artigo publicado em 2005 Freitas (2005) “analisa as possíveis relações entre as práticas comunitárias e os projetos políticos nas quais estão ancoradas” (FREITAS, 2005, p.47) traçando um caminho que inicia na discussão “sobre o contexto da globalização e suas repercussões para os trabalhos comunitários” (FREITAS, 2005, p.47). Um segundo ponto abordado pela autora neste artigo aponta “as características das práticas comunitárias dentro da perspectiva das psicologias sociais da libertação e comunitária” (FREITAS, 2005, p.47). Para finalizar este artigo, Freitas (2005) aponta quatro “desafios psicossociais enfrentados pelos trabalhadores comunitários na vida cotidiana” (FREITAS, 2005, p.47). Um destes desafios (o terceiro) indica que

Há a divulgação de uma falsa ideia de que as demandas e necessidades da população estão sendo atendidas, devido ao grande número de ONGs, projetos e programas que são criados diariamente. Em verdade, o que temos presenciado é uma razoável manutenção da realidade de sucateamento e despolitização, uma vez que as precárias condições de vida permanecem assentadas nas suas bases estruturais, enquanto se fragmenta a vida cotidiana. (FREITAS, 2005, p. 53).

Este desafio apontado por Freitas (2005) parece que continua sendo uma realidade persistente e corroborada pelos três estudos que compõem esta tese. O primeiro estudo (Estudo 1) buscou apresentar um panorama do que se têm investigado sobre projetos, instituições, associações, organizações não governamentais e outros espaços de trabalhos sociais em teses, dissertações e artigos científicos. Nele, os trabalhos científicos foram organizados em temáticas, observando-se os assuntos que apareciam como centrais nos trabalhos e buscando-se compreender o que estes trabalhos científicos traziam como aspectos positivos e negativos de ong's, associações, instituições e projetos sociais (p.90, 91 desta tese), e também o que os trabalhos apresentavam de aspectos positivos e negativos referentes aos educadores sociais e voluntários (p.91,92 e 93 desta tese).

O segundo estudo (Estudo 2) teve como objetivo identificar as atividades a que se destinam os serviços socioassistenciais vinculados a Fundação de Ação Social (FAS) de Curitiba. Escreveu-se neste estudo um relato sobre como foram instituídos os serviços socioassistenciais pela política brasileira da assistência social (PNAS – Plano Nacional da Assistência Social), e como, até o ano de 2014, estavam organizadas as agora chamadas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) – que inclui os projetos sociais, associações, instituições, organizações não governamentais, e outros- vinculadas, inscritas e regulamentadas pela FAS de Curitiba. Também, com a finalidade de identificar as ações dos projetos sociais, foram pesquisados as missões, visões, valores e atividades em sítios eletrônicos destas Organizações da Sociedade Civil.

No Estudo 3 foi realizado um estudo de caso, em que foi selecionada uma das Organizações da Sociedade Civil de Curitiba, que estava vinculada e regulamentada pela FAS no ano de 2014. Esta instituição foi escolhida, entre outros critérios (p.122,123 desta tese), por ofertar serviços de proteção social básica, de convivência e fortalecimento de vínculos, com crianças de 6-16 anos. Foram então realizadas entrevistas com todos os educadores (9) sociais que estavam na instituição, com o objetivo de compreender qual a percepção deles sobre o trabalho que realizam no projeto social, questionando-os sobre o cotidiano do projeto, os relacionamentos, desafios, dificuldades e características do educador social.

O Estudo 1, mostrou, de certa forma, que a realidade do cotidiano dos mais variados projetos sociais têm sido precárias, tanto no que se refere às condições vividas pelos agentes externos na medida em que pouco se trabalha para a formação, cuidado e envolvimento dos mesmos com o seu trabalho e também na escassez e precariedade dos recursos materiais (p.90, 91 desta tese). Foi possível perceber que a “manutenção da realidade de sucateamento e despolitização” (FREITAS, 2005, p.53) aparece quando “há o distanciamento das propostas de trabalho com o que é de fato realizado” (p.90, 91 desta tese), quando “há a fragmentação das atividades institucionais” (p.90, 91 desta tese), “falta de humanização nas relações sociais” (p.90, 91 desta tese) e quando “as atividades dos projetos e instituições sociais são percebidos pelos próprios participantes destas como mantenedores das desigualdades sociais e

condições de pobreza” (p.90, 91 desta tese). Estas características aparecem como aspectos negativos referentes aos projetos sociais, ONGs e instituições sociais de forma geral.

No Estudo 2, é possível fazer uma correlação com o desafio apontado por Freitas (2005) citado acima, em perceber que “há uma falsa idéia de que as demandas sociais estão sendo atendidas” (FREITAS, 2005, p.53) na medida em que o Estudo 2 indica a existência de instituições e projetos sociais comprometidos com uma ‘transformação social’, evidenciada nas visões e missões que estas instituições descrevem em seus sítios eletrônicos (p.48, 49). Ou seja, há um discurso de um compromisso social/ humanizado (FREIRE, 1979) e também com a preocupação em trabalhar com práticas coletivas e emancipatórias, descritas nas visões e missões na medida em que existe uma vinculação do trabalho realizado com o Estado (p.118, 119 desta tese).

O Estudo 3 permitiu identificar o trabalho realizado no serviço socioassistencial - serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFVs) – com atributos de educação não formal. Considerando que a modalidade da educação não formal “tem um caráter transformador” (CARO & GUZZO, 2004, p. 37) e, que de certa forma combina com o que é proposto no eixo de convivência dos SCFVs, permite-se questionar o quanto e como de fato esta educação, nestes espaços não formais, têm transformado a vida das pessoas.

Ao partir de um pressuposto de que o homem é um ser construído sócio-historicamente, e de que este “homem só existe enquanto existe um outro que o reconhece como pessoa” (LANE, 2001, p.16), torna-se inegável a importância de alternativas e trabalhos que busquem benefícios coletivos a todos os que pertencem à comunidade em questão (FREITAS, 2007a). Para que isto se torne possível é necessária a participação das pessoas com o objetivo de ter um projeto coletivo, que atenda à demanda da comunidade na “construção de uma rede de solidariedade e de um projeto de sociedade mais digna e justa” (FREITAS, 2007b, p.340).

O tema da participação da comunidade no projeto social é um dos aspectos que aparece como uma das dificuldades apontadas pelos educadores do Estudo 3. Neste sentido, em relação ao que se passa entre equipes de

profissionais e a comunidade atendida, foram identificados que o relacionamento entre *educadores e educandos* é próxima e de cuidado. Os educadores indicam que sentem dificuldades no relacionamento dos pais e familiares com a instituição e com as crianças e adolescentes. Assim, caracterizam os pais como “ausentes, distantes” (EB), e que não participam do que a instituição propõe. Atribuem esta ‘ausência’ dos pais e falta de participação na instituição à baixa escolaridade e precárias condições de vida. Os educadores contam sobre o relacionamento com os pais:

Às vezes temos conflitos né, como nosso público alvo já é um público que já vem de uma situação debilitada de moradia, de estudo... então são pais que não tem todo esse esclarecimento, que não aceitam algumas coisas; são pais acomodados, não tem aquele senso crítico, às vezes mimam demais, batem demais nos filhos... (EA)

É essa questão dos pais, infelizmente é a educação que já vem deles, né?! Então, assim, é difícil, é muito difícil (...) A participação é pouca, o interesse de saber do seu filho é pouco. Essa é que é a parte mais dolorida, mas é verdade (EC)

Educadores e os pais, pra mim aqui eu vejo que é distante, são poucos os pais que são presentes na vida dos alunos né e sim... quase nós não temos muito contato. Nós temos aqui a ‘Família Presente’²⁰ que acontece se não me engano em dois e dois meses, ou três... aí o que acontece? Só vem a minoria, são poucos os pais que acompanham os seus filhos. Quase não temos muito apoio dos pais. Nós participamos também do programa ‘Família Presente’. Aí seria interessante os pais participarem e perguntar como é que está o desenvolvimento... mas não perguntam e não participam... são poucos, dá para contar os pais que participam... (EE)

Os educadores também contam que quando há alguma dificuldade ou problema relacionado aos *pais ou famílias* é a coordenação que faz os encaminhamentos para a resolução das questões, e eles apenas são informados sobre o que é necessário saber, para dar continuidade ao seu trabalho. Há, neste momento, uma espécie de fragmentação das ações, na medida em que parece caber apenas a coordenação o envolvimento com os pais e resolução dos possíveis problemas, situação que se assemelha ao que foi encontrado no Estudo 1, no que se refere a fragmentação das atividades institucionais. O que se pode compreender é que o desafio da “construção de

²⁰ Família Presente: um programa elaborado pela instituição para aproximar os pais desta. Faz parte das orientações técnicas (BRASIL, 2010) para os SCFV.

redes mais solidárias e comunitárias de convivência” (FREITAS,2010, p.89) é atendido, em parte, nas relações entre *educadores e educadores, educadores e gestão, e educadores e educandos*, em que há relacionamentos de cooperação e afetividade, porém, de pouca participação dos *pais e familiares*. Os elementos de cooperação e afetividade (como altruísmo, envolvimento com o trabalho, ser amigável e afetivo – entre outros) também puderam ser identificados nos resultados encontrados no Estudo 1, quando foram indicados os aspectos positivos que as pesquisas científicas (teses, dissertações e artigos) mostram sobre os voluntários/educadores sociais e que têm a ver com a dedicação e envolvimento pessoal com o trabalho, por parte destes agentes externos (p. 114, 115, 116 desta tese).

A pouca participação dos *pais e familiares* é um dado para a reflexão sobre “o quê fazer” (FREITAS, 2007a, p. 337) em termos de se pensar em trabalhos comunitários e políticas públicas. E interessa na medida em que se percebe que as Orientações técnicas para o SCFV (BRASIL, 2010) indicam que este é um serviço que visa, entre outras coisas “complementar as ações da família e da comunidade na proteção e no desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais” (BRASIL, 2010, p.37). O compromisso político a ser exercido como fora apontado no Estudo 2.

Ainda, os educadores responderam sobre os problemas e dificuldades que percebem no entorno da instituição social, sobre o bairro, e se estes problemas afetam e como afetam as atividades desta. Para os educadores, embora os educandos encontrem um espaço de acolhimento no projeto, em que são estimulados a buscar uma construção ou condições de vida diferente das que vivem, esbarram na barreira da falta de estrutura, que, para alguns educadores impedem a mudança destas condições:

O principal problema é a higiene, dentro de sala de aula é a higiene. A gente trabalha dentro de sala de aula, tem que tomar banho, tem que cortar o cabelo, cortar a unha, mas eles não tem isso em casa. Como vou pedir para a criança escovar o dente se ela não tem a pasta? Pra trocar de roupa se ela não tem roupa? Pra passar desodorante se ela não tem desodorante? Então, mesmo que se trabalhe alimentação saudável, exercício físico, qualidade vida, eles

não tem acesso a isso, a condição de vida deles não permite isso. Então fica no teórico. Eles sabem que tem alimentação saudável, que tem que comer fruta, mas eles não tem condição disso, aonde eles vão encontrar isso: aqui dentro! (EA)

Então, eu não moro muito aqui. Eu só trabalho aqui. Mas assim, o que eu sinto é a questão do abandono, né?! Parece que é abandonado aqui, que não cresce, que não evolui. E daí, vem com isso a criminalidade, as drogas, né? Então... eu não posso falar muito dessa parte. Mas pelo que eu vejo, que eu sinto com os alunos, é isso (EC).

Trata-se, sobretudo, de perceber que as precárias condições de vida e falta de estrutura continuam, embora exista um investimento em projetos sociais, e, como foi apontado no Estudo 1 (nos aspectos negativos de ong's e projetos sociais) há falta de apoio (ora financeiro, ora político-pedagógico), que leva a questionar a qualidade da intervenção (p.90, 91 desta tese). Então, os educadores tendem a se conformar, não ver saída aos obstáculos que impedem a efetivação da proposta do seu trabalho, e se adaptar as necessidades que podem ser resolvidas no interior da instituição:

Aqui você realmente tem que estar atenta as necessidades do educando, aqui você realmente tem que por no planejamento, tem que planejar pensando que aquela atividade tem que levar em consideração o contexto que a criança vive. Não adianta chegar com uma lição sobre habitação, sobre casa e tal se meu aluno não tem uma casa. O que adianta trabalhar alimentação saudável, se meu aluno não tem acesso a isso. Então tenho que adaptar minha fala, minha atividade dentro da realidade do meu educando, como ele pode fazer essa alimentação saudável dentro das condições que ele vive. (EA)

Outro desafio que refere-se aos “impactos do trabalho e o compromisso assumido quando de sua realização (...) colaboram para o fortalecimento ou enfraquecimento do trabalho comunitário” (FREITAS, 2007a, p.337). Freitas continua questionando sobre:

O grau de impacto e de importância que nossos trabalhos têm na vida cotidiana de todos, profissionais, agentes comunitários autóctones e ou comunidade. Indique-se, aqui, também o fato de que os ganhos ou fracassos, durante as atividades e em momentos diversos, podem afetar o valor da importância atribuída ao trabalho e ao grau de impacto. Essas variações podem criar incertezas que afetam a continuidade das práticas realizadas, chegando a fragilizar a rede de interações entre os atores implicados. (FREITAS, 2010, p. 92)

Neste sentido, identificar como o educador pensa e entende sobre o projeto social em que está envolvido, e qual é a importância deste projeto para ele pode orientar em compreender sobre como o trabalho têm se construído e como de fato este trabalho tem se realizado, e se constituído como um trabalho importante para o fortalecimento ou não das atividades propostas. Então, para os educadores do Estudo 3, o trabalho que fazem é identificado como uma “formação para a cidadania”, que inclui uma perspectiva de transformação social da vida das crianças ou dos adolescentes, sendo que o projeto social realizado na instituição é encarado como uma alternativa para a vida e ou futuro dos educandos: “Nossa função é acolher e proporcionar a essas crianças um suporte para que possam ter um mínimo de preparo para conviver em sociedade” (EA)

Esse projeto é muito importante né (...) principalmente para essa comunidade. Porque eu acredito que se não fosse esses projetos sociais o que seria dessa comunidade? Pelo menos os educandos vem aqui, têm vários esportes, têm várias oficinas... vai despertar, se não tem essa perspectiva vai despertar e vai fazer eles crescerem futuramente e serem pessoas melhores e serem aceitas na sociedade. Porque pessoas que não tem perspectiva de futuro, de crescimento social, profissional e pessoal: que vai ser? Se não tiver um apoio. E tem que permanecer, não pode sair daqui! (EE)

Para Freitas (2010)

Outro aspecto importante a ser compreendido nas relações internas dos trabalhos comunitários liga-se à própria **ação deste trabalhador comunitário**. Ou seja torna-se importante saber que tipo de compreensão e significados (pessoais, sociais e políticos) são tributados – por ele e pelos outros – àquilo que os profissionais fazem em seus trabalhos. Com isso, busca-se identificar o **grau de importância que o ‘fazer psicossocial’** está tendo para cada um dos agentes envolvidos em suas vidas, o que nos remete a pensar a prática desenvolvida como uma ação psicossocial que seja compreendida como processo e como resultado, em cada momento e etapa do trabalho desenvolvido (FREITAS, 2010, p.90)

Esta percepção do trabalho desenvolvido pelos educadores do Estudo 3, também pode ser observada nos aspectos positivos do trabalho realizados por

ongs, projetos sociais e espaços institucionais (Estudo 1), quando estes são apontados como um espaço de 'aprendizado para a cidadania', 'local de emancipação social', 'promoção da dignidade e de resistência', 'ampliação do horizonte social (p.91 desta tese) entre outros.

A educação não formal, o educador social e como percebem o seu trabalho também podem ser analisados por meio de alguns outros aspectos indicados por Freitas (2012):

Para abordar la comprensión sobre lós efectos de la relación entre las políticas públicas y las prácticas de intervención psicosocial em comunidad es necesario analizar diversos aspectos. Esta conjunción de factores explicativos se constituye como una intrincada red de relaciones entre aspectos tales como lós procesos de formación para lós profesionales que actuán em este campo, la práctica profesional desarrollada y las políticas públicas que surgen em esa dinàmica. (FREITAS, 2012, p.186)

Nesta dinâmica, poder-se-ia dizer que os compromissos assumidos pelos educadores sociais do Estudo 3 com os educandos teria a ver com a 'formação de cidadãos críticos', para 'conviver em sociedade', e 'possibilitar um futuro' de vida diferente do que o educando vive. Estes compromissos são semelhantes aos encontrados nas descrições dos serviços realizados pelas organizações da sociedade civil, no Estudo 2, e que foram organizadas nas categorias educação, cultura e esportes e assistência, assessoramento, defesa de direitos e cidadania (p.118 desta tese).

Em relação aos conhecimentos necessários para a realização do trabalho, destacam-se aqueles aspectos relacionados a características individuais, a afetividade e aponta-se o interesse de se pensar em uma formação mais 'humana' e de como se trabalhar com o 'social', evidenciando que o trabalho educativo do educador social teria algumas especificidades importantes a serem analisadas. Foi destacada também a formação docente como importante para a realização do trabalho. E o esporte e a estrutura do SCVF, a partir da política que o regulamenta, aparecem como instrumentos para se alcançar o objetivo do trabalho.

Os relacionamentos na instituição entre educadores, gestão e educandos foram apontados como ponto forte para a realização do trabalho. A falta da participação e envolvimento dos pais e familiares na instituição e com os educandos que participam dela foram indicados como uma dificuldade a ser trabalhada pela instituição, além das condições de habitação e saneamento que vivem os seus educandos. Pôde se perceber, na fala dos educadores que o trabalho que é realizado dentro da instituição a partir da política da assistência social e dos SCFV é realizado com bastante zelo e compromisso, e os resultados são observados nos comportamentos dos educandos. Porém, há a sensação de que os resultados percebidos ficam 'entre os muros' da instituição, na medida em que as condições sócio-econômicas e de 'cultura' em que vivem os educandos não se modifica. Segundo Freitas:

En outro plano, lós profesionales pueden diagnosticar determinados problemas cruciales como problemáticas o contextos de explotación, violéncia o exclusión, que no están contemplados em lós programas de intervención y de políticas públicas, aun cuando son relevantes em la comunidad em la que se interviene.

Esse déficit de lós programas y las políticas públicas respecto de las necesidades de las comunidades implica negar la existéncia de estos problemas y soslayar lós derechos de las personas. Como plantean Dagnino (2004) y Ochoa (2004), una política pública es efectivamente una política de ciudadanía cuando contribuye a que las personas vivan y se sientan como ciudadanos com derechos a la dignidad, a la justicia y a tener una vida feliz y sana. (FREITAS, 2012, p.191-192)

Há uma reflexão sobre quanto um serviço que nominalmente se propõe a ser de convivência e fortalecimento de vínculos, que é um direito da criança e do adolescente, tem oportunizado este direito. E questionar porque as ações que procuram envolver os pais e familiares não têm surtido o efeito esperado? Que propostas tem sido feitas, que não existem avanços?!

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A FORMAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS

Num projeto de política pública que prioriza a convivência, a participação e o fortalecimento de vínculos de crianças e adolescentes parece caber refletir

em quem faz esta mediação, como faz e como percebem o seu trabalho, no caso o educador social ou ‘orientador social’ e também o ‘facilitador de oficina’ como requerem chamar as Orientações técnicas (Brasil, 2010), que são as pessoas que estão mais próximas deste público alvo da assistência. A convivência e o fortalecimento de vínculos surgiram, para as políticas públicas e sociais, como um direito a ser garantido pelo Estado, e

de esta manera, abordar las políticas públicas significa ir más allá de lo formal, institucional y gubernamental. Creemos que abordar el tema de las políticas públicas necesariamente significa reflexionar sobre su diseño e implementación, así como tomar posiciones orientadas a la defensa de los derechos humanos y de la ciudadanía de las poblaciones. (FREITAS, 2012, p. 176)

Esta posição de “defesa dos direitos humanos e da cidadania” foi um dos aspectos positivos indicados nas respostas dos educadores sociais, na medida em que percebem o seu trabalho como uma alternativa de construção de uma ‘cidadania crítica’ e ‘projetos de vida’ para as crianças e ou adolescentes que participam do projeto. E fazem isto através dos relacionamentos que foram construídos por meio da afetividade, colaboração e respeito entre seus pares e seus educandos e também na dedicação que falaram ter em relação ao trabalho que desenvolvem, seja na produção dos planejamentos diários, seja na seriedade com que encaram o seu trabalho.

A percepção do trabalho social, como indicaram os educadores, tem a ver tanto com os compromissos assumidos por este, na formação de ‘cidadãos críticos’ quanto como ser encarado como uma ‘missão’, em que o educador deve necessariamente gostar/ amar o trabalho que faz. Este é um aspecto do trabalho social que pode ser perigoso. Em estudo realizado com professores da rede municipal, o mesmo aspecto aparece:

Depreende-se que esta profissão, também, é vista pelos próprios professores como estando imbuída de “características humanitárias, altruístas”, parecendo depender muito mais da dedicação e do gosto ou vocação que têm por ela, de tal modo que isto lhes daria força e coragem para enfrentar o dia a dia. Isso em parte pode dar um certo caráter sacerdotal à profissão, podendo contribuir para desfocar

outros aspectos que são importantes para a construção de uma prática profissional e seu sucesso, e com isso gerar processos de naturalização que podem contribuir para posturas fatalistas e pouco coletivas em uma perspectiva comunitária. (FREITAS e OLIVEIRA 2012)

A dedicação e o amor que os educadores sociais demonstram sentir pelos educandos podem, por vezes, como indicaram os próprios entrevistados, a ultrapassar alguns limites necessários ao trabalho educativo, na medida em que os educadores passam a exercer um papel de ‘maternagem’. Então são apontados, neste trabalho, aspectos positivos do trabalho do educador social que referem-se aos compromissos e dedicação com o qual os mesmos se propõem a executar o trabalho e aspectos negativos relativos a esta certa ‘maternagem’, e em encarar o trabalho como uma ‘missão’, na medida em que podem desfocar os objetivos do trabalho social a ser concretizado. Assim, como a educação e a Psicologia Social Comunitária poderiam contribuir para as práticas do educador social?

Pode-se dizer que a Psicologia Social Comunitária se diferenciaria em relação às outras práticas em comunidade destacando-se três aspectos: Num primeiro, em coerência à sua proposta de transformação social, a Psicologia Social Comunitária assume, também, uma ação pedagógico-formativa, já que deve ter um caráter preventivo na perspectiva de implementar projetos políticos que resultem em mudanças na vida cotidiana das pessoas. Quando os problemas já estão localizados, deve também desenvolver ações pontuais e específicas, sem contudo perder a perspectiva das possibilidades históricas presentes em um projeto político de sociedade. E, por fim, trata-se de um trabalho que necessita ser realizado em equipe, inclusive com outros psicólogos que atuam de modo mais específico e pontual. Desta forma, pode-se dizer que os trabalhos de Psicologia Social Comunitária devem ser dirigidos aos processos de conscientização e participação construídos na rede da vida cotidiana e comunitária (FREITAS, 2007a, p. 336)

Ao assumir uma ação pedagógico-formativa, a Psicologia Social Comunitária, e também a proposta de educação de Paulo Freire, pode contribuir na formação dos educadores sociais, possibilitando uma formação dentro de uma “perspectiva histórico-social de emancipação” (FREITAS, 2007b, p.54). Ao compreender o educando, a partir das condições históricas e

sociais em que estes vivem, sem, contudo, ‘naturalizar’ os problemas e as dificuldades que passam, e também sem ‘naturalizar’ as possíveis soluções, parece ser um caminho para a construção de ações e propostas educativas. Freire instrui que “para alcançar a meta da humanização, que não se consegue sem o desaparecimento da opressão desumanizante, é imprescindível a superação das ‘situações limites’ em que os homens se acham quase coisificados” (FREIRE, 2004 p.95).

Buscar a superação das ‘situações limites’ é possível na medida em que os educadores sociais construam coletivamente o seu trabalho. Este também foi um aspecto apontado como positivo pelos educadores, como uma prática da instituição em que trabalham. A proposta de uma formação educativa pode ser trabalhada no sentido de maximizar estes espaços de formação coletiva, entendendo que estes espaços são espaços de poder, mas não de um poder autoritário e comandante, de dominação, e sim de um “poder-fazer” e “poder-ser” (GUARESCHI, 2002, p.90). Assim, a psicologia “*debe trabajar porque sus sujetos de estudio, seres humanos, em uso de sus capacidades y potencialidades, adquieran conciencia y control sobre sus vidas y circunstancias vitales*” (MONTERO, 1994, p. 39). Para Freitas (1996), é possível alcançar a transformação da realidade quando se permite

buscar formas na vida concreta que maximizem uma saúde melhor para a população, e esta saúde emana diretamente das possibilidades reais que esta população possa ter para estudar, comer, morar, fazer cultura, e, pelo menos, para transformar as coisas do seu cotidiano ou seja, para trabalhar. Ao poder fazer isto, a vida das pessoas e suas relações - consigo mesmas, com o outro e com o mundo que as cerca - poderão se tornar mais dignas, mais solidárias e eticamente humanas, considerando-se uma perspectiva psicossocial de compreensão da realidade humana. (FREITAS, 1996, p. 65).²¹

²¹ Este trabalho foi redigido e editorado conforme Manual de normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT (AMADEU, 2015).

REFERENCIAS

AMADEU, Maria Simone Utida dos Santos (et al). Manual de normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES-NÃO- GOVERNAMENTAIS – ABONG. Curitiba, 2014. Não paginado. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/>> Acesso em: 19 dez. de 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, 1970.

BEZERRA, Aída. As atividades em Educação Popular. In: BRANDÃO, C.R. **A questão política da educação popular**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980, p.16-39.

BORBA, Patrícia Leme de Oliveira. **Educadores sociais e suas práticas junto a jovens: o cotidiano de Ongs na cidade de Campinas / SP. 2008**. Dissertação (Mestrado em Fundamentos da Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2008.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 08/12/1993, p. 18769.

_____. Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, n. 228, 30 nov. 2009. Seção I, p. 1-14.

_____. Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 2015.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Brasília, DF, 2014a

_____. **Caderno de Orientações.** Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. DF, 2015a.

_____. **Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.** DF, 2015b.

_____. **Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos.** Brasília, DF, 2010.

_____. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília, DF, 2004.

_____. **RESOLUÇÃO nº 109,** de 11 de novembro de 2009. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF, 2014b.

_____. **RESOLUÇÃO nº 27,** de 19 de setembro de 2011. Caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantida de direitos no âmbito da Assistência Social. Brasília, DF, 2011.

CARO, Sueli Maria Pessagno ; GUZZO, Raquel Souza Lobo. **Educação Social e Psicologia.** Campinas, S.P: Editora Alínea, 2004.

CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVINA MISERICÓRDIA. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://casdm.org.br/>> Acesso em: jan e fev de 2016.

COSTA, Marisa Vorraber; MOMO, Mariangela. Sobre a "conveniência" da escola. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 14, n. 42, p. 521-533, dez. 2009.

DIGIÁCOMO, Murillo José. A nova Lei da adoção e a judicialização do acolhimento institucional. In: **Ministério Público do Estado do Paraná.** <http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?>, 2009.

FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL (FAS). Curitiba, 2014. Não paginado. Disponível em: <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/>> Acesso em: 19 dez. de 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** São Paulo: Paz e Terra, 1978.

_____. Quatro cartas aos animadores de Círculos de Cultura de São Tomé e Príncipe. In: BRANDÃO, C.R. **A questão política da educação popular**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 38^o Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Projetos comunitários e sociais: como construir planos de ação. In: SOUZA, Jusamara. **Música, educação e projetos sociais**. Porto Alegre : Tomo editorial, 2014 p.137-159.

_____. Práctica de intervención comunitária y políticas públicas: aproximaciones y limites desde La perspectiva de La Psicología Social Comunitária latinoamericana. In:SÁNCHEZ, Alipio; ALFARO, Jaime; ZAMBRANO, Alba. **Psicología comunitária y políticas sociales: reflexiones y experiências**. 1^a Ed. Buenos Aires: Paidós, 2012, p.173-197.

_____. Tensões na relação comunidade profissional. Implicações para os processos de conscientização e participação comunitária. In: **Psicologia & Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2010, p.83-98.

_____. Intervenção psicossocial e compromisso: desafios às políticas públicas. In: **Diálogos em Psicologia Social**. Porto Alegre: Evangraf Ltda, 2007a, p.329-344.

_____. Educação de jovens e adultos, educação popular e processos de conscientização: intersecções na vida cotidiana. In: **Educar em Revista**. N. 29 jan/jun 2007b, p. 47 – 62.

_____. (In)Coerências entre práticas psicossociais em comunidade e projetos de transformação social: aproximações entre as Psicologias Sociais da Libertação e Comunitária. In: **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 36, n. 1, jan./abr. 2005a, p.47-54.

_____. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. (org.) **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005b, p. 54-80.

_____. Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária. **Psicologia & Sociedade**; 8(1): 63-82; jan./jun.1996.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de; OLIVEIRA, Lygia Maria Portugal. A qualidade da educação e o professor por um fio: o cotidiano docente na ótica da psicologia social comunitária. In: **Aletheia** 37, jan./abr. 2012, p.177-196.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin. e GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático**. 9ª Ed: Petrópolis, R.J. : Vozes, 2011, p.64-89.

GHANEM, Elie. ONGs e a Responsabilidade governamental com uma escola básica no Brasil. **Pro-Posições** , Campinas, v. 23, n. 2, p. 51-65, agosto de 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª Ed. São Paulo : Atlas, 1994

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Educação Não formal, na pedagogia social, .. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, Disponível em: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, acessado em 15 de setembro de 2014.

GUARESCHI, Pedrinho. Relações de poder, relações de dominação. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. (org.) **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005b, p. 81-102

GUZZO, Raquel Souza Lobo. *Escola amordaçada: compromisso do psicólogo com este contexto*. In: MARTÍNEZ , Albertina Mitjans. **Psicologia Escolar e Compromisso Social**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2005, p. 17-29.

JANTKE, Regina Vazquez Del Río. **Educador Social: formação e prática**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2012

LANE, Silvia Tatiana Maurer. América Latina: por uma ética do conhecimento. In: CAMPOS, R.H. de F.; GUARESCHI, P. (orgs). **Paradigmas em Psicologia Social. A perspectiva latino americana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.p 56-66.

_____. A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer & CODO, Wanderley. **Psicologia Social – o homem em movimento**. 13ª Ed – 3ª reimpressão. São Paulo : Brasiliense, 2001, p. 10-19.

_____. A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer e SAWAIA, Bader Burihan (orgs). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (1994) p.55-63.

_____. **O que é Psicologia Social**. 10ª Ed. São Paulo : Brasiliense, 1986.

LANDIM, Leilah. Múltiplas Identidades das ONGs. In. **ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina**. - São Paulo: Abong; Petrópolis, 2002, p. 17-50.

LARANJEIRA, Denise Helena P.; TEIXEIRA, Ana M.F. Vida de jovens: educação não formal e inserção socioprofissional no subúrbio. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 13, n. 37, p. 22-34, abr. 2008.

LOPES, Laís de Figueiredo; SANTOS, Bianca dos. e BROCHARDT, Viviane. **Entenda o MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13.019/2014.**– Brasília: Presidência da República, 2016. 130p.

MARCASSA, Luciana Pedrosa. **Movimentos e idéias sobre Educação Comunitária no Brasil: matrizes filosóficas e desdobramentos históricos no século XX**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas: SP. 2009.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6ª Ed. São Paulo : Cortez, 2010.

MONTERO, Maritza. **Teoría y Práctica de la Psicología Comunitária**. Argentina: Paidós, 2003.

_____. Um paradigma para la Psicologia Social. Reflexiones desde El quehacer em América Latina. In: MONTERO, Maritza (coord.), **Construcción y Critica de la Psicologia Social**. Barcelona : ANTHROPOS, 1994 : 27- 40

NUNES, Rogéria de Andrade; SOUZA, Cecília de Mello e. Caminhos para 'resolver a vida': significados e alternativas de participação em uma comunidade popular da zona oeste do Rio de Janeiro. In: DIMENSTEIN,

Magda. (org.). **Psicologia Social Comunitária. Aportes teóricos e metodológicos**. Natal, RN : EDUFRN – Editora, 2008, p. 59-86.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social. Caminhos da construção democrática**. – 4. Ed. São Paulo, Cortez, 2007.

ROSEMBERG, Fúlvia. Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , n. 16, p. 19-26, abr. 2001.

RUSSO, Kelly. Parceria Entre ONGs e Escolas Públicas: Alguns Dados para Reflexão **Cad. Pesqui.** , São Paulo, v. 43, n. 149, p. 614-641, agosto de 2013

SAVIANI, Dermeval. Política social, e publicização da Educação. **Psicol. Cienc. prof.** , Brasília, v. 9, n. 3, p.6-7, 1989.

SILVA, Fábio Silvestre da. Projetos sociais em discussão na psicologia do esporte. **Rev. bras. psicol. esporte**, São Paulo , v. 1, n. 1, p. 01-12, dez. 2007

SILVA, Milena Leite; ARPINI, Dorian Mônica. O acolhimento institucional na nova Lei da adoção. **Rev Psicologia. Teoria e prática**. São Paulo, v. 15 n. 3 p. 95-106, 2013

SILVA, Ronalda Barreto. Educação comunitária: além do estado e do mercado?. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , n. 112, p. 85-97, mar. 2001.

STIGGER, Marco Paulo, THOMASSIM, Luís Eduardo. Entre o “serve” e o “significa”: uma análise sobre expectativas atribuídas ao esporte em projetos sociais. **Licere**, Belo Horizonte, v.16, n.2, jun/2013

STRECK, Danilo R. Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 15, n. 44, p. 300-310, ago. 2010.

TRILLA, Jaume. **La educación fuera de la escuela: Ámbitos no formales y educación social**. Barcelona: Ariel Educación, 1993.

WEIDLICH, Paula. Curitiba inaugura o primeiro Condomínio Social do Brasi. O empreendimento é destinado a apoiar pessoas em situação de rua. **Tribuna do Paraná**, Curitiba, 26/05/2014. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/curitiba-inaugura-o-primeiro-condominio-social-do-brasil/>>. Acesso em: julho de 2016.

APÊNDICE A – LISTA DAS REFERÊNCIAS DOS SÍTIOS ELETRÔNICOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE CURITIBA/ PARANÁ

AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ (ASP). Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <http://www.aspr.org.br/siteasp/>> Acesso em: jan e fev de 2016.

ACOA – ASSOCIAÇÃO CURITIBANA DOS ÓRFÃOS DA AIDS. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <http://www.salvemascrianças.org/wp/?p=5441>> Acesso em: jun de 2016

AFRO GLOBO FÓRUM CULTURAL. [Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <http://afroglobo.blogspot.com.br/2010/03/quem-somos.html>](http://afroglobo.blogspot.com.br/2010/03/quem-somos.html) Acesso em: jan e fev de 2016.

ALVORECER AÇÃO SOCIAL E EDUCACIONAL. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <http://www.alvorecerpr.org.br/site/#>> Acesso em: jan e fev de 2016.

ASSOCIAÇÃO ALÍRIO PFIFFER. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <http://aliriopfiffer.hospedagemdesites.ws/>> Acesso em: jun de 2016

ASSOCIAÇÃO ANTONIO VIEIRA. [Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <http://www.asav.org.br/](http://www.asav.org.br/)> Acesso em: jan e fev de 2016.

ASSOCIAÇÃO BATISTA DE AÇÃO SOCIAL – ABASC. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <http://www.abasc.org.br/>> Acesso em: jan e fev de 2016.

ASSOCIAÇÃO BEM AVENTURADA IMELDA. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <http://www.imelda.com.br/site/abi.php> > Acesso em: jan e fev de 2016.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CURITIBANA. [Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <http://abcvida.org.br/](http://abcvida.org.br/)> Acesso em: jan e fev de 2016.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ENCONTRO COM DEUS. [Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <http://encontrocomdeus.org/](http://encontrocomdeus.org/)> Acesso em: jan e fev de 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA A MUCOVISCIDOSE. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <http://www.abram.org.br/>> Acesso em: jun de 2016

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTO INÁCIO DE LOYOLA. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <http://acsiloyola.blogspot.com.br/> > Acesso em: jan e fev de 2016.

ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ACRIDAS Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: < www.acridas.org.br/> Acesso em: jun de 2016.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE NEGRITUDE E AÇÃO POPULAR. [Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/acnapbr/home>>](#) Acesso em: jan e fev de 2016.

ASSOCIAÇÃO DAS ABELHINHAS DE SANTA RITA DE CÁSSIA. [Curitiba, 2014. Não paginado. Disponível em: <<https://abelhinhas.wordpress.com/>>](#) Acesso em: jan e fev de 2016.

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FAMILIAR E SOCIAL DO PARANÁ – EPHETA. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: < <http://www.aefspr.org.br/>> Acesso em: jun de 2016

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.espro.org.br/>> Acesso em: jan e fev de 2016.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS MORADIAS ZIMBROS. [Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.asmozi.org.br/>>](#) Acesso em: jan e fev de 2016.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E ANJOS DO CONJUNTO OSWALDO CRUZ 2. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.amacoc.org.br/atividades.html>> Acesso em: jan e fev de 2016.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE SURDO. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: < <http://escolaapas.blogspot.com.br/> > Acesso em: jun de 2016.

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE APOIO A CRIANÇA COM NEOPLASIA. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: < <http://apacnpr.ning.com/>> Acesso em: jun de 2016.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: < www.apaecuritiba.org.br/ > Acesso em: jun de 2016

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A INFÂNCIA VOVÔ VITORINO. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://vovovitorino.blogspot.com.br/>> Acesso em: jan e fev de 2016.

ASSOCIAÇÃO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DO SION. [Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://sioncuritiba.com.br/>>](#) Acesso em: jan e fev de 2016.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO HOSPITAL DE CLÍNICAS. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: < <http://www.amigosdohc.org.br/>> Acesso em: jun de 2016

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DO PARANÁ – ADFP. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.adfp.org.br/>> Acesso em: jun de 2016.

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DO PARANÁ – ADEVIPAR . Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: < <http://www.adevipar.com/>> Acesso em: jun de 2016

ASSOCIAÇÃO DOS FENILCETONÚRICOS E HOMOCISTINURICOS DO PARANÁ. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: < <https://pt-br.facebook.com/Associa%C3%A7%C3%A3o-dos-Fenilceton%C3%BAricos-e-Homocistin%C3%BAricos-do-Paran%C3%A1-497751343590657/>> Acesso em: jun de 2016

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.addes.com.br/sobre.php>> Acesso em: jan e fev de 2016.

ASSOCIAÇÃO FEMININA DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CURITIBA. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: < <https://www.facebook.com/Associa%C3%A7%C3%A3o-Feminina-de-Prote%C3%A7%C3%A3o-a-Maternidade-e-a-Inf%C3%A2ncia-de-Curitiba-717757278333705/>> Acesso em: jun de 2016.

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://pequenoprincipe.org.br/hospital/a-mantenedora/>> Acesso em: jun de 2016.

ASSOCIAÇÃO ICARO MARCOLIN. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <www.institutoicaro.com.br> Acesso em: jan e fev de 2016.

ASSOCIAÇÃO METODISTA DE AÇÃO SOCIAL. [Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://amascuritiba.org/s/>> Acesso em: jan e fev de 2016.](#)

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE PSICODRAMA. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.psicodrama.org.br/>> Acesso em: jan e fev de 2016.

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA AO PARAPLÉGICO – APAP. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.apapcuritiba.org/>> Acesso em: jun de 2016

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS OSTOMIZADOS. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://ostomizados.net/>> Acesso em: jun de 2016.

ASSOCIAÇÃO NÚCLEO DE APOIO ÀS PESSOAS COM CÂNCER DO PARANÁ. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: < <https://pt-br.facebook.com/nacep.org.9> > Acesso em: jun de 2016

ASSOCIAÇÃO REVIVER DOWN. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <reviverdown.org.br> Acesso em: jun de 2016.

ASSOCIAÇÃO SAGRADA FAMÍLIA DE NAZARÉ. [Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://associacaosagradafamiliadenazare.blogspot.com.br/>> Acesso em: jan e fev de 2016.](#)

ASSOCIAÇÃO SANTA TEREZINHA DE REABILITAÇÃO AUDITIVA – ASTRU. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: < <http://www.ctacentrau.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=21>> Acesso em: jun de 2016

ASSOCIAÇÃO SERPIÁ. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://serpia.org.br/>> Acesso em: jan e fev de 2016.

ASSOCIAÇÃO SOLIDÁRIOS PELA VIDA – SÓ VIDA. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: < <http://www.aids.gov.br/endereco/associacao-solidarios-pela-vida-sovida> > Acesso em: jun de 2016

CASA DOS POBRES SÃO JOÃO BATISTA. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Casa-Dos-Pobres->> Acesso em: jan e fev de 2016.

CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVINA MISERICÓRDIA. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://casdm.org.br/>> Acesso em: jan e fev de 2016.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL RECANTO ESPERANÇA. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://recantoesperanca.org.br/>> Acesso em: jan e fev de 2016.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DIGITAL. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.vivaacid.org.br/>> Acesso em: jan e fev de 2016.

CENTRO EDUCACIONAL INFÂNCIA COLORIDA. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://infanciacolorida.com/>> Acesso em: jan e fev de 2016.

CENTRO ESPÍRITA O SEMEADOR. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.centroespiritaosemeador.com.br/>> Acesso em: jan e fev de 2016.

CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<https://www.blogger.com/profile/>> Acesso em: jan e fev de 2016.

CLUBE MÃES VILA AUDI. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <https://www.facebook.com/Clubedemaesdavilaaudi/info/?tab=page_info> Acesso em: jan e fev de 2016.

CONGREGAÇÃO DOS OBLATOS DE SÃO JOSÉ. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.osj.org.br/congregacao-osj/>> E <<http://savjosefino.blogspot.com.br/>> Acesso em: jan e fev de 2016.

CRAVI – CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.cravi.org.br/>> Acesso em: jun de 2016.

CRENVI – CASA DE RECUPERAÇÃO NOVA VIDA Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.crenvi.com.br/>> Acesso em: jun de 2016

EXERCITO DE SALVAÇÃO. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.exercitodesalvacao.org.br/>> Acesso em: jan e fev de 2016.

FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.feparana.com.br/>> Acesso em: jun de 2016

FEPE – FUNDAÇÃO ECUMÊNICA DE PROTEÇÃO AO EXCEPCIONAL. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.fepe.org.br/>> Acesso em: jun de 2016.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MENINOS E MENINAS DE RUA PROFETA ELIAS Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.4pinheiros.org.br/>> Acesso em: jun de 2016.

FUNDAÇÃO HILDEBRANDO DE ARAÚJO Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.fundacaohildebrando.org.br/>> Acesso em: jun de 2016

FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL (FAS). Curitiba, 2014. Não paginado. Disponível em: <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/>> Acesso em: 19 dez. de 2014.

INSTITUTO AMA. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <www.institutoama.com.br> Acesso em: jan e fev de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em:

<<http://www.transformacaosocial.org.br/site/principal/>> e
 <<http://ibtssocial.blogspot.com.br/>> Acesso em: jan e fev de 2016.

INSTITUTO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.iddeha.org.br/>> Acesso em: jan e fev de 2016.

INSTITUTO MÃE DA MISERICÓRDIA DAS IRMÃS SERVAS DOS POBRES. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://servasdospobres.wix.com/camic#!nossos-projetos>> Acesso em: jan e fev de 2016.

INSTITUTO PALAZZOLO. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <http://www.istitutopalazzolo.it/site/?page_id=2405> Acesso em: jan e fev de 2016.

INSTITUTO PARANAENSE DE CEGOS. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.novoipc.org.br/>> Acesso em: jun de 2016

INSTITUTO SALESIANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.institutosalesianocuritiba.net.br/index.php/pagina.php?id=10>> Acesso em: jan e fev de 2016.

INSTITUTO SEMEANDO A PAZ. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.cepaz.com.br/>> Acesso em: jan e fev de 2016.

JOVENS COM UMA MISSÃO. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://jocumcuritiba.org.br/>> Acesso em: jan e fev de 2016.

LAR BATISTA ESPERANÇA – LBE. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.lbe.org.br/>> Acesso em: jun de 2016

LAR ESCOLA DR. LEOCÁDIO JOSÉ CORREIA. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <http://www.vaquinha.org.br/> Acesso em: jun de 2016

LAR DOS MENINOS DE SÃO LUIZ. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <http://www.larsaoluiz.org.br/?page_id=65> Acesso em: jan e fev de 2016.

LAR FABIANO DE CRISTO. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.lfc.org.br/>> Acesso em: jan e fev de 2016.

LAR NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<https://www.blogger.com/profile/12490668329108090661>> Acesso em: jan e fev de 2016.

LAR O BOM CAMINHO. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://larobomcaminho.org/>> Acesso em: jun de 2016

LIGA PARANAENSE DE COMBATE AO CÂNCER. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: https://erastogaertner.com.br/rede_feminina.php?id=5 Acesso em: jun de 2016.

PEQUENO COTOLENGO DO PARANÁ - DOM ORIONE. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: < <http://www.pequenocotolengo.org.br/>> Acesso em: jun de 2016

PRÓ-RENAL - FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISAS EM ENFERMIDADES RENAS E METABÓLICAS. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.pro-renal.org.br/>> Acesso em: jun de 2016

REDE DE MULHERES NEGRAS DO PARANÁ. [Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.rmnpr.com.br/publico/>>](#) Acesso em: jan e fev de 2016.

REDE ESPERANÇA. Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://redeesperanca.org.br/>> Acesso em: jan e fev de 2016.

VIDA PROMOÇÃO SOCIAL [Curitiba, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.vps.org.br/>>](#) e <<http://www.vidapromocaosocial.org/>> Acesso em: jan e fev de 2016.

APÊNDICE B – LISTA DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DE TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS CIENTÍFICOS – ESTUDO 2

TESES

ALENCAR, Maria do Socorro Silva. *A Saúde da Pessoa idosa na atenção básica: processos, limites e possibilidades no caso do município de Teresina – Piauí*. 2011. Tese (doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal do Maranhão, São Luiz. 2011.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. *Entre a cultura e a política: uma geografia dos “currais” no sertão do Seridó Potiguar*. 2007. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2007.

BALBONI, Mariana Reis. *Por detrás da Inclusão Digital: Uma reflexão sobre o consumo e a produção de informação em centros públicos de acesso à internet no Brasil*. 2007. Tese (doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

BANDEIRA, João Tancredo Sá. *Juventudes, culturas e cidadanias: diálogos em perspectivas numa ONG na periferia de fortalez*. 2010. Tese (doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2010.

BOCHIO, Ieda Maria Siebra. *O voluntariado como valor – perspectiva histórica e percepção de gestores voluntários e contratados de uma organização não governamental Ong AIDS*. 2014. Tese (doutorado em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.

BOFF, Elisa. *Colaboração em ambientes inteligentes de aprendizagem mediada por um agente social probabilístico*. 2008. 163 f. Tese (doutorado em Informática) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

BRANDÃO, Maria de Fátima Ramos. *Um modelo de avaliação de programa de inclusão digital e social*. 2009. Tese (doutorado em Psicologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

CALUNDUNGO, Antonio Joaquim de Assis Zeferino. *Mediação Social em Angola: Relações de interfaces entre ONGs e camponeses na região do planalto central, província do Hambo, município do Caála*. 2013. Tese (doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013.

CAMARA, Guilherme Dornelas. *Os programas sociais de combate à pobreza na Argentina e no Brasil: Uma abordagem da Filosofia da Libertação*. 2014. Tese (doutorado em Serviço Social) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2014.

CAMARGOS, Ana Amélia Mascarenhas. *Institutos de Direito do trabalho aplicados na sustentabilidade do terceiro setor*. 2004. Tese (doutorado em

Direito do Trabalho) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2004.

CHIECHELSKI, Paulo Cesar Santos. *Sistemática de avaliação para a aplicação em municípios que implantaram o Programa Bolsa Família*. 2007. Tese (doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

COSTA, Beatriz Morem da. *Capital social e organizações do Terceiro setor em Porto Alegre*. 2004. Tese (doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2004.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes. *Análise da produção, implementação e avaliação de um modelo de mediação da informação no contexto de uma comunidade urbana*. 2014. Tese (doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2014.

FERREIRA, Arthur Vianna. *Diz-me quem educas, e eu identificarei que educador tu és! As representações de 'educando-pobre' e a formação da identidade profissional do educador social em Ong's caritativas*. 2011. Tese (doutorado em Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2011.

FINKLER, Lirene. *Avaliação de um projeto social para crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias*. 2011. Tese (doutorado em Serviço social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011.

FREITAS, Isaurora Cláudia Martins de. *Destinos (IM) prováveis: Trajetórias de Jovens egressos de uma experiência de arte-educação*. 2006. Tese (doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2006.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. *Jovens e participação: a experiência da Ong Trilha Cidadã*. 2009. Tese (doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

GOMES, Maria do Rosário Corrêa de Salles. *Nacionalização da Política de assistência Social e governos estaduais no Brasil: o caso do estado de São paulo*. 2008. Tese (doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2008.

HEDLER, Helga Cristina. *Meta-avaliação das auditorias de natureza operacional do Tribunal de Contas da União: um estudo sobre auditorias de programas sociais*. 2007. Tese (doutorado em Psicologia do Trabalho) - Universidade de Brasília, Brasília. 2007.

LOPES, Giseli Rabello. *Avaliação e recomendação de colaborações em redes sociais acadêmicas*. 2012. 129 f. Tese (doutorado em Ciências da Computação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012.

MARQUES, Marcelino. *Os novos paradigmas da educação social. Atuação do educador Social em Vila Velha-ES. Limites e possibilidades na Grande Terra Vermelha* 2014. Tese (doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2014.

MEDEIROS, Mara Rosange Acosta de. *Condicionalidades nos programas de transferência de renda: tensão entre direitos e controle dos pobres* 2008. Tese (doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

MELO, Sônia Rebouças da Silva. *Análise de Focalização e sua aplicação para o caso do Programa Bolsa Família*. 2008. Tese (doutorado em Economia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2008.

MENDOSA, Douglas. *Gênese da política de assistência social do governo Lula*. 2012. Tese (doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.

MONIZ, André Luiz Ferreira. *Voluntariado ambiental como síntese dos comportamentos pró-sociais e pró-ambientais: uma abordagem empírica pelo modelo processual*. 2014. Tese (doutorado em Psicologia), Universidade de Brasília, Brasília. 2014.

MOREIRA, Adriana Rochas de Carvalho Fruguli. *Influência das políticas públicas e programas sociais de combate à pobreza no desempenho econômico e social dos municípios selecionados, do estado de Mato Grosso do Sul -2000-10*. 2012. Tese (doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012.

NOZABIELLI, Sônia Regina. *Entre Permanências e mudanças – a gestão Municipal da política de Assistência Social na região de Sorocaba (SP)*. 2008. Tese (doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2008.

NUNES, Charlene Nayana. *Avaliação da eficácia e efetividade do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil a partir da perspectiva dos usuários e agentes*. 2013. Tese (doutorado em Psicologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2013.

OLIVEIRA, Adalberto Luiz Rizzo. *Messianismo Canela: entre o indigenismo de estado e as estratégias do desenvolvimento*. 2006. Tese (doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luiz. 2006.

OLIVEIRA, Suenny Fonsêca de. *Estratégia saúde da família: avaliação das crenças dos profissionais que atuam em municípios rurais paraibanos*. 2010. Tese (doutorado em Psicologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2010.

ORTIZ, Marta Cristina Meirelles. *Voluntariado em hospitais: uma análise institucional da subjetividade*. 2007. Tese (doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

RABELO, Maria Mercedes. *Redistribuição e reconhecimento no programa Bolsa Família: a voz das beneficiárias*. 2011. Tese (doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011.

RAZUK, Monica Ester Struwe. *Ideias, debates, mídia e opinião pública: uma análise das dinâmicas de interação entre atores estatais e não estatais nas disputas acerca das patentes farmacêuticas*. 2008. 231 f. Tese (doutorado em Ciências Políticas) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

ROCHA, Simone Rocha da. *Possibilidades e limites no enfrentamento da vulnerabilidade social juvenil: a experiência do Programa Agente Jovem em Porto Alegre*. 2007. Tese (doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

SILVA, Gerson Heidrich da. *A supervisão como parte do processo de formação continuada do educador social: uma mediação necessária para a construção e desenvolvimento do trabalho socioeducativo*. 2013. Tese (doutorado em Psicologia e Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

SOUZA, Maria das Dores Alves. *A influência do pensamento político-pedagógico freireano na práxis de educadores populares cearenses na década de 1960*. 2014. Tese (doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2014

SOUZA, Maria Cristina de. *A questão da pobreza na percepção de assistentes sociais que trabalham na política de assistência social*. 2009. Tese (doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2009.

SOUZA, Milton Mattos de. *Avaliação de programas sociais: um estudo sobre os efeitos de um programa de educação alimentar visando à melhoria de hábitos alimentares*. 2010. Tese (doutorado em Psicologia) - Universidade de Brasília, Brasília. 2010.

SOUZA, Silvana Aparecida. *Educação, trabalho voluntário e responsabilidade social da empresa: "amigos da escola" e outras formas de participação*. 2008. Tese (doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

TAVARES, Claudia Sampaio. *Os vínculos e a construção de projetos profissionais de jovens inseridos em um programa social*. 2011. Tese (doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

VIEIRA, Vera de Fátima. *Comunicação e feminismo: as possibilidades da era digital*. 2012. Tese (doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.

DISSERTAÇÕES

ALVES, Lilian Knerche. *A avaliação do programa nacional de alimentação escolar no município de Camaragibe – PE*. 2005. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal de Pernambuco Recife 2005.

AQUINO, Marcos Aurélio Gomes de. *Expectativas, adesão e desligamento no trabalho voluntário: estudos de motivos do voluntariado da Fundação Cidade Viva, João Pessoa/PB 2014*. 2015. Dissertação. (Mestrado em Administração e Sociedade) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

ASSUNÇÃO, Geniely Ribeiro da. *A (dês) proteção social da juventude: uma análise à luz da avaliação do Projovem urbano segundo seus usuários no município de João Pessoa - PB*. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2010.

ASTORE, Danuzio. *Diaconia e missão em contexto de periferia: o desfaio da cidadania na comunidade Bico do Urubu*. 2010. Dissertação (Mestrado em Teologia prática) - Escola Superior de Teologia, São Leopoldo. 2010.

BÁEZ-Guimenez, María Sol. *Alianças entre organizações não governamentais e doadores empresariais: casos do Paraguai*. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. *Estado e ONGs no Brasil: acordos e controvérsias a propósito de Direitos Humanos (1994-2002)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2006.

BARBOSA, Juliana Alves. *O Trabalhador socioeducativo no SUAS: reflexões sobre o pensar e o agir dos trabalhadores sociais*. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano: formação, políticas e práticas sociais) - Universidade de Taubaté, Taubaté. 2013.

BASTOS, Clarissa Maria Valgas e. *A participação do usuário no processo de projeto de habitação de interesse social em sistemas autogestionários*. 2001. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2001.

BELGINI, Paula. *Assistência Social: direito ou favor. Um estudo sobre as famílias nos programas sociais da prefeitura de ITATIBA*. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2006.

BELLINATO, Roberta. *Professores visitam as casas de seus alunos: uma experiência interpretada à luz da pedagogia social*. 2012. Dissertação

(Mestrado em Educação - Estado Sociedade e Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.

BENNIS, Frederico Mourão. *O Arquiteto despachante: a participação do arquiteto na produção habitacional de massa*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2008.

BIASE, Maria Clara Mayr de. *Voluntariado nas Entidades sem fins lucrativos. Rede colaborativa para uma saúde pública de qualidade*. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

BIEGER, Juliane Tramontin. *Eficácia na qualificação profissional de jovens e o projovem Urbano: o caso de Toledo-PR*. 2012. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel. 2012.

BIZZO, Vanessa Monteiro. *Infância associada ao tema aborto voluntário em peças jornalísticas publicadas no jornal online da folha de s. Paulo (1997-2005)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2008.

BOCHIO, Ieda Maria Siebra. *Marcos de Desenvolvimento Organizacional da ONG / AIDS – Csa de assistência Filadélfia - CAF*. 2006. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.

BORBA, Patrícia Leme de Oliveira. *Educadores sociais e suas práticas junto a jovens: o cotidiano de Ongs na cidade de Campinas / SP*. 2008. Dissertação (Mestrado em Fundamentos da Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2008.

CAMPALO, Amanda Farias. *Avaliação de programas sociais em organizações não governamentais: um caso de avaliação de impacto*. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2004.

CAPARRÓS, Ricardo Pasin. *A educação ambiental no contexto da formação do agente social da terceira idade como educador*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo. 2006.

CARNEIRO, Juliana Daros. *Desafios da avaliação em um projeto sócio-educativo: assistência social, ONG e escola pública*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas. 2011.

CARVALHO, Fernanda Cordeiro de. *Educação e estudos de usuários em bibliotecas universitárias brasileiras: abordagem centrada nas competências*

em informação. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília. 2008.

CHEQUER, Jamile Larias. *Das ONGs/ Aids ao movimento social travesti. Interação Estado-sociedade, dinâmicas complexas e identidades em construção.* 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.

CIRINO, Douglas Soares. *Agentes Sociais e Políticas Públicas Habitacionais em Muriaé.* 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.

COELHO, Caio Fernando Flores. *A dívida de si: Estudo etnográfico sobre movimento escoteiro.* 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013.

CORRÊA, Juliana de Melo. *Inglês escola (a)fora: representações do professor, aluno e língua estrangeira em uma ONG para o ensino de língua inglesa.* 2010. Dissertação (Mestrado em Letras Modernas) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

COSTA, Adriano Henrique Caetano. *HSH: Políticas públicas de prevenção a DST's Ainda para uma população anônima.* 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2011.

COSTA, Gizelda Morato. *As Ongs no sistema penitenciário do estado de São Paulo: Protagonistas constitutivas de novos modelos prisionais ou reprodutoras dos modelos tradicionais?* 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2006.

CUNHA, Nubia Maria Dias da. *O trabalho voluntário e a responsabilidade social empresarial: a expropriação do tempo livre como uma estratégia de envolvimento cooptado do trabalhador.* 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luiz. 2007.

CUSTODIO, Marta Battaglia. *A caracterização da demanda do banco de alimentos municipal de São Paulo. A exclusão social e a procura por alimentos doados institucionalmente.* 2004. Dissertação (Mestrado em Nutrição Humana Aplicada) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004.

DIETZ, Karin Gerlach. *Educadores sociais que atuam no contraturno escolar junto a crianças e adolescentes: os sentidos e significados atribuídos a sua atividade.* 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2013.

D'OLIVEIRA, Thiago Cantarim. *Aplicação da taxonomia dos objetivos educacionais a partir do uso dos registros do AVA Moodle. Um estudo de caso de cursos realizados para ONGs pelo projeto Prêmio Itaú Unicef.* 2012. Dissertação (Mestrado em Tecnologia da Inteligência e Design Digital) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2012.

ESPESCHIT, Ester Rodrigues. *Estrutura de oportunidades e ativos: a redução da vulnerabilidade social em famílias beneficiárias do programa bolsa família*. 2008. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte. 2008.

FEIJÓ, Daniela Santana. *Empoderamento e ONG: Limites e possibilidades*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2006.

FERRARI, Rachele da Silva. *Voluntariado: Uma dimensão ética*. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2008.

FIGUEIREDO, Nara Cristina Macedo de. *Interfaces do trabalho voluntário na Aposentadoria*. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005.

FORELL, Leandro. *Trabalho Voluntário em Projetos sociais esportivos: uma análise a partir do Programa Escola Aberta de novo Hamburgo / RS*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

FRAIA, Mary Nise. *Políticas Sociais em Goiás (1995-2002): os programas cesta básica de alimentos e renda mínima*. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2005

FREITAS, Ion de. *As relações entre suporte social e balanço emocional*. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) - Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo. 2009.

FREITAS, Lucia Helena Walendy de. *Otimismo, suporte social e valores do trabalho como antecedentes de bem estar subjetivo de trabalhadores*. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) - Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo. 2009.

FREITAS, Mayara de. *A escola eo Bairro entre o público e o privado: um estudo da concepção do programa de gestão comunitária da Associação Cidade Escola Aprendiz*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2013.

GARBELINI, Priscilla Pedroso. *Trabalho infantil como violação de direitos da criança e do adolescente: dados do trabalho precoce em Ponta Grossa - Pr*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. 2011.

GARCIA, Marlene Adame. *Um Estudo sobre a cidadania no programa Bolsa - trabalho*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo. 2005.

GELLERTH Cassia Maria. *O outro lado da saúde – Abrace seu bairro*. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2012.

GERIN, Aparecida Cléia. *Leitura teórica e prática do Projeto Amigos da Escola: perscrutando o agir solidário*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Brasília, Brasília. 2007.

GONÇALVES. Camila Gastelumendi. *Concepções de pobreza e voluntariado entre voluntários e voluntárias de Florianópolis*. 2014. Dissertação (mestrado em Psicologia). Universidade Federal da Santa Catarina. Florianópolis. 2014

GONÇALVES, Elinalda José. *SUAS: O desafio da intersectorialidade na PNAS*. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2012.

GRANCONATO, Marcio Mendes. *Os serviços voluntários e religiosos como excludentes da relação de emprego*. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito das relações sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2006.

GUEDES, Bruna Fenocchi. *Psicologia clínica e responsabilidade social empresarial: compartilhando ideias e práticas*. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas. 2004.

GUIMARÃES, Maikio Barreto. *Corrupção, política econômica e programas sociais na construção do discurso de oposição do PSDB ao governo Lula*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Políticas) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012.

HOPPEN, Sara Regina. *O voluntariado e a fé cristã juvenil: observação sobre avanços e retrocessos a partir de casos pesquisados no colégio Frederico Jorge Logemann em horizontina RS*. 2007. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Escola Superior de Teologia, São Leopoldo. 2007.

INGLESI, Ana Shitara. *A leitura nas Ongs e inter-relações com a escola pública: um estudo de caso*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

JANTKE, Regina Vazquez Del Rio. *Educador Social: formação e prática*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2012.

JORGE, Denise Batista Pereira. *Adolescentes vulneráveis ou vulnerabilizados? Sentidos e usos do termo vulnerabilidade na perspectiva dos agentes sociais do município de Jacareí (SP)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

KARTOKLI, Ana Paula Balbueno. *Cidadania: (re) pensando a práxis dos profissionais de um programa de atendimento às famílias em fase de aquisição*. 2005. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí. 2005.

LAMEIRÃO, Adriana Paz. *A autonomia municipal na implementação do Programa Bolsa Família*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013.

LEMOS, Samuel Lázaro Luz. *Motivação para expectativa, entrada, permanência e saída. Um estudo longitudinal no voluntariado da Fundação Cidade Viva*. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração e Sociedade). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2016.

LIBANORI, Guilherme Andolfatto. *A família vai à escola: as concepções de justiça social, cidadania e parcerias comunitárias como estratégias conservadoras de poder em cinco programas da secretaria de Estado da Educação de São Paulo*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2011.

LIMA, Aline Aparecida Silva. *CRAS: Expressão Real da Política Nacional de assistência Social de 2004*. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2012.

LIMA, Luiz Edgar Araújo. *Organização do Trabalho no 3º setor em Santana do Livramento*. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2001.

LIMA, Marco Antonio Granjeiro. *A inclusão sócio-educacional de crianças e jovens com deficiência visual e a participação da ONG Instituto dos cegos da paraíba*. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2010.

LOPES, Fernando Lima. *Avaliação do programa de merenda escolar no município de Aracoíaba*. 2013. Dissertação (Mestrado em Saúde Materno-infantil) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. 2013.

LOSEKANN, Cristiana. *Espaços de participação política: um estudo da APAE*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005.

MAGALHÃES, Cibelle aparecida Cota. *Câncer: Repercussões na Família e a Humanização em uma casa de apoio na perspectiva dos cuidadores*. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2011.

MANSKE, George Saliba. *Um currículo para a produção de lideranças juvenis na associação cristã de moços de POA*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2006.

MARANHÃO, Cesar Henrique Miranda Coelho. *Crise do Capitalismo, Recomposição da Superpopulação Relativa e os programas de Assistência social: uma reflexão crítica sobre os determinantes e estratégias de combate à pobreza*. 2004. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2004.

MARTINS, Bibiana Volkmer. *A presença da ONG cidade para a construção de um planejamento urbano democrático em POA*. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011.

MARTINS, Carlos Alberto. *Avaliação de desempenho econômico das entidades assistenciais: um estudo do valor agregado às suas ações*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo. 2008.

MARTINS, Ronaldo Pereira. *As trocas informacionais e a produção de conhecimento: Um estudo sobre as interações no ambiente das ONG's*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2007.

MATOS, Marcia Melo de. *Egressos de Inclusão Digital: Estudo avaliativo*. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Avaliação Educacional) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2006.

MATSUDA, Cláudia Hayashi. *Estudo da Satisfação dos Voluntários Engajados em Entidades com área de atuação diversa, na cidade de POA*. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2002.

MENDES, Aline Cristina. *A circulação da dívida no 3º setor: estudo de caso da ONG Operação Mobilização*. 2008. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) - Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo. 2008.

MENDES, Roseana. *O que é lazer? Uma análise de pleitos de Minas Gerais do programa Esporte e Lazer da cidade em 2007*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2009.

MIRANDA, Aline Barbosa de. *As novas configurações do estado sob as influências do 3º setor na contemporaneidade: um estudo sobre o papel do voluntariado no âmbito empresarial e escolar*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2008.

MORAIS, Thais de Freitas. *Redistribuição e reconhecimento: o caso das políticas sociais nos municípios de Natal e Belo Horizonte*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2010.

MORAIS, Veronaldo de Lucena. *A contribuição das Ongs no âmbito da saúde: o caso das mulheres mastectomizadas na cidade de João Pessoa - PB*. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2010.

MOREIRA, Isabel Martins Moreira. *O algodão Sem Veneno do Assentamento Queimadas, na Paraíba: Agentes Sociais, alinhamento em rede, produção e comercialização*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2012.

MURURE, Aníbal Fabião. *HSH e participação em ONGs em BH entre 2007. e 2009*. 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011.

NASCIMENTO, Cláudia Maria do. *Capital Social e trabalho voluntário: Um estudo sobre a pastoral da criança de Santos / SP*. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2008.

NÓBREGA, Jociara Alves. *Tecendo vivências e sentidos do câncer infantil: Família, doença e redes de apoio social em Natal - RN*. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2011.

NOGUEIRA, Maria Silvia Gomes. *Tecendo fios entre o discurso e a prática: o significado de ONG para seus profissionais*. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2005.

OLINDA, Sahmaroni Rodrigues de. *Abrigo ou de como abrigar e obrigar brincam de amarelinha nas relações entre educadores (a)s sociais e meninas em um abrigo em fortaleza*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2011.

OLIVEIRA JUNIOR, Ricardo Cesar Gadelha de. *Doação e trabalho voluntário dos torcedores no Futebol cearense: o caso do movimento independentes da torcida tricolor*. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2012.

OLIVEIRA, Ana Carolina de. *Estratégias de comunicação do benefício de prestação continuada (BPC). O caso de Belo Horizonte*. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho - Fundação João Pinheiro Belo Horizonte 2013.

PEREIRA, Camila Claudiano Quina. *Sobre novas tecnologias de gestão que se articulam a repertórios históricos: um estudo sobre o trabalho voluntário na área da saúde*. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2010.

PEREIRA, Vinícius Tonollier. *A psicologia no mundo da vida: Representações sociais sobre os usuários do CRAS*. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013.

PINHEIRO, Leandro Rogério. *Gestão de voluntários, ações em rede: análise de 2 casos em POA*. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2002.

PINHEIRO, Leandro Rogério. *Gestão de Voluntários, Ações em Rede: Análise de 2 casos em POA*. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2002.

PIRES, Catharina Eugênia Gonzaga. *O relacionamento entre estado e ONGS – a formulação e aprovação da Lei das Oscips (organizações da Sociedade Civil de Interesse Público)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília. 2006.

PORTINHO, Míriam Rose Tolentino Pinho. *Trabalho Voluntário: Fatores de sucesso em uma instituição filantrópica*. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. 2006.

PRINCEPE, Lisandra Marisa. *Necessidades Formativas de educadores que atuam em projetos de educação não formal*. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2010.

QUEIROZ, Ana Maria Cassu. *ONG religiosa: Agente de transformação social?* 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. 2013.

RAMIRES, Gislaine Aparecida da Silva. *O programa bolsa família e a intersetorialidade: a experiência de Umuarama*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Sociais Aplicados) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2012.

RAMOS, Marcos Fadanelli. *Racionalidade nas organizações do terceiro setor: tensões e implicações para a avaliação de programas sociais*. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília. 2006.

RAMOS, Sheila Patrícia. *Voluntariado em organizações hospitalares: diferentes visões de gestão*. 2015. Dissertação. (Mestrado em Administração) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau. 2015.

RANGEL, Elisete de Fátima. *A implementação e implantação dos CRAS – em São José dos Campos: um estudo do CRAS – Eugênio de Melo*. 2009.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2009.

REINHARDT, Rosemari Dorigon. *A dimensão comunitária da escola construção de parcerias entre a escola e a comunidade*. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia Educacional) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2003.

REIS, Denise maestri. *Avaliação de projetos sociais: um estudo na ONG “ação Social Arquidiocesana” de Florianópolis – Santa Catarina*. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí. 2009.

RIOS JUNIOR, Ademir Vilaronga. *A crítica do fenômeno das ONGS no Brasil: uma análise da atuação na política social de proteção à criança e ao adolescente em Recife*. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2013.

ROCHA, Miriam Aparecida. *Impacto dos programas sociais brasileiros sobre a pobreza, a desigualdade e o desenvolvimento*. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito Público) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2011.

RODRIGUES, Francisco Antonio Alves. *Instituto Coração de Estudante: educação e mudanças sociais, políticas e culturais em comunidades rurais em Pentecoste - Ceará*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2007.

ROSA, Eliane Aparecida Machado. *Sistematização das atividades do voluntariado num hospital público de ensino: o olhar da enfermagem*. 2014. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2014.

RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. *Do incômodo à ação beneficente e da indignação à ação contestatária: estudo sobre condições e mecanismos de engajamento nas Tribos nas Trilhas da Cidadania e no Levante Popular da Juventude*. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012.

RYAN, Silvia Laura. *Lógicas de engajamento de produtores familiares em propostas de desenvolvimento: a implementação do programa social agropecuário em Pampa de Achala, Cordoba, Ar.* 2003. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre 2003.

SAAVEDRA, Lina Paola Rubio. *A construção da cidadania e defesa dos direitos da população em situação de vulnerabilidade social: a mediação social de uma ONG local numa zona da periferia de POA*. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013.

SANTANA, Maria Angélica. *Ética Solidária: Um estudo da ação religiosa e ética da Liga das senhoras católicas de São Paulo, nos princípios de Emmanuel Evinas*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2007.

SANTOS, Pedro Pereira dos. *Educador Social: análise das representações sociais sobre a criança e o adolescente em situação de rua*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2007.

SANTOS, Reinaldo Saback. *Uma Análise estratégica da gestão pública da Pref mun de Salvador: um estudo da área de assistência social no ano de 2006*. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Salvador, Salvador. 2009.

SARUBBI, Fabíola Maciel. *Os saberes necessários aos voluntários de Org do 3º setor atuantes na área da saúde – HIV/ AIDS*. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. 2008.

SCHIBELSKI, Simoni Michele de Oliveira. *A abordagem do tema família nas políticas sociais de educação, saúde e assistência social*. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2009.

SILVA, Alissandra Calderaro Soares da. *Desenvolvimento Humano: a identidade do psicólogo que atua junto a famílias em contexto de vulnerabilidade social* 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano: formação, políticas e práticas sociais) - Universidade de Taubaté, Taubaté. 2012.

SILVA, Daniel Monteiro da. *ONG's e escolas públicas básicas: os pontos de vista de docentes e "educadores (as) sociais"*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia da Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

SILVA, Gerson Heidrich da. *A construção de identidade do educador Social na sua prática cotidiana: a pluralidade de um sujeito singular*. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

SILVA, Giselle Alves. *O papel sócio-empresendedors da ONG sodireitos em defesa dos direitos sexuais e migratórios na amazônia*. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração e Gestão Organizacional) - Universidade Federal do Pará, Belém. 2010.

SILVA, Ivonete da. *A presença/ ausência da cobertura à população rural pelo SUAS: os casos das cidades de Londrina/PR e do Vale do Paraíba /SP*. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2008.

SILVA – JUNIOR. Carlos Augusto da. *Fundação Dom José Maria Pires: uma experiência de Educação Popular – Serra Redonda – PB*. 2014. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2014.

SOARES, Luísa de Azevedo Senra. *A oferta de trabalho voluntário no Brasil*. 2014. Dissertação. (Mestrado em Economia, Administração e Contabilidade). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

SOARES, Polliana Galvão. *Psicologia Escolar e o desenvolvimento adulto: um estudo sobre o perfil de educadoras sociais em uma ONG de São Luís / Ma*. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de Brasília, Brasília. 2008.

SOUZA, Cássia Regina Melo de. *Políticas públicas e o adolescente infrator – os desafios da liberdade assistida: educação, profissionalização e mercado de trabalho*. 2006. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes. 2006.

SOUZA, Luccas Melo de. *Trabalho voluntário, saúde e qualidade de vida em idosos*. 2007. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

SOUZA, Maria das Graças de. *Contribuições de um programa educativo de uma ONG para a prática da educação ambiental na conservação da biodiversidade*. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2005.

SOUZA, Rildo Feitosa de. *Modelo de avaliação de resultados para programas sociais: uma aplicação do MCDAR no PETI no Município dos Bezerros - PE*. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2006.

STOLZ, Eva Maria. *Strategic alliances between companies and non-governmental Organizations pursuing the creation of shared value: an Exploratory study at the base of the pyramid in Brazil*, 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 2014.

STORT, Daniela Ribeiro. *Terceiro setor, Educação e Juventude: Um estudo sobre as práticas da Instituição de Incentivo à Criança e ao adolescente (ICA) de Mogi Mirim - SP*. 2007. Dissertação (Mestrado em Fundamentos da Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2007.

TSUGUMI, Neide Yoko. *Inclusão social no mercado de trabalho*. 2006. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) - Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo. 2006.

VAZ, Ana Luiza de Lyra. *Mutirão habitacional autogestionário: experiência do CAAP – Grande São Paulo – 1980-1990*. 2000. Dissertação (Mestrado em

Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2000.

VIANA, Vanêssa Andréa. *Aprendizagem Transformadora e social entre indivíduos que exercem atividades voluntárias*. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração de empresas) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. 2013.

VIEIRA, Patricia Fernanda da silva pereira. *Valoração econômica das unidades de conservação da serra de são José, Mg: abordagem da disposição ao trabalho voluntário*. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2009.

XIMENES, Marcia Maria. *“Aqui, tudo se cria, nada se copia”. Um estudo etnográfico da Ong Fundação Casa Grande e a Formação cultural de jovens moradores de nova Olinda - CE*. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2014.

ZANCANELLA, Jania Cosme. *Avaliação do processo de implementação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado em MG, na percepção dos dirigentes das instituições habilitadas*. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2008.

ARTIGOS CIENTÍFICOS

ALBANO, Ana Angélica. Arte e pedagogia: além dos territórios demarcados. **Cad. CEDES**, Campinas , v. 30, n. 80, p. 26-29, abr. 2010

ANANIAS, Mauricéia. Propostas de educação popular em Campinas: "as aulas noturnas". **Cad. CEDES**, Campinas , v. 20, n. 51, p. 66-77, nov. 2000

ANJOS, Gabriele dos. Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. **Cad. Pagu**, Campinas , n. 31, p. 509-534, dez. 2008

ARAUJO, Cláudio Márcio de; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. Significações sobre desenvolvimento humano e adolescência em um projeto socioeducativo. **Educ. rev.**, Belo Horizonte , v. 26, n. 3, p. 169-193, Dec. 2010

ARCE, Alessandra. O MOBRL e a educação de crianças menores de seis anos durante o regime militar: em defesa do trabalho voluntário!. **Cad. CEDES**, Campinas , v. 28, n. 76, p. 379-403, dez. 2008

ASSUMPCAO, Jairo José; CAMPOS, Lucila Maria de Souza. Avaliação de projetos sociais em ONGs da Grande Florianópolis: um estudo sobre modelos relacionados ao foco de atuação. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 45, n. 1, p. 209-242, Fev. 2011

BACHA, Stella Maris Cortez. Projeto Bela Aliança: Educação e saúde integradas num projeto social da área rural. **Rev CEFAC**, São Paulo, v.6, n.4, 446-55, out-dez, 2004

BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt; RIBEIRO, Elisa Maria Barbosa de Amorim; (2011). Redes sociais interorganizacionais na efetivação de projetos sociais. **Psicologia & Sociedade**, Maio-Agosto, 282-292, 2011.

BAZON, Marina Rezende; BIAZOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. A Transformação de monitores em educadores: Uma Questão de Desenvolvimento. **Psicol. Reflexo. Crit.** , Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 199-204, 2000.

BARRETO, Raquel de Oliveira; PAULA, Ana Paula Paes de. "Rio da Vida Coletivo": empoderamento, emancipação e práxis. **Rev. Adm. Pública** , Rio de Janeiro, v. 48, n.1, p. 111-130, fevereiro de 2014

BENELLI, Sílvio José; COSTA-ROSA, Abílio da. Dispositivos Institucionais filantrópicos e socioeducativos de Atenção à infância na Assistência social. **Estud. psicol.**(Campinas) , Campinas, v. 30, n. 2, p. 283-301, Junho de 2013

BENELLI, Silvio José; COSTA-ROSA, Abílio da. Paradigmas diversos no campo da assistência social e seus estabelecimentos assistenciais típicos . **Psicologia USP**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 609-660 , dec. 2012.

BERNSTEIN, Basil. A pedagogização do conhecimento: estudos sobre recontextualização. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , n. 120, p. 75-110, nov. 2003 .

BIRMAN, Patricia. Cruzadas pela paz: práticas religiosas e projetos seculares relacionados à questão da violência no Rio de Janeiro. **Relig. soc.**, Rio de Janeiro , v. 32, n. 1, p. 209-226, 2012

CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. Viver, aprender e trabalhar: habitus e socialização de crianças em uma comunidade de pescadores da Amazônia. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém , v. 6, n. 1, p. 165-177, abr. 2011 .

CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de; BATISTA, Antônio Augusto Gomes; ALVES, Luciana. A escola e famílias de territórios metropolitanos de alta vulnerabilidade social: práticas educativas de mães "protagonistas". **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 56, p. 123-139, mar. 2014

CAVALCANTE, Carlos Eduardo; SOUZA, WASHINGTON JOSÉ DE; MOL, Anderson Luiz Rezende. Motivação de Voluntários: Proposição de um modelo teórico. **RAM, Rev. Adm Mackenzie.**, São Paulo, v 16, n.. 1, p. 124-156, fevereiro de 2015

CONCEIÇÃO, Carlos Sérgio R. da e PALHARES, Leandro R. Refletindo sobre Projetos Esportivos Sociais e a Capoeira. **Licere**, Belo Horizonte, v.17, n.4, dez/2014

COSTA, Eduardo Antonio de Pontes; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Memórias e narrativas tecidas em uma experiência extensionista. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro , v. 24, n. 3, p. 667-678, Dec. 2012

COSTA, Janaina Moutinho. Orientação profissional: um outro olhar. **Psicol. USP**, São Paulo , v. 18, n. 4, p. 79-87, dez. 2007 .

COSTA, Marisa Vorraber; MOMO, Mariangela. Sobre a "conveniência" da escola. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 14, n. 42, p. 521-533, dez. 2009 .

CUNHA, Alda Maria Borges; RODRIGUES, Maria Emilia de C.; MACHADO, Maria Margarida. Alfabetização de jovens e adultos: política pública e movimento popular. **Cad. CEDES**, Campinas , v. 27, n. 71, p. 19-38, abr. 2007

DADICO, Luciana; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Atuação do Psicólogo em Organizações NÃO Governamentais na área da Educação. **Psicol. Cienc. prof.** , Brasília, v. 30, n. 1, p. 114-131, 2010.

DARON, Vanderléia Laodete Pulga. A dimensão educativa da luta por saúde no Movimento de Mulheres Camponesas e os desafios político-pedagógicos para a educação popular em saúde. **Cad. CEDES**, Campinas , v. 29, n. 79, p. 387-399, Dec. 2009

DULLO, Eduardo. Uma pedagogia da exemplaridade:. Uma Dádiva Cristã Como gratuidade. **Relig. soc.** , Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 105-129, 2011.

EIDELWEIN, Karen. A Psicologia em Projetos Sociais de Educação e Trabalho. **Psicol.Soc.** , Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 62-66, Dezembro de 2005.

FEIJO, Marianne Ramos; MACEDO, Rosa Maria Stefanini de. Família e projetos sociais voltados para jovens: impacto e participação. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas , v. 29, n. 2, p. 193-202, jun. 2012

FELICIO, Helena Maria dos Santos. A instituição formal e a não formal na construção do currículo de uma escola de tempo integral. **Educ. rev.**, Belo Horizonte , v. 27, n. 3, p. 163-182, Dec. 2011 .

FERNANDES, Ângela Maria Dias et al . Cidadania, trabalho e criação: exercitando um olhar sobre projetos sociais. **Rev. Dep. Psicol.,UFF**, Niterói , v. 18, n. 2, p. 125-142, Dez. 2006

FERREIRA, Maria Inês Caetano. Educadores e a implementação de diretrizes contra desigualdades: o caso do ProJovem Urbano. **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 39, n. 1, p. 161-175, Mar. 2013 .

FONTES, Breno Augusto Souto Maior; EICHNER, Klaus. Sobre a estruturação de redes sociais em Associações voluntárias: Estudo empírico de Organizações Não-Governamentais da Cidade do Recife. **Soc. estado.** , Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 187-221, dezembro de 2001

FREITAS, Isaurora Cláudia Martins de. Escola e Organização Não Governamental: educação formal e não formal de jovens da periferia de Fortaleza. **Cad. CRH**, Salvador , v. 20, n. 49, p. 77-94, abr. 2007

FUHRMANN, Nadia; PAULO, Fernanda dos Santos. A Formação de Educadores na Educação pública não formal. **Educ. Soc.** , Campinas, v. 35, n. 127, p. 551-566, junho de 2014

FURLAN, Vinicius; Pelissari, Maria Aparecida. Psicologia e Os Contextos sócio-político-cultural e das Políticas Sociais no Século XXI. **Psicol. Cienc. prof.** , Brasília, v. 33, n. spe, p. 24-31, 2013

FUTTEMA, Célia et al. A emergência e os resultados da acção colectiva: Uma abordagem institucional e ecossistema **Ambient. soc.**, Campinas, n. 10, p. 107-127, Junho de 2002.

GHANEM, Elie. Como ONGs ea Responsabilidade governamental com uma escola básica no Brasil. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 51-65, agosto de 2012

GRIMM, Isabel Jurema et al. Interdisciplinarity and educational practices in eco-development: analysis of the experience of the Rio Sagrado micro-watershed - Morretes/PR. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 115-134, mar. 2015

HECKTHEUER, Luiz Felipe Alcântara; SILVA, Méri Rosane Santos da Silva. Projetos Sociais Esportivos: Vulnerabilização e Governo. **Movimento**. Porto Alegre, v. 17, n. 03, p. 115-132, jul/set de 2011.

HEROLD JUNIOR, Carlos. A educação corporal no Paraná através do Movimento Escoteiro em Guarapuava (1927-1936). **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 123-150, agosto de 2011

INGLESI, Ana Shitara; SEMEGHINI-SIQUEIRA, Idméia. A leitura nas organizações não governamentais e inter-relações com a escola pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.2, p. 321-338, mai./ago. 2011.

IRIART, Mirela Figueiredo; BASTOS, Ana Cecília de Sousa. Identidades narrativas: construindo sentidos na travessia da juventude. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 71-88, Apr. 2014.

JULIANO, Maria Cristina Carvalho; YUNES, Maria Angela Mattar. Reflexões Sobre a Rede de Apoio Social Como Mecanismo de Proteção e Promoção de resiliência. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 135-154, setembro de 2014.

LACAZ, Alessandra Speranza; LIMA, Silvana Mendes; HECKERT, Ana Lúcia Coelho. Juventudes Periféricas: ARTE E RESISTENCIAS NO Contemporaneo **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 58-67, abril de 2015.

LIRA, Joseneide Barbosa de; DIMENSTEIN, Magda. Adolescentes avaliando um projeto social em uma unidade básica de saúde. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 37-45, abr. 2004.

LARANJEIRA, Denise Helena P.; TEIXEIRA, Ana M.F.; BOURDON, Sylvain. Juventude, trabalho, educação: os jovens são o futuro do Brasil?. **Cad. CRH**, Salvador, v. 20, n. 49, p. 95-105, abr. 2007

LARANJEIRA, Denise Helena P.; TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. Vida de jovens: educação não formal e inserção socioprofissional no subúrbio. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 13, n. 37, p. 22-34, abr. 2008

LEAO, Geraldo; CARRANO, Paulo César Rodrigues. O jovem Milton: a individuação entre a igreja e a educação social. **Educ. Real.**, Porto Alegre , v. 38, n. 3, p. 895-914, Set. 2013

LEONARDI, Gilson. A atuação da psicopedagogia no terceiro setor: Em busca de um espaço amplo de ação em resgate da cidadania. **Constr. psicopedag.**, São Paulo , v. 13, n. 10, 2005 .

LOUREIRO, Armando. As organizações não-governamentais de desenvolvimento local e a sua prática educativa de adultos: uma análise no norte de Portugal. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 13, n. 38, p. 221-238, ago. 2008

MACHADO, Paula Xavier et al. O Impacto de Um Projeto de Educação Cabelo Esporte nenhuma infantil Desenvolvimento. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)** , Campinas, v. 11, n. 1, p.51-62, junho de 2007

MAHEIRIE, Kátia et al. Imaginação e Processos de Criação na Perspectiva histórico-cultural: Análise de Uma Experiência **Estud. psicol. (Campinas)** , Campinas, v. 32, n.1, p. 49-61, março de 2015

MAUÉS, Raymundo Herald. Comunidades "não SENTIDO SOCIAL DA Evangelização": CEBs, camponeses e quilombolas na Amazônia Oriental Brasileira. **Relig. soc.** , Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 13-37, 2010.

MAZZOTTA, Maria do Carmo Eunice. Sociodrama, juventude e inserção social. **Rev. bras. psicodrama**, São Paulo , v. 18, n. 2, p. 27-41, 2010

MELLO, André da S., VOTRE, Sebastião J. e LOVISOLO, Hugo R. Lovisolo. Evasão e Permanência no Projeto Esporte Cidadão. **Licere**, Belo Horizonte, v.14, n.1, p.1- 18 mar/2011

MOITINHO, Lilian Santos Lopes; CASTRO-SILVA Carlos Roberto de . Aspectos psicossociais de uma intervenção comunitária na periferia de São Paulo. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, 15(1), 92-104. São Paulo, SP, jan.-abr. 2013.

NEIVA, Kathia Maria Costa; DE ABREU, Mônica Martins; RIBAS, Tatiana Pereira. Adolescência: facilitando a aceitação do novo esquema corporal e das novas formas de pensamento. **Psic**, São Paulo , v. 5, n. 2, p. 56-64, dez. 2004 .

OLIVEIRA, Anna Cynthia; HADDAD, Sérgio. As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , n. 112, p. 61-83, mar. 2001

OLIVEIRA, Maria Waldenez de. Pesquisa e trabalho profissional como espaços e processos de humanização e de comunhão criadora. **Cad. CEDES**, Campinas , v. 29, n. 79, p. 309-321, dez. 2009 .

PINHEIRO, José Olenilson Costa; DARNET, Laura Angélica Ferreira. Comunidades tradicionais em áreas litorâneas da Amazônia: estudo sobre desenvolvimento local em Vila Mota, Pará, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém , v. 9, n. 1, p. 145-162, Apr. 2014 .

PINHEIRO, Leandro Rogério. Formação de educadores e contexto de Trabalho:. Contribuições da Investigação-Ação Às Práticas educativas-assistenciais **Educ.Pesqui.** , São Paulo, v. 33, n. 2, p. 233-246, agosto de 2007.

PINHEIRO, Francisco Pablo; COLACO, Veriana Rodrigues. Dramatizações e psicologia comunitária: um estudo de processos de mediação simbólica. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 62, n. 2, p. 78-90, 2010

RABINOVICH, Elaine Pedreira; BASTOS, Ana Cecília de Sousa. Famílias e projetos sociais: analisando essa relação no caso de um quilombo em São Paulo. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 12, n. 1, p. 3-11, Apr. 2007

ROSEMBERG, Fúlvia. Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , n. 16, p. 19-26, abr. 2001 .

RUSSO, Kelly. Parceria Entre ONGs e Escolas Públicas: Alguns Dados para Reflexão **Cad. Pesqui.** , São Paulo, v. 43, n. 149, p. 614-641, agosto de 2013

SANTOS, Ana Maria Marques; Deluiz, Neise. Economia Popular e Educação: Percursos de Uma cooperativa de Reciclagem de lixo no Rio de Janeiro. **Trab. educ.Saúde** , Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 329-353, outubro de 2009

SANTOS, Mirela Figueiredo; BASTOS, Ana Cecília de Sousa. Padrões de Interação Entre adolescentes e educadores num Espaço institucional:. Resignificando Trajetórias de Risco **Psicol. Reflexo. Crit.** , Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 45-52, 2002.

SILVA, Antonio Waldimir Leopoldino da; STEIL, Andrea Valéria; SELIG, Paulo Maurício. Aprendizagem em organizações como resultado de processos de avaliação ambiental. **Ambient. soc.**, São Paulo , v. 16, n. 2, p. 129-152, Jun 2013

SILVA, Fábio Silvestre da. Projetos sociais em discussão na psicologia do esporte. **Rev. bras. psicol. esporte**, São Paulo , v. 1, n. 1, p. 01-12, dez. 2007

SILVA, Gerson Heidrich da. Educador Social: Uma Identidade A Caminho da profissionalização ?. **Educ. Pesqui.** , São Paulo, v. 35, n. 3, p. 479-493, dezembro de 2009.

SILVA, Márcia Cristina Araújo Lustosa; CRUZ, Valmira Maria de Amariz Coelho; SILVA, Frederico Fonseca da. A aprendizagem significativa uma interface com protagonismo juvenil: numa perspectiva socioafetiva. **Rev. psicopedag.**, São Paulo , v. 30, n. 91, p. 12-20, 2013 .

SILVA, Ronalda Barreto. Educação comunitária: além do estado e do mercado?. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , n. 112, p. 85-97, mar. 2001 .

SILVA, Talita Fernanda da; NAKANO, Tatiana de Cássia. Avaliação do nível da criatividade figural infantil em diferentes contextos de educação. **Psicol. educ.**, São Paulo , n. 36, p. 67-81, jun. 2013

SILVEIRA, Juliano. Considerações sobre o esporte e o Lazer. Entre direitos sociais e projetos sociais. **Licere**, Belo Horizonte, v.16, n.1,p.1-22 mar. 2013

SOUZA, Doralice Lange de; CASTRO, Suélen Barboza Eiras de; VIALICH, Andrea Leal. Barreiras e facilitadores para a participação de crianças e adolescentes em um projeto socioesportivo. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Porto Alegre , v. 34, n. 3, p. 761-774, Set. 2012

STIGGER, Marco Paulo, THOMASSIM, Luis Eduardo. Entre o “serve” e o “significa”: uma análise sobre expectativas atribuídas ao esporte em projetos sociais. **Licere**, Belo Horizonte, v.16, n.2, jun/2013

STRECK, Danilo R.. Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 15, n. 44, p. 300-310, ago. 2010 .

TOMMASI, Livia De. Tubarões e peixinhos:. Histórias de Jovens protagonistas **Educ.Pesqui.** , São Paulo, v. 40, n. 2, p. 533-548, junho de 2014

TAVARES, Gilead Marchezi et al. A Produção de Meninos de Projeto e acontecimentos no Percurso. **Psicol. Soc.** , Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 94-102, abril de 2011

TOTH, Mariann; MERTENS, Frédéric; MAKIUCHI, Maria de Fátima Rodrigues. Novos espaços de participação social no contexto do desenvolvimento

sustentável: as contribuições da Educomunicação. **Ambient. soc.**, São Paulo , v. 15, n. 2, p. 113-132, Aug. 2012 .

URNAU, Lílian Caroline; ZANELLA, Andréa Vieira. Quatro jovens, um projeto social: espaços de (des)encontros. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 61, n. 1, p. 84-94, abr. 2009

VASCONCELOS, Eymard Mourão. Espiritualidade na Educação Popular em Saúde. **Cad. CEDES** , Campinas, v. 29, n. 79, p. 323-333, dezembro de 2009.

VIOLA, Gisele et al. Pedagogia do esporte e autonomia: um estudo em projeto social de educação não formal. **Pensar a Prática**, [S.l.], v. 14, n. 3, dez. 2011.

YASSUDA, Mônica Sanches; SILVA, Henrique Salmazo da. Participação em Programas Para uma Terceira Idade: Impacto Sobre a cognição, humor e Satisfação com a vida. **Estud. psicol.** (Campinas) , Campinas, v. 27, n. 2, p. 207-214, junho de 2010.

ZUCCHETTI, Dinora Tereza; MOURA, Eliana Perez Gonçalves de; MENEZES, Magali Mendes de. A artesanaria de um fazer a prática do trabalho de educadores. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 59, p. 967-985, dez. 2014

ZUCCHETTI, Dinorá Tereza; MOURA, Eliana Perez Gonçalves de. Práticas socioeducativas e Formação de educadores: Novos Desafios no campo social. **Ensaio: Aval.pol.públ.Educ.** , Rio de Janeiro, v 18, n. 66, p. 9-28, março de 2010.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Eixo 1: A Instituição e sua organização;

A - Como funciona a organização interna?

B - Como é o relacionamento entre os educadores, entre educadores e crianças, entre pais e educadores e entre educadores e gestão?

C - Quais são os problemas que a instituição enfrenta? Como eles são resolvidos?

D - Em sua opinião, quais são os problemas do bairro?

E – Esses problemas afetam o trabalho da instituição?

Eixo 2: Sobre o projeto e o trabalho desenvolvido;

A - Qual o significado do projeto social para você?

B - Como o trabalho é feito?

C - Que profissionais participam?

D - Quais os objetivos, como foram formulados? Quem participou da elaboração?

E - Quê resultados você tem percebido do seu trabalho?

F - Quais as dificuldades você enfrenta no seu trabalho?

G - Quais as soluções?

H - Qual é a importância desse trabalho?

I- O que você deseja para o futuro deste trabalho?

Eixo 3: Educador e suas características;

A - Que conhecimentos esse profissional deve ter? Por que?

B – Há capacitações? Quais capacitações? Como são realizadas?

C – O educador deve ter alguma formação específica? Por que?

D - Gostaria de acrescentar algo?

ANEXO – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Lygia Maria Portugal de Oliveira, e minha orientadora, Professora Doutora Maria de Fátima Quintal de Freitas, da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando você, a participar de um estudo intitulado “Percepções dos educadores sociais sobre o trabalho desenvolvido em projetos sociais”. Este estudo é importante para entender que fatores foram e são importantes para que o projeto social se mantivesse ao longo do tempo, e colaborar para se pensar a prática do trabalho realizado nos serviços socioassistenciais e as políticas públicas.

a) O objetivo desta pesquisa é investigar a percepção dos educadores sociais sobre o seu trabalho nos serviços socioassistenciais de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

b) Concordando em participar da pesquisa, solicitaremos que você responda a perguntas de uma entrevista sobre o trabalho realizado no projeto social, cujas respostas e informações pessoais serão mantidas em absoluto sigilo e anonimato, garantindo a sua total privacidade e segurança. Você terá assegurado que em momento algum nenhuma informação que o/a identifique, poderá ser utilizada sem a sua autorização formal.

c) Como riscos relacionados à sua participação na pesquisa, há a possibilidade de você sentir algum desconforto e sentimentos desagradáveis, em função da entrevista. Para minimizar estes riscos, a entrevista será individualizada, em local combinado previamente. O entrevistado poderá pedir para não responder a qualquer questionamento que achar impróprio, e desistir a qualquer momento da entrevista se assim o desejar.

d) Os benefícios esperados com esta pesquisa referem-se a estudar e refletir sobre o trabalho que é realizado nos projetos sociais que prestam serviços socioassistenciais a partir da percepção do educador social, e colaborar para se pensar em políticas públicas que contribuam para o fortalecimento desses serviços.

e) Você poderá entrar em contato conosco a qualquer momento sobre dúvidas ou perguntas sobre a entrevista. A pesquisadora Lygia Maria Portugal de Oliveira, psicóloga, aluna do curso de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná, responsável por este estudo poderá ser contatada pelo telefone 98443-4446 e email: lygportugal@gmail.com.br, Rua Gal. Carneiro, 460, Reitoria da UFPR, Ed. D. Pedro, 1º andar, sala 101 - CEP: 80.060-150 – Curitiba – PR para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal: _____

Pesquisador Responsável _____

f) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado. Como participante, você tem plena liberdade de retirar o seu consentimento a qualquer momento da pesquisa e isto não gerará nenhuma forma de penalização.

g) Se aceitar participar da pesquisa como voluntário, você não receberá nenhum valor, mas será ressarcido se houver algum custo, referente a alimentação e transporte. Também haverá ressarcimento para os acompanhantes.

h) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por uma pessoa autorizada: a professora Dra. Maria de Fátima Quintal de Freitas, que me orienta nesta pesquisa. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e seja mantida a confidencialidade. A sua entrevista será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato. Tão logo transcrita a entrevista e encerrada a pesquisa o conteúdo será desgravado ou destruído.

i) As despesas necessárias para a realização da pesquisa (material de escritório necessário para gravações e transcrições das entrevistas) não são de sua responsabilidade.

j) Em caso de danos decorrentes da pesquisa, você terá direito a assistência integral e imediata, de forma gratuita, e indenizações, conforme legislação vigente.

K) Ao final desta pesquisa, você e os demais participantes, serão informados a respeito dos resultados principais que foram obtidos, mantendo-se sempre o sigilo e o anonimato de todos que colaboraram. Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código. Você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal:_____

Pesquisador Responsável_____

Eu, _____ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão, sendo garantidos a todo e qualquer momento o meu anonimato e sigilo, sem nenhum prejuízo ou constrangimento para mim.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

(Assinatura do participante da pesquisa ou responsável legal) Local e data.

Responsável pelo Projeto:
Lygia Maria Portugal de Oliveira
Aluna da pós-graduação em Educação/ UFPR